

Relatório de Atividades 2007



QUEM SOMOS

O **Instituto Socioambiental (ISA)** é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

LINHAS DE AÇÃO

O ISA está estruturado em Programas que têm por base as seguintes linhas de ação:

- ▶ Monitoramento e proposição de alternativas às políticas públicas
- ▶ Pesquisa, difusão, documentação de informações socioambientais
- ▶ Desenvolvimento de modelos participativos de sustentabilidade socioambiental
- ▶ Fortalecimento institucional dos parceiros locais

Para saber mais sobre o ISA consulte www.socioambiental.org

Conselho Diretor

Neide Esterci (presidente), Marina da Silva Kahn (vice-presidente), Adriana Ramos, Carlos Frederico Marés, Sérgio Mauro Santos Filho

Secretário executivo: Sérgio Mauro Santos Filho

Secretário executivo adjunto: Enrique Svirsky

Coordenadores de Programas e Atividades Permanentes

Adriana Ramos, André Villas-Bôas, Antenor Bispo de Moraes, Beto Ricardo, Cícero Cardoso Augusto, Fany Ricardo, Guilherme Tadace Ake, Leila Maria Monteiro da Silva, Márcio Santilli, Marussia Whately, Nilto Tatto, Raul Silva Telles do Valle

Apoio institucional



Icco – Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento



NCA – Ajuda da Igreja da Noruega

ISA São Paulo

Av. Higienópolis, 901
01238-001
São Paulo – SP – Brasil
tel: (11) 3515-8900
fax: (11) 3515-8914
isa@socioambiental.org

ISA Brasília

SCLN 210, bloco C, sala 112
70862-530
Brasília – DF – Brasil
tel: (61) 3035-5114
fax: (61) 3035-5121
isadf@socioambiental.org

ISA Eldorado

Residencial Jardim Figueira, 55
Centro, 11960-000
Eldorado (SP)
tel: (13) 3871-1697
isaribeira@socioambiental.org

ISA Manaus

Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar
Largo do Teatro, Centro
69010-230
Manaus – AM – Brasil
tel/fax: (92) 3631-1244
isamao@socioambiental.org

ISA São Gabriel da Cachoeira

Rua Projetada, 70 – Centro
Caixa Postal 21
69750-000
S. G. da Cachoeira – AM – Brasil
tel/fax: (97) 3471-1156
isarn@socioambiental.org

ISA Xingu

Rua Redentora, 362
Centro, 78640-000
Canarana – MT – Brasil
tel: (66) 3478-3491
isaxingu@socioambiental.org

Sumário

Atividades Permanentes

Administração.....	7
Comunicação.....	11
Desenvolvimento Institucional.....	13
Documentação.....	17
Geoprocessamento.....	18
Informática.....	21

Programas

Programa Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.....	25
Programa Monitoramento de Áreas Protegidas.....	31
Programa Política e Direito Socioambiental.....	35
Programa Rio Negro.....	43
Programa Vale do Ribeira.....	77
Programa Xingu.....	91

Tema

Povos Indígenas no Brasil.....	109
--------------------------------	-----

ATIVIDADES PERMANENTES

Administração

O que é

Área responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro do ISA, com escritório central em São Paulo e equipes de referência em Brasília, São Gabriel da Cachoeira, Manaus, Canarana e Eldorado. Reúne as atividades necessárias para administrar o ISA visando atender às legislações fiscal, contábil e trabalhista, às regras do Instituto e aos acordos com as coordenações dos projetos e programas, contemplando as diferentes formas de atuação de cada equipe. A administração está assim estruturada:

- **Setor de Orçamento e Finanças** - planejamento financeiro, elaboração de orçamentos, relatórios gerenciais, rateios de despesas compartilhadas, monitoramento de projetos e prestação de contas para as agências financiadoras.
- **Setor Financeiro Contábil** - contas a receber/cobrança, contas a pagar, controle financeiro de fluxo de caixa, e relatórios contábeis.
- **Setor de Pessoal** - administração do quadro de funcionários e de prestadores de serviços, incluindo avaliação de cargos e salários, recrutamento, seleção, admissão, informações a funcionários, demissão, folha de pagamentos, benefícios e orientação à coordenação quanto aos riscos, alternativas e custos trabalhistas.
- **Setor de Serviços Gerais e Suprimentos** - compras, manutenção do patrimônio, comercialização de produtos, apoio e serviços administrativos - recepção, telefonia, portaria, fotocópias/encadernações, almoxarifado, copa, limpeza e conservação.
- **Setor de Serviços de Secretaria Geral** (apoio aos programas e projetos, agenda institucional, apoio à Secretaria Executiva, reservas e compra de passagens).

Equipe

► SÃO PAULO-SP

• **Coordenação**

Guilherme Tadaci Ake (administrador de empresas, coordenador a partir de junho); **Maria Isabel Stucchi Pedott** (administradora, coordenadora até abril); **Moisés Pangoni** (administrador de empresas, coordenador adjunto).

• **Setor de orçamento e finanças/financeiro contábil**

Bianca Rabelo (bacharel em História, assistente financeira, até abril); **Eric Deblire** (estudante de Administração, estagiário até abril e auxiliar de administração, a partir de maio); **Fábio Massami Endo** (bacharel em Ciências Contábeis, supervisor de Orçamento e Finanças); **Jefferson dos Santos Todao** (matemático, auxiliar de administração); **Johnny Tavares de França** (auxiliar de serviços administrativos); **João Paulo Santos Lima** (economista, auxiliar de administração); **Maria Martha Mota Coelho** (estudante de Gestão de Políticas Públicas, estagiária); **Renata Pereira Braga** (técnica contábil, assistente técnica junior de administração); **Sandra Mara Ribeiro** (bacharel em Ciências Contábeis, assistente técnica sênior de administração); **Waldiney Guimarães de Oliveira** (estudante de Gestão de Operações Financeiras, assistente técnico junior de administração).

• **Setor de Pessoal**

Donizete Cordeiro de Sousa (especialista em Administração de Recursos Humanos, gerente de Recursos Humanos).

• **Setor de serviços gerais e suprimentos**

Alexandre Macedo de Santana (operador logístico, auxiliar de serviços administrativos); **Carlos Alberto de Souza** (estudante de Administração, analista de administração I); **Danilo Santos Freire** (auxiliar de administração); **Francisco Cleunilton Moreira de Souza** (zelador); **Josy Andrade dos Santos** (estudante de Administração, recepcionista); **Luciana Andrade dos Santos** (auxiliar de serviços gerais); **Rosana Aparecida Lino André** (auxiliar de serviços gerais); **Simone Alves Pereira** (assistente técnico junior de administração).

• **Secretaria Executiva**

Adriana C. G. de Figueiredo (advogada, assistente de secretário, até novembro).

► BRASÍLIA-DF

• **Gestão administrativa**

Francisco Chagas do Nascimento (assistente técnico junior de administração); **Linda Cristina Khan** (secretária executiva); **Maria Pereira dos Santos** (auxiliar de serviços gerais).

► MANAUS-AM

• **Gestão administrativa**

Marcílio Cavalcanti (agrônomo, supervisor de administração I).

► SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM

• **Gestão administrativa**

Francimar Lizardo dos Santos (supervisor junior de administração, a partir de junho); **Gustavo Tosello Pinheiro** (administrador, supervisor de administração II); **Rosilene da Silva Gonçalves** (auxiliar de serviços gerais).

► CANARANA-MT

• **Gestão administrativa**

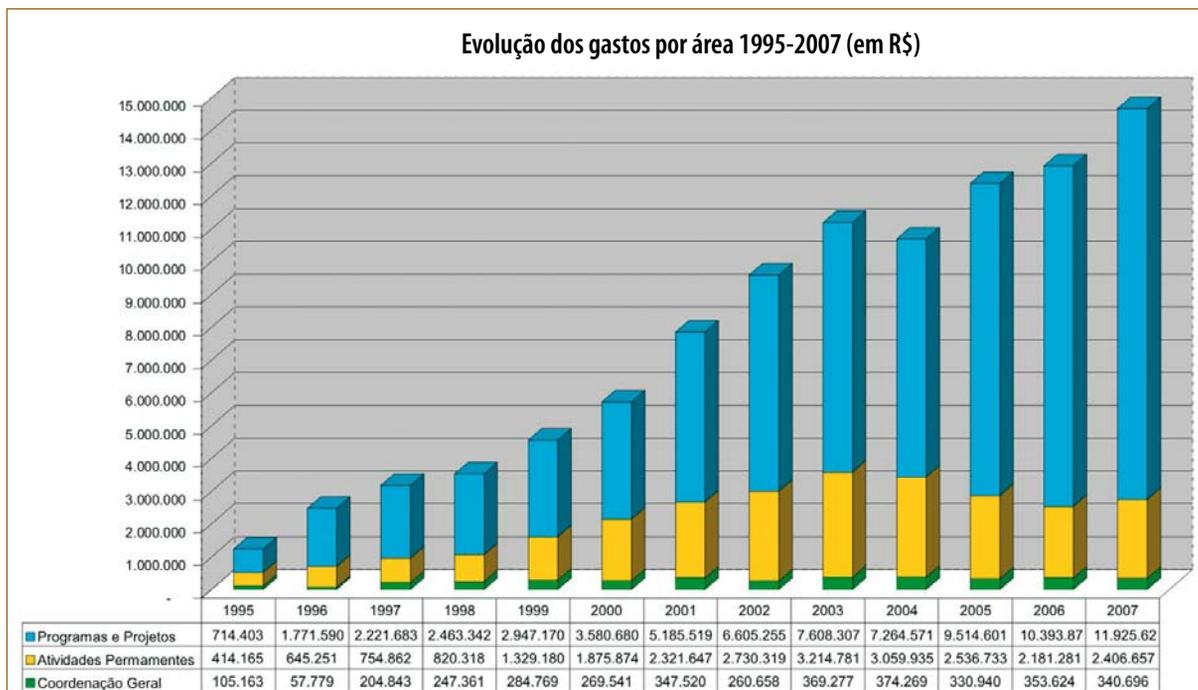
Luciana Akeme Sawasaki Manzano Deluci (bacharel em Matemática, assistente técnica pleno de administração).

► ELDORADO - SP

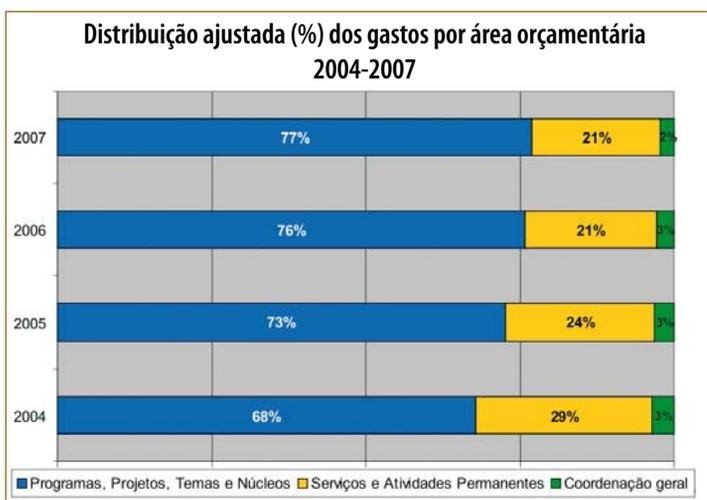
• **Gestão administrativa**

Silvani Cristina Alves (administradora, auxiliar de administração).

Balço geral



Em valores históricos, sem correção, o ISA já investiu nos seus 14 anos, mais de **R\$ 100 milhões** em ações socioambientais, sendo que 62% desse montante foram aplicado só nos últimos 5 anos.



Em 2007, o custo das Áreas Permanentes se manteve no patamar de **21%**.

29% em 2004

24% em 2005

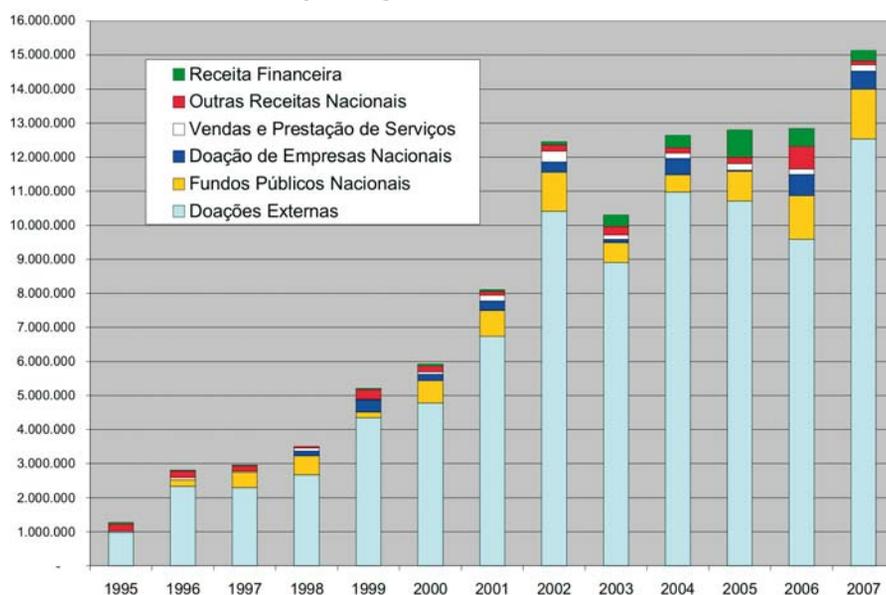
21% em 2006

21% em 2007



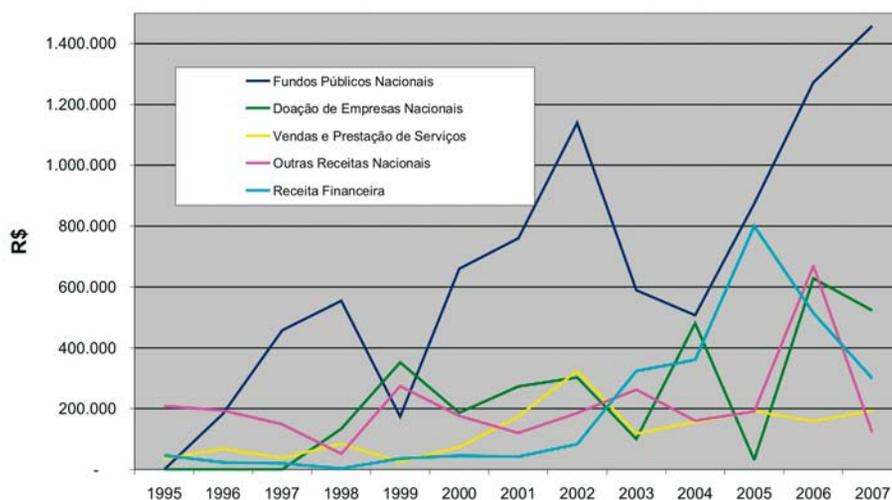
* Inclui Secretaria Executiva, Desenvolvimento Institucional e Administração.

Evolução e origem dos recursos 1995-2007 (em R\$)



O triênio 2005-2007 foi o **maior da história** em volume de recursos, com mais de **R\$ 40 milhões** em receita. A **perda cambial** acumulada no triênio **superou R\$ 3 milhões**.

Evolução da receita nacional 1995-2007 (em R\$)



Em 2007, os recursos públicos nacionais contratados, tiveram um **aumento de quase 600%** em relação a 2004.

Quantidade de contratos por Programas

	2005	2006	2007
Institucional	2	2	3
Desenvolvimento Institucional (Agenda ISA)	1	1	1
Rio Negro	12	14	12
Monitoramento de Áreas Protegidas	2	2	3
Política e Direito Socioambiental	10	10	7
Vale do Ribeira	5	13	13
Xingu e Campanha Y Ikatu Xingu	11	16	44
Mananciais da RMSP	9	9	14
Mudanças Climáticas	0	0	1
Povos Indígenas no Brasil	1	3	1
Capacitação	1	1	1
RCA	0	1	0
Almanaque Brasil Socioambiental	0	2	2
Iniciativa Amazônica	0	0	2
Total	54	74	104

A diversidade de fontes de financiamento (46 fontes em 2007) demonstra **independência política** e **alta capacidade de articulação**. Por outro lado, o alto número de contratos (104 em 2007), expõe a **dependência da lógica de projetos** para sobreviver.

Número de funcionários por Unidade

	2005	2006	2007
COORDENAÇÃO GERAL			
Secretaria Executiva	2	2	2
SERVIÇOS E ATIVIDADES PERMANENTES			
Documentação	4	4	4
Geoprocessamento	2	2	2
Comunicação	6	9	8
Desenvolvimento Institucional	2	2	1
Administração	22	18	21
Informática	5	5	5
PROGRAMAS / PROJETOS / NÚCLEOS			
Programa Rio Negro	27	26	26
Programa Monitoramento de Áreas Protegidas	4	4	7
Programa Política e Direito Socioambiental	6	5	7
Programa Vale do Ribeira	7	11	12
Programa Xingu	18	19	22
Programa Mananciais da Região Metropolitana de SP	2	5	9
Tema Povos Indígenas no Brasil	2	0	0
Núcleo Campanha 'Y Ikatu Xingu	3	3	4
Capacitação organizações locais parceiras do ISA	2	2	0
Total	114	117	130

Comunicação

O que é

Área responsável pela comunicação com o público externo, parceiros e colaboradores e pela produção e divulgação de informações no site, e por e-mail junto à mídia especializada privilegiando temas de interesse do ISA, direcionadas a diferentes públicos. Produz e edita o Boletim Socioambiental – resumo das atividades do instituto enviado a parceiros e financiadores. Elabora de projetos gráficos, faz editoração eletrônica e produz materiais de apoio a eventos do ISA. O objetivo é divulgar as ações focadas na pesquisa e disseminação de informações socioambientais, que possam ser utilizadas na defesa dos direitos socioambientais coletivos e dos povos, e servir de referência para monitorar e propor alternativas às políticas públicas e novos modelos de sustentabilidade socioambiental.

Equipe

• **Maria Inês Zanchetta** (jornalista, coordenadora); **Alex Piaz** (bacharel em Marketing, programador web); **Ana Cristina Silveira** (bacharel em Comunicação Social/Editoração, editora); **Bruno Dias Weis** (jornalista, editor); **Eduardo Utima** (licenciado em Artes Plásticas, webdesigner); **Katiuscia Nora-Sotomayor** (jornalista, editora); **Oswaldo Braga de Souza** (jornalista, editor); **Vera Feitosa** (editora gráfica).

O que foi feito

- Produção de materiais para Campanha 'Y Ikatu Xingu, Campanha De Olho nos Mananciais, Campanha Cílios do Ribeira (revista, informativos, camisetas, cartazes e outros produtos).
- Elaboração e envio de 09 boletins eletrônicos para a mídia especializada e malings regionais com notícias publicadas no site do ISA e de 37 avisos de pautas socioambientais.
- Elaboração e envio de 21 boletins eletrônicos específicos da Campanha 'Y Ikatu Xingu enviados à mídia local, regional e nacional, aos parceiros da mobilização e aos financiadores.
- Com o lançamento em novembro da Campanha De Olho nos Mananciais, dois boletins eletrônicos específico da campanha foram enviados.
- Briefings para a agência NBS para criação de anúncio e filme institucional e para a Campanha De Olho nos Mananciais e para o lançamento do Almanaque Brasil Socioambiental 2008 (anúncio impresso e filme para cinema).
- Elaboração de projetos gráficos, editoração e acompanhamento gráfico de seis publicações entre livros e cartilhas, além de materiais de divulgação diversos como banners, adesivos, camisetas.
- Elaboração de powerpoints para o ISA e seus programas;
- Produção de 201 notícias/reportagens socioambientais.
- Produção de nove artigos, publicados no canal do site chamado Direto do ISA..
- Realização de Oficina de atualização e capacitação para os quilombolas que fazem o site www.kilombosdoribeira.org.br.
- Fechamento do Almanaque Brasil Socioambiental.
- Assessoria de imprensa e divulgação do Almanaque
- Participação de "expedição-oficina" da Campanha 'Y Ikatu Xingu, que reuniu em Canarana, Mato Grosso, profissionais de comunicação, técnicos e atores locais para conhecer iniciativas da mobilização e discutir um plano de comunicação local e regional.
- Lançamento e divulgação da Campanha De Olho nos Mananciais, e busca de parcerias como jornal Metro, TV Minuto do Metrô.
- Atualização e ampliação de mailings de imprensa e confecção de mailing específico para a Campanha Cílios do Ribeira e De Olho nos Mananciais.

SITE

- Manutenção e administração de conteúdo.
- Criação de novas ferramentas e novos conteúdos para o site da Campanha De Olho nos Mananciais.
- Manutenção e atualização do novo site da Campanha 'Y Ikatu Xingu.
- Design e programação da Caracterização Socioambiental de Unidades de Conservação – banco de dados com diversas informações sobre UCs na Amazônia, cujo conteúdo foi produzido pela equipe do Monitoramento e Povos Indígenas.
- Desenvolvimento de ferramenta para grupo de Conhecimentos Tradicionais e Acesso a Recursos Genéticos.
- Desenvolvimento de ferramenta virtual para Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas e Fórum Amazônia Sustentável (FAS).
- Layout e programação site Campanha Cílios do Ribeira - conteúdo, layout e programação.

Indicadores

- 351 solicitações por parte de veículos de imprensa.
- 1 673 170 acessos ao site.
- 753 inserções do ISA na mídia; destas 73 foram entrevistas para rádio e tevê, indicando que o ISA consolidou-se como referência em debates e opiniões sobre temas socioambientais.
- Publicação de seis livros – entre eles o Almanaque Brasil Socioambiental 2008, cuja editoração consumiu três meses de trabalho.

Tabela comparativa	2005	2006	2007
Notícias socioambientais	258	195	201
Direto do ISA	01	01	09
Boletins eletrônicos ISA	22	11	09
(a partir de junho)			
Boletins eletrônicos. 'Y Ikatu Xingu	12	20	23
(a partir de junho)			
Pautas socioambientais	14	18	28
(a partir de junho)			
Visitas ao site	1 236 368	1 338 427	1 673 170
ISA na mídia geral	379	360	753
Só Rádio e Tevê	67	33	73

Avaliação

- Cresceu e se intensificou a divulgação de estudos e trabalhos do ISA, com ótima repercussão na imprensa.
- Em 2007 intensificamos o envio de pautas à imprensa.
- A equipe se destacou na produção de conteúdo de sites para os diversos programas do ISA, assessorando parceiros locais (no Vale do Ribeira, no Parque do Xingu e entorno, no Rio Negro e nos Mananciais de SP).
- Com o lançamento da Campanha De Olho nos Mananciais em novembro de 2007, o ISA consolidou-se também como referência no tema água e abastecimento nas grandes capitais.
- Em 2007, a Campanha 'Y Ikatu Xingu contratou profissional exclusivo de comunicação, baseado em Canarana (MT). Três meses depois, o profissional saiu e a equipe de comunicação do ISA cobriu a lacuna até o final de 2007, quando novo profissional foi contratado.
- A tendência é que cada programa do ISA passe a ter um jornalista em sua equipe.

Perspectivas

- A prioridade de 2008 continuará sendo a campanha institucional do ISA ao lado da Campanha De Olho nos Mananciais.
- Novos materiais de divulgação começaram a ser produzidos
- Elaboração do planejamento estratégico da campanha institucional.
- Continua na pauta reformular layout e navegação do site do ISA, utilizando ferramentas interativas.

Melhores momentos

- Lançamento das publicações *Almanaque Brasil Socioambiental 2008*, *Banana Orgânica no Quilombo de Ivaporunduva* e *Formação de Agentes Socioambientais*;
- Abraço na Guarapiranga;
- Lançamento Campanha De Olho nos Mananciais;
- Indicadores de Unidades de Conservação no site;
- Desenvolvimento de novas ferramentas interativas para a Campanha De Olho nos Mananciais;
- Expedição-oficina de comunicação da Campanha 'Y Ikatu Xingu;
- Projeto gráfico e editoração da publicação e do pôster do sistema Cantareira.

Desenvolvimento Institucional

O que é

Atividade permanente que visa aperfeiçoar a capacidade de fluxo de informações internas e externas, por meio de sistemas atualizados e apropriados de coleta, processamento e gerenciamento de informações referentes a compromissos e obrigações contratuais. Visa também facilitar a entrada permanente de recursos por meio do apoio à elaboração de projetos, negociação com instituições financiadoras e elaboração de relatórios.

Equipe

• **Margareth Nishiyama** (arquiteta, analista de planejamento e desenvolvimento institucional).

O que foi feito

- ▶ Captação de recursos/Apoio a projetos
- Prospecção de oportunidades, junto a órgãos públicos, fundações, agências nacionais e internacionais.
- Assessoria na formulação e consolidação de proposta;
- Acompanhamento constante do processo de negociação e contratação de projetos.
- Encaminhamento de relatórios e produtos para atender às obrigações contratuais.

- Acompanhamento e apoio aos demais setores do ISA para a produção de publicações, reuniões e contatos interinstitucionais, seminários e exposições.
- Assessoria e encaminhamento de projetos e ações do ISA para candidatar-se a prêmios.
- Interlocução com parceiros e financiadores já existentes.

▶ Fortalecimento institucional

- Apoio à SE para participação do ISA no evento Ecos do Planeta 2007, realizado entre os dias 02 e 07 de outubro, na Bienal do Parque do Ibirapuera em São Paulo.
- Apoio à SE no lançamento nacional da publicação “Almanaque Brasil Socioambiental 2008” em 7 de novembro de 2007, que ocorreu em livrarias em São Paulo (Livraria Cultura do Conjunto Nacional), Rio de Janeiro (Livraria Travessa no Shopping Leblon), Porto Alegre (Livraria Cultura), Brasília (Livraria Cultura do Park Shopping), Curitiba (Livraria Arte e Letra) e em eventos específicos como em Belém (durante o Fórum da Amazônia Sustentável) e na praça central de Manaus, na Banca do Sebastião.
- Apoio à SE na organização do Seminário de Final de Ano do ISA 2007, que aconteceu de 7 a 21 de dezembro na sala de educação física do Colégio Sion, com a participação de todas as equipes de áreas e programas e convidados especiais.

Projetos monitorados em 2007

	apresentados/em negociação	aprovados/contratados	monitorados
Área	Projeto		Agência
1	MM	Diagnóstico Socioambiental Participativo da Cantareira	Fehidro
2	MM	Plano Diretor Regional da Subprefeitura da Capela do Socorro	Subprefeitura da Capela do Socorro
3	MM	Plano Diretor Regional da Subprefeitura de Parelheiros	Subprefeitura de Parelheiros
4	MM	Capacitação de organizações da sociedade civil da região SCBH/CG em gestão e elaboração de projetos socioambientais	Fehidro
5	MM	Capacitação dos Representantes do CBH-AT e seus Cinco SCBHS na Utilização de Ferramentas de Geoprocessamento	Fehidro
6	MM	Diagnóstico socioambiental participativo da região subcomitê Juqueri-Cantareira	Fehidro
7	XG	II Fase do Programa de Formação de Agentes Indígenas de Manejo de Recursos Naturais do Parque do Xingu (PIX) – Priorização de atividades educativas e estrutura de apoio para a recuperação e conservação de recursos agrícolas e florestais	FNMA
8	RN	Biodiversidade e Sustentabilidade no Rio Negro	Fundação Gordon & Betty Moore
9	RN	Organizações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável no Alto e Médio Rio Negro	Horizont 3000
10	XG	Estradas Verdes: Desenvolvimento Sócio-Econômico e Manejo de Florestas ao longo das novas artérias da Amazônia	Ipam/Usaid
11	XG	Registro da Cultura Musical dos Povos Indígenas Yudjá e Panará	MinC/FNC
12	PPDS	Banco de Dados das Ações Cívicas Públicas Socioambientais na Justiça Federal	MJ
13	DI	Trienal 2005-2007	AIN
14	RN	Avaliação projeto Fundo Rotativo das Mulheres	Cafod
15	PPDS	Publicação do Seminário – As Encruzilhadas das Modernidades : da luta dos povos indígenas no Brasil ao destino da CBD	Embaixada do Reino dos Países Baixos
16	MM	De Olho nos Mananciais	Fehidro
17	VR	Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira	FNMA
18	XG	Recuperando as nascentes e matas ciliares: um exemplo de concertação intersetorial	FNMA
19	XG	Criação, implementação e monitoramento de projetos pilotos de matas ciliares	Fundação Doen

	Área	Projeto	Agência
20	PPDS	Inovar para Avançar :Propondo novas formas de salvaguarda aos direitos intelectuais coletivos dos povos indígenas	Fundação Ford
21	RN	Processos participativos e políticas públicas no município indígena de S. Gabriel da Cachoeira (AM)	Fundação Ford
22	XG	Campanha 'Y Ikatu Xingu	Icco
23	DI	ISA Trienal 2005-2007	Icco
24	VR	Projeto de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira	Icco
25	XG	Quem vê só Soja não enxerga desenvolvimento: Experiência de Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares na Bacia do Xingu Canarana - MT	Instituto HSBC Solidariedade
26	XG	Fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor na Bacia do Xingu no MT	MDA/Pronaf
27	VR	Fortalecimento das associações quilombolas do Vale do Ribeira para a gestão de projetos e empreendimentos comunitários	MDA/Pronaf
28	XG	22o Curso de Formação de Professores para o Magistério (PIX)	MEC - FNDE
29	XG	Desenvolvimento da Meliponicultura no Parque Indígena do Xingu (PIX)	MMA/Coordenadoria de Agroextrativismo
30	XG	Agricultura e Conservação das Matas Ciliares	PDA/Padeq
31	XG	Formação integrada de professores e agentes indígenas para fortalecer o processo educacional das crianças e adolescentes das comunidades do Parque Indígena Xingu	Terre des Hommes - Holanda
32	XG	Levantamento dos Recursos Naturais Potenciais da Terra Indígena Panará	TNC / USAID
33	XG	Formação de Agentes Indígenas de Manejo de Recursos Naturais do Parque do Xingu (PIX)	TNC / USAID
34	VR	Superação da Pobreza e Valorização Cultural: Novas Perspectivas para os Jovens Quilombolas no Brasil	AIN/OD
35	RN	Encontros para construção da Maloca do Conhecimento	Cafod
36	RN	II Oficina de Gestão – Projeto Banco Tukano Kumurô	Cafod
37	PI	Monitoramento e Disponibilização de Informações sobre a Situação dos Povos Indígenas no Brasil	Cafod
38	XG	Shared forest governance in Xingu river headwaters region	Comissão Européia
39	PI	Publicação do livro "Povos Indígenas do Brasil 2001/2005"	Embaixada Nova Zelândia
40	VR	Articulação e mobilização social para a conservação e recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira	Fehidro
41	MM	De olho nos mananciais Fase II	Fehidro
42	MM	Seminário de Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação	Fehidro
43	XG	Apoio à Campanha 'Y Ikatu Xingu	Fundação Blue Moon
44	PPDS	Políticas Públicas Participativas para a Sustentabilidade Socioambiental	Fundação Ford
45	PI	Publicação do livro "Povos Indígenas do Brasil 2001/2005"	Fundação Iara Lee & George Gund III
46	XG	Projeto de Apoio à consolidação das Escolas Indígenas do Parque Indígena do Xingu (Médio e Baixo) e TI Panará	Fundo Canadá
47	PI	Publicação do livro "Povos Indígenas do Brasil 2001/2005"	IEB - Usaid
48	VR/XG	ATER socioambiental: fortalecimento da atividade artesanal de comunidades quilombolas no Vale do Ribeira e formação de reeditores de ATER na Bacia do Xingu	MDA/Ater
49	XG	Restauração Florestal e Recuperação de solos na região da Bacia do Xingu e BR 163 no Mato Grosso	MDA/Incrá
50	XG	Capacitação de Associações e Comunidades Indígenas para a Gestão Autônoma e Sustentável do Patrimônio Natural e Desenvolvimento de Atividades Econômicas no Parque Indígena do Xingu e Terra Indígena do Panará	MDA/SAF
51	RN/XG	Projeto de apoio à consolidação das Escolas Indígenas do Parque Indígena do Xingu (médio e baixo), TI Panará e Alto Rio Negro	MEC/FNDE
52	RN	Oficinas de formação continuada e registro do processo de estruturação das escolas indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira	MEC/Secad
53	VR	Inventário de Referências Culturais Quilombolas do Vale do Ribeira de Iguape (SP)	MinC/Lei de Incentivo à Cultura
54	VR	Cine Clube Aldeia Cultural - Eldorado (SP)	MinC/Ponto de Difusão Digital
55	RN	Ponto de Difusão Digital - São Gabriel da Cachoeira (AM)	MinC/Ponto de Difusão Digital
56	VR	Cidadania Quilombola no Vale do Ribeira	MJ/SEDH
57	XG	Fortalecimento Institucional de Associações Indígenas Parceiras do ISA	Norad
58	VR	Conservação, recuperação e uso sustentável do palmito juçara nas comunidades quilombolas no Vale do Ribeira	PDA/MA

apresentados/em negociação aprovados/contratados monitorados

	Área	Projeto	Agência
59	PPDS	Florestas & Biodiversidade 2007	RFN
60	RN	Seminário ISA/Fundação Gaia São Gabriel da Cachoeira	RFN
61	RN	Consultoria PNPI no Paraguai	RFN
62	RN	Redesenvolvimento - Formação em Redes Foirn/ISA	Cafod
63	RN	Educação Indígena Rio Negro 2007	RFN
64	XG	Programa Xingu 2007	RFN
65	XG	Levantamento de Recursos Naturais Potenciais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas na Terra Indígena Panará e no Parque Indígena do Xingu	TNC
66	Núcleo BS	Almanaque 2008	AES Eletropaulo e Tietê/ MinC-Lei de Incentivo à Cultura
67	DI	Trienal 2008-2010	AIN
68	MM	Serviço de Consultoria para Atlas das Regiões Metropolitanas/ Abastecimento Urbano de Água	ANA
69	XG	Autonomia no processo educacional - Xingu e Panará	Avon - Fundo Viva o Amanhã
70	PPDS	Consultoria Base de Dados IIRSA/ Projeto BICECA	BIC
71	MAP	Desenvolvimento de um Sistema de Informação Georreferenciada para Povos Indígenas na área de influência do IIRSA	BID/IIRSA
72	MM	Projeto Seminário Impacto das Mudanças Climáticas sobre Mananciais e outras águas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)	Bovespa Social e Ambiental
73	RN	Educação Escolar Indígena no Alto Rio Negro	Brazil Foundation
74	ADM	Auditoria ISA 2007	Cafod
75	RN	Construção da "Maloca Escola" da etnia Tukano/ Yepapirõpora	Cafod
76	XG	Expedição a antigos sítios de ocupação ancestral Kaiabi	Cafod
77	PI	Monitoramento da Situação e da Sustentabilidade das Terras Indígenas no Brasil	Cafod
78	MAP	Oficina sobre Consumo e Renda - Projeto Banco Tukano Kumurõ	Cafod
79	MM	Programa Jovens Urbanos	Cenpec
80	XG	Workshop "Climate Change Mitigation"	CI do Brasil
81	PPDS	Criando bases para o exercício do direito dos povos indígenas à consulta prévia no Brasil	Comissão Européia
82	XG/RN	Rede de Cooperação Alternativa	CTI - RCA
83	MC	Build coalitions for Compensated Reductions, as well as to carry out analysis and create public awareness of the effects of climate change in Brazil	ED - Linden Grant
84	XG	Consolidação do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio no estado do Pará, Proteção e Fiscalização do Parque Indígena do Xingu e da Terra Indígena Panará	ED/Blue Moon
85	XG	Gestão efetiva das áreas protegidas do mosaico de reservas da Terra do Meio, Parque Indígena do Xingu (PIX) e Terra Indígena Panará	ED/GBMF
86	MM	De Olho nos Mananciais - Uma campanha pela preservação das fontes de água de São Paulo	Eletrosul
87	VR	Programa de Educação Ambiental Ribeira	Fehidro
88	AM	Fortalecimento de iniciativas e articulações na Amazônia Latino-Americana	Fundação Avina
89	VR	Desenvolvimento de alternativas de mercado para o artesanato tradicional e da palha da bananeira para as comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo	Fundação Banco do Brasil
90	VR	Projeto de desenvolvimento da atividade apícola nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira	Fundação Banco do Brasil
91	XG	Continuidade ao apoio à Campanha 'Y Ikatu Xingu	Fundação Blue Moon
92	XG	Scaling up forests restoration in the Xingu	Fundação Doen
93	PPDS	Políticas Públicas Socioambientais	Fundação Ford
94	RN/ MAP	Amazônia Socioambiental: consolidação das áreas protegidas na Amazônia Brasileira	Fundação Gordon & Betty Moore
95	PPDS	Pacto para o Desmatamento Zero na Amazônia Brasileira	Fundação Packard
96	XG	Promoção de melhores práticas ambientais na agricultura familiar no Mato Grosso	Fundação Packard
97	RN	Malocas dos Saberes: escolas indígenas no alto rio Negro, Amazonas	Fundo Itaú de Excelência Social
98	XG	Campanha 'Y Ikatu Xingu	Grendene
99	MM	Campanha De Olho nos Mananciais	Grendene

apresentados/em negociação aprovados/contratados monitorados

	Área	Projeto	Agência
100	XG	Campanha 'Y Ikatu Xingu	Icatu Hartford Seguros S/A
101	DI	ISA Trienal 2008-2010	Icco
102	VR	Programas de Fortalecimento da Capacidade	Icco/PSa
103	MM	Amigos da água: desenvolvimento sustentável nas áreas de mananciais na cidade de São Paulo	IDRC
104	VR	Reflorestamento de Matas Ciliares nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira	Iniciativa Verde
105	MM	Campanha "De Olho nos Mananciais"	Instituto Earthwatch
106	VR	Campanha de Recomposição das Matas Ciliares do Rio Ribeira de Iguape – CILÍOS DO RIBEIRA	Instituto Earthwatch
107	XG	O poder da Sociodiversidade do Xingu: desvendando um lado do desenvolvimento	Instituto HSBC Solidariedade
108	MM	Seminário políticas de proteção ambiental e mercado de terras	Instituto Lincoln of Land Policy
109	RN	Documentação e pesquisa sobre os sistemas agrícolas do Rio Negro - o patrimônio invisível	Iphan
110	RN	Plano de Salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê, Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, Distrito de Iauaretê, Município de São Gabriel da Cachoeira/AM	Iphan
111	VR	Assessoria às associações quilombolas do Vale do Ribeira para a gestão de projetos e empreendimentos comunitários	MDA/Aegre
112	MM	Águas de São Paulo	MinC
113	XG	Consolidação da meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão) no Parque Indígena do Xingu e Terra Indígena Panará	MMA/Coordenadoria de Agroextrativismo
114	DI	Agenda Socioambiental 2008	Natura
115	VR	Floresta das Águas	Natura/ Carbono Neutro
116	XG/RN	Capacitação de Associações Indígenas no Xingu e Rio Negro 2008-2009	Norad
117	MAP	Monitoramento da Situação das Terras Indígenas no Brasil e Disponibilização de Informações sobre os Povos Indígenas no Brasil	Norad
118	XG	Licenciamento de uso de nome e imagem por tempo determinado para comercialização de produtos - Campanha 'Y Ikatu Xingu	Osklen/E-brigade
119	AM	Consultoria para construção de uma agenda regional para cooperação com os povos indígenas	OTCA
120	MM	Guarapiranga Viva: Água boa para todos	Petrobras
121	VR	Inventário de Referências Culturais Quilombolas do Vale do Ribeira de Iguape (SP)	Petrobras Cultural
122	RN	Educação Indígena no Alto Rio Negro	Prêmio Itaú-Unicef (7ª edição)
123	XG	Campanha 'Y Ikatu Xingu	Rede Yázigi Internexus
124	RN	Direitos indígenas, fortalecimento institucional e governança na bacia do rio Negro, noroeste amazônico 2008-12	RFN
125	XG	Programa Xingu 2008-12	RFN
126	PPDS	Valorização da diversidade socioambiental brasileira como estratégia de desenvolvimento 2008-12	RFN
127	AM/ RN/XG/ PPDS	Diversidade Socioambiental na Amazônia: governança, proteção e manejo de recursos naturais 2008-2010)	RFN
128	MM	Projeto Ambiente Verdes e Saudáveis: Construindo Políticas Públicas Integradas na Cidade de São Paulo	SVMA/Pnuma
129	PPDS	Consultoria para regulamentação de certificado de procedência legal no Brasil para Acesso a Recursos Genéticos	UICN-SUR
130	RN/XG	Formação de crianças e jovens indígenas na Amazônia	Unesco/Criança Esperança

Documentação

O que é

Centralizado na sede de São Paulo, funciona como serviço permanente de apoio aos projetos, programas e setores do ISA. Sua ação está baseada, em grande parte, no acompanhamento atualizado e qualificado de processos sociais e políticos envolvendo diferentes temas, atores sociais e uma complexa rede de instituições, o que exige um sistema de rotinas complexas de captação, processamento informatizado, conservação, disseminação e acesso de documentos/informações, tanto para a equipe do ISA quanto para o atendimento de demandas externas.

Equipe

• Cláudio Aparecido Tavares (produtor editorial, documentalista); Geni Aparecida Toffoli (estudante de Biblioteconomia, estagiária); Leila Maria Monteiro da Silva (historiadora, documentalista); Luiz Adriano dos Santos (auxiliar de documentação).

O que foi feito

► Acervo audiovisual

	2001/2006	2007	Total
Fotos digitalizadas e processadas	3.791	8.855	12.646
Fitas de Vídeo e DVD's	1.561	86	1.647

► Acervo textual

	1994/2005	2006	2007	Total
Docs/Livros processados	22.057	0	0	22.057
Docs/Livros pré-processados	5.517	462	336	6.315

► Banco de Notícias

	2003/2005	2006	2007	Total
Notícias digitalizadas e processadas	10.277	2.865	4.206	17.348

► Cadastro institucional

	2004/2005	2006	2007	Total
Pessoas e instituições	18.089	1.924	2.230	22.243
Cadastros atualizados	9.167	6.550	5.043	20.760

► Manchetes Socioambientais

	2004	2005	2006	2007
Assinantes	4.905	5.813	5.990	6.518

► Atendimento

	Acervo textual	Acervo audiovisual	Total
Interno (*)	572	306	878
Externo (**)	127	89	216
Total	699	395	1.094

(*) Inclui digitalização de documentos textuais e imagens, cópias de vídeos e tratamento de imagens para as equipes de Brasília, Canarana, Eldorado, Manaus e S. Gabriel da Cachoeira.

(**) Inclui atendimento via carta, telefone, correio eletrônico, pesquisa direta no acervo e envio de documentos digitalizados.

► Coberturas fotográficas: Evento Mananciais na Praça Buenos Aires; Produção de Banana no Quilombo de Ivaporunduva; lançamento Campanha de Cidadania Yázigi -Y Ikatu Xingu; Abraço na Guarapiranga; lançamento do site De Olho nos Mananciais; Oficina de capacitação sobre mananciais para jornalistas; lançamento da Campanha De Olho nos Mananciais; lançamento Almanaque Brasil Socioambiental em São Paulo.

► Mala-direta distribuição de publicações: Agenda Socioambiental 2008; Almanaque Brasil Socioambiental 2008; Mapa Amazônia Brasileira 2007; Revista 'Y Ikatu Xingu nº 2.

► Periódicos: Há 659 coleções de periódicos, sendo 566 delas coleções fechadas (encerradas) e 93 ativas.

► Pesquisas fotográficas: Almanaque Brasil Socioambiental 2008; Agenda Socioambiental 2008.

► Revisão de publicações: Agenda Socioambiental 2008; Almanaque Brasil Socioambiental.

► Tratamento de imagens: Mapa-pôster do Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira; livro Banana Orgânica no Quilombo de Ivaporunduva.

► Outras atividades

• Agendinha ISA 2007;

• Apresentação em PowerPoint para o Seminário Visões do Rio Babel;

• Diretório de instituições publicado no Almanaque Brasil Socioambiental 2008;

• Mala-direta para envio de convites eletrônicos de eventos e lançamentos.

Melhores momentos

A participação em todas as etapas da publicação Almanaque Brasil Socioambiental 2008, desde a organização de notícias para sua atualização, pesquisa fotográfica, elaboração do Diretório, envio de contratos para autores e fotógrafos, revisão, mala-direta para envio de convites dos lançamentos, registro fotográfico do lançamento em São Paulo e mala-direta para distribuição da publicação.

Geoprocessamento

O que é

Consiste na produção, atualização e divulgação de informações cartográficas e desenvolvimento de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), para fins de monitoramento e elaboração de diagnósticos socioambientais de Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e outras áreas de interesse socioambiental. Atende ainda as demandas internas de projetos e programas do ISA - em desenvolvimento ou em fase de planejamento -, bem como demandas de comunidades e parceiros locais, pesquisadores, organizações governamentais e não-governamentais, imprensa e público em geral, produzindo informações sobre os aspectos territoriais dos temas trabalhados pelo ISA.

Equipe

► Núcleo

• **Cícero Cardoso Augusto** (engenheiro cartógrafo, coordenador); **Rosimeire Rurico Saco** (geógrafa, analista de Geoprocessamento); **Alexandre Degan** (geógrafo, analista de Geoprocessamento)

► Analistas de geoprocessamento por Programas

• **Alicia Rolla** (geógrafa, Monitoramento de Áreas Protegidas); **Ana Carolina Rezende Rodrigues** (engenheira agrônoma; Xingu); **Carolina Born Toffoli** (geógrafa, Vale do Ribeira); **Marcelo Bueno de Souza Filho** (estagiário Xingu, até julho de 2007); **Rafael Fernando Honorio** (estagiário Xingu desde agosto de 2007); **Renata Aparecida Alves** (ecóloga, Rio Negro); **Thomas Jean Georges Gallois** (estagiário Monitoramento de Áreas Protegidas, desde março de 2007)

O que foi feito

► Participação em cursos e eventos

• Apoio e participação Seminário RAISG – Red Amazônica de Informaciones Socioambientales Georreferenciadas - ISA, de 13 a 16 novembro 2007;

• GEOBRASIL – 17 a 19 de julho 2007;

• Curso de capacitação interna em ferramentas de geoprocessamento, setembro/2007;

• Participação no Seminário Visões do Rio Babel -, em maio/2007;

• Oficina dos Lugares Sagrados de Iauaretê - abril/2007;

• Course on Forest Carbon Project Development – Quito – Equador – 21 a 27 de outubro;

• Participação no Lançamento da Campanha “Cilios do Ribeira” - em Registro/SP, 10 de agosto;

• “Explorando as funcionalidades do Google Earth” – SENAC - São Paulo - 17 e 18 de outubro;

• Oficinas dos sub-grupos Portal do Vale, Lagamar e Alto Ribeira – entre fevereiro e maio/2007;

• Participação no Cuart Taller del Geo-Amazônia, para finalização da publicação, no âmbito do processo de consulta realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (Pnuma/OTCA), em agosto, em Belém do Pará;

• Participação no seminário de consolidação dos dados para publicação dos resultados dos Seminários Áreas Prioritárias, promovido pelo MMA/ARPA, em março, em Brasília.

► Programa Rio Negro

• Elaboração de SIGs, mapas e cartas-imagem de trabalho para: I Encontro de Cartografia do Içana; Oficina de Lugares Sagrados de Iauaretê; Oficina de manejo de Uirapixuna e de Caruru e Mapeamento de recursos do Rio Preto-Santa Isabel.

• Apoio à demarcação e consolidação de áreas protegidas: mapas de trabalho e preparo de imagens de satélite para o Médio Rio Negro - GT de Bar-

celos, pedidos da Acimirn, Asiba e CAIBRN; GT de Santa Isabel; Plotagem e elaboração de mapas conflitantes das áreas prioritárias apontadas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA e Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) no Médio Rio Negro, mapas de Santa Isabel sobre os dados do Instituto de Terras do Amazonas; mapas de trabalho para discussão junto aos Yanomami; mapa da Raposas-Serra do Sol

• Mapas para relatórios/projetos/apresentações: em diferentes formatos e objetivos para Bacia do Rio Negro, Uaupés, Tiquié, Içana e Médio Rio Negro; Mapa das escolas diferenciadas de SGC e Mapa de radiofonia para o Médio Rio Negro.

• Atendimento a pedidos externos e de parceiros: Mapa para Instituto Brasileiro pelo Desenvolvimento Sanitário - IBDS; Mapa Foirn - Projeto de Proteção Fiscalização; Mapas para publicações externas; Mapas dos 19 pólos do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI

• Levantamento, download, mosaicação e edição de bases e imagens de satélite para elaboração de projeto/metodologia no Google Earth, mapabanner, mapas de divulgação, avaliação de material cartográfico e apoio técnico para os diversos seminários e oficinas

• Treinamentos: em ferramentas de geoprocessamento para membros da equipe (Aloísio Cabalzar e Carla Dias, e em mapeamento participativo para Maira (Oficina no Papuri- Uirapixuna)

• Numerologia e estatística: Bacia do Rio Negro e especificamente do Médio Rio Negro - novos pleitos

► Monitoramento de Áreas Protegidas e Políticas Públicas

• Plotagens de 14 TIs e 32 UCs;

• Obtenção, processamento e análise dos dados de desmatamento na Amazônia em 2006, produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe;

• Atualização e manutenção da base georreferenciada de áreas protegidas;

• Elaboração de mapas na web para a caracterização de TIs e Ucs, com vistas a uma interface com o Google EARTH;

• Atualização de títulos minerários incidentes sobre TIs na Amazônia Legal – dezembro/2007.

► Programa Xingu

• Mapas para o Grupo de Trabalho (GT) – Ikpeng;

• Mapas para a Expedição Kisedje e relatórios;

• Mapas para a Expedição Kaiabi;

• Elaboração de cartas-imagem da extração madeireira nas aldeias Terra Nova e Ronuro em 2005 e 2006;

• Elaboração de 31 mapas de uso atual dos lotes selecionados no PA Jaraguá com alocação dos módulos de recuperação de matas ciliares;

• Preparação de mapa de localização do PA Jaraguá na Bacia do Xingu, dos lotes selecionados no PA Jaraguá e carta-imagem com a localização dos lotes do PA Jaraguá na Bacia do Xingu;

• Atualização, quantificação formatação das análises e estatísticas dos dados de desmatamento da Bacia do Xingu;

• Criação dos buffers de Áreas de Proteção Permanente (APPs) para o PA Jaraguá;

• Correção do georreferenciamento das imagens da Bacia do Xingu de 1994 e 1997;

• Treinamento de estagiário para trabalhar no Laboratório de Geoprocessamento apoiando o Programa Xingu;

• Elaboração de diversos mapas e carta-imagens para reuniões e trabalhos das equipes.

Bacia do Suiá

• Realização de videografia sobre o Rio Suiá-Miçu.

• Execução de Mapa da fragmentos florestais no interflúvio Rio Suiá-Miçu-Suiazinho;

- Atualização do uso e ocupação do solo 2006 para a Bacia do Rio Suia-Miçú e município de Querência com base em imagens CBERS-2;
- Atualização de malha viária da Bacia do Rio Suia-Miçú e município de Querência com base em imagens CBERS-2;
- Elaboração de carta imagem com o uso 2006 da Bacia do Rio Suia-Miçú;
- Adaptação de mapa de pedologia, geomorfologia, vegetação e aptidão agrícola da Bacia do Rio Suia-Miçú a partir de dados da SEPLAN, 2001;
- Adaptação de mapa de geologia da Bacia do Rio Suia-Miçú a partir de dados da CPRM;
- Execução de mapa de sub-bacias, declividade e municípios da Bacia do Rio Suia-Miçú;
- Elaboração de mapa de zoneamento ecológico-econômico da Bacia do Rio Suia-Miçú primeira aproximação;
- Trabalhos de verificação de campo na Bacia do Rio Suia-Miçú;
- Atualização de áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas alagadas para Bacia do Suia.

Projeto Panará

- Mapas para as oficinas de etnoconhecimento;
- Mapas de recursos de naturais

Campanha YIKATU XINGU

- Atualização do mapa de Corredor de Biodiversidade da Bacia do Xingu;
- Apoio e fornecimento de dados aos textos, sites e publicações da Campanha;
- Diversos mapas para os projetos elaborados pela equipe;
- Mapa de áreas de erosão do município de Água Boa/MT.

Projeto Terra do Meio

- Plotagem de 149 certidões de registro de imóveis para o Ministério Público Federal sob suspeita de incidirem sobre Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Pará;
- Elaboração de mapa da Terra do Meio com as áreas da CRAmeida, Resex do Iriri e Resex do Anfrísio;
- Atualizações do banner do Corredor de Unidades de Conservação;
- Elaboração de diversas cartas-imagem para reuniões, trabalho de campo e parceiros.

► Programa Vale do Ribeira

Bases cartográficas

- Recorte, reprojeção e reunificação de 8 cartas (área de intersecção com os quilombos trabalhados no projeto Agenda Socioambiental) da base cartográfica contínua IBGE 1:50.000 produzida pelo Programa de Preservação da Mata Atlântica – Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e fornecida pelo Instituto Florestal - IF;
- Conversão, ajustes (geométricos) e unificação da base cartográfica (área de intersecção com os quilombos trabalhados no projeto Agenda Socioambiental), escala 1:10.000, fornecida pelo Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC;
- Ajustes dos limites dos territórios quilombolas reconhecidos sobre a base cartográfica 1:10000

Projeto Agenda Socioambiental Quilombola

- Ajustes ao Banco de Dados Access produzido, de modo a suportar as informações provenientes dos questionários (Diagnóstico Socioambiental Participativo) aplicados nas 14 comunidades envolvidas no projeto (André Lopes, Sapatu, Nhunguara, Ivaporunduva, São Pedro, Galvão, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Bombas, Porto Velho, Cangume, Morro Seco, Mandira e Poça), bem como permitir as consultas necessárias.
- Construção de 211 consultas no Banco de Dados, resultando na elaboração de 14 relatórios (1 para cada comunidade), os quais foram validados em oficinas junto às respectivas comunidades.
- Suporte técnico prévio (confecção de mapas de trabalho) e realização de oficinas de mapeamento participativo de uso e ocupação da terra, juntamente à coordenação técnica do projeto, em cada uma das 14 comunidades. De aproximadamente 56 oficinas realizadas (em média 4 para cada

comunidade), houve participação do analista de geoprocessamento do programa em pelo menos 1 oficina de mapeamento e 1 oficina de validação (28 oficinas). Foram produzidos nesta etapa do projeto aproximadamente 56 mapas de trabalho.

- Em momento posterior à última oficina de mapeamento participativo (oficina de validação), foram produzidas as primeiras versões dos 14 mapas de uso e ocupação da terra das comunidades quilombolas, com o objetivo de integrar a publicação “Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira”.
- Produção de arquivos shapefile com APPs e confecção de cartas-imagem com este tema para as 14 comunidades do projeto, com vistas a subsidiar a Oficina Temática de Legislação Ambiental.
- Elaboração preliminar dos banners, onde constará o mapa de uso e ocupação da terra, fotos do processo da Agenda e as principais demandas da respectiva comunidade.

Campanha pela recuperação das matas ciliares da bacia do Rio Ribeira de Iguape – Campanha Cílios do Ribeira

- Confecção de 3 mapas de trabalho (base cartográfica, carta-imagem e uso do solo 1999) para cada um dos municípios integrantes dos Sub-Grupos Portal do Vale (8 municípios), Lagamar (4 municípios), Alto Ribeira (5 municípios), totalizando 51 mapas;
- Participação das oficinas regionais de planejamento dos 3 sub-grupos acima citados, orientando as atividades de grupo para escolha dos rios prioritários para recuperação das matas ciliares.
- Confecção de mapas com a localização dos rios prioritários para o processo de construção da campanha;
- Confecção de mapas de trabalho com o uso da terra 1999 nas apps dos rios prioritários para recuperação dos 4 municípios pilotos escolhidos para os trabalhos de campo: Ilha Comprida, Eldorado, Jacupiranga e Apiaí;
- Confecção de mapas com as áreas antropizadas da Bacia do Ribeira, para os anos 1985 e 1990, integrando o site e o vídeo da Campanha;
- Confecção de mapa de trabalho (carta-imagem) para subsidiar a Primeira Expedição da Campanha Cílios do Ribeira.

Diversos

- Confecção de mapa e disponibilização de arquivo digital com o uso do solo para a Esec Tupiniquins, fornecido para o Instituto Vidágua;
- Confecção de mapa com a área afeta ao Projeto Hidrelétrico Tijuco Alto, o qual integrou o “ Parecer independente sobre o licenciamento ambiental do Projeto da Hidrelétrica de Tijuco Alto no Rio Ribeira de Iguape (São Paulo- Paraná) e sobre seus riscos para o povo e sua região”, coordenado pelo Prof. Oswaldo Sevá Filho, da Unicamp;
- Confecção de mapa de trabalho da área objeto de tombamento do Rio Ribeira de Iguape, utilizado em reuniões com o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - Iphan;
- Elaboração da “Proposta de serviço para levantamento de dados cartográficos sistemáticos e temáticos para a área de abrangência da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais - Alto Juquiá - São Lourenço, com vistas à elaboração de sua Lei Específica”, apresentada ao Vitae Civilis;
- Elaboração da primeira proposta para o “Diagnóstico Socioambiental da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe como subsídio à elaboração de seu plano de manejo”, apresentado na reunião da Câmara Técnica de Uso do Solo do Conselho Consultivo da APA-CIP;
- Elaboração de pré-projeto para atualização do Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira.

► Programa Mananciais

- Geração e atualização de mapas para o site;
- Coleta de informações de campo para inserção em mapa (Projeto Yporã).

Projeto Billings

- Atualização de dados para CD ArcExplorer Billings 2007;
- Mapas e pôster da publicação Billings 2006;
- Análises estatísticas



Projeto Cantareira

- Mapas da publicação Cantareira;
- Preparação de dados para CD ArcExplorer Cantareira 2007;
- Análises estatísticas
- ▶ Comunicação
- Elaboração de mapas inseridos em Notícias Socioambientais.
- Diversos
- 1064 mapas impressos em papel utilizados pelos próprios programas nas suas atividades.
- 12 mapas vendidos ou doados para outras instituições, governo, pesquisadores e outros.
- 179 mapas digitais disponibilizados para os programas, outras instituições e outros.

Além disso, foram produzidos pôsteres para utilização pelas comunidades ou em exposições e eventos em que o ISA participou:

- Carta-imagem do povoado de Iauaretê;
- Banner do Corredor de Biodiversidade do Xingu.

Indicadores

- Capacidade de subsídio em SIG aos programas e projetos.
- Respostas ágeis às demandas externas e internas.
- Formação e atualização profissional da equipe.
- Mapas e relatórios disponibilizados.
- Maior volume de armazenamento de dados

Avaliação

Mesmo com a equipe ainda reduzida, foi possível, em função dos conhecimentos e capacidades acumuladas, atender demandas não previstas, internas e externas, fornecendo informações e orientações.

Foi possível também promover a capacitação da equipe em ferramentas de geoprocessamento, mas é necessário inovar e buscar novas tecnologias, bem como fazer uma avaliação da capacidade de atendimento atual de demandas solicitadas à área.

Perspectivas

- Contatos e visitas a órgãos governamentais e privados para aquisição/troca de informações técnicas;
- Viabilizar a organização de dados analógicos existentes para digital;
- Realizar novos treinamentos e capacitar tecnicamente a equipe;
- Integração dos dados geográficos em banco de dados corporativo para disponibilização na internet;
- Estudos para absorção de novas tecnologias e satélites com o objetivo de atender às novas demandas dos Programas e Projetos (videografia, IRS, CBERS-2B, Google Earth, ALOS, SPOT).

Produtos

- Produtos novos
- Mapa Amazônia 2007 – edição especial para o Programa ARPA (inglês e português);
- Obras do PAC na Amazônia brasileira
- Mapa pôster do Almanaque Socioambiental 2008;
- Mapa de Títulos minerários 2007;
- Mapas do Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira.
- ▶ Atualizações
- Mapa Terras Indígenas no Brasil;
- Mapa Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia Legal Brasileira;
- Estatísticas de Terras na Amazônia Legal Brasileira e no Brasil.
- Análises de dados geográficos e estatísticos para Mananciais, Xingu e Monitoramento (Prodes e títulos minerários em TIs).

Informática

O que é

Atividade permanente que reúne as rotinas necessárias à manutenção operacional dos sistemas informatizados do ISA, em condições adequadas às necessidades das equipes de trabalho da sede em São Paulo e dos escritórios em Brasília, São Gabriel da Cachoeira, Manaus, Canarana e Eldorado.

Equipe

• **Antenor Bispo de Moraes** (administrador de empresas, coordenador); **Adriana Araújo dos Santos** (analista de sistemas, técnica de suporte); **Cristiane Akemi Matsuzaki** (analista de sistemas, técnica de suporte); **Fernando Baumhak Gomila** (analista de sistemas, técnico de suporte até junho); **Jackson Rodrigues Nolêto** (estudante de Sistemas de Informações, estagiário); **Leila Varlese** (estudante de Sistemas de Informações, estagiária, desde agosto)

O que foi feito

• Palestra de sensibilização para o Curso de Capacitação em Softwares Livres realizado em janeiro, no Parque Estadual Ecológico da Guarapiranga;
• Oficina de informática no Telecentro do Quilombo de Pedro Cubas, no Vale do Ribeira, para capacitar a comunidade a utilizar software livre como ferramenta de escritório e de Internet, bem como de manutenção básica nas estações de trabalho e de políticas de acesso;
• Manutenção de equipamentos de informática no Posto Diauarum, Posto Pavuru, no Parque Indígena do Xingu (MT), na unidade da Associação Terra Indígena Xingu (Atix) em Canarana (MT) e implantação de rede no escritório do ISA em Canarana;

• Instalação de Linux nos computadores da Atix no Posto Diauarum, manutenção de equipamentos de informática no Posto Diauarum, no Posto Pavuru, na aldeia Nãsepotiti do povo Panará e na sede do ISA em Canarana;
• Manutenção nos computadores da rede do ISA em Manaus e São Gabriel da Cachoeira;
• Implantação de rede de informática e suporte durante o seminário Visões do Rio Babel, em Manaus;
• Substituição do sistema e modernização do Telecentro ISA São Gabriel da Cachoeira.
• Aumento do link de Internet em São Paulo: de 1Mb para 2Mb;
• Substituição do servidor de hospedagem do site Socioambiental.org e atualização do banco de dados PostgreSQL;
• Substituição do sistema de backup de São Paulo com a transferência do sistema antigo para Brasília. O novo sistema tem capacidade de 6,4Tb sem compactação e até 12Tb com compactação.
• Capacidade instalada
Total de usuários 145
Total de computadores =175
(99 desktops; 76 notebooks)
Servidores: 10
Cap. de armazenamento SP 2,0 Tb
Cap. de armazenamento DF 200 Gb
Cap. de armazenamento Manaus 132 Gb
Cap. de armazenamento SGC 132 Gb
• Suporte/Serviços de rede
Atendimentos/Suporte: 4.160
Mensagens processadas nos servidores de e-mail: 5.122.139
Qtd de caixas postais (e-mails e grupos): 251

PROGRAMAS

Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo

O que é

O Programa Mananciais tem como objetivo desenvolver o monitoramento socioambiental participativo dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Este processo compreende produção e atualização constante de diagnósticos socioambientais, realização de seminários para proposição de ações de recuperação e conservação, acompanhamento e proposição de políticas públicas, promoção de campanhas e ações de mobilização da sociedade em torno das questões relativas aos mananciais.

Integra este programa a Campanha De Olho nos Mananciais, de esclarecimento sobre a situação das fontes de água que abastecem as grandes cidades, começando por São Paulo, e de mobilização para promover o uso racional da água. A campanha pretende mostrar que a ameaça de escassez de água nas grandes cidades tem relação direta com poluição e desperdício. Prevê o desenvolvimento de diversas parcerias, em especial com entidades da sociedade civil que atuam nas regiões de manancial de São Paulo.

Entre os objetivos da campanha está: informar a população sobre a situação das suas fontes de água; mobilizar os consumidores de água para a recuperação e preservação dos mananciais, conscientizar as pessoas de que a conservação da água é uma responsabilidade de todos, fornecer dicas de consumo responsável que possam ser adotadas no cotidiano das pessoas, promover atos públicos para alertar sobre a situação dos mananciais e exigir a preservação das fontes de água.

Parcerias e fontes de financiamento

► Financiadores:

• **Cenpec Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária:** oficinas de formação de jovens e educadores no âmbito do Projeto Jovens Urbanos; **Fehidro Fundo Estadual de Recursos Hídricos:** projetos; **Grendene:** apoio financeiro à Campanha De Olho nos Mananciais; **SVMA/PNUMA Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo:** apoio para a publicação com os resultados do Seminário Guarapiranga 2006.

► Parceiros:

• **Annix:** empresa de consultoria de moda, responsável pelo desenvolvimento das peças promocionais da Campanha De Olho nos Mananciais (eco-bags e camisetas); **BijaRi Arte e Design:** coletivo de artistas responsável pelas intervenções artísticas nos eventos da Campanha De Olho nos Mananciais; **Canal Motoboy:** coletivo de motoboys que transmitem imagens da cidade por celulares, parceria para eventos da Campanha De Olho nos Mananciais; **Cauxi:** empresa de assessoria de imprensa especializada no terceiro setor, responsável pela assessoria de imprensa para os eventos da Campanha De Olho nos Mananciais; **CDHEP Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Centro Universitário Senac:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Cenpec Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária:** instituição responsável pelo Projeto Jovens Urbanos, no qual o ISA realizou oficinas sobre o tema "água e meio ambiente"; **Ciranda:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Espaço Formação Assessoria e Documentação:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Espaço Rosa Rosarum:** apoio para evento de lançamento da Campanha De Olho nos Mananciais; **Fórum em Defesa da Vida Contra a Violência:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Fundação Mokiti Okada/Igreja Messiânica do Brasil:** integra

Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Instituto Padre Josimo:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Instituto Polis:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006; **Movimento Nossa São Paulo: Outra Cidade:** apoio na divulgação da Campanha de Olho nos Mananciais; **NBS:** agência de publicidade que apóia a Campanha De Olho nos Mananciais; **Sabesp Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo:** protocolo de intenções para troca de informações sobre saneamento; **SVMA Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga, parceria no projeto Ambientes Verdes e Saudáveis; **Sajape Sociedade Amigos dos Jardins Petrópolis e dos Estados:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Sesc Interlagos:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Setor 2 e 1/2:** apoio na divulgação da Campanha e relacionamento com Grendene; **SOS Represa Guarapiranga:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Subprefeitura da Capela do Socorro:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Subprefeitura do M'Boi Mirim:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Subprefeitura de Parelheiros:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga; **Universidade São Francisco:** apoio nas ações na região do Sistema Cantareira; **Vitae Civilis Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006; **YCSA Yacht Clube Santo Amaro:** integra Comissão Coordenadora do Seminário Guarapiranga 2006 e organização do Abraço na Guarapiranga.

Equipe

• **Marussia Whately** (arquiteta, coordenadora); **Pilar Machado da Cunha** (geógrafa, coordenadora adjunta, desde setembro); **Arminda Jardim Ferraz Goyano** (bacharel em letras, assessora, a partir de dezembro); **César Pegoraro** (biólogo, assessor, a partir de maio); **Felipe De Lucia Lobo** (estudante de Biologia, estagiário, até fevereiro); **Fernanda Blauth Bajesteiro** (geógrafa, assessora, a partir de agosto); **Leo Ramos Malagoli** (biólogo, assessor, a partir de agosto); **Líliá Toledo Diniz** (advogada, assessora, a partir de agosto); **Marcelo Cardoso** (advogado, assessor); **Paula Freire Santoro** (arquiteta, assessora, a partir de agosto)

► Colaboradores

Carlos Cazalis (fotógrafo, colaborador no Abraço na Guarapiranga); **Iatã Canabrava** (fotógrafo, colaborador nos Diagnósticos Socioambientais Participativos da Guarapiranga e da Cantareira e no Abraço na Guarapiranga); **Renato Tagnin** (arquiteto, colaborador no acompanhamento do Rodoanel, flotação, produção de publicação sobre a Lei Específica da Billings e temas em geral)

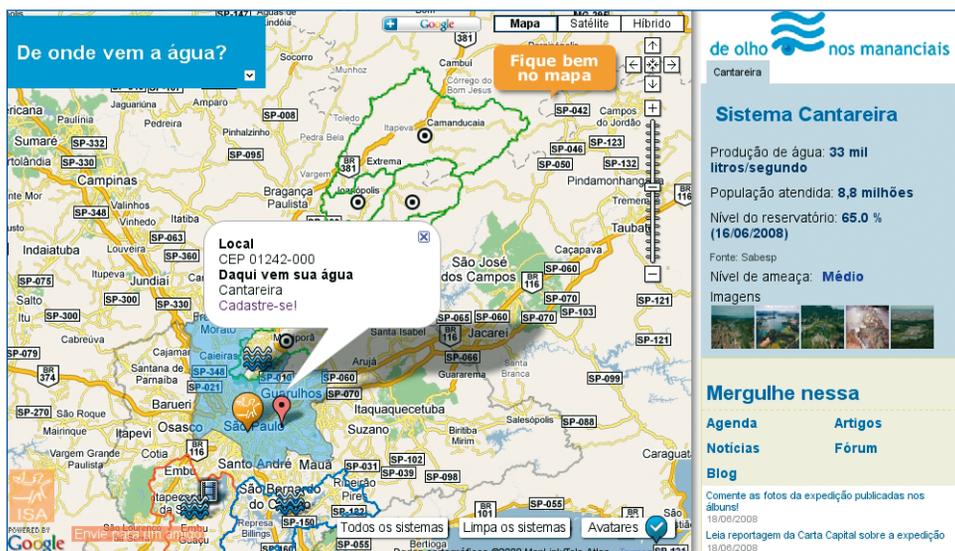
O que foi feito

SITE 'DE OLHO NOS MANANCIAIS'

- Criação e manutenção do site, incluindo aperfeiçoamento da programação, inserção constante de conteúdos, criação de novas seções e ferramentas de interatividade;
- Implementação da ferramenta "De onde vem a água". Por meio dela, os moradores da RMSP podem descobrir qual o manancial que abastece suas casas e se registrar no mapa;
- Criação de sistema interativo de cadastramento, vinculado com a ferramenta "de onde vem a água".

CAMPANHA "DE OLHO NOS MANANCIAIS"

- Desenvolvimento dos produtos promocionais da campanha: camisetas e eco-bag;
- Lançamento da Campanha "De Olho nos Mananciais" em evento no espaço Rosa Rosarum, em SP, com a presença de 160 pessoas (22 de novembro);
- Produção do 1º boletim da campanha e de informativo com dicas de consumo racional da água, veiculado no jornal "PubliMetro" em novembro;
- Produção e divulgação de estudo sobre o abastecimento de água e esgotamento sanitário nas capitais do Brasil, com grande repercussão na mídia nacional (novembro);
- Formalização de parcerias para a Campanha: Annix, Cauxi, NBS, Setor 2 e ½, Estúdio Bijari, Canal MOTOBOY, Movimento Nossa São Paulo, Jornal Publimetro, TV Minuto;
- Realização do 1º ato público, na Praça Buenos Aires (02 de dezembro).



Evento da Campanha De Olho nos Mananciais na Praça Buenos Aires, em dezembro de 2007, juntou brincadeiras circenses com a veiculação de informações sobre os mananciais de São Paulo.

PROJETO 'DE OLHO NOS MANANCIAIS II'

- Assinatura do contrato junto ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (Fehidro);
- Envio de relatório para liberação da 1ª parcela de financiamento do projeto. Início previsto para abril de 2008.

AValiação DA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES PROPOSTAS NO SEMINÁRIO BILLINGS 2002 E CONTRIBUIÇÕES AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEI ESPECÍFICA DA BILLINGS

- Realização de três oficinas junto ao Sub-Comitê da Bacia Billings para apresentação dos resultados do projeto e definição de metas e contribuições para a Lei Específica da bacia;

- Produção e divulgação, via internet, de relatório com contribuições ao processo de elaboração da Lei Específica da Billings;
- Produção de análises sobre a minuta da Lei Específica da Billings e apresentação dos resultados a representantes do Grupo de elaboração da Lei Específica do Sub-Comitê Billings;
- Participação em reuniões junto a técnicos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente para discussão de problemas relacionados à minuta da Lei Específica da Billings;
- Produção da versão preliminar da publicação "Contribuições para a elaboração de leis específicas de mananciais: o exemplo da Billings", com previsão de lançamento em março de 2008.

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO DA CANTAREIRA

- Produção do relatório técnico do Diagnóstico Socioambiental Participativo do Sistema Cantareira;
- Realização de oficina para avaliação dos resultados do diagnóstico junto aos atores locais (em abril);
- Lançamento, em evento na Universidade São Francisco - Bragança Paulista (em junho), e distribuição da publicação "Cantareira 2006 – Um olhar sobre o maior manancial de água da Região Metropolitana de São Paulo";
- Participação em eventos para divulgação dos resultados do diagnóstico;
- Reuniões com parceiros locais para articulação de ações na região em 2008.

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO DA REGIÃO DO SUBCOMITÊ JUQUERY-CANTAREIRA

- Realização de sobrevôo para checagem de mapeamento do uso do solo e produção de imagens para a publicação (fevereiro);
- Produção das análises estatísticas com dados do uso do solo;
- Produção do relatório técnico com os resultados do diagnóstico, a ser publicado em 2008;
- Realização de reuniões para levantamento de informações sobre a região com instituições governamentais da região.

SEMINÁRIO GUARAPIRANGA 2006

- Lançamento e distribuição da publicação "Seminário Guarapiranga 2006", em evento na Fundação Mokiti Okada (em março), contendo os resultados do Seminário e textos de referência sobre a Guarapiranga e a situação dos mananciais da RMSP;
- Produção e divulgação de documento-síntese com o resumo das principais propostas do Seminário, para entrega às autoridades envolvidas com a gestão da bacia;
- Realização, em conjunto com instituições da comissão coordenadora do Seminário, de reuniões junto às secretarias de Estado de Meio Ambiente e

de Saneamento e Energia e Prefeitura de São Paulo sobre a implementação da agenda para a Guarapiranga;

- Produção do “Placar da Guarapiranga”, divulgado durante a segunda edição do Abraço Guarapiranga, contendo a situação de implementação das propostas de ação resultantes do Seminário;
- Inserção das propostas para a Guarapiranga na pauta do Movimento Nossa São Paulo.

2º ABRAÇO NA GUARAPIRANGA – “CHEGA DE PROJETOS, QUEREMOS AÇÃO!”

- Participação em diversas reuniões junto a organizações da sociedade civil da região para organização do evento;
- Organização de ato ecumênico no Solo Sagrado, em parceria com a Fundação Mokiti Okada;
- Produção, com apoio da NBS, de material de divulgação do evento;
- Participação da equipe do ISA nos três locais de realização do evento: Parque Ecológico Guarapiranga, Solo Sagrado e Av. Robert Kennedy;
- Documentação fotográfica e em vídeo em parceria com voluntários.

CAPACITAÇÃO E FORTALECIMENTO DE REDES E PARCERIAS LOCAIS

- Realização de oficina sobre mananciais para jornalistas, com um módulo teórico e saída de campo. Como resultado da oficina, foram produzidas e veiculadas diversas matérias sobre o tema, em distintos veículos de mídia (março);
- Realização de oficina sobre o site “De Olho nos Mananciais”, em parceria com o Sesc Interlagos, dirigida a professores da rede pública de ensino da região da Guarapiranga (março);
- Realização de três oficinas de capacitação de organizações da sociedade civil nos seguintes temas: softwares livres, recuperação ambiental e elaboração de projetos (janeiro e fevereiro), no âmbito do projeto Capacitação de representantes do Subcomitê Cotia Guarapiranga em gestão e elaboração de projetos socioambientais;
- Expedição à Guarapiranga realizada em fevereiro de 2007, para levantamento de informações e dados para o inquérito civil público movido contra a Sabesp, realizado em parceria com o CDHEP, SOS Guarapiranga, Fórum em Defesa da Vida Contra a Violência e SOS Mata Atlântica;
- Realização de 12 oficinas de formação de jovens e duas oficinas de formação de educadores no Grajaú, por meio de parceria com o Cenpec e realizadas no âmbito do projeto “Jovens Urbanos”, com o tema “Meio ambiente e água” (setembro a novembro).

PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS, COMITÊS, FÓRUMS E COLEGIADOS

- Participação, como membro titular, nas reuniões do Conselho da Área de Proteção Ambiental (APA) do Capivari-Monos, atuação na câmara técnica de saneamento e na comissão organizadora do planejamento estratégico da APA;
- Acompanhamento das atividades do Comitê de Bacia do Alto Tietê e seus sub-comitês (Cotia-Guarapiranga, Billings-Tamanduatei e Juquery-Cantareira);
- Acompanhamento das atividades do Conselho do Fundo de Direitos Difusos do Ministério Público do Estado de São Paulo;
- Participação nas plenárias, grupo executivo (Colegiado) e GT’s (meio ambiente e orçamento) do Movimento Nossa São Paulo.

ACOMPANHAMENTO DE LEIS, POLÍTICAS E PLANOS COM RELAÇÃO DIRETA COM AS ÁREAS DE MANANCIAIS

- Acompanhamento e proposição de texto ao decreto regulamentador da Lei Específica da Guarapiranga, publicado em março;
- Acompanhamento e proposição de diretrizes para a elaboração da Lei Específica da Billings, com produção de informações técnicas, realização de oficinas junto a técnicos, atores locais e integrantes do sub-comitê Billings para proposição de metas para a bacia e realização de reuniões para discussão da minuta do Projeto de Lei;
- Acompanhamento e proposição de alterações, em conjunto com equipe do Programa Política e Direito Socioambiental, do projeto de lei nº 3057/00, que visa substituir a Lei nº 6766/76 (parcelamento do solo urbano);



Cesar Pegoraro/ISA

Oficinas de formação de jovens e educadores no Grajaú, através de parceria com o Cenpec e realizadas no âmbito do projeto “Jovens Urbanos”.



Pilar Cunha/ISA

Oficina sobre mananciais para jornalistas, com um módulo teórico e saída de campo. Como resultado da oficina, foram produzidas e veiculadas diversas matérias sobre o tema, em distintos veículos de mídia (março).



Marcelo Cardoso/ISA

Oficina de capacitação em uso de softwares livres, direcionada a representantes de entidades da sociedade civil atuantes na Bacia Hidrográfica da Guarapiranga.

- Acompanhamento das ações envolvidas no projeto “Operação defesa das Águas”, iniciativa conjunta da Prefeitura de São Paulo e Governo do Estado de SP para intervenções nas áreas de mananciais.

ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO TRECHO SUL DO RODOANEL METROPOLITANO

- Checagem de campo para acompanhamento do plantio compensatório no Trecho Oeste do Rodoanel;
- Produção de dossiê com resultados da checagem de campo e denúncias sobre o não-cumprimento de medidas compensatórias e entrega do documento ao Secretário Estadual de Meio Ambiente.

ACOMPANHAMENTO DOS TESTES DA FLOTAÇÃO NO RIO PINHEIROS

- Realização de reuniões com promotoria de meio ambiente do Ministério público de São Paulo e com perito responsável pelo acompanhamento dos testes da flotação no Rio Pinheiros;
- Realização de reunião com pesquisadores sobre riscos da flotação para a qualidade da água.

PARTICIPAÇÃO EM PALESTRAS, AULAS PÚBLICAS E MOBILIZAÇÃO DE GRUPOS

- Participação em 23 eventos para apresentação e debate sobre os mananciais de São Paulo e temas relacionados.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS E AMPLIAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

- Aprovação de projeto financiado pela Petrobrás;
- Aprovação de projeto em parceria com Secretaria do Verde e Meio Ambiente de São Paulo, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);
- Apoio da Grendene à Campanha De Olho no Mananciais.
- Parceria com o Cenpec para a realização das oficinas no âmbito do projeto Jovens Urbanos.

RELAÇÃO COM PARCEIROS INSTITUCIONAIS

- Visita de campo à Billings e Guarapiranga com equipe da Ajuda da Igreja da Noruega (AIN) para apresentação do trabalho do ISA com os mananciais em São Paulo.

Indicadores

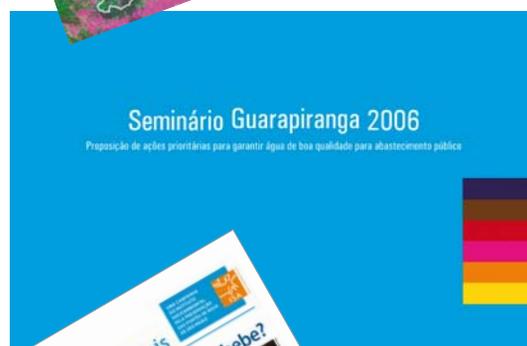
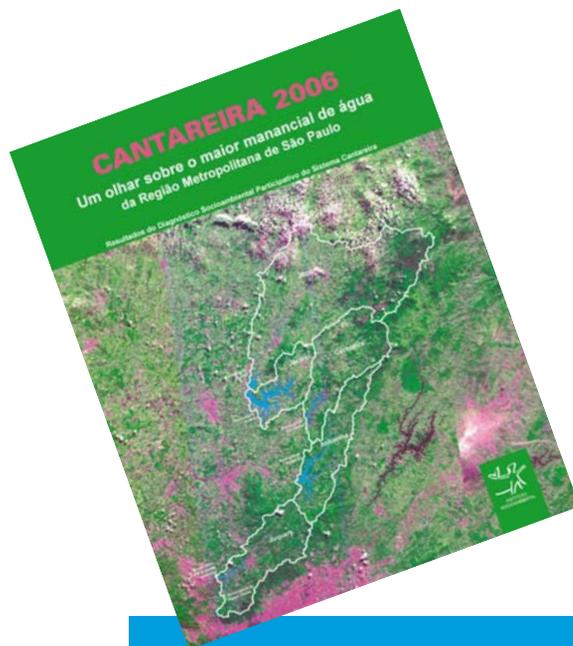
- Matérias em jornais e revistas sobre mananciais (estudo sobre abastecimento nas capitais: mais de 190 inserções na mídia nacional; temas gerais: 37 inserções entre jornais, revistas e boletins eletrônicos);
- Estabelecimento de parcerias com organizações governamentais e não-governamentais para desenvolvimento de projetos em área de mananciais (11 novas parcerias);
- Oficinas realizadas para formação e fortalecimento de parceiros locais (17 oficinas);
- Ampliação das fontes financiadoras do Programa (quatro novas fontes: Grendene, Petrobras, PNUMA e Cenpec);
- Participação em fóruns e eventos especializados sobre o tema mananciais (23 eventos);
- Publicações e materiais produzidos: Cantareira 2006 (2 mil exemplares) e Seminário Guarapiranga 2006 (2 mil exemplares), encarte no Jornal PùbliMetro (450 mil exemplares), Boletim nº 1 da Campanha (2 mil exemplares).

Avaliação

O ano de 2007 foi marcado pelo lançamento da Campanha De Olho nos Mananciais, que deu novo fôlego ao programa que iria encerrar as atividades até meados do ano que passou. O lançamento da campanha foi possível graças ao apoio financeiro da Grendene e adesão de Gisele Bundchen à Campanha. Outro aspecto que merece destaque para a “reviravolta” do programa, foi o esforço da Secretaria Executiva na captação de recursos.

Ainda em 2007, o programa conseguiu aprovar quatro novos projetos: um junto ao Programa Petrobras Ambiental; outro em parceria com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) do município de São Paulo e PNUMA, denominado Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS); parceria com Cenpec no Projeto Jovens Urbanos e assinatura de novo contrato com o Fehidro (projeto De Olho nos Mananciais II).

As ações em andamento desde os anos anteriores puderam ter prosseguimento, e entre elas destaca-se a articulação pela Guarapiranga, iniciada em 2006 com o Seminário Guarapiranga e o 1º Abraço na Guarapiranga, cuja continuidade em 2007 se deu por meio das reuniões com as autoridades responsáveis pela implementação das propostas resultantes do seminário, produção de documentos e realização de visitas à campo para produção



de novas informações sobre a região. Foi realizado também o 2º Abraço na Guarapiranga, consolidando-o como um importante evento anual na agenda paulistana. O Programa lançou duas importantes publicações: “Seminário Guarapiranga 2006”, com os resultados do encontro realizado no ano anterior, e “Cantareira 2006 – Um olhar sobre o maior manancial de água da RMSP”, que traz os resultados do Diagnóstico Socioambiental do Sistema Cantareira. Esta última tornou-se o cartão de visitas do ISA na região do Sistema e já se firmou como uma importante fonte de informações – até então inéditas – sobre esta região que produz a água para metade da RMSP.

Em 2007, os principais temas relacionados a políticas públicas foram: Rodoanel, Flotação do Rio Pinheiros e Leis Específicas da Guarapiranga e da Billings.

Conforme avaliado pelo ISA durante o processo de licenciamento do Rodoanel, já se pode constatar os grandes impactos da obra sobre as áreas de mananciais. Na prática, os impactos ambientais e as denúncias só aumentam, incluindo assoreamento da represa, acidentes com caminhões, desmatamento além da conta, mudanças nas técnicas construtivas, entre outros. O ISA vem acompanhando a obra e questionando os empreendedores e órgãos responsáveis pelo licenciamento sobre os impactos.

A autorização para os testes do projeto de Flotação no rio Pinheiros – projeto polêmico por seus potenciais impactos sobre a qualidade da água da Billings e consequentemente do abastecimento público da população de São Paulo – só foi possível devido a acordo judicial firmado entre Governo do Estado, Ministério Público, Petrobras e Emae. Os testes tiveram início em agosto. O ISA vem acompanhando o cumprimento das exigências deste acordo, em especial sobre a divulgação de informações relacionadas com qualidade da água.

Ainda durante 2007, o ISA acompanhou o processo de regulamentação da Lei Específica da Guarapiranga e de elaboração de legislação semelhante para a Billings. Neste caso, o ISA realizou um conjunto de oficinas para discutir com atores locais e prefeituras metas e objetivos para a região. O resultado deste trabalho será divulgado em 2008, através de uma publicação com diretrizes para este tipo de legislação.

O Programa estabeleceu novas e importantes parcerias ao longo de 2007. Entre elas, o Movimento Nossa São Paulo: Outra Cidade. São mais de 600 organizações e instituições que vêm trabalhando para construir uma nova proposta para São Paulo, e incorporaram o tema mananciais entre suas prioridades, além do apoio irrestrito à Campanha De Olho nos Mananciais. Novas parcerias também surgiram durante a organização da segunda edição do Abraço (mais de 35 organizações participaram), o que contribuiu para o avanço na relação com os parceiros locais, especialmente na região da Guarapiranga.

A relação com o poder público passou por mudanças ao longo do ano. Com o Governo do Estado, o diálogo foi facilitado no início da gestão, em especial com a Sabesp e Secretaria do Meio Ambiente. Porém, durante o ano, esta comunicação praticamente se encerrou. Com a Sabesp, foi formalizado acordo de cooperação para troca de informações, que não chegou a ser cumprido pela empresa. A relação com as prefeituras, à exceção de São Paulo, é quase inexistente. Foram feitos esforços para envolver prefeituras das áreas de mananciais, sem grande retorno. No âmbito federal, iniciou-se um diálogo promissor com a Agência Nacional de Águas (ANA), baseado principalmente na atuação do ISA na região do Sistema Cantareira. Esta relação é ainda incipiente e depende de novos contatos ao longo de 2008.



A ampliação das fontes de recursos permitiu a ampliação da equipe, o que por sua vez aumentou a capacidade de realização do Programa. Além dos temas com os quais o programa já trabalhava, foi possível iniciar uma nova linha de ação: a formação de jovens – uma atividade que deve se tornar permanente no Programa – com a realização de projeto-piloto na região do Grajaú, no âmbito do Projeto Jovens Urbanos (parceria com Cenpec).

CAMPANHA DE OLHO NOS MANANCIAIS

Você sabe de onde vem a água que você bebe? Com essa pergunta, o ISA lançou a Campanha de Olho nos Mananciais. Uma campanha de responsabilidade socioambiental compartilhada, com base nos 10 anos de trabalho do ISA com o tema, que tem um quadro de responsabilidades resultante do seminário Guarapiranga, mas também novas abordagens, como hábitos de consumo, para atingir o público difuso da campanha.

A Campanha tem apoio do modelo Gisele Bundchen. Para atingir o público difuso: 20 milhões de moradores da Grande São Paulo, demos início a uma estratégia de comunicação ampliada. Tal estratégia está baseada em:

- Parcerias com veículos de imprensa: o Jornal Publi Metro, onde foi divulgado primeiro material da Campanha (450 mil exemplares), TV do Minuto (maior audiência que a Globo), Rádio Globo;
- Eventos em locais públicos: ir onde as pessoas estão, como a Praça Buenos Aires, que foi o primeiro teste;
- Site (www.mananciais.org.br): foi totalmente reformulado e teve mais de 50 mil acessos em 2007;
- Ferramentas interativas, como “De onde vem a água”. Através dela, os moradores da RMSP podem descobrir qual o manancial que abastece suas casas e se registrar no mapa;
- Produção de informações: mostrar as responsabilidades dos diferentes atores e dar visibilidade ao tema. Um exemplo de como pode ser feito é o estudo sobre o abastecimento de água nas capitais brasileiras (mais de 190 inserções na mídia nacional, divulgação em jornais de 22 estados, editoriais na Folha de São Paulo e no Estadão).

Perspectivas

- Concluir 5 projetos Fehidro em andamento;
- Iniciar o projeto De Olho nos Mananciais II;
- Dar continuidade à implementação da agenda para a Guarapiranga, resultante do Seminário;
- Aumentar a captação de recursos para o Programa e para a Campanha De Olho nos Mananciais;
- Lançar publicação sobre a Billings e sobre a região do Juquery-Cantareira;
- Acompanhar a construção do Rodoanel e as intervenções do setor de saneamento na RMSP;
- Propor diretrizes para a política municipal para as áreas de mananciais, para proteção da biodiversidade e para a gestão dos parques urbanos do município de São Paulo, no âmbito do Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis, em Parceria com SVMA e PNUMA;
- Lançar publicações sobre: parques municipais de São Paulo, biodiversidade no município, diretrizes para política de proteção aos mananciais e serviços ambientais. Todas no âmbito da parceria com a SVMA e o PNUMA;
- Iniciar processo de proposição de ações para a região do Sistema Cantareira, semelhante à Guarapiranga;
- Promover terceira edição do Abraço na Guarapiranga;
- Realizar Expedição Fotográfica nos Mananciais;
- Assinar contrato e iniciar projeto na Guarapiranga com financiamento da Petrobrás;
- Ampliar parcerias para a Campanha De Olho nos Mananciais;
- Realizar eventos e atos públicos relacionados à Campanha;
- Produzir “Agenda Socioambiental 2009”, com o tema mananciais.

Melhores momentos

- Realização do 2º Abraço na Guarapiranga, com ampliação do número de instituições envolvidas com sua organização;
- Lançamento da Campanha 'De Olho nos Mananciais';
- Estudo sobre situação do abastecimento de água e do esgotamento sanitário nas capitais brasileiras e repercussão na mídia;
- Ampliação das parcerias, das fontes de recursos e da equipe do programa;
- Lançamento dos resultados do Diagnóstico Socioambiental Participativo do Sistema Cantareira.

Produtos

- Livro "Cantareira 2006 – Um olhar sobre o maior manancial de água da RMSP";
- Livro "Seminário Guarapiranga 2006";
- Boletim nº 1 da Campanha;
- Informativo nº 1 da Campanha;
- Estudo "Abastecimento de água e esgotamento sanitário nas capitais brasileiras".

Monitoramento de Áreas Protegidas

O que é

Conjunto de rotinas de pesquisa, organização e sistematização de informações sobre Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais, e suas relações espaciais com terras destinadas a outros usos (militares, reforma agrária etc) e obras de infra-estrutura. Está operacionalmente baseado em um Sistema Gerenciador de Dados, composto por diversos bancos de dados relacionados entre si e georreferenciados. Suas metas são: adensar e fornecer informações sobre o ordenamento territorial na Amazônia Legal, e informações sobre TIs e UCs de todo o país; monitorar as ações do Estado e influenciar positivamente a elaboração e implementação de políticas públicas que garantam a defesa dos direitos dos povos indígenas no Brasil e a conservação da biodiversidade da Amazônia brasileira. Estas atividades foram iniciadas há mais de duas décadas, o que garante o acúmulo e qualidade das informações.

MONITORAMENTO DAS TERRAS INDÍGENAS (TIs) NO BRASIL

É a compilação, catalogação e sistematização de um amplo conjunto de informações referentes às TIs no Brasil, abrangendo as ações do Estado Brasileiro, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. Diariamente são coletadas informações referentes ao estatuto jurídico das TIs, a incidência de projetos de infra-estrutura, os recursos provenientes de financiadores diversos (públicos e privados), as principais pressões que as ameaçam, além de um quadro detalhado dos programas desenvolvidos em cada uma delas. Um panorama do uso dos recursos por suas populações é complementado por um conjunto de informações etnográficas e demográficas, incluindo também as notícias da mídia local e nacional, permitindo a elaboração de cenários e diagnósticos que visam subsidiar e influenciar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Brasil.

MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) NO BRASIL

Trata-se da compilação e sistematização de dados georreferenciados sobre UCs Federais e Estaduais, que abrangem os instrumentos legais de criação, de alteração de limites, de instrumentos de gestão, dados sobre a situação fundiária, os projetos de proteção e fiscalização e de desenvolvimento sustentável. Dessa forma é possível avaliar o grau de implantação e gestão, assim como compreender o contexto que envolve as UCs. Constam no Sistema Gerenciador notícias da mídia e de órgãos ambientais, relacionadas a cada UC, pelas quais se pode também avaliar a pressão e ameaças no entorno ou no interior dessas áreas.

O objetivo é fornecer informações sobre a situação do reconhecimento e implantação das UCs, da conservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais, de forma a subsidiar e influenciar as políticas públicas voltadas à proteção da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos pelas populações tradicionais.

MONITORAMENTO GERAL

Trata-se da compilação e sistematização de dados georreferenciados sobre o ordenamento territorial: outras terras destinadas a usos especiais, obras e projetos de infra-estrutura e desenvolvimento, desmatamento, interesses minerários, projetos de assentamento da reforma agrária, glebas militares, reservas garimpeiras e outros temas. De modo geral, esse conjunto de dados tem sido coletado apenas para a Amazônia Legal brasileira, por questões de escala e pela disponibilidade e acesso à informação.

A análise e compreensão desses temas, em suas relações com TIs e UCs, permitem uma visão de conjunto sobre o processo de reconhecimento e implementação dessas áreas e, logo, propiciam intervenções qualificadas em relação às políticas públicas.

Fontes de financiamento

- Cafod Agência Católica para o Desenvolvimento; Fundação Gordon e Betty Moore; Norad Agência Norueguesa para Cooperação Internacional.

Equipe

- Fany Pantaleoni Ricardo (antropóloga, coordenadora); Alicia Rolla (geógrafa, analista de Geoprocessamento); Bruno Marianno (estagiário, Gestão Ambiental); Helena Ladeira Azanha (jornalista, estagiária); João Ricardo Rampinelli Alves (programador, a partir de dezembro); Luis Roberto de Paula (antropólogo, analista de pesquisa socioambiental); Rogério Duarte do Pateo (antropólogo, analista de pesquisa socioambiental); Thomas Jean Georges Gallois (estagiário, estudante de Geografia).

► Retaguarda institucional

- Cícero Cardoso Augusto (engenheiro cartógrafo, coordenador de geoprocessamento); Alexandre Degan Perussi (geógrafo, analista de Geoprocessamento).

Linhas de ação

- Pesquisa e monitoramento do reconhecimento, implementação e situação de fato das Áreas Protegidas;
- Pesquisa e monitoramento das políticas voltadas a Áreas Protegidas no Legislativo e Executivo;
- Produção e divulgação de informações sobre Áreas Protegidas em documentos, livros e internet.

O que foi feito

EM RELAÇÃO ÀS TIs

- Sobre o processo de reconhecimento oficial das TIs
 - Acompanhamento diário das informações sobre identificação de novas terras pela Fundação Nacional do Índio (Funai); a declaração de posse permanente dos índios, através de portaria ministerial, a homologação das demarcações por decreto presidencial; a regularização fundiária e os registros nos Cartórios de Imóveis e no Serviço de Patrimônio da União.
 - Início do levantamento das demandas indígenas por terras ainda não reconhecidas pela Funai.

► Outras pesquisas

- Contatos permanentes com a rede de colaboradores para complementação das informações de campo;
- Pesquisa sobre demografia, pressões, ameaças, presença de agentes da Funai, Exército, missões, ONGs etc, além de capturar informações em documentos oficiais e de pesquisadores em papel e na internet, para preenchimento dos diversos campos de pesquisa existentes no banco de TIs.

► Notícias

- Inserção diária de notícias no Banco de Notícias sobre povos e TIs e questões ambientais. Até 31/12/2007, o banco contava com 37.764 registros.

► Mineração

- Atualização dos interesses minerários no subsolo das TIs na Amazônia Legal.

► Projetos e parcerias

- Seminário com convidados para discutir a questão do orçamento da União para os povos e terras indígenas;
- Projetos e parcerias das organizações indígenas, e outros recursos dos programas sociais que chegam aos índios, tais como aposentadorias, salários, bolsa família, Fome Zero etc.;



- Acompanhamento cotidiano dos convênios publicados no Diário Oficial e no site Transparência Brasil da Controladoria Geral da União. Desta forma todos os convênios federais assinados que tenham como alvo a População ou Terras Indígenas são cadastrados em nosso banco, proporcionando material para diversos tipos de análises sobre os recursos financeiros do Governo Federal que são disponibilizados para as populações indígenas via Associações Indígenas, Prefeituras, Ong's e etc.;

- Durante o ano de 2007 foram coletados 806 convênios, que somados aos 345 existentes totalizaram 1.151;

- Reunião com representantes do Inesc e PDPI, além de antropólogos e demais especialistas na questão indígena, a fim elaborar uma estratégia conjunta para o monitoramento dos recursos financeiros disponíveis à população indígena. Seja por meio de convênios (recursos públicos destinados coletivamente), programas assistencialistas e salários (recursos individuais) e contratos (recursos privados oriundos, sobretudo, da cooperação internacional), para traçar um panorama geral sobre o volume de dinheiro destinado aos índios e sua aplicação prática. Essa iniciativa insere-se no âmbito da elaboração de indicadores de sustentabilidade e consolidação das Terras Indígenas, e tem como objetivo principal trazer à tona a realidade da dotação de recursos à essas populações permitindo maior controle sobre seus efeitos entre as populações indígenas;

- A questão da saúde indígena foi acompanhada com atenção, devido aos diversos escândalos envolvendo desvio de verbas e falta de atendimento médico adequado. A partir das informações coletadas e cadastradas em nosso banco de notícias e de projetos, pudemos produzir um relatório sobre as conveniadas com suspeita de irregularidade e fazer uma análise sobre a atuação da Funasa e a situação da saúde em regiões onde a gravidade dos problemas foi maior;

- Elaboração de um paper, com análise preliminar de 326 convênios e contratos firmados entre 186 associações indígenas e órgãos governamentais e ONGs, extraídos do banco de dados do ISA, no período 1996 a 2007. O total dos recursos conveniados e contratados foi de R\$ 24.712.807,00. O texto foi apresentado e discutido no Grupo de Trabalho Povos Indígenas, Projetos e Desenvolvimento, na X Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (Abanne) em Aracaju.

► Caracterização de TIs

Manutenção da estrutura da Caracterização Socioambiental das Terras Indígenas no Brasil, interface web que disponibiliza para os usuários do site do ISA, desde 2006, um conjunto de informações relevantes sobre as Terras Indígenas de todo o Brasil. Os dados disponibilizados são uma versão simplificada do conteúdo catalogado no Sistema Gerenciador de Áreas Protegidas, acrescido de uma estrutura de mapas interativos para permitir que o usuário localize cada TI. Além de informações essenciais sobre cada Terra Indígena, como estatuto jurídico, população, pressões e ameaças, projetos e parcerias, caracterização ambiental, os usuários da Caracterização Socioambiental de TIs têm acesso às notícias de jornais, na íntegra, catalogadas cotidianamente e relacionadas às TIs específicas. Para completar as informações, cada uma das TIs tem link com os verbetes dos povos que nelas habitam. Essa integração entre o Banco de TIs, o Banco de Notícias e a Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil e mapas configura o mais completo conjunto de informações sobre a população indígena que habita o território brasileiro. Esse trabalho foi desenvolvido pela equipe do Monitoramento em conjunto com as áreas de Informática, Comunicação e Geoprocessamento.

Em 2007, iniciamos o desenvolvimento, em caráter experimental, de uma interface de disponibilização dos dados contidos na caracterização de TIs por meio do Google Earth, buscando integrar o conteúdo disponível sobre TIs e UCs no website do ISA à essa ferramenta. Ainda em fase de testes, a experiência busca integrar as informações sistematizadas pelo Programa de Monitoramento à chamada “web

geográfica”, otimizando o acesso aos dados georreferenciados sobre as populações indígenas e Unidades de Conservação aos milhões de usuários do Google Earth. Esse sub-projeto insere-se em uma iniciativa de maior envergadura ainda em fase de negociação, envolvendo outros parceiros do ISA.

EM RELAÇÃO ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- Pesquisa e sistematização dos instrumentos legais de criação de novas UCs federais e estaduais no Brasil, e todos os instrumentos legais relativos à mudança de perímetro, mudanças de categoria, criação de conselhos consultivos ou deliberativos, aprovação de planos de manejo, entre outros. Inclui o georreferenciamento das áreas;

- Contatos com colaboradores permanentes, responsáveis pela gestão de UCs ou pesquisadores em UCs, visando obter informações sobre a criação, implantação e fiscalização das áreas;

- Elaboração de cômputos e análises para divulgação na mídia, pesquisadores, organizações governamentais e não-governamentais, entre outros;

- Aprimoramento e preenchimento do Banco de Dados;
- Desenvolvimento pela equipe do Monitoramento em conjunto com as áreas de Informática, Comunicação e Geoprocessamento, e publicação no site do ISA, de um sistema de pesquisa de informações sobre UCs (<http://www.socioambiental.org/uc/>).

- Inclui ainda um cômputo completo de todas as UCs federais e estaduais, a ocorrência de sobreposições entre UCs e TIs e entre as UCs federais, além de

The screenshot shows a web browser window displaying the website 'Caracterização Socioambiental das Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira'. The page features a green header with the logo 'SOCIOAMBIENTAL' and navigation links. The main content area includes a title, a brief description of the system's purpose, and a map of the Amazon region with state abbreviations (RR, AP, PA, MA, AC, RO, MT, TO). Below the map, there are search filters for 'Estado' (listing Rondônia (RO), Acre (AC), Amazonas (AM), Roraima (RR), Pará (PA), Amapá (AP), Tocantins (TO), Maranhão (MA), and Mato Grosso (MT)), 'Categoria', and 'Bacia hidrográfica'. The footer contains logos for 'Norad' and 'CAFOD' under 'apoios', and 'INPA' and 'ICCO' under 'apoio institucional'. A copyright notice at the bottom states: '© Todos os direitos reservados. Para reprodução de trechos de textos é necessário citar o autor (quando houver) e o nome do Instituto Socioambiental. Para reprodução em sites, dar o crédito e o link para o site do ISA. A reprodução de fotos e ilustrações não é permitida.'

um quadro da criação das UCs por período presidencial, desde a primeira área protegida.

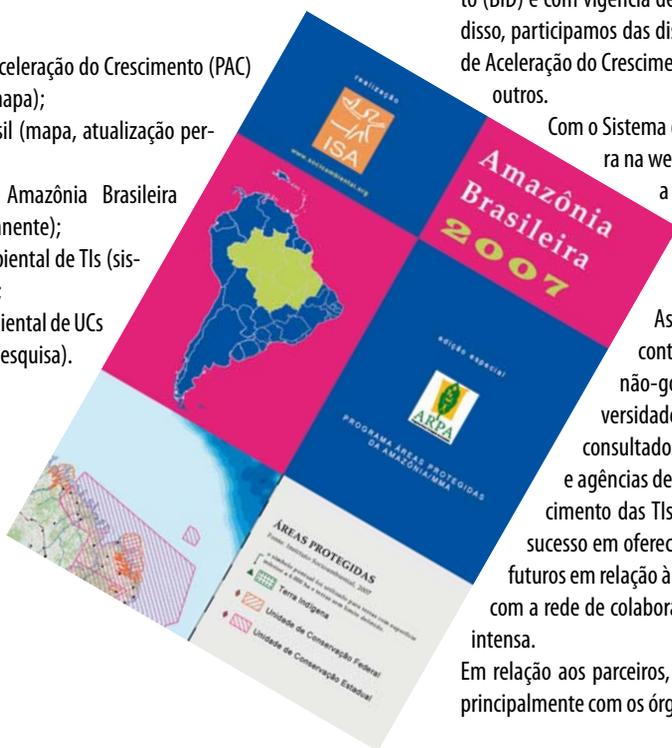
- Participação no Congresso Latino-americano de Parques, em Bariloche, Argentina.

MONITORAMENTO GERAL

- Publicação do mapa Amazônia Brasileira 2007, edição especial para o Programa Áreas Protegidas da Amazônia/Ministério do Meio Ambiente (Arpa/MMA), contendo as UCs federais e estaduais e as TIs, sobre uma combinação de classes de vegetação e relevo, e com destaque para as UCs apoiadas pelo Programa Arpa. Em seu verso se encontram textos explicativos, cômputos e listagem das TIs e UCs. Além da versão em português, foi feita uma tiragem de 3.000 exemplares em inglês;
- Participação, em agosto, do Cuart Taller del Geo-Amazônia, para finalização da publicação, no âmbito do processo de consulta realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (Pnuma/OTCA), em Belém do Pará;
- Pesquisa e sistematização, por meio do Diário Oficial da União (DOU), dos instrumentos legais de criação, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (MDA/Incra), de projetos especiais da reforma agrária com características diferenciadas de gestão ambiental: projetos de Assentamento Florestal, projetos de Assentamentos Agroextrativistas, projetos de Desenvolvimento Sustentável e projetos Especiais Quilombolas;
- Pesquisa e sistematização, por meio do DOU, dos instrumentos legais de reconhecimento das terras de quilombo;
- Participação no seminário de consolidação dos dados para publicação dos resultados dos seminários áreas prioritárias, promovido pelo MMA/Arpa, em março, em Brasília.
- Organização e participação no Seminário da Red Amazônica de Informaciones Socioambientales Georreferenciadas, realizado no ISA, em São Paulo, de 13 a 16/11/2007;
- Início dos trabalhos de revisão do Sistema Gerenciador de Bancos de Dados (composto pelos bancos de dados de TIs, Ucs, organizações indígenas, projetos e parcerias, pesquisas de fauna e flora, obras de infra-estrutura, documentação e cadastro), para aperfeiçoamento e posterior migração de versão do servidor/banco de dados, que hoje estão em sistema Delphi, para um sistema web.

Produtos

- Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Amazônia Brasileira (mapa);
- Terras Indígenas no Brasil (mapa, atualização permanente);
- Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira (mapa, atualização permanente);
- Caracterização Socioambiental de TIs (sistema virtual de pesquisa);
- Caracterização Socioambiental de UCs (novo sistema virtual de pesquisa).



Indicadores

- Capacidade de monitorar e influenciar as políticas públicas, a partir da disponibilização de informações qualificadas sobre TIs e UCs;
- Atendimento satisfatório das demandas do público e das equipes do ISA;
- Capacidade de elaborar informações e disponibilizá-las por meio do website do ISA e publicações impressas.

Avaliação

Em setembro de 2007, com o financiamento aprovado pela Fundação Moore, o Programa Monitoramento poderá manter suas atividades relativas à Amazônia, pelo prazo de três anos, permitindo a continuidade das atividades de rotina e ainda a pesquisa e elaboração de indicadores para a sustentabilidade das TIs e UCs e a confecção de um subsite de UCs no site do ISA.

O formato final do banco de dados de UCs, cujos campos propiciam uma avaliação efetiva da gestão, implantação e estratégias de conservação das UCs, que já apontava a necessidade de aprofundamento das pesquisas via fontes primárias (visitas a campo e participações em reuniões estratégicas) e secundárias (trabalhos de pesquisadores, bancos de dados do Ibama e demais órgãos estaduais ambientais) será intensificado.

Para isso, foi contratado, a partir de dezembro, um programador em tempo integral, para reestruturar o Sistema Gerenciador de Áreas Protegidas, de forma a viabilizar seu compartilhamento com todas as sedes do ISA, e com outras organizações parceiras. Nesse contexto, uma revisão total da estrutura do sistema de bancos de dados "Gerenciador de Áreas Protegidas" foi realizada, buscando a conferência de cada um dos campos, a correção de problemas estruturais e de programação e a incorporação de melhorias sugeridas pelos integrantes da equipe, que utilizam cotidianamente o sistema.

Os esforços ao longo do ano foram mais enfáticos nas pesquisas sobre as TIs e nas atividades sobre a Amazônia Continental, com a retomada da Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas. Ao mesmo tempo, participamos das discussões internas e estaremos integrados ao projeto "Desenvolvimento de um Sistema de Informações Georreferenciadas para Povos Indígenas na Área de Influência da "Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)"; por meio de contrato firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com vigência de 17 meses a partir de dezembro de 2007. Além disso, participamos das discussões sobre o Pacto Amazônico, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o desmatamento na Amazônia, entre outros.

Com o Sistema de Caracterização das UCs da Amazônia Brasileira na web foi dado um passo importante para aumentar o acesso externo aos dados e o quadro que mostra a criação de UCs por período presidencial é único porque revela a ação dos presidentes na proteção da biodiversidade.

As referências ao trabalho do ISA relacionado às TIs continuam frequentes nos órgãos governamentais e não-governamentais, entre parlamentares e nas universidades. Os dados disponíveis na internet vêm sendo consultados pelo grande público, pela mídia, por parceiros e agências de cooperação, especialmente quanto ao reconhecimento das TIs por parte do Governo Federal. O ISA tem tido sucesso em oferecer ferramentas que permitem elaborar cenários futuros em relação à sustentabilidade das TIs. A troca de informações com a rede de colaboradores e o atendimento ao público mais geral é intensa.

Em relação aos parceiros, a avaliação é que houve significativa melhora principalmente com os órgãos federais como Ministério do Meio Ambiente

e Fundação Nacional do Índio (Funai), e com algumas secretarias estaduais do meio ambiente.

Perspectivas

- Avaliação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) consolidado para a Amazônia;
- Consolidação da Rede Amazônica de Informações Socioambientais Gerorreferenciadas (RAISG), em conjunto com ONGs de outros países amazônicos e o desenvolvimento de um sistema de integração de dados descentralizado;
- Edição do mapa Amazônia Brasileira 2008;
- Ampliação da rede de colaboradores permanentes e realização de acordos de cooperação técnica junto aos órgãos ambientais federais e estaduais e outras ONGs, a fim de alimentar a coleta de informações para monitorar a criação, implantação e fiscalização das UCs brasileiras;
- Aprimorar o banco de dados sobre as organizações e projetos das populações extrativistas que vivem nas UCs de Uso Sustentável ou em projetos de Assentamentos Agro-Extrativistas do Incra;
- Acompanhar os resultados das reuniões dos conselhos gestores das UCs, por meio de relatórios, e quando possível presencialmente;
- Disponibilizar na internet um site específico sobre UCs no Brasil;
- Relatórios e análises das UCs na Amazônia brasileira;
- Discussões sobre os indicadores de sustentabilidade das UCs e das TIs na Amazônia;
- Ampliar e consolidar as informações sobre os recursos disponíveis para serem utilizados pelas comunidades indígenas em suas TIs, incluindo a saúde;
- Ampliar as informações sobre os projetos e parcerias existentes nas TIs;
- Elaborar uma listagem das demandas indígenas por novas TIs;
- Migração dos bancos de dados que compõem o Sistema Gerenciador das Áreas Protegidas, que hoje estão no sistema Delphi para o sistema web.

Melhores momentos

- Disponibilização no website do ISA, do sistema de Caracterização das UCs na Amazônia Legal, que é o mais completo conjunto de informações sobre as Unidades de Conservação Federais e Estaduais na Amazônia Brasileira, integrando informações do Gerenciador de Áreas Protegidas, juntando as informações do banco de dados que contem as pesquisas científicas sobre fauna e flora, e o banco de notícias, possibilitando a leitura na íntegra das notícias relacionadas a cada UC, além do mapa interativo das UCs na Amazônia Legal;
- Publicação do mapa Amazônia Brasileira 2007, com versão em inglês.

Política e Direito Socioambiental

O que é

O Programa Política e Direito Socioambiental (PPDS) tem como objetivo garantir, pela via legislativa, executiva ou judicial, a implementação de direitos relativos ao meio ambiente, biodiversidade, aos povos indígenas e às populações tradicionais, além de atuar localmente, em coordenação com os programas regionais do Instituto Socioambiental (ISA).

Reunindo uma equipe multidisciplinar no escritório de Brasília, o PPDS desenvolve uma agenda de monitoramento e intervenção que procura influenciar políticas socioambientais, por meio da atuação em instâncias formais de formulação e discussão de políticas, além de atuar de forma integrada com outros programas do ISA nas interfaces destes com órgãos governamentais e políticas públicas, de modo a garantir a verticalização das ações da instituição.

Parcerias e fontes de financiamento

• Fundação David & Lucile Packard: apoio financeiro; Fundação Ford: apoio financeiro; RFN Fundação Rainforest da Noruega: apoio financeiro

► Parcerias

• Amigos da Terra Amazônia; AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; Conservação Internacional Brasil; Fundação SOS Mata Atlântica; Greenpeace; ICV Instituto Centro de Vida; Imazon Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Ipam Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Moab Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira; Terra de Direitos; TNC Conservação da Natureza; WWF Brasil

Equipe

• André Rodolfo Lima (advogado, coordenador, até junho); Raul Silva Telles do Valle (advogado, coordenador adjunto, até junho e coordenador, a partir de julho); Adriana Ramos (jornalista, coord. Iniciativa Amazônia); Márcio Santilli (filósofo, coord. Iniciativa Mudança Climática); Fernando Mathias Baptista (advogado, coordenador adjunto, a partir de julho); Ana Paula Souto Maior (advogada, assessora de políticas públicas, a partir de setembro); Carolina de Martins Pinheiro (advogada, assessora jurídica); Henry de Novion (biólogo, assessor de políticas públicas); Talitha Selvati (estudante de direito, estagiária)

► Colaboradora

• Biviany Rojas Garzon (cientista política e advogada, consultora e colaboradora no tema de direitos indígenas)

O que foi feito

DIREITOS INDÍGENAS

► Demarcação e reconhecimento de terras indígenas

O PPDS acompanha os processos de demarcação ou regularização de terras indígenas de interesse de povos indígenas que travaram contato com o extinto Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) e com os quais o ISA trabalha em seus programas regionais (Xingu e Rio Negro). A demarcação de terra indígena se processa em âmbito administrativo. Contudo, não raras são as contestações judiciais do trabalho desempenhado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Embora a relação com a Funai tenha melhorado na atual gestão, em razão do compromisso do presidente Márcio Meira com a efetivação dos direitos territoriais indígenas, ainda existem dificuldades crônicas de administração do órgão que impedem a celeridade nos processos de demarcação. Ademais, o Judiciário, crescentemente instado a se manifestar a respeito dos processos de demarcação de terra indígena, tem se mostrado muitas vezes despreparado ou descompromissado com a garantia dos direitos indígenas. Não raro juízes em primeira instância ou

até mesmo em tribunais atendem a interesses privados ou provêm uma tutela jurisdicional excessivamente pautada no paradigma do direito privado individual, em detrimento do reconhecimento dos direitos coletivos indígenas reconhecidos constitucionalmente. O acompanhamento processual realizado pelo PPDS tem o intuito de munir os povos indígenas parceiros com informações precisas sobre o andamento de cada processo, bem como das interferências judiciais na esfera administrativa. A seguir, apresentamos alguns casos merecedores de destaque:

• Terras Indígenas Kaiabi

Os Kaiabi foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu entre as décadas de 1950 e 1960 pelos irmãos Villas Boas. A reivindicação pelo retorno às suas terras tradicionais deu ensejo à abertura de três procedimentos administrativos de demarcação na Funai relativas às Terras Indígenas Kaiabi, Apiakás-Kaiabi e Batelão, que representam parte do território tradicional deste povo.

Contra cada processo de demarcação foram ajuizadas pelos menos duas ações judiciais por fazendeiros e/ou madeireiros, que atualmente ocupam de forma irregular as respectivas áreas demandadas. Eles pretendem anular o procedimento administrativo e validar posses e títulos de propriedade privada incidentes em Terras Indígenas.

Desde outubro de 2006, o PPDS acompanha tais ações judiciais, mantendo os Kaiabi devidamente informados de cada fase processual. Em junho de 2007, contudo, os Kaiabi constituíram como seus os advogados do ISA, para que fosse realizado um acompanhamento mais próximo e participativo das ações judiciais referentes à Terra Indígena Batelão.

Foram realizadas duas reuniões no Parque Indígena do Xingu e uma audiência na Justiça Federal de Cuiabá, com a participação direta de lideranças Kaiabi. Para 2008, está agendada a realização da perícia judicial antropológica, sobre a qual os indígenas traçaram as estratégias e a logística visando um bom desempenho da prova mais importante do processo judicial.

O procedimento administrativo de demarcação da TI Batelão se encontra suspenso devido a uma decisão provisória do Tribunal Regional Federal 1ª Região, que entende que o procedimento administrativo ameaça direitos e interesses privados. Esperamos para o próximo ano, a homologação da perícia judicial e uma sentença favorável que permita a continuidade do procedimento administrativo de demarcação.

• Demarcações no Rio Negro - Marabitanas/Cué-Cué e Médio/Baixo Rio Negro

Na Bacia do Rio Negro subsistem ainda duas pendências demarcatórias importantes: Marabitanas/Cué-Cué e Médio/Baixo Rio Negro. O PPDS assessorou as organizações indígenas do Rio Negro (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN) e Associação Indígena de Barcelos (Asiba)) com informações sobre o andamento dos processos em âmbito administrativo. Em relação à TI Marabitanas/Cué-Cué, o Grupo de Trabalho de identificação ainda está pendente de conclusão do relatório final desde 2003. Para tanto, a Funai alega ser necessário realizar um levantamento fundiário no distrito de Cucuí visando identificar as ocupações não-indígenas. O PPDS assessorou a Foirn durante a reunião de seu Conselho Diretor em agosto na elaboração de uma carta solicitando urgência no levantamento e juntando um levantamento demográfico de Cucuí realizado pela Foirn e ISA em 2004. No Médio Rio Negro existem dois GTs de identificação em andamento, um responsável pelo levantamento de ocupação indígena na região de Barcelos, outro na região de Santa Isabel do Rio Negro. Ao longo do ano, o PPDS buscou assessorar a ACIMRN e a Asiba na interlocução com a Funai, levando suas reivindicações ao conhecimento da Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF) e garantindo a participação de indígenas no trabalho de campo do GT. Em relação ao GT Barcelos, o movimento indígena reclama que o GT não

incorporou várias áreas demandadas, privilegiando setores economicamente relevantes presentes na região. Ambos os GTs apresentaram em fim de novembro relatório preliminar com um esboço dos limites das futuras TIs. Embora a Funai tenha dificuldades em cumprir prazos e dar celeridade aos processos, a interlocução do PPDS com a DAF e com outros setores do órgão indigenista tem sido satisfatória.

• Recuperação do território perdido pelos Gavião da Montanha

Há quase trinta anos o extinto Núcleo de Direitos Indígenas, uma das organizações antecessoras do ISA, ajuizou ação visando a recuperação do território dos Akratikatejê (Gavião da Montanha), inundado durante a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí pela Eletronorte (ELN). O pedido dos Gavião da Montanha referente à compra pela ELN de uma nova terra para o grupo foi acolhido e confirmado em segunda instância. O pedido de indenização pela remoção do grupo foi negado pelo tribunal e agora aguardamos julgamento definitivo de recurso no Supremo Tribunal Federal.

Os advogados do ISA, que representam judicialmente os Gavião, deram continuidade ao processo de negociação com a ELN para a compra da terra antes da finalização do processo judicial. Em fevereiro de 2007 foi realizada nova reunião em Marabá (PA) com a presença de muitos indígenas Akratikateje, representantes da ELN, do Ministério Público e os advogados do ISA. A terra já foi escolhida pelos Gavião da Montanha e apresentada à ELN. O MPF elaborou laudo pericial antropológico atestando a viabilidade da área escolhida; a Funai elaborou laudo ambiental também no mesmo sentido. A ELN paralelamente deverá fechar o levantamento fundiário para determinação da estratégia de aquisição da área. Esperamos que em 2008 o processo de aquisição da área escolhida seja concluído.

A relação do PPDS com a comunidade Akratikatejê tem sido bastante intensa, apesar dos poucos recursos disponíveis para deslocamento à região. Os advogados mantêm interlocução direta com Paiaré, cacique Akratikatejê, além de contar com assessoria da equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em Marabá. O Ministério Público Federal tem sido fundamental para forçar a ELN a negociar com os Gavião, e a equipe do PPDS tem tido boas relações tanto junto à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão quanto junto à Procuradoria em Marabá (PA).

► Avaliação de contratos de direitos autorais e de imagem dos povos indígenas do Parque Indígena do Xingu

A cada ano, o Parque Indígena do Xingu (PIX) ganha maior visibilidade, o que acarreta inúmeras propostas por parte de organizações não-governamentais e empresas com interesse de pesquisar e filmar ambientes indígenas ou ainda utilizar criações dos povos xinguanos. Sempre que demandado, o PPDS analisa as propostas de contrato e assessoria a negociação dos povos indígenas com quem o Programa Xingu do ISA trabalha.

Este ano, dirigentes de várias associações indígenas do Xingu sentiram a necessidade de fazer uma avaliação conjunta da experiência de cada povo. Os Kaiabi assinaram contrato com a Discovery Channel, os Kisêdjê, com a empresa de calçados Grendene, os Yudjá com o museu da Basiléia, na Suíça e os Ikpeng com a ONG Vídeo nas Aldeias.

A partir dos contratos citados e outras experiências narradas pelos dirigentes indígenas acerca da posse e propriedade de acervo cultural de vários povos por antropólogos, universidades e museus, iniciamos no II Encontro de Associações Indígenas do Xingu, uma discussão sobre direito de imagem e direito autoral dos povos indígenas. O debate deverá continuar no próximo ano, com análise, inclusive, de eventuais intervenções judiciais para garantir o acesso dos povos indígenas ao seu patrimônio cultural.

► Assessoria ao Movimento Contra Impunidade em São Gabriel da Cachoeira

Nos primeiros meses do ano a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) puxou um movimento popular na cidade de São Gabriel da Cachoeira com o objetivo de sensibilizar autoridades públicas

sobre a situação de violência urbana e do precário funcionamento do Estado na região. O movimento foi deflagrado a partir do assassinato e estupro – até hoje impunes – de uma jovem Baniwa encontrada às portas da Foirn, e buscou identificar e formular, com assessoria dos advogados do ISA, as demandas e autoridades competentes para tentar alterar o quadro atual. A equipe do ISA em Brasília articulou também a visita do Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vanucchi, à cidade, com o intuito de receber o abaixo-assinado organizado pelo movimento.

A mobilização resultou na abertura de um processo no Conselho Nacional de Justiça, que determinou ao Tribunal de Justiça do Amazonas a realização de uma expedição de correição extraordinária. O tribunal levantou detalhadamente todas as mazelas do Poder Judiciário local e o juiz que há anos vinha atuando de forma omissa e envolvido em interesses eleitorais, acabou sendo removido. A atuação da equipe do PPDS neste caso foi decisiva para garantir uma decisão do Poder Judiciário que beneficia diretamente as comunidades indígenas.

► Abril Indígena

O Abril Indígena 2007, no IV Acampamento Terra Livre, reuniu mais de 1.000 lideranças, de 98 povos indígenas, das distintas regiões do Brasil. Os destaques das discussões e reivindicações se referiram ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), à implementação da Comissão Nacional de Política Indigenista e ao projeto de lei que versa sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas, há quase quinze anos parado no Congresso Nacional. O PPDS além de colaborar na organização, atuando no âmbito da articulação do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI), que congrega dezenas de organizações indígenas e indigenistas, contribuiu com as principais discussões. O ISA cedeu e distribuiu mapa das obras do PAC, Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia, confeccionado pela equipe de geoprocessamento e foram preparados subsídios para o grupo de trabalho “assuntos legislativos”, que trazia os pontos mais importantes da última versão do Anteprojeto de Lei sobre a regulamentação das atividades de mineração em Terra Indígena elaborado pela Casa Civil.

Para o próximo ano, o PPDS espera ampliar as discussões preparatórias do FDDI com debates organizados com antecedência com as lideranças do Médio e Baixo Xingu. Trata-se de uma demanda das próprias lideranças que querem participar em maior quantidade e com maior intensidade e qualidade do Abril Indígena de 2008.



Entrevista coletiva durante abertura da terceira edição do Abril Indígena.

► Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI) e Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI)

O PPDS manteve sua atuação junto ao FDDI, com vistas ao fortalecimento do Fórum, cada vez mais reconhecido pelas autoridades públicas como espaço de interlocução. O FDDI organizou o processo de reivindicação junto

à presidência da Funai para a efetiva instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), criada por decreto em 2003.

Os membros da CNPI foram nomeados em 19 de abril de 2007, contando com 13 representantes de governo (três da Presidência, dois do Ministério da Justiça e oito de outros ministérios), 20 indígenas distribuídos entre as regiões do país (destes, dez com direito a voto) e dois representantes de entidades da sociedade civil, garantida a paridade nas votações.

À CNPI foram atribuídas competências de propor as diretrizes e prioridades da política nacional indigenista e as formas de monitoramento da ação dos órgãos federais que atuam como indigenistas, de articular e orientar estes órgãos, de propor a atualização da legislação, fazer o acompanhamento das atividades parlamentares, incentivar a participação indígena e ainda apoiar a capacitação técnica dos indigenistas.

O ISA, atualmente, é suplente da CNPI e junto ao FDDI tem colaborado nas reuniões preparatórias com as lideranças indígenas e acompanhado as reuniões bimestrais da Comissão. O PPDS contribuiu de maneira mais técnica na discussão sobre o Estatuto dos povos indígenas, com destaque para o conteúdo de mineração em Terras Indígenas. Para o próximo ano, esperamos avançar na discussão de outros conteúdos do Estatuto junto com a análise de projetos de lei em andamento, redigindo e debatendo pareceres sobre, por exemplo, exploração de recursos hídricos e direito de consulta prévia dos povos indígenas.

► Estágio de Capacitação de Lideranças Indígenas do Rio Negro

Durante o mês de novembro, sete lideranças indígenas do Rio Negro permaneceram por 3 semanas em Brasília cumprindo agenda política com diferentes órgãos do Executivo e também junto ao Congresso Nacional. O PPDS identificou junto à diretoria da Foin, em reunião realizada em São Gabriel da Cachoeira, em agosto, as principais demandas a serem levantadas em Brasília e os respectivos órgãos a serem visitados. Posteriormente, o PPDS acompanhou a delegação do Rio Negro em audiências junto a órgãos como a Funai, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Câmara dos Deputados, Senado Federal, entre outros.

► Monitoramento do Projeto de Lei sobre Mineração em Terra Indígena

Como anunciado desde 2006, o Poder Executivo Federal finalizou sua proposta para regulamentar a atividade de mineração em Terras Indígenas, a qual pretende apresentar ao Congresso Nacional para regulamentar definitivamente essa atividade, algo que está pendente desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Antes mesmo de haver terminado seu projeto de lei, o Poder Executivo iniciou sua divulgação em vários fóruns, com o intuito de legitimar sua intenção de regulamentar a matéria. Em março houve uma audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir mineração na Amazônia, na qual membros do Ministério de Minas e Energia apresentaram o projeto e expuseram a “necessidade” de se usar as reservas minerais existentes em terras indígenas para alavancar o setor (um dos que mais cresceram nos últimos cinco anos) no país.

A versão final da proposta ainda não foi apresentada formalmente à sociedade ou ao Congresso Nacional, mas o PPDS teve acesso a uma versão preliminar, divulgada em março, e com base nela elaboramos um parecer jurídico apontando as virtudes e falhas da proposta. Esse parecer foi distribuído a organizações parceiras, incluindo todas as integrantes do FDDI, e uma versão simplificada foi distribuída às lideranças indígenas presentes ao Abril Indígena, onde o assunto foi discutido. Em agosto participamos de um encontro no Acre, sobre exploração de petróleo em terras indígenas, organizado pela Comissão Pró-Índio do Acre, no qual tivemos a oportunidade de apresentar às organizações e lideranças indígenas presentes o projeto de lei e nosso parecer. Durante a reunião do Conselho Diretor da Foin, em agosto, o PPDS participou de uma discussão sobre a proposta legislativa, em São Gabriel da Cachoeira (AM), onde diferentes posições – favoráveis e contrárias – surgiram entre os índios.

As organizações integrantes do FDDI fecharam um posicionamento no sentido de que o projeto de lei de mineração não deveria ser discutido separadamente do projeto do novo estatuto das sociedades indígenas, que trata também de outros temas e está paralisado no Congresso Nacional desde 1994. Tal posicionamento foi reafirmado pelas lideranças indígenas com assento na CNPI, mas indiferente a tudo isso, a Câmara dos Deputados instalou, em novembro, uma comissão especial para discutir o assunto, com o objetivo de aprovar uma lei específica.

A primeira reunião dessa comissão especial ocorreu em novembro, e um plano de trabalho preliminar já foi aprovado, no qual consta a audiência de organizações indígenas e indigenistas, de empresas mineradoras, membros do Ministério de Minas e Energia, além de visitas in loco a casos de garimpo em Terras Indígenas. O ISA participou de audiência pública na Câmara juntamente com outras organizações como Cimi, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Conselho Indígena de Roraima (CIR). Já distribuímos o parecer para alguns deputados integrantes da comissão, no intuito de subsidiá-los com informações relevantes para a discussão da matéria. Um dos pontos que vimos levantando desde antes da instalação da comissão é a necessidade de se realizar consultas prévias com as organizações indígenas regionais antes da aprovação do projeto, tal como determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Congresso Nacional jamais submeteu uma lei a consulta prévia junto aos povos indígenas. Há uma grande resistência dos deputados em realizar tal consulta, por temor de que isso atrase em demasia a votação do projeto, e mesmo de algumas organizações indígenas, que temem que a consulta seja uma forma de legitimação de um processo com o qual não concordam.

Não há data certa para a finalização dos trabalhos, mas é provável que ainda no primeiro semestre de 2008 um primeiro relatório seja apresentado na comissão especial. Continuaremos acompanhando a comissão no próximo ano.

► Acompanhamento de outros projetos de lei e emenda constitucional no Congresso Nacional

Em 2007, com exceção do PL de mineração, não houve grande movimentação dos demais projetos de lei ou de emenda constitucional referentes a direitos indígenas. As propostas de emenda constitucional (PECs) que tentam modificar o processo de demarcação se mantiveram paralisadas, em função de falta de espaço político no Congresso Nacional, que teve outras prioridades durante o ano. Mesmo com a instalação da CNPI e a renovação da pressão por parte do movimento indígena, pela votação do Estatuto das Sociedades Indígenas, pouco ocorreu. Apenas um novo projeto de lei visando dificultar o processo de demarcação foi apresentado pelo Deputado Homero Pereira, ligado ao sindicato de produtores rurais de Mato Grosso, mas não teve ainda movimentação significativa.

Apesar disso, fora do Congresso Nacional, o discurso refratário à demarcação de terras indígenas, notadamente oriundo de setores militares e do agronegócio, continuou a ser amplamente veiculado. Em abril houve uma audiência pública na Câmara dos Deputados em que membros do setor de “inteligência” do governo federal (Exército, Agência Brasileira de Inteligência, Polícia Federal) apresentaram suas perspectivas sobre as “ameaças” da demarcação de terras indígenas para a soberania nacional. A idéia de que a demarcação de terras atenta à soberania nacional continua vigente nesse meio, com repercussões na imprensa e na opinião pública, o que dificulta a construção de uma relação positiva com esses setores de governo. É necessário, portanto, um trabalho permanente de comunicação social para desmistificar essa idéia, pois ela é o principal combustível para a aprovação dos projetos em comento.

► Curso Internacional de Antropologia Jurídica

O PPDS participou do Primeiro Curso Internacional de Antropologia Jurídica, promovido pela Red Latinoamericana de Antropología Jurídica (Re-

laju) e pela Faculdade de Direito da Universidade do Chile. O curso reuniu intelectuais e estudiosos da antropologia e do direito e teve como ponto central das discussões estratégias metodológicas que possam orientar a transformação dos reconhecimentos de direitos multiculturais em direitos efetivamente reclamáveis e concretizáveis. Para o próximo ano, espera-se a participação do ISA em um segundo curso internacional em Brasília, que possa orientar discussão e eventual publicação sobre o direito dos povos indígenas a acessar livremente seu patrimônio cultural. Ambos os cursos são preparatórios para o IV Congresso da Relaju, a ser realizado em novembro de 2008, na cidade de Bogotá, Colômbia.

TERRITORIALIDADES

► Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira

Aprovado em 2006, o Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira inova na medida em que confere às administrações regionais autonomia para gerir recursos públicos conforme suas prioridades. No caso de São Gabriel, essas administrações regionais coincidem com as coordenações regionais da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), abrindo caminho para a possibilidade de gestão autônoma dos povos indígenas sobre seu território, incluindo recursos públicos municipais.

Após a aprovação do Plano, não houve ao longo de 2007 interesse por parte da Foirn ou do movimento indígena em sua implementação concreta, em razão de outras prioridades de trabalho, razão por que o PPDS pouco investiu no tema. Em 2008, no entanto, O Programa Rio Negro do ISA publicará, em parceria com a prefeitura de SGC e o Instituto Pólis, um mapa-folder com os principais resultados e instrumentos previstos para a implantação do Plano Diretor. A expectativa é que essa publicação seja uma das peças centrais do debate à sucessão municipal em SGC. A própria Foirn já divulgou comunicado nesse sentido, cobrando o compromisso dos candidatos com a implementação do Plano Diretor e assumindo pela primeira vez uma posição suprapartidária. Espera-se portanto que ao menos o debate acerca da implementação do Plano venha à tona no ano que vem.

► Acompanhamento e assessoria ao processo de regularização fundiária da Terra do Meio

Durante 2007 deu-se continuidade aos trabalhos de acompanhamento do processo de regularização fundiária junto aos órgãos governamentais competentes como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto de Terras do Pará (Iterpa).

O ISA colaborou especificamente levando os resultados da Reunião Técnica sobre regularização Fundiária na Terra do Meio, realizada no mês de novembro de 2006. Esta reuniu técnicos dos órgãos competentes bem como procuradores jurídicos do Ibama, Incra, MPF do Pará e representantes do movimento social e da academia diretamente envolvidos com o tema. O resultado desta reunião foi a construção de um plano de trabalho indicando as prioridades de ação e ordenamento territorial daquela região, refletindo sobre o método de trabalho utilizado pelo Ibama e Incra e rediscutindo critérios e necessidade de avanço para que esta etapa possa ser realizada nas UCs com mais eficiência e menos burocracia. Ao fim da reunião, definiu-se um conjunto de compromissos por parte dos órgãos, em especial do Ibama que é responsável legal no governo federal.

Ainda nesse contexto, o ISA se responsabilizou por realizar visitas e discussões junto ao governo do estado e de elaborar uma proposta para a demarcação física das Unidades de Conservação componentes do Mosaico da Terra do Meio, como uma estratégia de apoiar a fiscalização integrada destas áreas. Este produto foi elaborado e entregue ao Ibama, atual Instituto Chico Mendes. Atualmente a primeira etapa deste plano está em andamento com apoio do Arpa para as Resex do Riozinho do Anfrísio e do Iriri na Terra do Meio.

O ISA ainda pretende dar continuidade a discussão da instrução normativa nº 09 do Ibama, que define as regras sobre a compra e venda de terras em

UCs. Nesse contexto, o ISA realizou visitas e conversas junto ao governo do estado, Ibama regional em Altamira e ao Iterpa e Sectam com o intuito de colocar essa pauta aos novos representantes governamentais, no início deste ano.

Atualmente o ISA está consolidando um estudo sobre a proposta de gestão e reconhecimento do mosaico da terra do meio que terá entre uma de suas principais prioridades, dar continuidade e incidir na prática com o processo de regularização do conjunto de UCs.

Além disso, o ISA contribuiu para a formalização da criação dos conselhos gestores das Resex do Riozinho do Anfrísio e do Iriri que tem a atribuição legal de fazer a gestão destas áreas.

A relação do ISA com os órgãos governamentais federais tem sido positiva e gerado perspectivas concretas de avanço na regularização da Terra do Meio. O mesmo ocorre com a sociedade civil organizada local, embora haja dificuldades de comunicação em razão do isolamento da área.

► Análise da Limitação Administrativa Provisória para criação de Unidades de Conservação

Durante o ano de 2007 fizemos uma análise da eficácia do instrumento da Limitação Administrativa Provisória (LAP) para criação de Unidades de Conservação. Esse instrumento jurídico, inserido recentemente na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), tem como objetivo impedir a degradação ambiental de uma região na qual está sendo estudada a criação de uma unidade de conservação. A análise feita teve como objetivo avaliar se, nos casos em que foi utilizada, ela serviu para atingir essa finalidade.

► Regularização fundiária das terras de quilombo

Durante o ano de 2007 houve uma série de eventos políticos, incluindo reportagens em veículos da grande mídia nacional, que culminou com uma proposta de alteração no Decreto Federal 4887/03, que regulamenta a demarcação e titulação de terras de quilombos.

Em agosto houve um seminário no Congresso Nacional, organizado pelo movimento quilombola, para manifestar repúdio às tentativas de alteração do regulamento que estavam sendo articuladas por setores do próprio Governo Federal. A informação atual é que a idéia de alteração do decreto foi abolida, embora ainda exista uma demanda por modificar a instrução normativa do Incra que disciplina o processo de identificação e titulação das terras.

Paralelamente a isso, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) promovida pelo então Partido da Frente Liberal (hoje, Democratas), na qual o ISA ingressou, ainda em 2004, como amicus curiae para evitar a derrubada do Decreto 4887/03, ingressaram várias entidades ligadas ao setor empresarial rural – contrárias à demarcação de terras de quilombos – na tentativa de reforçar a necessidade de derrubar a medida. O processo ainda pende de julgamento.

LICENCIAMENTO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA

► Licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto

Após mais de três anos de iniciado o processo de licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto junto ao Ibama, em julho foram realizadas as audiências públicas para apresentação do projeto à sociedade e para recolher informações relevantes à avaliação dos impactos socioambientais do empreendimento.

Em fevereiro, fomos à região para realizar reuniões de preparação com as populações locais, tanto os quilombolas (que serão indiretamente afetados por essa usina, mas diretamente pelas demais) como os agricultores familiares de Cerro Azul e Adrianópolis (que serão diretamente afetados). Nessa ocasião, apresentamos um parecer independente sobre o EIA/Rima elaborado por um professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), contratado pelo PPDS, que apontava os riscos da construção dessa obra para a população local.



Raul Silva Telles do Valle/ISA

As audiências atraíram centenas de pessoas, e na cidade de Eldorado a presença quilombola foi marcante.

Em abril o Ibama agendou as audiências públicas, que seriam realizadas em cinco cidades do Vale do Ribeira (Cerro Azul, Ribeira, Adrianópolis, Eldorado e Registro). Membros do PPDS foram para a região (Cerro Azul), mas em função de uma greve no Ibama as audiências foram canceladas em cima da hora.

Em julho as audiências foram novamente agendadas e finalmente ocorreram. O ISA participou de todas as cinco audiências, apresentando informações e questionamentos e assessorando os movimentos sociais locais, notadamente a Associação Sindical dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Asstraf) de Cerro Azul e o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), de Eldorado.

A participação do PPDS foi relevante na formulação de uma estratégia para participação dos diversos movimentos locais nas audiências, bem como no esclarecimento de aspectos técnicos e jurídicos do empreendimento e do processo de licenciamento. As audiências foram espaço para inúmeras manifestações contrárias ao empreendimento, inclusive de lideranças políticas locais anteriormente favoráveis.

Nesse meio tempo assessoramos um deputado estadual de São Paulo na elaboração de um projeto de lei que visa a proteção do rio Ribeira de Iguape. O projeto (PL 394/07) foi apresentado em julho e aprovado pouco tempo depois, mas acabou vetado pelo Governador de Estado.

► Hidrovia Araguaia-Tocantins

Durante 2007 não houve mudanças significativas nos processos judiciais movidos pelo PPDS em nome do povo indígena Xavante contra o processo de licenciamento ambiental da Hidrovia Araguaia-Tocantins. O principal questionamento ao projeto diz respeito à intenção do governo federal de licenciar o empreendimento por partes, ignorando os impactos cumulativos do projeto como um todo.

O Ministério Público Federal apresentou parecer favorável aos Xavante na ação que movemos pleiteando a nulidade do EIA/RIMA da Hidrovia por evidências de fraude. O próximo passo desta ação é a prolação de sentença pelo Juízo de Mato Grosso.

Administrativamente, o Ibama acolheu a tese do licenciamento fragmentado, arquivando o processo de licenciamento da Hidrovia como um todo. Atualmente o projeto se resume a dois pedidos de licenciamento para derrocamentos no rio Araguaia. Não há qualquer intervenção prevista para o Rio das Mortes, território dos Xavante. Dessa forma, ainda que a situação dos Xavante esteja confortável, o precedente de licenciamento fragmentado é ruim; ademais, o Ministério dos Transportes pretende se utilizar do mesmo EIA/RIMA fraudado para orientar os licenciamentos pontuais.

► Seminário do Programa Nacional do Meio Ambiente

O PPDS participou, em agosto, do II Seminário do Programa Nacional do Meio Ambiente, cujo foco foi a capacitação de membros de órgãos estaduais de meio ambiente que trabalham com licenciamento ambiental.

CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

► Projeto Inovar para Avançar: propondo novas formas de salvaguarda aos direitos intelectuais coletivos dos povos indígenas

Desde maio a equipe do PPDS vem desenvolvendo o projeto "Inovar para Avançar: propondo novas formas de salvaguarda aos direitos intelectuais coletivos dos povos indígenas". O projeto é um desdobramento do histórico de atuação do PPDS no tema de proteção de conhecimentos tradicionais de povos indígenas e sua interface com o uso de recursos genéticos e ferramentas de propriedade intelectual.

O projeto visa investigar novos caminhos para a salvaguarda de criações intelectuais de povos indígenas face ao crescente uso de novas tecnologias, de modo que suas formas particulares de produção e circulação de conhecimento sugiram elas próprias os mecanismos de sua legitimação jurídica, em lugar de procurar enquadrá-las nos modelos existentes no Direito positivo.

O método para alcançar esse objetivo envolve promover discussões junto aos povos indígenas onde o ISA atua, sobre o tema de direitos intelectuais, de maneira integrada com projetos de valorização e registro cultural promovidos e geridos pelos próprios indígenas. Para tanto, contamos com a colaboração de sócios do ISA como Eduardo Viveiros de Castro e Laymert Garcia, além da experiência do Centro Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas (CTS/FGV), no Rio de Janeiro, pioneiro na discussão jurídica sobre abordagens alternativas no campo da propriedade intelectual.

Durante o ano de 2007, dedicamo-nos a intensificar as ações de integração junto aos programas de área do ISA e aos nossos parceiros indígenas e colaboradores do projeto, visando identificar os casos concretos sobre os quais iremos aprofundar a discussão. Fizemos uma reunião ampla de coordenação em dezembro, onde foram identificados critérios para a escolha de casos. No Xingu, tivemos a oportunidade de promover dois encontros junto aos Yudjá sobre registro musical. O trabalho foi ancorado no projeto que desenvolvemos com apoio do Ministério da Cultura, e buscamos identificar os anseios e preocupações dos índios com o uso e a circulação de sua música, tanto entre grupos indígenas como em relação à sociedade envolvente, considerando que os produtos previstos no projeto envolvem o uso de tecnologia digital com amplo potencial de difusão. Participamos de eventos e seminários relacionados com a temática geral, criamos e estamos alimentando constantemente um site colaborativo específico (<http://ct.socioambiental.org>) que pretende registrar a evolução do projeto e também acumular material e discussões associadas em outros campos.

ACESSO A RECURSOS GENÉTICOS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS

► Participação no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen)

Em 2007 não houve avanços significativos na legislação de acesso no âmbito do Cgen, no que tange ao acesso a conhecimentos tradicionais, e não houve melhoria na participação da sociedade civil no Cgen, que segue restrita a figura do convidado permanente, com direito a voz. No entanto, o ISA promoveu debates e participou de eventos com povos indígenas e comunidades tradicionais para discutir os temas da lei, e participou da formulação e aprovação de novas resoluções:

* Resolução 27/2007 – regulamenta o contrato de repartição dos benefícios com a União

* Resolução 29/2007 – trata do enquadramento de óleos fixos, óleos essenciais e extratos

Além disso, a atuação do ISA foi determinante para a realização da consulta pública nº 2, realizada e concluída com participação de povos e comunidades tradicionais, que versou sobre formas de repartição de benefícios oriundos do acesso a conhecimentos tradicionais compartilhados.

► Acompanhamento do Ante-Projeto de Lei sobre Acesso

a Conhecimentos Tradicionais Associados a Recursos Genéticos

Em 2007 o projeto de lei não foi enviado ao Congresso Nacional, como esperávamos, e tampouco houve uma abertura significativa no âmbito

do Poder Executivo para a participação da sociedade civil, notadamente das organizações ligadas aos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses. No entanto, interferimos indiretamente no processo de elaboração da proposta e logramos envolver várias entidades e organizações da sociedade civil (incluindo organizações de povos indígenas e comunidades tradicionais, mas também de outros setores que antes não discutiam essa matéria, como o Movimento de Pequenos Agricultores, a Articulação Nacional de Agroecologia, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento de Mulheres Camponesas, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar e outros) no debate da lei e na reivindicação por um processo de consulta pública adequado. No final do ano, a proposta de lei de acesso foi concluída e submetida à Consulta pública, via Internet, por 3 meses, o que o conjunto de organizações não julgou adequado e por isso continuou a reivindicar uma consulta presencial.

Nesse tema realizamos as seguintes atividades:

a) Reuniões com empresas e com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC para discutir o APL e sugerir aprimoramentos
Reuniões com a academia:

- maio: participação, como ouvinte, em uma reunião restrita entre a Casa Civil e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, onde fez sugestões de redação ao texto do APL, algumas delas incorporadas

b) Reuniões com setor empresarial: duas reuniões com pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), num curso de formação de monitores (abril, na Embrapa Amazônia Ocidental, em Manaus/AM; e maio, na Embrapa Agroindústria Tropical, em Fortaleza/CE)

c) Concepção, preparação, organização e realização do seminário “Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e a posição do Governo Brasileiro”, em parceria com a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), e Terra de Direitos (organizações de assessoria dos movimentos do campo). (Notícia do Seminário, ver <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2573>)

d) Participação em seminários para explicar o tema (Reunião do grupo de trabalho de biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia, em Outubro)

e) Articulação permanente com organizações da sociedade civil da sociedade civil por um APL democrático, justo e participativo, que resultou na elaboração de uma estratégia conjunta para tratar do assunto e, principalmente, exigir a discussão pública do projeto. Nesse sentido cobramos da Casa Civil a divulgação do APL e a realização de audiências presenciais para a discussão do conteúdo da lei (ver <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2469> e http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/cartaconsultapublicaapl.pdf), o que acabou resultando na abertura de um processo formal de consulta pública, primeiro por internet e, agora, presencial.

POLÍTICA FLORESTAL

► **Elaboração do Pacto pela Valorização da Floresta e Pelo Fim do Desmatamento na Amazônia**

Nos últimos anos, para atingir o objetivo de garantir o uso sustentável e a conservação das florestas tropicais brasileiras, o projeto vem apostando na elaboração de estudos que apontem caminhos para um uso mais sustentável desses ecossistemas, e no controle social das medidas de controle ao desmatamento.

Nesse sentido, o ano de 2007 foi centrado na elaboração do “pacto pelo desmatamento zero”, cuja denominação final foi “Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia”. Embasado em estudos econômicos e em conhecimentos técnicos sobre a dinâmica do desmatamento na Amazônia, o documento síntese do pacto, elaborado em conjunto com as principais ONGs ligadas ao tema (Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam), Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Ama-

zônia (Imazon), Instituto Centro de Vida (ICV), Greenpeace Brasil, Amigos da Terra Amazônia, Conservação Internacional, The Nature Conservancy) propõe uma série de medidas de caráter institucional e econômico para diminuir progressivamente as taxas de desmatamento (legal e ilegal) na Amazônia.

O pacto foi finalmente lançado em outubro de 2007, na Câmara dos Deputados, com a presença de diversas autoridades e despertou um grande interesse da imprensa e de diversos outros setores da sociedade (ver <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2534> para notícia sobre o lançamento e para acessar a proposta e estudos correlatos). Um dos primeiros resultados do lançamento da proposta, de caráter mais político do que prático, foi a aprovação pela Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados de uma emenda ao orçamento federal pedindo R\$ 1 bilhão para aplicar no combate ao desmatamento, embasando-se na proposta por nós apresentada. Essa emenda acabou sendo rejeitada na aprovação final do orçamento, mas é um sinal de que há espaço para implementar a proposta, mesmo que seja por partes.

Paralelamente à elaboração da proposta geral de pacto pela valorização da floresta amazônica, foi elaborado um estudo que traça uma proposta de aplicação do pacto no Estado do Mato Grosso, que há anos vem sendo o campeão do desmatamento na Amazônia. Elaborado pelo Instituto Centro de Vida, uma organização mato grossense e parceria do ISA em diversos projetos, com apoio financeiro do ISA e da The Nature Conservancy, ele faz um ensaio sobre como se utilizar de ferramentas econômicas para combater o desmatamento baseado sobretudo num mecanismo de pagamento por serviços ambientais (PSA) voltado a produtores rurais que abram mão de desmatar áreas a que teriam direito. Esse estudo aponta que a aplicação de um sistema de PSA em áreas prioritárias (onde há mais risco de desmatamento e onde os custos para evita-lo são mais baixos) custaria algo em torno de US\$ 400 milhões/ano e teria o potencial de reduzir em 72% as taxas anuais de desmatamento.



Representantes das ONGs lançam o Pacto pelo fim do desmatamento na Amazônia, em outubro de 2007, na Câmara dos Deputados.

► **Acompanhamento de Projetos de Lei no Congresso Nacional**

Apesar do crescimento da consciência de que precisamos modificar o modelo de desenvolvimento econômico da Amazônia, o que se cristalizou no lançamento do Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia, as propostas de retrocesso na política florestal não diminuíram e nem foram derrotadas. Pouco tempo depois de ser apresentado no Congresso Nacional a proposta de pacto pela valorização da floresta, um projeto de lei (PL 6424/05) que altera negativamente o Código Florestal foi aprovado na Comissão de Agricultura, com amplo apoio da assim chamada “bancada ruralista”, que reúne deputados ligados ao setor agropecuário. Esse projeto havia sido inicialmente negociado na Comissão de Meio Ambiente, com a presença do Ministério do Meio Ambiente e de diversas ONGs, com atuação marcante do ISA. Em conjunto com as ONGs,

apresentamos propostas para aperfeiçoamento do projeto, que no entanto foram rejeitadas em grande parte (ver <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2539>). O projeto, no entanto, não foi votado nessa comissão e acabou sendo direcionado à comissão de agricultura, onde foi totalmente modificado para incluir medidas absurdas, como a anistia para os desmatadores que resolvam se cadastrar junto aos órgãos municipais (ver mais em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2542> e <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2606>). Esse projeto agora vai voltar a ser discutido na comissão de meio ambiente e seguramente será centro de novos embates entre ambientalistas e ruralistas.

Nessa mesma linha, tivemos que intervir na tramitação de outro projeto de lei que ameaçava modificar negativamente a legislação florestal, embora tratasse formalmente de áreas urbanas. O projeto (PL 3057/00) permitia, na versão que seria votada na comissão especial da Câmara dos Deputados, que os municípios definissem por lei municipal os limites das áreas urbanas, sem nenhum critério objetivo, o que abria a possibilidade de que essas leis afastassem a aplicação do Código Florestal sobre extensas áreas rurais, com impactos sobretudo para a Mata Atlântica, mas também para vários municípios amazônicos. Fizemos pareceres sobre o projeto, conversamos com deputados e outras ONGs, e o projeto acabou sendo modificado e aprovado sem esses problemas na comissão. Agora vai para votação em plenária, onde problemas podem reaparecer.

Importante ressaltar que, apesar da discussão do PL 6424/05 não ter tido um bom desfecho, ele serviu de oportunidade para apresentarmos, em conjunto com algumas das organizações do pacto, propostas de aprimoramento da legislação, muitas delas discutidas durante a elaboração da proposta de pacto. Essa sugestões, embora tenham sido rejeitadas no trâmite do projeto, foram em parte acatadas pelo próprio Poder Executivo Federal nas medidas anunciadas no final do ano. Uma delas é a restrição ao crédito agrícola ao produtor rural que não tiver a reserva legal averbada, objeto de Resolução do Conselho Monetário Nacional (ver <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2617>). Outra diz respeito à responsabilização de quem comprar produtos oriundos de áreas embargadas. Por fim, e isso não tem a ver com o projeto de lei em específico, mas com a elaboração do pacto, a própria criação do fundo para combate ao desmatamento, anunciado em Bali, foi objeto de longas conversas entre as organizações do pacto e o Ministério de Meio Ambiente e dialoga perfeitamente com o que foi por nós proposto no pacto.

INICIATIVAS DE APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL

Em 2007 estivemos envolvidos com duas iniciativas importantes no Mato Grosso, que objetivam utilizar ferramentas do Código Florestal para manter grandes maciços florestais que funcionam como corredores ecológicos entre áreas protegidas e que são fundamentais para a manutenção das funções ecológicas básicas das bacias onde estão inseridos.

A primeira iniciativa objetivava realizar um estudo sobre a viabilidade de realização de compensações de reserva legal ente imóveis particulares situados numa determinada bacia hidrográfica (bacia do rio Suiá Missu, afluente do rio Xingu). Esse mecanismo, previsto na legislação desde 2000, até o momento foi pouco utilizado, e vislumbramos que ele pode ser importante para, em determinadas circunstâncias, assegurar remanescentes florestais em boas condições mas que, por lei, poderiam ser derrubados. Para tanto, em 2006 iniciamos um amplo levantamento fundiário e uma análise do estado de conservação da vegetação natural da bacia, para identificar potenciais “doadores” e “receptores”. Paralelamente, fizemos um estudo jurídico para identificar gargalos e, sobretudo, para explicar aos proprietários do que se trata o mecanismo e quais os seus potenciais. Esse estudo será em breve publicado em parceria com o Ministério Público Estadual do Mato Grosso, fato fundamental para dar credibilidade e um caráter oficial ao material. Contratamos também um estudo econômico para analisar quais as condições necessárias para que a compensação se realize,

o qual também não foi finalizado, mas seus resultados preliminares apontam para grandes dificuldades na aplicação do mecanismo na região onde estamos trabalhando, devido tanto a restrições legais como a problemas na valoração das áreas florestadas.

Outra iniciativa, e que tem a ver com a anterior, foi a de trabalhar junto com a Prefeitura Municipal de Querência (pólo produtor de soja e um dos municípios que mais desmataram na Amazônia nos últimos 3 anos) para elaborar um zoneamento ecológico-econômico da bacia do rio Suiá Missu. Esse zoneamento tem como escopo indicar áreas aptas a intensificação da agricultura, áreas de restrição à ocupação agrícola e outras indicadas para a conservação ambiental, seja através da alocação das reservas legais dos imóveis, seja através da criação de unidades de conservação.

Para orientar nosso trabalho e apontar caminhos aos gestores públicos municipais e produtores rurais do Estado do Mato Grosso, publicamos em 2007 um estudo sobre instrumentos econômicos para a conservação em propriedades rurais (ver resumo e link para íntegra do estudo em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2520>). Esse estudo foi lançado durante uma grande feira agropecuária no Mato Grosso, em agosto, e encontrou boa receptividade dentre o público presente. Ele nos tem ajudado na interlocução com autoridades locais do Mato Grosso, pois comprova que, embora sejam ainda poucas, há oportunidades para a conservação ambiental em paisagens agrícolas.

Avaliação

O ano de 2007 foi de grandes modificações na equipe do programa. Novas pessoas entraram, a coordenação foi substituída, algumas prioridades redefinidas e a forma de trabalhar teve de se adaptar a todas essas modificações subjetivas e objetivas. Foi um ano de maturação das novidades.

No campo político, foi um ano de contrastes. Ao mesmo tempo em que houve avanços em algumas áreas, houve retrocesso em outras. Se por um lado foi possível que um conjunto de organizações da sociedade civil apresentasse à sociedade uma proposta de pacto pelo fim do desmatamento na Amazônia, o qual foi bem recebido por autoridades públicas e empresariais, por outro o desmatamento na Amazônia voltou a subir consideravelmente, muito em função do aumento dos preços das commodities agrícolas. Essa realidade indica que as medidas de comando-e-controle implementadas pelo Governo Federal são insuficientes para conter a dinâmica do avanço da fronteira agrícola, pois estas devem ser somadas a ações proativas dos demais entes federados (Estados e Municípios) e a medidas estruturantes (incentivos econômicos, transferência de tecnologia, oferta de serviços públicos etc.) que efetivamente mudem o padrão de ocupação na região. No final do ano um pacote de medidas restritivas foi anunciado pelo Governo Federal, muitas delas importantes e antigas demandas da sociedade civil, mas infelizmente não vieram acompanhadas de medidas de incentivo ao desenvolvimento sustentável. Durante a Conferência do Clima de Bali foi anunciado pelo governo norueguês a doação de recursos para combater o desmatamento na Amazônia, o que é um sinal alentador de que a comunidade internacional pode ser parceira na busca de formas de recompensar o país e as populações amazônicas pela manutenção da floresta e de seus serviços ambientais, mas não há ainda efetiva estrutura interna para que esses recursos possam ser aplicados com o máximo de efetividade.

Na área de direitos indígenas pouca coisa aconteceu. Algumas novas propostas legislativas foram apresentadas, quase todas indicando um retrocesso nos direitos já assegurados, e o projeto de lei de mineração em terras indígenas voltou a tramitar com força total, empurrado pelo interesse do Poder Executivo em vê-lo aprovado o quanto antes. Esse episódio faz parte de uma onda conservadora que assola os direitos indígenas, e que se desdobra também no âmbito do Judiciário, que recebe cada vez mais demandas contra a demarcação de terras indígenas e progressivamente vem tomando decisões contrárias a seus interesses, muitas vezes contaminado pelo discurso desenvolvimentista e pela ignorância da situação dos

povos indígenas e de sua importância para o país. No Mato Grosso, grande palco da expansão do agronegócio empresarial, o ataque às demarcações de terras indígenas é crescente e mostra bem o que poderá ocorrer nos próximos anos em nível nacional. Conseguimos acompanhar detidamente alguns casos, mas apenas aqueles que interessam diretamente a nossos parceiros locais, pois não temos fôlego para fazer uma análise mais abrangente da situação.

Em 2007 nos reaproximamos do Congresso Nacional, do qual estivemos relativamente afastados no ano anterior. Atuamos em diversos temas, como relatado, e acreditamos ser esse um trabalho importante para uma organização da sociedade civil, já que é nesse palco que muitas decisões, boas e ruins, são tomadas, e poucos são os atores que estão lá para defender os interesses difusos ou coletivos.

Seguimos adiante também no acompanhamento do caso da UHE Tijuco Alto, que é altamente emblemático e preocupante. Conseguimos atuar em articulação com várias outras organizações locais do Vale do Ribeira, e mesmo dentro do ISA o trabalho coletivo foi interessante. Não há ainda uma perspectiva concreta do que ocorrerá, mas a nossa presença seguramente vem qualificando o processo e possibilitando às populações locais mais informações e condições de participar da discussão. Mas essa é uma construção essencialmente coletiva e nos orgulhamos de fazer parte de um grande e difuso conjunto de organizações e pessoas que comungam dos mesmos objetivos.

Perspectivas

Esperamos em 2008:

- Conseguir apresentar uma proposta alternativa ao PL de acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados;
- Impulsionar projetos de lei que valorizem a manutenção das florestas e incentivem seu uso racional;
- Evitar que ocorram retrocessos na área de direitos indígenas, florestal e de avaliação ambiental de obras de infra-estrutura, e ajudar a impulsionar o novo Estatuto dos Povos Indígenas, a aprimorar a proposta de regulamentação da mineração em terras indígenas;
- Monitorar e auxiliar a implementação das medidas previstas no pacto pela valorização da floresta e pelo fim do desmatamento na Amazônia.

Melhores momentos

- Lançamento do Pacto pela valorização da floresta e pelo fim do desmatamento na Amazônia;
- Monitoramento de projetos de lei referentes à mineração em Terras Indígenas, acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, código florestal e parcelamento do solo urbano;
- Participação no processo de licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto;
- Defesa judicial da demarcação das terras Kaiabi.

Rio Negro

O que é

Tem por objetivo geral formular e implantar um programa regional de desenvolvimento sustentável na bacia trinacional do Rio Negro, no noroeste da Amazônia brasileira, preferencialmente com as organizações indígenas locais. Os projetos que compõem o programa propõem soluções para problemas relacionados a questões como proteção e sustentabilidade das Terras Indígenas demarcadas, segurança alimentar, geração de renda, educação escolar, saúde, fortalecimento organizacional e afirmação das culturas indígenas regionais. Há na região englobada pelo programa cinco Terras Indígenas contíguas, demarcadas e homologadas, somando 10,6 milhões de hectares, além de outras áreas protegidas. A extensão dessas áreas deverá aumentar nos próximos anos. A população da região é majoritariamente indígena, 23 etnias, 10% da população nativa do país, vivendo da agricultura, da pesca e do extrativismo, em mais de mil comunidades e sítios ao longo dos principais rios, em povoados indígenas como Iauaretê e nas sedes dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos. Nos últimos dois anos, o Programa passou a buscar uma articulação com iniciativas congêneres localizadas tanto no baixo curso do Rio Negro como em partes da Colômbia e Venezuela, visando, a longo prazo, a criação de uma rede de atores da Bacia do Rio Negro voltada para o desenvolvimento sustentável dessa extensa região da Amazônia.

Parcerias e fontes de financiamento

► Parceria prioritária

• Foirn – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e suas associações filiadas.

► Parceiros técnicos e fontes de financiamento

• Aami Associação de Artesãs do Médio Içana; Abriç Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari: parceria local; Acep Associação do Conselho da Escola Pamáali: parceria na elaboração, gestão, implementação e administração do projeto; Acimet Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié: parceria local; ACIMRN Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro: parceria local; Acir Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas: parceria local; Acirx Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié: parceria local; Aeitx Associação da Escola Indígena Tuyuka Utapinopona: parceria na elaboração, gestão, implementação e administração do projeto; Aeyty Associação da Escola Indígena Tukano Yupuri: parceria na implementação das atividades; Aeytm Associação da Escola Indígena Tukano Yepa Mahsa: parceria na implementação das atividades; AILCTDI Associação Indígena da Língua e Cultura Tariana do Distrito Iauaretê: parceria na implementação das atividades; Amibal Associação das Mulheres Indígenas do Balaio: parceria local; Amibi Associação das Mulheres Indígenas da Bacia do Içana: parceria local; Amidi Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê: parceria local; Amitrut Associação das Mulheres Indígenas de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié: parceria local; Apawa Associação de Apoio às Atividades do Programa Waimir Atroari: parceria local; Asekk Associação da Escola Kumuno W'u'u Kotiria: parceria na implementação das atividades; Asiba Associação Indígena de Barcelos: parceria local; Assai Associação dos Artesãos Indígenas: parceria local; Atriart Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié: parceria local; Ayrca Associação dos Yanomami do Rio Cauboris: parceria local; CABC Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco: parceria local; Cafod Agência Católica para o Desenvolvimento/Fundo de Pequenos Projetos: cooperação financeira; CAIARNX Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié: parceria local; CAIMBRN Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro: parceria local; Ceeei/AM Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas: cooperação técnica; Cepta/Ibama Centro de Pesquisa e Treinamento em Aqüicultura: cooperação

técnica; Coidi Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê: parceria local; Coitua Coordenadoria das Organizações Indígenas do Rio Tiquié, Baixo Uaupés e seus Afluentes: parceria local; EIBC Escola Indígena Baniwa e Coripaco-Pamáali: parceria local; Escola Enu Irine Idakine Tariana: parceria local; Escola Khumuno Wu'u Wanano: parceria local; Fapeam Fundação de Apoio à Pesquisa no Amazonas: apoio financeiro; Fundação Gordon & Betty Moore: apoio financeiro; Fundação Gaia Amazonas: cooperação técnica; FVA Fundação Vitória Amazônica: cooperação técnica; Horizont3000 Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento/Campanha Aliança pelo Clima: apoio financeiro; Grupo de agricultoras indígenas da cidade de S. Gabriel da Cachoeira: parceiro local; Grupo de artesãos do banco Tukano: parceiro local; Inpa Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia: cooperação técnica; Instituto Iraquara: cooperação técnica em meliponicultura; Iphan Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional: cooperação técnica; Ipol Instituto de Políticas Linguísticas: cooperação técnica; IRD Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento: cooperação técnica; MEC/FNDE Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: apoio financeiro; MEC/Secad/CGEEI – Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena: apoio financeiro; NuTI/MN Núcleo de Transformações Indígenas/Museu Nacional, UFRJ: cooperação técnica; Oibi Organização Indígena da Bacia do Içana: parceria local; Oicai Organização Indígena Coripaco do Alto Içana: parceria local; Pacta Populações Locais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia: cooperação técnica; PDPI Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas: apoio financeiro das parcerias locais; Prefeitura Municipal de Manaus: cooperação técnica; RCA Rede de Cooperação Alternativa: apoio financeiro; RFN Fundação Rainforest da Noruega: apoio financeiro; Seduc/AM Secretaria Estadual de Educação do Amazonas: apoio financeiro; Semed Secretaria Municipal de Educação e Desporto de São Gabriel da Cachoeira: cooperação técnica; Umira União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari: parceria local; Unicamp Universidade Estadual de Campinas (Projeto de agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais associados na Amazônia): cooperação técnica; Vídeo nas Aldeias: cooperação técnica; Wataniba Asociación para el Desarrollo Humano Multiétnico de la Amazônia: cooperação técnica; Wariró: parceria local.

Equipe

• Carlos Alberto (Beto) Ricardo (antropólogo, coordenador); Geraldo Andreello (antropólogo, coordenador adjunto); Adeilson Lopes da Silva (ecólogo, assessor de projeto); Aloisio Cabalzar (antropólogo, assessor do programa); Andreza Andrade (jornalista, gerente do Espaço Público da sub-sede ISA-SGC); Antônio Araújo Aguiar (auxiliar de administração em Manaus); Carla Dias (bióloga e antropóloga, assessora de projeto); Elizabete Moraes (estagiária do Espaço Público da sub-sede ISA-SGC); Fernando Luís de Freitas Vicente (administrador de empresas, gerente de projeto); Francimar dos Santos (Sucy) (supervisor administrativo em São Gabriel da Cachoeira); Francis Miti Nishiyama (jornalista, assistente da coordenação); Gustavo Tosello Pinheiro (administrador, assessor para projetos de alternativas econômicas); Joás Rodrigues da Silva (Mocotó) (auxiliar administrativo em São Gabriel da Cachoeira); Laise Lopes Diniz (pedagoga, assessora permanente do componente Baniwa/Coripaco); Lucía Alberta de Andrade (educadora e antropóloga, assessora permanente do componente Wanano); Márcilio de Souza Cavalcante (supervisor administrativo em Manaus); Margarida Murilo Costa (zeladora em São Gabriel da Cachoeira); Maria Luiza Dourado (Malu) (estudante de Biologia, técnica de projeto); Marina Antongiovanni Fonseca (bióloga, assessora de projeto); Marta Azevedo (antropóloga e demógrafa, assessora do Projeto de Educação Indígena no Alto Rio Negro); Mauro Lopes (engenheiro de pesca, assessor do programa);



Melissa Santana de Oliveira (antropóloga, assessora permanente do componente tuyuka); Murilo Faria (estudante de administração, estagiário); Natalie Unterstell (administradora, assessora para projetos de alternativas econômicas); Pieter van der Veld (agrônomo, assessor do programa); Renata Alves (ecóloga, analista em sensoriamento remoto); Renata Eiko Minematsu (zootecnista, assessora do programa).

► Pesquisadores associados

• Almir de Oliveira (arquiteto); André Martini (Unicamp Universidade Estadual de Campinas, antropólogo); Arnaldo Carneiro Filho (Inpa Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, agrônomo); Bruce Nelson (Inpa, ecólogo); Dominique Buchillet (IRD Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento, antropóloga); Fabiana dos Santos Souza (Inpa, ecóloga); Fernando de Oliveira (Instituto Iraquara); Flávio C. T. Lima (MZ/USP - Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, ictiólogo); Flora Dias Cabalzar (USP, antropóloga); Francisco Ortiz (Fundación Gaia, antropólogo); Gilvan Muller de Oliveira (Ipol Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, lingüista); Glenn Shepard Jr. (Inpa, antropólogo e ecólogo); Henri Ramirez (UA Universidade do Amazonas, lingüista); José Ribamar Bessa Freire (Uerj Universidade do Estado do Rio de Janeiro, jornalista e historiador); Judite Gonçalves Albuquerque (Unemat Universidade do Estado de Mato Grosso, educadora); Juliana Stropp Carneiro (Universidade de Utrecht, ecóloga); Kristine Stenzel (lingüista); Laure Empeiraire (IRD, etnobotânica); Lúcia Hussak van Velthem (Mpeg, antropóloga); Ludivine Eloy (geoagrônoma); Luiza Garnelo (UA, médica e antropóloga); Márcia Barbosa Abraão (geógrafa); Maria Nazareth F. da Silva (Inpa, bióloga); Marlui Miranda (etnomusicóloga); Maurice Bazin (Ipol, etnomatemático); Paulo Maia (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, antropólogo); Robin Wright (Unicamp, antropólogo); Walmir Cardoso (PUC/SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, astrônomo).

Linhas e Estratégias de Ação

O programa está estruturado em cinco linhas de ação:

- Desenvolvimento do Programa/Coordenação
- Pesquisas, documentação e mapeamento
- Manejo Sustentável de Recursos Naturais
- Educação e Cultura
- Apoio ao fortalecimento institucional da Foim e associações filiadas e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de projetos comunitários

Com a nova organização do trabalho da equipe, ocorrida em 2005, que passou a atuar dividida entre os rios/regiões, optamos por reorganizar o relatório de atividades, dividindo-o dessa mesma forma. Assim, as linhas de ação citadas acima são transversais a quase todos os rios e regiões em questão.

Dessa maneira, o relatório está dividido nas seguintes partes:

- 1) Desenvolvimento do Programa / Coordenação
- 2) Educação / Coordenação
- 3) Manaus
- 4) Rio Negro Abaixo
- 5) São Gabriel da Cachoeira
- 6) Rio Içana
- 7) Rio Tiquié
- 8) Rio Uaupés

Nas três últimas áreas especificamente, rios Içana, Tiquié e Uaupés, onde os projetos do PRN estão sendo implantados há mais tempo, os três eixos principais de ação são os seguintes:

1. Escolas indígenas
2. Manejo ambiental
3. Alternativas de produção sustentáveis, com ou sem renda

Transversalmente a esses eixos de trabalho, estratégias gerais têm sido privilegiadas:

- Incentivar os conhecimentos indígenas (“recuperação”, documentação e proteção)
- Apoiar a pesquisa (do ponto de vista do diálogo de conhecimentos)
- Favorecer os intercâmbios de experiências, conhecimentos e práticas entre os índios (e com a equipe do PRN por meio deles)
- Provocar interfaces técnicas e de gestão com “os de fora”
- Assessorar os arranjos e rearranjos institucionais das organizações indígenas
- Documentar exaustivamente todos os processos em curso: agilizando sistematização e circulação de conhecimentos.

Principais “agentes” com quem o PRN trabalha:

1. professores
2. agentes de manejo
3. alunos jovens das escolas
4. lideranças das associações
5. “técnicos” agrícolas
6. artesãos
7. “velhos”
8. “comunidades”

Desenvolvimento do Programa/Coordenação

O que é

Trata-se da coordenação permanente do Programa Rio Negro, com as funções de: desenvolver e manter relações interinstitucionais apropriadas, em especial com as parcerias; identificar oportunidades, formular e encaminhar projetos; elaborar relatórios narrativos e monitorar os gastos do programa; propor e viabilizar desdobramentos futuros; disponibilizar informações sobre a região do Rio Negro e as atividades do Programa por meio das atividades e meios regulares do ISA; conceber e editar publicações relativas ao Rio Negro; promover a articulação entre as equipes e as atividades dos diferentes projetos do Programa e deste com a estrutura do ISA; articular e mobilizar uma rede de pesquisadores/colaboradores e instituições externas.

Equipe

• Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Geraldo Andreello; Fernando Luís de Freitas Vicente; Francimar dos Santos (Sucy); Francis Miti Nishiyama; Marclio de Souza Cavalcante.

Parcerias e fontes de financiamento

• Fundação Gordon & Betty Moore; Horizont3000; Iphan; Fundação Rainforest da Noruega (RFN).

O que foi feito

- Articulação e coordenação da agenda de transição relativa à incorporação das atividades e equipe da Comissão Pró Yanomami (CCPY) ao ISA, que se efetivará em 2008.
- Coordenação e organização do encontro Visões do Rio Babel: conversas sobre o futuro do Rio Negro, realizado no período de 22 a 25/maio em Manaus (*para mais detalhes, ver o relatório da Rede Rio Negro*).
- Parceria com a Associação de Apoio às Atividades do Programa Waimiri Atorari (Apawa) para implantação da Galeria Amazônica em espaço junto à sede do ISA/Manaus, com inauguração prevista no segundo trimestre de 2008.
- Coordenação e organização da V Reunião de Canoa Grande, realizada na maloca da Foirn no período de 23 a 26 de julho. O evento contou com a participação de 120 pessoas representando organizações indígenas e não-indígenas da Colômbia, Venezuela e Brasil, e resultou na elaboração de uma agenda conjunta de ações regionais, tendo como focos: alimentação tradicional, encontro de mulheres, visitas a lugares sagrados, educação, formação de professores e saúde indígena.
- A convite da Foirn e da presidência da Funai, o ISA participou de encontro com o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, ministro da Justiça Tarso Genro, ministro da Saúde José Gomes Temporão, Davi Kopenawa Yanomami e lideranças indígenas do Rio Negro e de outras regiões da Amazônia. A reunião se realizou em 21 de setembro, no Círculo Militar Alto Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira, e precedeu o lançamento oficial do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Social Indígena.
- Apoio à realização do ciclo de comemorações dos 20 anos da Foirn, realizada entre 08 e 12 de outubro.
- Reunião em Manaus para discutir a implantação do projeto "Oficina de Saberes" no Rio Negro e no Rio Solimões. A coordenação do PRN participou a convite do departamento de antropologia da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), responsável pelo projeto.
- Assessoria continuada à Foirn e organizações indígenas filiadas em gestão administrativa e financeira, incluindo viagens a campo para acompanhamento in loco de projetos.
- Realização de reuniões internas para atualização de informações, discussão e encaminhamento de pendências;

- Registro e monitoramento da agenda específica de atividades do programa, incluindo cronograma por região;
- Acompanhamento permanente das atividades previstas e realizadas pela equipe do programa, incluindo o registro em arquivo eletrônico;
- Coordenação da agenda de trabalho do PRN com os demais setores do ISA (Administração, Comunicação, Capacitação e Gestão, Geoprocessamento, Informática, Política e Direito Socioambiental);
- Continuidade da implementação e acompanhamento da nova linha de trabalho no Médio Rio Negro;
- Participação em reuniões gerais da Coordenação do ISA para discussão e deliberação de questões institucionais.

RELAÇÃO COM OS FINANCIADORES E PARCEIROS TÉCNICOS

- Elaboração e aprimoramento da proposta de continuidade das atividades em curso na Bacia do Rio Negro, a partir da primeira versão de um projeto apresentado à Fundação Moore no final de 2006. Organizaram-se duas reuniões com grupos de trabalho da equipe do PRN no primeiro semestre, para o detalhamento do projeto e do orçamento. Realizaram-se também reuniões presenciais com a equipe da Fundação Moore em São Francisco (EUA), Brasília e São Paulo, com a participação do PRN e de membros de outros programas do ISA, visando negociar as condições de apoio a um programa ampliado às atividades do ISA no Rio Negro e do programa de Monitoramento. Esse processo se concluiu em setembro, quando o Conselho Diretor da Fundação Moore aprovou o projeto, viabilizando o início de um novo ciclo de atividades. Além disso, equipe do PRN se reuniu para elaborar o relatório final do projeto apoiado pela Fundação, cobrindo o período de maio/2004 a maio/2007.
- Elaboração com a Foirn de um *concept paper* contendo as diretrizes para o detalhamento do projeto de continuidade das atividades em curso no alto e médio Rio Negro, apresentado à Horizont3000, Austrian Development Agency (ADA) e governo austríaco. Este documento norteou a elaboração conjunta do projeto completo, também enviado à cooperação austríaca. Até o final de 2007, não houve resposta por parte da cooperação austríaca a respeito do apoio a este projeto.
- Avaliação externa do projeto Organizações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável no Alto e Médio Rio Negro, implementado no âmbito da parceria entre ISA e Foirn, com apoio de Horizont3000, realizada entre 09 e 22 de setembro, em Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. O processo de avaliação culminou em uma reunião para apresentação dos resultados para representantes do ISA, Foirn, coordenadorias sub-regionais e Horizont3000, em S. Gabriel da Cachoeira, em 15 de outubro.



Beto Ricardo, do ISA, entrega à Lula a publicação *Povos Indígenas no Brasil 2001-2005*.

Divulgação/ISA

- Elaboração de um planejamento trienal (2008-2010) do projeto Diversidade Socioambiental na Amazônia: governança, proteção e manejo de recursos naturais, apresentado à RFN. No âmbito do PRN, este projeto visa inserir as populações locais nos processos de planejamento da conservação e do desenvolvimento, e gerar alternativas que demonstrem a viabilidade de uma economia baseada no uso sustentável dos recursos naturais
- Elaboração com a Foirn de um projeto institucional de médio prazo (2008-2010) apresentado à RFN/Norad, que apóia linhas básicas do projeto de Educação no Rio Negro.
- Parceria com a Noragric para intercâmbio de membros destas instituições durante o ano de 2008.
- Parceria com a Editora da Unesp e o Núcleo de Transformações Indígenas (NuTI – Museu Nacional – UFRJ) para a publicação da dissertação de mestrado revista e ampliada de Aloísio Cabalzar, com lançamento previsto para o segundo trimestre de 2008.
- Contatos com instituições governamentais e não-governamentais, baseadas em São Paulo, Brasília, Manaus e São Gabriel da Cachoeira

ADMINISTRAÇÃO DA SUBSEDE EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA E DO ESCRITÓRIO DE MANAUS

A subsede do ISA em São Gabriel da Cachoeira atua na viabilização de condições para um pleno desenvolvimento das atividades dos projetos do Programa Rio Negro (PRN). Essa viabilização ganhou reforço com a implantação de um novo escritório em Manaus. Nestes espaços, o ISA mantém rotinas administrativas, logísticas e de suporte às equipes em atividades de campo, executa a manutenção de instalações e equipamentos, assessoria organizações parceiras, realiza representação institucional, recebe visitantes, colaboradores e pesquisadores associados.

Indicadores

- Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores para constituir parcerias necessárias à consolidação do Programa;
- Número de convênios e colaboradores;
- Crescimento do orçamento vinculado;
- Capacidade de formular projetos e captar oportunidades;
- Publicações sobre os temas dos projetos;
- Publicações de autores indígenas.

Avaliação

O ano de 2007 foi particularmente difícil para o PRN, marcado por uma lacuna financeira, ocasionada pelo encerramento de contratos e atrasos para sua renovação. Há também o fato de o coordenador do PRN dedicar apenas meio tempo às atividades do programa, por acumular a função de Secretário Executivo do ISA. Esta situação deve melhorar a partir do segundo semestre de 2008, quando o coordenador se desligará da Secretaria Executiva para dedicar-se exclusivamente ao Programa. No entanto, o orçamento integral do PRN para 2008 não está garantido, o que poderá causar discontinuidades.

Não obstante, a avaliação do projeto realizado pelo ISA e a Foirn apontou a elevada eficiência na utilização de recursos e execução das atividades planejadas, refletindo a experiência e a capacidade institucional destas organizações, bem como a solidez da parceria. A principal recomendação da avaliação é de continuidade do apoio da Horizont3000 em ações para o desenvolvimento sustentável do Rio Negro. Foi feita uma série de recomendações específicas, das quais destacam-se: retomar iniciativas do ISA de formação, priorizando as Coordenações Regionais; tornar transparente para lideranças indígenas a concepção de parceria e de assessoria do ISA; elaboração de planos estratégicos anuais, a serem executados no âmbito da parceria Foirn/ISA; ampliar a atenção inicialmente dada ao Médio e Baixo Rio Negro; elaborar uma plataforma de projetos de alternativas econômicas para a região, a serem implementados a médio prazo; definir uma estratégia comum entre as linhas de trabalho do ISA para incorporar as Coordenações Regionais como

permanentes interlocutoras de suas ações; retomar o trabalho de construção do PRDIS (Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável), revalorizá-lo e fazer dele um instrumento central de articulação e incidência em políticas públicas; dar continuidade à ampliação da base de dados do Médio e Baixo Rio Negro, finalizando os mapeamentos participativos iniciados; desencadear periodicamente processos avaliativos integrados (e não limitados a um projeto), estimulando organizações parceiras como Horizont3000 a se reunir a outras e juntas dar uma contribuição mais aprofundada do que a que foi possível no âmbito da presente avaliação.

Perspectivas

- Buscar recursos para viabilizar a continuidade das atividades básicas do Programa Rio Negro
- Promover a articulação de uma rede de parceiros da Bacia do Rio Negro, incluindo porções colombianas e venezuelanas;
- Consolidar a organização do trabalho em equipes interdisciplinares por rio;
- Fortalecer a presença do ISA em SGC e Manaus;
- Fortalecimento da Canoa, especialmente os intercâmbios locais (Canoíngas) e com a Fundação Gaia;
- Incrementar a realização de inventários participativos de biodiversidade e de patrimônio cultural (material e imaterial);
- Promover a formação de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental;
- Criar novas modalidades de relacionamento com comunidades locais no Médio e Baixo Rio Negro;
- Formular um documento master com informações, análises básicas e estratégias do PRN.

Produtos

- Relatório final do projeto Biodiversidade e Sustentabilidade no Rio Negro – Desenvolvimento de modelos participativos com povos indígenas na Amazônia Brasileira – 2004/2007, com 246 páginas, 17 anexos e 5 mapas (junho).
- Mapa-pôster sobre o Plano Diretor do Município de São Gabriel da Cachoeira, acompanhado de um livreto com a íntegra da Lei nº 209 (novembro).

Melhores momentos

- Mudança da sede do ISA em Manaus para o Largo do Teatro, trazendo maior inserção e visibilidade.
- Agenda de aproximação com CCPY e Hutukara, cuja incorporação pelo ISA/PRN está prevista para 2008.
- Canoa (Cooperação e Aliança do Noroeste da Amazônia) desce os rios Negro, Içana e Tiquié e realiza reunião transfronteiriça em SGC.



Conversa na maloca da Foirn durante a Canoa.

Beto Ricardo/ISA

Educação/Coordenação

O que é

Trata-se de um projeto desenvolvido no sentido de contribuir para a reestruturação do sistema da educação escolar indígena na região do Alto Rio Negro, baseada em iniciativas e reivindicações da Foirn, comunidades e associações indígenas. Tem como princípio a valorização das línguas e culturas dos povos indígenas da região, relacionando-as com os conhecimentos científicos acadêmicos ocidentais e tendo em vista a profissionalização em áreas que contribuam para o desenvolvimento regional sustentado.

O projeto é implementado por meio de três linhas de ação: 1) Experiências Escolares de Ensino Médio; 2) ampliação das escolas de Ensino Fundamental em articulação com a Secretaria Municipal de Educação; 3) Articulação com políticas públicas nos níveis estadual e federal.

Equipe permanente

• Laise Lopes Diniz; Lúcia Alberta de Andrade; Marta Maria Azevedo; Melissa Santana de Oliveira.

► Colaboradores

• Almir de Oliveira (arquiteto, autônomo) – assessoria em arquitetura; Gilvan M. de Oliveira (lingüista, lpol) – assessoria lingüística; Flora Dias Cabalzar (antropóloga, doutoranda USP) – assessoria antropológica e pedagógica para os Tuyuka e Tukano; Francisco Ortiz (antropólogo, Fundação Gaia) – assessoria antropológica e pedagógica aos Baniwa e Coripaco; José Ribamar Bessa Freire (jornalista, historiador, Uerj) – assessoria em história; Judite Albuquerque Gonçalves (educadora, Unemat) – assessoria pedagógica para todo o projeto; Kristine Stenzel (lingüista) – assessoria lingüística para os Wanano e Piratapuya; Maurice Bazin (etnomatemático, lpol) – assessoria em matemática; Walmir Cardoso (astrônomo, PUC/SP) – assessoria em astronomia.

Parcerias e fontes de financiamento

• Acep; Aeitú; Aeity; Aeitym; AILCTDI; Asekk; Ceeei /Am; Fapeam; Foirn; Inpa; lpol; MEC/Secad/CGEEI; Oibi; PDPI; RFN; Seduc/AM; Semed.

O que foi feito

ARTICULAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS

► *Coordenação de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC*

Reuniões durante todo o ano com a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena para:

- Articulação com o MEC para apresentar e buscar apoio diferenciado na implementação do Plano de Educação Escolar Indígena no município de São Gabriel da Cachoeira, visando ampliar as experiências das escolas-piloto para todas as escolas de ensino fundamental do município;
- Elaboração de estratégias com a Secretaria Municipal de Educação (Semed) de São Gabriel da Cachoeira para ampliar as experiências das escolas-piloto para todas as escolas de ensino fundamental do município;
- Articulação junto a Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena (Capema) para aprovação de cinco projetos de elaboração e publicação de materiais didáticos para as escolas indígenas de São Gabriel da Cachoeira e apoio aos demais projetos de todo o país;
- Realização da reunião do Conselho Nacional de Educação em São Gabriel da Cachoeira, em março;
- Planejamento de ações no âmbito municipal para reestruturação das escolas de ensino fundamental em articulação com a Semed;
- Aprovação de um projeto com três etapas de formação de Assessores Pedagógicos Indígenas (APIs) que farão o papel de assessoria permanente para os trechos de rios onde o projeto não tem atuado apoiado pela Secad;

- Elaboração de um livro relatando as experiências das escolas-piloto e construção dos Projetos.

► *Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino do Estado do Amazonas*

Com a Seduc foram realizadas reuniões em Manaus para:

- Participação com a equipe da Semed para a realização do Magistério Indígena II de acordo com as diretrizes definidas em calhas de rios e dos cursos de formação continuada para professores indígenas;
- Apresentação da proposta nas escolas-piloto já implantadas de ensino médio indígena.
- Elaboração de dossiê das experiências das escolas-piloto e seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP's) para o ensino médio indígena.

► *Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira (Semed)*

Realização de várias reuniões com a Semed São Gabriel para:

- Articular as escolas-piloto implantadas pelo projeto com as outras escolas em fase de reestruturação do município;
- Formação da equipe da Semed por meio de viagens conjuntas e pequenas oficinas;
- Colaborar com a viabilização do Magistério Indígena II, por meio da participação da equipe do ISA nas etapas de ensino nos diferentes pólos;
- Aprovação do projeto de formação dos Assessores Pedagógicos Indígenas (APIs) pelo Secad, elaborado em parceria ISA e Semed para ampliar as experiências das escolas-piloto para todas as 204 escolas de ensino fundamental em Terras Indígenas do Município;
- Contato com a ONG Centro de Documentação para Educação e Ação Comunitária (Cedac) para colaboração no processo de formação dos APIs.

CANOA – COOPERAÇÃO E ALIANÇA NO NOROESTE AMAZÔNICO

Rede formada pela iniciativa de organizações indígenas e não-indígenas não-governamentais do Brasil, Colômbia e Venezuela para articular os trabalhos socioambientais com povos indígenas na região do noroeste amazônico.

Participação da equipe da educação em diferentes pequenas reuniões (Canoinhas educação) nas micro-regiões do Tiquié, Içana e Alto Uaupés.

Indicadores

- Participação das comunidades e professores indígenas de todas regiões;
 - Articulação com Semed, Seduc e CGEEI/Secad/MEC;
 - Quantidade de materiais didáticos experimentais publicados em línguas indígenas;
 - Continuidade das atividades do ensino médio nas escolas-piloto mais antigas;
 - Continuidade das atividades iniciadas nas novas regiões em articulação com a Semed (Papuri, Médio Tiquié, Médio Içana, Rio Aiari e Uaupés abaixo);
 - Funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação;
 - Formação de 22 professores para atuar como Assessores Pedagógicos Indígenas;
 - Novo Termo de Compromisso assinado para a gestão compartilhada da educação escolar indígena entre todas as instituições afetas.
- Este projeto tem servido de referência para a CGEEI/Secad/MEC e para outras regiões do Brasil.

Avaliação

► Com relação aos **Indicadores**:

- As escolas Tuyuka e Pamáali (escolas-piloto mais antigas) elaboraram a proposta de funcionamento do ensino médio com participação das lideranças, professores, pais e alunos;



- O ensino médio está funcionando nestas escolas, porém sem o reconhecimento da Seduc;
- Escolas de outras regiões têm participado ativamente do processo de reestruturação de suas propostas escolares;
- A articulação com a Seduc foi feita em menor escala, pois a educação escolar indígena diferenciada não está na prioridade do governo do Amazonas;
- A articulação com a Semed e MEC foram feitas e muitas ações em conjunto estão sendo desenvolvidas;
- Várias apostilas foram elaboradas pelos professores, além de dois livros, sendo um Tukano e um Tuyuka publicados pelo MEC;
- As atividades do ensino médio nas escolas ʘtapinoƨona - Tuyuka, Kumuno Wu'u - Wanano, Pamáli - Baniwa e Coripaco tiveram continuidade; as atividades do ensino médio nas escolas Yupuri - Tukano e Yepa Surí - Tukano e deverão ser iniciadas em 2008;
- As atividades em conjunto com a Semed para reestruturação das escolas de ensino fundamental completo (1ª à 8ª série) foram desenvolvidas e foi realizada uma oficina de formação para a equipe da Semed e três reuniões para planejamento de atividades articuladas;
- O Conselho Municipal de Educação não está funcionando a contento, os conselheiros têm tido dificuldades para se reunir e poucas reuniões foram realizadas;
- Os PPPs das escolas de ensino fundamental foram aprovados; o PPP do ensino médio da escola Tuyuka ainda não foi aprovado e o da escola Pamáli ainda não foi finalizado;
- Elaboração do livro sobre a história deste projeto e já existem recursos para sua publicação.

Perspectivas

- Execução do projeto apoiado pela Secad/MEC em parceria com a Semed para reestruturação de todas as escolas de ensino fundamental do município;
- Realização de dois encontros de formação dos API's em parceria com todas as instituições afetas à educação escolar indígena no município;
- Ampliação e desenvolvimento dos ensinos médios indígenas nas escolas-piloto do projeto (escolas ʘtapinoƨona Tuyuka, Pamáli Baniwa e Coripaco, Yupuri Tukano, Khumuno Wu'u Wanano, Yepa Surí Tukano).

Melhores momentos

- Reunião do Conselho Nacional de Educação com a participação das instituições que trabalham com educação em São Gabriel da Cachoeira, em março na maloca da Foirn;
- O reconhecimento político da CGEEI/MEC do ensino médio das escolas Tuyuka e Baniwa/Coripaco;
- Fortalecimento da parceria com a Semed para a ampliação das experiências das escolas de ensino fundamental do município.

MANAUS Rede Rio Negro

O que é

Trata-se do conjunto de ações que visam a construção da Rede Rio Negro – de interlocução de atores que desenvolvem suas atividades na Bacia do Rio Negro. Pretende-se abrir um espaço de referência para o diálogo e a elaboração de propostas para a gestão compartilhada do território da bacia rumo ao desenvolvimento racional e socioambientalmente sustentável da região. A construção da rede passa pelo mapeamento das iniciativas e atores da região, pela elaboração e realização de encontros que traçarão as estratégias e agenda da rede, além da criação de bancos de dados e da customização de uma ferramenta de internet onde seus integrantes poderão interagir com maior facilidade.

Equipe

- Carlos Alberto (Beto) Ricardo, Geraldo Andrello, Marina Antongiovanni da Fonseca; Renata Aparecida Alves.
- ▶ Colaboradores
- Alex Piaç, Adriana Ramos, Carla Dias.

Parcerias e fontes de financiamento

- Fundação Gaia Amazonas da Colômbia; Fundação Gordon & Betty Moore; RFN; Wataniba da Venezuela; organizações não-governamentais atuantes no Amazonas e em Roraima; Prefeitura Municipal de Manaus.

O que foi feito

- Realização do Seminário “Visões do Rio Babel”, com mostra de cinema e vídeos sobre a Bacia, em maio de 2007 em Manaus;
- Mapeamento e envolvimento de mais de 300 atores, originários dos principais afluentes do Rio Negro e/ou pertencentes a cerca de 120 instituições identificadas como atuantes na região;
- Levantamento de mais de 185 iniciativas para toda a bacia, sendo que 100 delas estão sendo realizadas no trecho baixo do Rio Negro, 34 estão ocorrendo no médio e 69 no alto;
- Categorização das iniciativas em: a) artesanato, b) capacitação, c) conservação, d) educação, e) fiscalização e/ou vigilância, f) fortalecimento institucional, g) geração de renda, h) gestão e/ou ordenamento territorial, i) inclusão digital, j) infra-estrutura e/ou apoio financeiro, k) manejo, l) mapeamento de uso de recursos, m) organização social, n) políticas públicas, o) regularização fundiária, p) saúde, q) segurança alimentar, r) turismo, s) valorização cultural, e t) dissolução de conflitos;
- Mapeamento de 115 conflitos, sendo que 59 ocorrem no Baixo Rio Negro, 42 no médio e 14 no alto;
- Categorização dos conflitos, de acordo com sua natureza em: a) caça ilegal, b) conflito de pesca, c) conflito territorial, d) crescimento urbano, e) desmatamento, f) extração madeireira ilegal, g) guerrilha, h) imobilização social por endividamento, i) mineração/garimpo, j) narcotráfico, k) obra de infra-estrutura, l) poluição, m) transporte fluvial desregulado, e n) turismo desordenado;
- Caracterização socioambiental das mesobacias do Rio Negro e identificação de lacunas de informação;
- Início da construção do mapa socioambiental da Bacia do Rio Negro;
- Aproximação, em estágio inicial, do setor privado atuante em Manaus.

Avaliação

Neste ano, houve um salto qualitativo e quantitativo na Rede quanto aos atores envolvidos com as questões do Rio Negro. A realização do seminário “Visões do Rio Babel” – uma iniciativa conjunta do ISA e FVA (Fundação Vitória Amazônica) – permitiu que uma gama de atores representativos, com diferentes vivências e percepções sobre a região, pudessem se manifestar e refletir em um mesmo fórum de conversas, por meio de depoimentos pessoais sobre suas histórias e experiências.

A partir destes depoimentos foi possível recolher recomendações para ações coordenadas em rede a caminho do desenvolvimento regional sustentável com valorização da diversidade socioambiental da bacia.

Entre as atividades realizadas a caminho da Rede Rio Negro, este seminário foi o evento de maior relevância, abrindo, pela primeira vez, os diálogos para uma diversidade de participantes que incluiu representantes indígenas, ribeirinhos, acadêmicos e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, representantes governamentais, militares e religiosos.

O ponto fraco das atividades realizadas ao longo deste ano foi o pequeno envolvimento do setor privado nas discussões promovidas.

Perspectivas

- Dar atenção especial a Roraima, Venezuela e Colômbia no mapeamento de atores e iniciativas e ameaças;
- Fortalecer a participação do setor privado nas conversas em rede;
- Promover reuniões nas demais cidades ribeirinhas da Bacia;
- Consolidação do banco de dados georreferenciado para o compartilhamento das informações da Bacia do Rio Negro;

Melhores momentos

- Seminário “Visões do Rio Babel”
- Elaboração da primeira versão do mapa socioambiental do Rio Negro.



Geraldo Andrello, Adriano de Jesus (Tariano), Luis Aguiar (Tariano) e Eduardo Viveiros de Castro em roda de depoimento no Seminário “Visões do Rio Babel”.

Beto Ricardo/ISA

O que é

Aprovado na 12ª Assembléia Geral Ordinária do ISA, o escritório foi inaugurado em 17/05/2005, na Rua 6, nº 73 – Conjunto Vila Municipal – Adrianópolis. Em março de 2007, foi transferido para o centro de Manaus, em frente ao Teatro Amazonas no Largo São Sebastião, na Rua Costa Azevedo, Nº 272, 1º andar.

O novo escritório é um apartamento residencial adaptado para escritório e casa de hóspedes com duas suítes, duas salas de trabalho, sala de reunião, cozinha, área de serviços, depósito e ampla varanda. Com localização privilegiada, tem equipe permanente, que atende o público e disponibiliza hospedagem para integrantes e colaboradores do Programa Rio Negro.

Equipe

- Antonio Araújo Aguiar; Marina Antongiovanni Fonseca; Marcilio de Sousa Cavalcante.

Parcerias e fontes de financiamento

- Fundação Gordon & Betty Moore.

O que foi feito

Adaptação do novo escritório de forma a funcionar como escritório e hospedaria, com internet e banda larga conectada ao ISA em São Paulo, um veículo e demais equipamentos para dar apoio necessário à equipe do Programa Rio Negro em trânsito ou a serviço em Manaus. Também dá apoio logístico às atividades de campo e à subsele do ISA em São Gabriel da Cachoeira. Atende ao público e auxilia nos eventos e reuniões realizadas pelo ISA na cidade.

Em 2007 lá se hospedaram 53 pessoas, sendo 21 da equipe do PRN e 32 de outras instituições, totalizando 440 diárias. A maioria da equipe do PRN se hospedou mais de uma vez.

O ISA Manaus atua também na manutenção e produção de viagens do barco Sebastião Borges, adquirido no início de 2006 como parte da estratégia de ampliação das ações do ISA no Médio e Baixo Rio Negro.

Em 2007, em parceria com a Associação Comunidade Waimiri-Atroar, o ISA iniciou a reforma e adequação de uma Galeria/Loja para comercialização de artesanatos indígenas e regionais, localizada no andar térreo do escritório do ISA, com previsão para inauguração em abril de 2008.

► Eventos

- Realização do Seminário Visões do Rio Babel – 22 a 25 de maio;
- Lançamento do Almanaque Brasil Socioambiental – Novembro. Local: Banca do Largo em frente ao Teatro Amazonas.

► Viagens do barco Sebastião Borges

- Viagem 1 – Equipe da TV Record de 5 de Junho a 18 de Julho. De São Gabriel da Cachoeira à Belém.
- Viagem 2 – Passeio com Grupo da Fundação Gordon e Betty Moore, entre 15 a 18 de agosto. De Manaus à Anavilhanas.

Avaliação

Justificou a implantação e manutenção do escritório. A nova localização tem proporcionado a inserção do ISA na cidade e ampliado a articulação com as organizações locais. Foi extremamente positivo no apoio às equipes em trânsito e apoio logístico a São Gabriel da Cachoeira.

Perspectivas

- Espera-se a manutenção e o aperfeiçoamento das ações de apoio às atividades dos projetos e às equipes de campo do PRN, bem como a realização de eventos e seminários.
- Inauguração da Galeria Amazônica em parceria com a ACWA.

Melhores momentos

- Lançamento do Almanaque Brasil Socioambiental
- Realização do seminário Visões do Rio Babel

RIO NEGRO ABAIXO, SANTA ISABEL DO RIO NEGRO E BARCELOS

Pesquisa sócio-econômica e demográfica da população de Santa Isabel do Rio Negro

O que é

Linha de ação que articula pesquisas, levantamento de dados e suporte às associações indígenas do Médio Rio Negro. Tem por objetivo apoiar o ordenamento territorial na região, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. O início da atuação do ISA nessa região começou em meados de 2005 e responde também a uma demanda local por assessoria, que havia anos a Foirn vinha formulando. Essa atuação se dá em três frentes: 1) Assessoria antropológica às associações indígenas locais: Asiba (Associação Indígena de Barcelos), ACIMRN (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro), Acirpp (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto e Padauri); 2) Levantamento sócio-econômico e demográfico da sede municipal e comunidades de Santa Isabel do Rio Negro; 3) Mapeamento participativo das áreas de uso de recursos naturais e das relações comerciais envolvendo as comunidades da região do Rio Preto, fronteira entre Santa Isabel e Barcelos. Essa perspectiva de ação se articula com o fato de que a região do Médio Rio Negro é considerada de altíssima importância para a conservação da biodiversidade (ver Resultados do Seminário Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira - Macapá (AP), setembro de 1999 no site do ISA - http://www.socioambiental.org/inst/sem/amazonia/macapa/index_html), sem, contudo ter estatuto de área protegida. Nesse sentido, após anos de reivindicações do movimento indígena, a Funai, finalmente deu o pontapé inicial e, em setembro de 2006, criou editais para a formação de Grupos Técnicos de identificação de Terras Indígenas na região.

Equipe

• Carla Dias, Geraldo Andreello e Renata Alves.

Parcerias e fontes de financiamento

• ACIMRN; Acir; Asiba; CAIMBRN; Foirn; Fundação Gordon & Betty Moore e Horizont3000.

O que foi feito

LEVANTAMENTO E PESQUISAS PARTICIPATIVAS

- Levantamento sócio-econômico da sede do município de Santa Isabel.
- Finalização da digitação dos 856 questionários que basearam as entrevistas domiciliares;
- Sistematização dos dados resultantes da pesquisa;
- Elaboração de uma versão preliminar da publicação do levantamento;

- Discussão com a diretoria da ACIMRN e pesquisadores locais sobre o texto preliminar com os dados do levantamento;
- Apresentação dos dados, em versão preliminar, para avaliação externa realizada no âmbito do projeto em parceria ISA/Foirn e Horizont3000
- Cartografia e levantamentos participativos na sub-bacia do rio Preto (afluente do rio Padauri, fronteira entre os municípios de Santa Isabel e Barcelos)
- Pesquisa etnográfica como base para o entendimento das relações sociais locais e possibilidades de elaboração de um programa de gestão territorial, com vista à demarcação de Terra Indígena, bem como de comercialização indígena da piaçaba e outros produtos;
- Continuação do mapeamento participativo da localização e extensão das unidades de recursos extrativistas controladas por patrões e/ou comunidades;
- Digitalização da localização e extensão das unidades de recursos extrativistas sobre carta-imagem da região do Rio Preto;
- Levantamento das redes sociais de aviamento e parentesco que envolvem os moradores das comunidades;

ASSESSORIA À ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

- Reuniões com a ACIMRN para apoio à articulação política do movimento indígena no Médio Rio Negro, acompanhamento de rotinas administrativas, planejamento de eventos e elaboração de projetos e interlocução com pesquisadores que atuam na região;
- Reuniões com a Asiba para apoio à articulação política do movimento indígena;
- Finalização da digitação, em um banco de dados eletrônico, das 772 fichas cadastrais das famílias indígenas associadas à Asiba;
- Assessoria antropológica para a criação de uma associação indígena específica para a região do Rio Preto e Padauri, conforme demanda apontada pelas lideranças. Trata-se da Acirpp (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto e Padauri);
- Assessoria a ACIMRN e Asiba para estreitamento na interlocução com a Funai, presidência e DAF (Diretoria de Assuntos Fundiários), e para a participação de lideranças indígenas no processo de demarcação das TIs (disponibilização de recursos, base cartográfica e orientação técnica);

Carla Dias, do ISA, apóia associações indígenas de Santa Isabel e Barcelos durante o processo de identificação das Terras Indígenas para o Médio Rio Negro.



Laure Emperaire

Indicadores

- Atualização e incremento da base de dados georreferenciada do PRN/ISA, principalmente para a região de Barcelos;
- Mapa das áreas de uso das comunidades do Rio Preto;
- Mapeamento preliminar dos recursos e das redes de aviamento e comércio da piaçaba na região do Rio Preto;
- Parecer positivo acerca da atuação do PRN/ISA no Médio Rio Negro e sugestão de continuidade do mesmo pela avaliação externa encomendada pelo Horizont3000

Avaliação

Os levantamentos de dados na sede municipal de Santa Isabel e nas comunidades são diagnósticos importantes, tendo em vista principalmente o ordenamento territorial do Médio Rio Negro e o fato de a população indígena desse município, como o de outras regiões amazônicas, demonstrar uma dinâmica social que combina diferentes tipos de relações de produção e estadias alternadas na cidade e nas comunidades. Com a conclusão do mapa das comunidades do município de Santa Isabel e a digitação de todas as entrevistas domiciliares realizadas na sede de Santa Isabel, deu-se o processo de sistematização dos dados do banco. Os resultados do Levantamento Socioambiental da Sede Municipal de Santa Isabel do Rio Negro revelam aspectos interessantes sobre a história de ocupação da cidade e sobre o modo de vida atual. Como o município não tem um Plano Diretor, espera-se que a publicação e divulgação desses resultados contribuam para a adoção de medidas de planejamento acerca do crescimento e das demandas populacionais, subsidiando a formulação e realização de projetos apropriados para a melhoria das condições de vida em Santa Isabel.

Entendendo que a sub-bacia do Rio Preto/Padauri constitui uma amostra da complexidade regional e uma localidade de extrema prioridade para a questão do ordenamento territorial, deu-se continuidade às atividades iniciadas ali, no final de 2006. Com a identificação das TIs em curso, a região do Rio Preto/Padauri tem um enorme potencial para transformar o quadro de relações dos atores em cena e as formas de acesso e comercialização da piaçaba, atualmente configurados em redes de dívidas e aviamento, em um modelo sustentável de gestão territorial que concilie sustentabilidade e valorização de conhecimentos e do patrimônio cultural.

Com a formação de dois Grupos Técnicos (GTs) de identificação de Terras Indígenas pela Funai, (Portarias: no12, 12 de janeiro de 2007 e no476, de 29 de maio de 2007 : Funai) intensificou-se a assessoria do ISA e da Foirn às associações indígenas locais – ACIMRN e Asiba – no trabalho de articulação com as comunidades que elas representam, na elaboração de documentos de reivindicação, mapas de pleitos e na interlocução com a Funai. Esse material vem subsidiando as associações indígenas e os técnicos contratados pela Funai na realização dos estudos de identificação das terras. Além do esforço para garantir a participação das lideranças indígenas, é preciso que haja coordenação entre as propostas e limites das TIs resultantes dos dois GTs, já que esses foram criados sem articulação prévia e com agendas diferentes. Nesse sentido, estamos mantendo interlocução permanente com os responsáveis pelos processos de demarcação da Funai. Apesar da demora para a entrega dos relatórios dos GTs, por parte dos coordenadores, o presidente da Funai comprometeu-se, pessoalmente, em reunião na Maloca da Foirn, em garantir a integração dos resultados do trabalho dos dois GTs, bem como a participação das lideranças indígenas na avaliação dos laudos antes da publicação definitiva dos mesmos.

Perspectivas

- ▶ Produtos
- Caderno de publicação e divulgação dos dados do levantamento sócio-econômico da sede de Santa Isabel do Rio Negro em maio de 2008;
- Aprovação de projetos para fortalecimento institucional das associações indígenas;
- Mini mapa-livro para a região do Rio Preto e ampliação da pesquisa para a região do Rio Padauri;
- Texto-subsídio para o Dossiê Sistema Agrícola do Rio Negro: um patrimônio invisível
- ▶ Assessoria
- Apoio às organizações indígenas locais para elaboração e gestão de projetos institucionais;
- Apoio às organizações indígenas para a participação no processo de criação das TIs;
- Apoio às comunidades e associações indígenas para a formulação de acordos de uso de recursos e conflitos potencializados pelo processo de criação das TIs;
- Apoio para o fortalecimento institucional e político das novas associações indígenas de base que se iniciam nos afluentes do Rio Negro: Preto; Padauri e Aracá;
- Apoio à Asiba e ACIMRN para a organização dos cadastros de associados indígenas;
- Apoio à ACIMRN, juntamente com pesquisadores do Projeto Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia (Pacta) – IRD/Unicamp, para articulação regional e formulação de um dossiê da proposta protagonizada pela própria ACIMRN para registro do Sistema Agrícola do Rio Negro como patrimônio imaterial brasileiro, por meio de um projeto aprovado pelo Iphan.

Melhores momentos

- Doação de 14 estações de radiofonias para comunidades indígenas de Santa Isabel e Barcelos por meio de projeto apresentado pelo ISA à Empresa de Telefonia Telemig/Celular;
- Comprometimento pessoal do presidente da Funai, em reunião na Maloca da Foirn com lideranças indígenas de Santa Isabel e Barcelos, para que a demarcação das TIs se dê conforme o pleito indígena e o mais rápido possível.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA Apoio à Foirn / Wariró

O que é

Wariró é o nome de um ser ancestral, que aparece nos mitos de vários povos indígenas da região. É também o nome da Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro, criada pelos povos indígenas para construir uma ponte entre seus produtos tradicionais e os mercados regional e nacional, sem intermediários, preservando conhecimentos e práticas, valorizando a biodiversidade e a sociodiversidade amazônicas. A casa serve como centro de negócios que reúne produtores (organizados em associações filiadas à Foirn ou autônomos) e consumidores que visitam São Gabriel da Cachoeira. Recebe e negocia encomendas com empresas de todo o Brasil, fornece informações sobre os produtos e os produtores.

Equipe

• Ana Suylla, Edilma e Gilda Barreto, gerentes (Foirn/Wariró); Natalie Unters-tell e Gustavo Pinheiro (ISA).

► Colaboradores

• Andreza Andrade; Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Domingos Barreto, diretor presidente da Foirn; Erivaldo Cruz, diretor de referência do Wariró na Foirn.

Parcerias e fontes de financiamento

• Associações filiadas (Aami, ACIRMN, Acirx, Amibal, Amibi, Amidi, Amitrut, Asiba, Assai, Ayrca, Oibi, Oicai, Umira); Coordenadorias sub-regionais (CABC, CAIARNX, CAIMBRN, Coidi e Coitua); Foirn; grupo de agricultoras indígenas da cidade de S. Gabriel da Cachoeira; Grupo de artesãos do banco Tukano; Galeria Amazônica.

O que foi feito

A Equipe PRN/ISA apoiou com maior destaque as seguintes atividades:

- Planejamento estratégico do negócio Wariró para 2007: monitoramento de indicadores de performance; avaliação gráfica dos resultados de 2005 e 2006; estabelecimento de metas e divisão de tarefas para 2007.
- Com o valor recebido no Prêmio Culturas Indígenas, investiu-se na instalação de um Sistema de Gerenciamento de Vendas e Estoques, implementado entre maio e junho; durante esse período a equipe recebeu treinamento da Fronteiranet para utilização do sistema;

- Workshop no barco do ISA, em maio, para desenho do website Wariró, com apoio da consultoria de experiência de consumo Wowdish;
- Registro técnico-fotográfico dos produtos para o portfólio do website Wariró, a partir da seleção de duas estagiárias que com a assessoria produziram fichas de cada um dos itens a serem inseridos na loja virtual;
- Formação de uma Rede de Artesãos e Produtores Indígenas e definição de um selo de identificação de origem dos produtos do Rio Negro, em oficina realizada no mês de setembro;
- Parceria da Wariró com a Galeria Amazônica (ISA-Apawa), em Manaus; contato com lojas como Ecoshop e vendas para o exterior;
- Condução de reuniões de Wariró com diretoria da Foirn e Departamento de Mulheres, na tentativa de constituir um núcleo de apoio ao negócio;
- Elaboração de um projeto para o Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) com foco no apoio a oficinas de artesanato nas comunidades para 2008;

Indicadores

- Renda revertida diretamente para artesãos: R\$ 23.804,20.
- Nº de associações cadastradas (pela compra): 18 (de 88 filiadas à Foirn).
- Nº de viagens para recolhimento de artesanato ou participação em oficinas nas comunidades: 7.
- Vendas anuais: R\$ 34.037,40
- Crescimento das vendas anuais: -59%
- Inserções na mídia: notícia no site do ISA sobre encontro de produtores.
- Participação em feiras: duas locais e quatro nacionais.

Avaliação

- Comunicação entre Wariró e artesãos melhorou. Porém é desejável contar com alguém cuja função específica na equipe seja conduzir o relacionamento com fornecedores. Descartou-se a hipótese de delegar tal função ao Departamento de Mulheres, porque atua com objetivos próprios e não integrados ao negócio Wariró.
- Dificuldades com vendas (mercado local limitado; perda de clientes cativos e morosidade na construção do canal de vendas online) marcaram o ano, que terminou com resultado negativo indicando ser necessário maior atenção da equipe para o monitoramento periódico de performance e para



Ceramistas apresentam seus produtos durante o 2º encontro de produtores indígenas do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira.

Gustavo Tosello Pinheiro/ISA

as oscilações do mercado, assim como maior atuação no campo de promoção da Wariró em São Gabriel da Cachoeira.

- Maior investimento em capacitação da equipe e em mecanismos de monitoramento e gestão obteve retornos práticos. O processo está em curso.
- Wariró foi citado como iniciativa de sucesso no Relatório de Avaliação do Projeto Horizont3000, inspiradora para todas as outras propostas relacionadas a povos indígenas e baseadas no mercado, e também como modelo para a FOIRN, que precisa reforçar negócios sustentáveis.

Perspectivas

- Lançar website para divulgação e vendas eletrônicas;
- Consolidação do sistema de comércio justo regional em formação (conexão entre Wariró, Fundo Rotativo das Mulheres Indígenas, linhas de crédito popular, financiamento de oficinas de artesanato, Central de Abastecimento, entre outros).

Melhores momentos

- Definição participativa de um selo de identificação de origem dos produtos indígenas do Rio Negro.

O que é

A subsede se compõe de três casas e de um Espaço Público, que em 2007 registrou grandes avanços, incluindo a chegada de novos equipamentos para o telecentro (ver relatório específico sobre o Espaço Público). As casas são utilizadas para hospedar as equipes do ISA em trânsito, para abrigar o escritório e a equipe administrativa, para receber hóspedes e alguns apartamentos são destinados para a moradia de alguns integrantes do PRN. Há ainda uma garagem para barcos e motores e um depósito. A equipe atua na parte administrativa viabilizando as atividades do programa, dando suporte técnico, administrativo, fazendo a manutenção das instalações e dos equipamentos e dando apoio às associações indígenas parceiras e à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – Foirn.

Equipe local

• Andreza Andrade; Aloísio Cabalzar Filho; Carla Dias; Elizabete Moraes; Francimar dos Santos (Sucy); Joás Rodrigues da Silva; Laise Lopes Diniz; Margarida Murilo Costa; Melissa Santana de Oliveira.

Parcerias e fontes de financiamento

• Fundação Gordon & Betty Moore, Horizont3000 e RFN.

O que foi feito

- Reforma da casa de hóspedes, eliminando dois quartos para transformar em sala de trabalho da equipe permanente de campo do Programa Rio Negro. Foi feita uma ampliação na rede para computadores, parte elétrica e bancadas e mesas de trabalho, buscando propiciar melhores condições para o trabalho da equipe.
- Apoio logístico à Foirn e associações locais, particularmente em transporte terrestre e fluvial, comunicações, questões legais e produção de eventos.
- Apoio às equipes de campo e pesquisadores associados não só na preparação das viagens de barco, mas também mantendo-se plantões permanentes para atender solicitações emergenciais, através da radiofonia, e-mail ou telefone.
- O ISA-SGC apoiou eventos importantes, destacando-se: V Reunião de Canoa, encontro transfronteiriço que contou com a participação de instituições do Brasil, Colômbia e Venezuela e resultou numa agenda comum de atividades nos diferentes rios e regiões; lançamento do PAC Indígena, com

a presença do presidente da República Luis Inácio Lula da Silva; e Intercâmbio da Rede de Cooperação Alternativa (RCA), quando representantes de todas as organizações desta Rede visitaram as regiões onde o ISA implementa suas atividades, tendo em vista o tema “Gestão Territorial Indígena” e as experiências no Rio Negro, culminando na realização de uma Oficina para sistematização dos conhecimentos acumulados pelos participantes.

Avaliação

Em 2007, procuramos proporcionar melhores condições de hospedagem e agilizar o apoio logístico às equipes do Programa Rio Negro, pesquisadores associados e colaboradores em geral. Para tanto, freqüentemente é necessário que a equipe do ISA-SGC se desdobre para cumprir as rotinas e atender a solicitações inesperadas, geralmente em caráter de urgência. Além disso, um número maior de associações indígenas rionegrinas obteve aprovação e financiamento de projetos pelo PDPI nesse ano, resultando em crescimento na demanda por apoio logístico, na gestão de recursos e acompanhamento das obrigações contratuais. Desta forma, o ISA SGC vem ampliando seu escopo de atuação, não sendo apenas uma base de apoio administrativo exclusivo à equipe. Ao receber diariamente grupos indígenas vindos de comunidades remotas, o ISA SGC consolidou-se, junto com a Foirn, como uma referência para minimamente encaminhar ou solucionar questões práticas, legais e até políticas. O aprimoramento de serviços e ações, portanto, é permanente.

Perspectivas

- Montar uma pequena oficina para motores de popa nas dependências do ISA;
- Buscar condições para a reforma da casa de hóspedes, melhorar o espaço para guardar os veículos;
- Sala de audiovisual em pleno funcionamento em 2008.

Melhores momentos

- Encontro Canoa;
- 20 Anos da Foirn;
- Visita do Presidente da República ao município de São Gabriel;
- Intercâmbio RCA;
- Oficina de Assessores Pedagógicos Indígenas – APIs;
- Reunião da equipe Rio Negro de final do ano.



Participantes do Intercâmbio multilateral da RCA em São Gabriel da Cachoeira, organizado por ISA e Foirn.

O que é?

Local constituído pelo Instituto Socioambiental, para fomentar o intercâmbio cultural entre os 22 povos indígenas do Alto Rio Negro e a sociedade brasileira, num ambiente de respeito aos direitos coletivos e difusos dos povos que constam na Constituição Federal, para valorização do conhecimento tradicional e do conhecimento científico interdisciplinar disposto ao diálogo intercultural.

O Espaço Público contém três ambientes que já estão em funcionamento. Um deles é o telecentro comunitário, que estamos chamando de Telecentro Socioambiental, onde qualquer pessoa tem acesso gratuito à internet. Composto por sete estações com plataforma Ubuntu (Linux). Telecentro é fruto de uma parceria do ISA com o Ministério das Comunicações, por meio do Programa Gesac-Governo Eletrônico Serviço ao Cidadão, que disponibiliza conectividade via satélite para iniciativas de inclusão digital. O Espaço também inclui uma biblioteca com temática socioambiental, povos indígenas, educação e literatura estrangeira e brasileira. A biblioteca é de acesso público, aberta em horários definidos por uma política de funcionamento.

A infra-estrutura do Espaço Público contempla ainda um salão/ auditório destinado a realizações de eventos culturais, projeções audiovisuais, palestras, oficinas e seminários. As vendas e doações também são realizadas no Espaço Público, no qual também é feito o controle de estoque de publicações, entrada e saída de acervo.

Equipe

- Andreza Andrade, Carlos Alberto (Beto) Ricardo e Elizabete Moraes.

Parcerias e fonte de financiamento

- Fundação Gordon & Betty Moore; Horizont3000.

O que foi feito

TELECENTRO

O Telecentro Socioambiental em 2007 teve um crescimento vertiginoso de acessos e usuários cadastrados. Em 2006 o total de acessos foi de 1.621 e o nº de pessoas cadastradas foi de 441. Já em 2007 o nº de acessos praticamente quadruplicou, passando para 4.286 e o nº de cadastrados aumentou para 502 pessoas. O público maior continua sendo de jovens indígenas entre 12 a 25 anos de idade. Os interesses maiores são pesquisas escolares sobre diversas temáticas, e-mail, orkut e entretenimento de maneira geral. As restrições de acesso continuam sendo aplicadas, tais como: proibição do acesso a sites pornográficos, a sites de jogos, bate-papo ou sites que incitem a violência ou crimes.

Em 2007, o telecentro recebeu quatro jovens indígenas (três Tuyuka e um Tukano) que fizeram estágio auxiliando o atendimento aos usuários e aperfeiçoando conhecimentos em informática e internet.

Em 2007, também participamos (Elizabete Moraes e Andreza Andrade) de um treinamento do Gesac em São Gabriel da Cachoeira. As implementadoras do Gesac conheceram as dependências do telecentro do ISA e viram como estamos estruturados.

BIBLIOTECA

A Biblioteca ganhou novos títulos ainda não contabilizados. A grande maioria veio por meio de doações. Realizamos doações de livros para escolas, Biblioteca Comunitária de São Gabriel da Cachoeira (organizada pela vereadora Francivalda Rodrigues da Silva), visitantes e alguns pesquisadores.

Atualmente a Biblioteca se tornou referência para pesquisas escolares, universitárias, científicas e outras, especialmente nos temas Povos Indígenas

no Rio Negro e no Brasil e meio ambiente. A biblioteca ainda não está realizando empréstimos porque não temos um banco de dados digitalizado e programa de gerenciamento. Mesmo assim, é permitida a saída do acervo se a solicitação for feita por meio de ofício, no caso de instituições parceiras, pesquisadores associados, associações indígenas etc.

ESPAÇO PÚBLICO

O EP em 2007 conseguiu aprovar o projeto Ponto de Difusão do Ministério da Cultura e a partir de março de 2008 começará uma programação de projeção de filmes com temáticas diversas. Houve um grande atraso na entrega dos equipamentos por parte do Ministério da Cultura e por essa razão não foi possível iniciar a programação em 2007.

Como atividades extras, realizamos eventos pontuais ao longo do ano, envolvendo a comunidade local, tais como: Roda do ISA sobre de Educação Escolar Indígena, Roda do ISA com o astrônomo Walmir Cardoso sobre pesquisa do Calendário Ecológico Tukano (desenvolvido na Escola Tukano Yupuri), projeção de filmes com temática "juventude indígena" durante evento de Jovens Indígenas de São Gabriel da Cachoeira realizado no mês de agosto; recebemos equipe do Ministério do Desenvolvimento Social que realizou treinamento com agentes comunitários da Prefeitura Municipal; projeção de filme para lideranças indígenas sobre o Padre Casimiro Beksta; projeções de filme para jovens da cidade em parceria com Paulo Jr, jovem cineasta gabrielsense que realiza oficinas de vídeo na cidade.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

- Cobertura durante a reunião da Canoa 2007;
- Cobertura da visita de Lula;
- Registro de eventos que envolvem a participação do ISA e parceiros.
- NSA publicadas: Prêmio Cultura Viva; Intercâmbio RCA; Encontro de mulheres do rio Ayari discute Cerâmica e Projeto de Pimenta; 20 anos da FOIRN; Visita do Lula em São Gabriel da Cachoeira para lançar PAC Indígena; Encontro de Jovens Indígenas em São Gabriel da Cachoeira; 04 matérias sobre a reunião de Canoa; Oficina na Escola Pamáali; Chegada de Paulo Vannuci em SGC; Abertura do Movimento contra a impunidade
- ▶ Assessoria a atividades em parceria com a Foirn
- Apoio no planejamento e realização da festa dos 20 anos da Foirn em São Gabriel da Cachoeira;
- Juntamente com a antropóloga Flora Cabalzar, inscrevemos a Foirn no Prêmio Cultura Viva com a iniciativa Narradores Indígenas do Rio Negro. O resultado foi o 2º lugar na categoria "organização da sociedade civil", cuja premiação renderá à Foirn R\$ 20 mil.
- ▶ Participação no Movimento Contra Impunidade
- A participação ativa no Movimento Contra a Impunidade (MCI) em São Gabriel da Cachoeira, aconteceu na forma de articular diversas atividades que ajudaram na realização do abaixo-assinado, sistematização do dossiê contra a impunidade, elaboração de relatórios e articulação de reuniões com os demais atores participantes do Movimento.
- O MCI foi criado para protestar contra a violência contra povos indígenas em São Gabriel da Cachoeira e exigir que os crimes cometidos sejam punidos para que não fiquem na impunidade. O MCI também elaborou uma série de propostas para a melhoria da segurança pública em São Gabriel da Cachoeira. Para 2008, o Movimento pretende acompanhar ativamente as eleições 2008 para que não haja crimes eleitorais e que os candidatos realizem uma disputa limpa e comprometida com o povo de São Gabriel da Cachoeira.
- ▶ Viagens para realização de Oficinas de Comunicação e Inclusão Digital
- Na Escola Tuyuka foi realizada uma oficina de comunicação para elaboração do primeiro jornal da Escola todo escrito na língua tuyuka. O jornal foi pensado e planejado pelos alunos e professores da escola como forma de

divulgar as ações da escola e notícias em geral envolvendo o povo tuyuka. O jornal circula em todas as comunidades tuyuka que possuem sala de extensão da Escola. Durante a oficina foi discutido conceitos de jornalismo na percepção dos índios tendo como mote os conceitos não indígenas de jornalismo. Os próprios Tuyuka decidiram a linha editorial do jornal, os temas a tratar e a equipe responsável. O nome escolhido para o jornal foi "Yukututi", que na língua tuyuka quer dizer trocano, uma espécie de instrumento (tambor) utilizado tradicionalmente para enviar mensagens para aldeias próximas.

• Na Escola Pamáali foi realizada uma oficina de inclusão digital para alunos e professores da escola. O objetivo principal da oficina era proporcionar os participantes meios para que possa utilizar o computador e a internet como ferramenta pedagógica. A oficina foi de 15 dias e estavam presentes 40 alunos, cuja maioria nunca havia tido contato com o computador. A oficina também foi uma forma de discutir junto com a escola a melhor forma de promover o acesso dos alunos ao telecentro da Pamáali, já que mesma dispõe de apenas dois computadores (sendo um laptop e outro desktop). Outro desafio é falta de energia suficiente pra manter os dois computadores da escola. Existe um sistema solar, mas que não agüenta muito tempo de energia, restringindo assim o tempo de uso dos computadores. A repercussão da oficina dentro do Programa Gesac, foi muito boa, e hoje o ponto de presença da Escola Pamáali é tido como caso de sucesso e exemplo de Ponto de Presença que representa de fato a função do projeto de Inclusão Digital do Governo Federal.

Indicadores

- Capacidade de interlocução com diversos públicos;
- Visibilidade das ações dos projetos do Programa Rio Negro;
- Número de eventos culturais e de intercâmbio;
- Espaço Público estruturado com todos os equipamentos adequados para realização de atividades em audiovisual;
- Banco de dados contendo o perfil dos usuários do Telecentro e Biblioteca Socioambiental;
- Total de títulos atualmente na biblioteca: 1697 livros, 107 títulos em DVD's.
- 4.286 acessos, 502 novos usuários cadastrados, dos quais 232 são indígenas de diversas etnias do Rio Negro. Atualmente temos 943 pessoas cadastradas.

- A grande maioria dos acessos é realizada por jovens entre 12 a 25 anos da classe estudantil. Os temas de interesse são: e-mail, pesquisas, orkut e entretenimento.
- Aumento de freqüentadores à Biblioteca Socioambiental.
- Contratação de Elizabete Moraes que passou de estagiária para ser funcionária do ISA.
- Aprovação do projeto Pontos de Difusão para o Espaço Público do ISA que se será uma sala de projeção audiovisual.
- Implementação do jornal-mural do Telecentro.

Avaliação

TELECENTRO

- Em 2007 foi um ano que o telecentro apresentou muitos problemas devido principalmente a variação de energia elétrica que sofremos, resultante da má distribuição de energia da Ceam - Central de Energia do Amazonas. Havia época em que somente 3 das 7 máquinas estavam funcionando. Avaliamos que necessitamos adquirir mais equipamentos de segurança para proteger as máquinas contra essa oscilação elétrica. Imaginamos que ao menos estabilizadores com nobreak seriam uma boa opção.
- A vinda de Antenor Bispo para São Gabriel ajudou bastante o acumulo de conhecimento em informática de Elizabete Moraes, hoje a mesma já realiza a maioria das manutenções básicas em informática.
- Esse ano iniciamos pequenas palestras no telecentro sobre a importância da internet, mas a atividade não foi para frente devido a falta de interesse dos próprios usuários do telecentro. Precisamos pensar outras estratégias para realizarmos essas atividades;

BIBLIOTECA

- Ainda não temos uma forma de cadastro dos visitantes da biblioteca. Sendo assim, não temos como mensurar a quantidade de acessos e nível de interesses dos nossos visitantes. Precisamos implementar esse cadastro em 2008.
- Apesar de recebermos um rico material de doações de grandes editoras, a biblioteca ainda carece de publicações referentes a povos indígenas e Amazônia;
- Muitos livros do acervo sumiram e não conseguimos recuperá-los.
- Ainda não estamos liberando empréstimos de publicações para serem levados fora das dependências do ISA, visto que não temos um sistema



Beto Ricardo/ISA

Sede do ISA em SGC vira Ponto de Difusão/MinC.



de controle de entrada e saída de livros. Portanto, as consultas continuam sendo somente locais.

ESPAÇO PÚBLICO

- Realizamos um número de eventos que superou o ano de 2006. Acreditamos que o curso dessas atividades está seguindo um ritmo natural, de acordo com o tempo e as demandas que vão aparecendo. A divulgação tem sido eficaz, pois o nosso público de fato que queremos atingir tem nos procurado aos poucos. Acredito que essa procura também segue o seu ritmo natural.
- Deveríamos ter inaugurado o Ponto de Difusão do Espaço Público ainda em 2007. Mas houve um grande atraso na entrega dos equipamentos e essa inauguração passou a ser planejada para 2008.
- Falta envolvimento maior da equipe do Programa do Rio Negro na participação da agenda de eventos culturais.

Perspectivas

- Criar um blog do telecentro para 2008;
- Montar a sala de projeção do Espaço Público; inaugurar e implementar uma agenda de projeções;
- Realizar novas oficinas de inclusão digital em comunidades do Rio Negro que possuem telecentros e internet;
- Implantar sistema de gerenciamento de biblioteca;
- Ampliar o acervo audiovisual, sobretudo por meio de doações;
- Implementar um cadastro de usuários para a biblioteca;
- Continuar apoiando o Movimento Contra a Impunidade de São Gabriel da Cachoeira;
- Ampliar o número de NSA publicadas no site;
- Apoiar a Foirn na implementação do Pontão de Cultura;
- Apoiar a realização de oficinas de vídeo nas comunidades indígenas iniciando por Iauaretê em fevereiro de 2008.
- Apoiar o movimento de cinema entre jovens indígenas da cidade de São Gabriel da Cachoeira.

Produtos

- Dossiê realizado pelo Movimento Contra a Impunidade entregue ao Secretário dos Direitos Humanos;
- Premiação da Foirn no 2º lugar da categoria Organização da Sociedade Civil no Prêmio Cultura Viva, com a iniciativa Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro;
- Realização das comemorações dos 20 anos da Foirn em São Gabriel da Cachoeira;
- Realização da Oficina de Multi-meios na Escola Tuyuka e a implementação do Yukututi - Jornal da Aeitu - Associação da Escola Indígena Tuyuka Utapinopona;
- Realização da Oficina de Inclusão Digital na Escola Pamáali;
- Realização da Oficina de Inclusão Digital para os projetos de registro linguístico para os Kotiria e Waikanã em Iauaretê;

Melhores momentos

- Premiação da Foirn no 2º lugar da categoria Organização da Sociedade Civil no Prêmio Cultura Viva, com a iniciativa Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro;
- Realização das comemorações dos 20 anos da Foirn em São Gabriel da Cachoeira;
- Realização da Oficina de Multi-meios na Escola Tuyuka e a implementação do Yukututi - Jornal da Aeitu - Associação da Escola Indígena Tuyuka Utapinopona;
- Realização da Oficina de Inclusão Digital na Escola Pamáali;
- Realização da Oficina de Inclusão Digital para os projetos de registro linguístico para os Kotiria e Waikanã em Iauaretê;
- Mobilização nacional para o Movimento contra a Impunidade e a entrega do Dossiê realizado pelo MCI ao Secretário dos Direitos Humanos.

RIO IÇANA Projeto Arte Baniwa – Pimenta

O que é

Implementar um negócio sustentável para comercializar, em determinados nichos de mercado urbano, a pimenta em pó feita artesanalmente pelas mulheres do povo Baniwa. Articular esta experiência com um processo de P&D (pesquisa e desenvolvimento) que garanta a sustentabilidade da produção e comercialização dessa pimenta. Uma grande variedade de pimentas faz parte da tradição cultural Baniwa, da mitologia à culinária e a proposta é comercializá-las como mais um produto da marca Arte Baniwa.

Equipe

• Adeilson Lopes da Silva; Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Laise Lopes Diniz; Gustavo Tosello Pinheiro; Aloncio Garcia (Coordenador Indígena de pesquisa pela Oibi); Pesquisadores Indígenas Bolsistas do Programa Jovem Cientista Amazônica: Paula F. da Silva, Adélia Miguel, Carina Valencia, Carlos da Silva, Sílvia da Silva, Edson Garrido, Ronaldo Amaro, Elton José da Silva, Justina da S. Lopes.

- ▶ Colaboradores
- Ludivine Eloy e Natalie Unterstell.

Parcerias e fontes de financiamento

- Oibi; EIBC-Pamáali; Fapeam; Foirm / Wariró e Horizont3000

O que foi feito

- I e II Encontros de Formação e Pesquisa da equipe de pesquisadores indígenas do projeto “Pimentas na Bacia do Içana-Ayari: bases para a sustentabilidade da produção e comercialização”;
- III Encontro de Mulheres produtoras de pimenta, na comunidade de Canadá, Rio Ayari;
- Implantação de jardins de pimenta nas Escolas EIBC-Pamáali, Máadzero, Paraattana e Walipere Dakenai para realização de atividades de pesquisa e produção de jiquitaia pelos alunos e professores;
- Realização do terceiro censo anual de pimenteiros nas roças de 50 mulheres de 17 comunidades.

Indicadores

- Número de mulheres produzindo
- Número de clãs e de comunidades participando, variedade de pimentas na base produtiva, volume produzido e comercializado;
- Vendas para Wariró, em SGC;
- Vendas diretas via Oibi, incluindo vendas informais externas (eventos, encomendas particulares etc.);
- Aparições na mídia

Avaliação

- A etapa preliminar de pesquisa conduzida pelo ISA-EIBC reuniu bons indicadores de monitoramento dos impactos socioambientais e estes estão sendo aprofundados com a equipe ampliada na nova fase de pesquisa;
- Participação de outras três escolas indígenas da bacia na iniciativa de pesquisa sobre pimentas na Bacia do Içana-Ayari;
- Carpoteca, banco de sementes e jardins de pimenteiros da EIBC subsidiando a experimentação e conservação in situ da diversidade de Capsicum para a bacia;
- Plano de negócios não financiado até o momento desmotivando algumas mulheres produtoras, entretanto elas continuam a manter um número médio maior de pimenteiros em suas roças e jardins em relação ao censo-base de 2005;
- Equipe gerencial da Oibi com dificuldades para manter a interlocução entre as produtoras e o mercado e necessitando de acompanhamento nas ações gerenciais.

Perspectivas

- Negociação de projeto de para a consolidação e aperfeiçoamento do plano de negócio por meio da Secretaria Estadual de Produção Rural do AM;
- Construção de três “Casas de Pimenta” para realizar a fase final de produção-envase de pimentas e abertura de canais formais de escoamento;
- Realizar o IV Encontro de Mulheres produtoras de pimenta;
- Avançar na discussão sobre Indicações Geográficas, no âmbito da Foirm e Rio Negro, em diálogo com a Superintendência do Ministério da Agricultura do Amazonas.

Melhores momentos

- III Encontro de mulheres produtoras de pimenta e pesquisadores indígenas durante o Encontro de Artesãs de Cerâmica do Ayari.
- Início das atividades de pesquisa com a equipe de pesquisadores indígenas do Programa Jovem Cientista Amazônica.



Pesquisadores de pimentas do Ayari, Içana.

Adeilson Lopes da Silva/ISA

RIO IÇANA Educação – Componente Baniwa e Coripaco

O que é

Trata-se de contribuir para a reestruturação do sistema da educação escolar indígena na região do Rio Içana. Tem como princípio a valorização das línguas e culturas dos povos indígenas da região, relacionando-as com os conhecimentos científicos acadêmicos ocidentais e tendo em vista a profissionalização em áreas que contribuam para o desenvolvimento regional sustentado.

Equipe

• Adeilson Lopes da Silva; Laise Lopes Diniz; Marta Azevedo; Renata Eiko Minematsu.

► Colaboradores

• André Fernando (Foinr, diretor); Andreza Andrade; Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Francisco Ortiz; Fernando Freitas Vicente; Gustavo Tosello Pinheiro; Glenn Shepard Jr.; José Strabelli; Judite Albuquerque Gonçalves - assessoria pedagógica; Juliana Stropp; Lucia Alberta de Andrade; Luiza Garnelo; Madalena Custódio Paiva (Foinr - Deptº de Educação); Maurice Bazin; Melissa Santana de Oliveira; Natalie Unterstell; Paulo Apostolo (parabotânico); Ricardo Rettmann; Rita Mesquita (Inpa, ecóloga); Trinho Paiva Trujillo (Semed - Deptº de Educação Indígena).

Parcerias e fontes de financiamento

• Abric; Acep; Acira; CABG; Cepta/Ibama; Foinr; Inpa; MEC/FNDE; MEC/Secad; Oibi; Oicai; RCA; RFN; Seduc; Semed.

O que foi feito

- Em 2007, a EIBC-Pamáali funcionou com duas turmas de ensino médio (61 alunos) e uma turma de ensino médio (21 alunos), num total de 82 alunos (64 homens e 18 mulheres) pertencentes a 32 comunidades dos rios Içana, Aiari e Cuiari.
- Períodos letivos e turmas: realização de três períodos letivos de dois meses de duração cada um. •Manutenção e melhoria da infra-estrutura;
- A EIBC-Pamáali iniciou o ensino médio na Escola Pamáali, com uma turma de 27 alunos de 22 comunidades do médio e alto rio Içana.
- A EIBC-Pamáali implantou o Programa de formação de Pesquisadores Indígenas nas comunidades, atendendo aos Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (Aima's), Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e participantes do Projeto Paisagens Baniwa, com uma turma de 34 alunos de 23 comunidades do médio rio Içana, rio Cuiari e rio Aiari.
- Realização de uma assembleia escolar (maio). Foram avaliados os períodos letivos e planejadas as atividades. Participaram cerca de 120 pessoas, entre pais, lideranças, professores, agentes de saúde, anciões e crianças, a diretoria executiva e o conselho fiscal da Acep. Em seguida ocorreu a formatura de 32 alunos da 3ª turma da EIBC – Pamáali.
- Realização de quatro encontros de formação e três viagens de acompanhamento aos Pesquisadores Indígenas nas comunidades, atendendo aos Aima's, AIS e participantes do Projeto Paisagens Baniwa;
- Formulação do planejamento estratégico da EIBC – Pamáali, com os professores e assessoria;
- Participação de professores da Escola Pamáali e pesquisadores indígenas do Projeto Paisagens Baniwa como instrutores na 3ª etapa do Magistério Indígena II;
- Reunião de planejamento dos conselheiros da Acep, para a gestão de recursos para o projeto de educação;
- Intercâmbios de formação com os professores da escola Waliperedakenai (Canadá-rio Aiari), Kalidzamai (Santa Rosa-médio Içana) e Maadzeero (Tunui-médio Içana);

- Três viagens (março, julho e novembro) da assessoria para o acompanhamento pedagógico e formação de professores na região do médio rio Içana e rio Aiari;
- Acompanhamento das atividades de pesquisa nas escolas Maadzeero, Paraattana, Kalidzamai e Waliperedakenai no Rio Içana e Aiari;
- Encontro de Educação Escola Indígena na comunidade Canadá do Rio Aiari, no mês de abril, com o objetivo de elaborar a proposta pedagógica junto as lideranças, professores, pais e alunos para as escolas do rio Aiari;
- Realização de dois encontros com as Associações de Base do Içana (Unib - União das Nações Indígenas Baniwa, Oicai, Acira, Ocidai - Organização das Comunidades Indígenas do Distrito do Assunção do Içana e Abric), com o objetivo de discutir e formular projetos articulados com o eixo formação, envolvendo as escolas já existentes na região;
- Planejamento de atividades conjuntas com a Equipe da Semec;
- Integração com outros projetos: professores e alunos da escola participaram ativamente dos demais projetos realizados nas áreas da escola.
- Realização de uma oficina de desenho na EIBC-Pamáali, aproveitando a presença do estudante de mestrado Caco Xavier, do Museu Nacional;
- Realização da oficina de Formação de Professores Baniwa das Escolas Paraattana, Kalidzamai e Madzeero no mês de julho, com a assessoria externa de Judite Albuquerque e o tema: metodologia do ensino-pesquisa;
- Intercâmbio com grupo de professores e lideranças Coripaco da AATIS do rio Guainia na Colômbia;
- Oficina de Formação em Etnomatemática (professores e alunos do ensino médio), com assessoria de Francisco Ortiz no mês de novembro;
- Participação na Reunião do Conselho Nacional de Educação, em São Gabriel da Cachoeira no mês de março;
- Planejamento, organização e realização de três encontros de Formação dos Assessores Pedagógicos Indígenas, nos meses de fevereiro, maio e setembro, juntamente com a Semec e Cedac;

Indicadores

- Ampliação da proposta desenvolvida na escola-piloto EIBC – Pamáali para as escolas do Rio Içana;
- Convite aos professores da EIBC – Pamáali para atuarem em cursos de formação e apoiar a implementação da educação escolar na região do Içana;
- Participação de professores, lideranças e pais em assembleias, encontros, oficinas de formação e viagens de acompanhamento da assessora do ISA;
- Reuniões com as lideranças e a Coordenadoria Regional incluir o tema educação escolar como prioridade;
- Articulação com a Semed, a Seduc e o Ministério da Educação e participação no Conselho Municipal de Educação, resultando na integração da proposta de educação escolar indígena nas políticas públicas;
- Sistematização de apostilas dos temas de pesquisa em língua Baniwa e Coripaco;
- Participação da equipe da Semed nos encontros de formação e planejamento;
- Reuniões realizadas entre os assessores e a Equipe de professores nos planejamentos e avaliações, proporcionando boa integração entre todos;
- Continuidade das atividades na EIBC – Pamáali.

Avaliação

- Foi o ano de garantir o ensino básico na região do rio Içana, através da experiência desenvolvida no ensino fundamental, a EIBC-Pamáali elaborou a proposta do ensino médio;
- Ampliação da proposta desenvolvida na EIBC – Pamáali para as escolas Paraattana, Maadzeero, Kalidzamai e Waliperedakenai;

- Avanço nas propostas de formulação do Projeto Político-Pedagógico, que prioriza a gestão escolar com a participação da comunidade e da proposta de ensino diferenciado e mais adequado à realidade da comunidade.
- A Equipe de assessoria do ISA tem desenvolvido trabalhos com a Equipe da Semed, discutindo a viabilização das propostas desenvolvidas nas escolas-pilotos e na política pública do município;
- A Equipe de assessoria do ISA tem elaborado projetos com a Equipe da Semed, para buscar financiamento que possam garantir a implementação das propostas piloto para as demais regiões do município de São Gabriel da Cachoeira;
- A Seduc não reconheceu a proposta do ensino médio elaborada na EIBC-Pamáali;
- Com a Semec e a Seduc foi realizado um grande encontro sobre educação escolar indígena, resultando: a) no compromisso da Semed para a reestruturação do sistema municipal de educação e a regionalização do Conselho Municipal de Educação e da merenda escolar; b) o compromisso da Seduc de realização do Magistério II, por regiões, no Rio Içana; c) no repasse de material de apoio didático e contratação preferencial de professores por indicação das próprias comunidades.

Perspectivas

- A proposta do Programa de Educação Baniwa e Coripaco elaborada e implantada na região da Bacia do Rio Içana;
- Assessores Pedagógicos Indígenas atuando em 2008 na região do Içana;
- Plano de Gestão Ambiental da EIBC apresentado como propostas as comunidades do médio rio Içana;
- Implantar linhas de produtos para comercialização, a partir da produção dos pais e alunos da EIBC-Pamáali;
- Ampliação da gestão da proposta de regionalização da merenda escolar no município de São Gabriel da Cachoeira;
- Ter espaço de diálogo e trocas de informação com a Seduc para apresentação da proposta de ensino médio da EIBC-Pamáali e na região do Içana;
- Produção do material elaborado no encontro de Cartografia e da pesquisa de paisagens Baniwa;

Alunos da EIBC fazem sua primeira pesquisa na Internet.



Adelison Lopes da Silva/ISA

Produtos

- Informativo EIBC-Pamáali;
- Produção de 4 fascículos com resultados de pesquisa: Diversidades dos Clãs na Região do Içana, História de Yoopinai, História do Local da EIBC-Pamáali e Pesquisa de Paisagens Baniwa;

Melhores momentos

- Início do ensino médio na EIBC-Pamáali;
- Definição das trilhas florestais na pesquisa de Paisagens Baniwa;
- Estudo das espécies de árvores existentes na terra firme e caapinarana, nas trilhas florestais;
- Formatura da 3ª turma de alunos da EIBC - Pamáali;
- Avaliação e reformulação do Planejamento estratégico das atividades da Pamáali;
- Implantação da Formação de Pesquisadores Indígenas nas comunidades;
- Intercâmbio com grupo de professores e lideranças Coripaco da AATI (Autoridade Tradicional Indígena) do rio Guainia na Colômbia;
- Realização da oficina de formação em Etnomatemática, para o ensino médio;
- Discussão da proposta de formação da Rede de Escolas Baniwa e Coripaco.

RIO IÇANA Manejo Sustentável de Recursos Naturais

O que é

Por meio do aprimoramento de técnicas e experiências acumuladas em projetos anteriores e em experiências em curso, busca-se implementar sistemas de produção adequados às condições locais, moldados com o tempo para posterior multiplicação. Visa construir conhecimentos, formas de trabalho e organização, propiciar segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida nas comunidades Baniwa do Rio Içana, respeitando a diversidade cultural e aliando conhecimentos tradicionais aos conhecimentos ocidentais.

Equipe

- Adelson Lopes da Silva, Laise Lopes Diniz, Renata Eiko Minematsu.
- ▶ Colaboradores
- Flávio C. T. Lima; Marcia Barbosa Abraão; Mario Farias (Oibi, diretor); Mauro C. Lopes; Juliana Stropp Carneiro; Paulo Apostolo (autônomo, parobotânico).

Parcerias e fontes de financiamento

- EIBC-Pamáali; Foinr; Fundação Gordon & Betty Moore; Oibi; Oicai; PDPI.

O que foi feito

PISCICULTURA

- Produção de pós-larvas de araripirá (*Chalseus sp*) através do método de coleta de desova natural, e reprodução induzida de doome (*Leporinus Klausewitzii*) e jundiá (*Rhandia laukidi*), estimando-se a produção de 150 mil larvas no total.
- Entrega de alevinos aos viveiros familiares das comunidades.
- Produção de 110 kg de peixes da espécie *Chalseus sp.* consumidos na merenda escolar.
- Viagem de articulação dos coordenadores indígenas e assessoria do ISA ao rio Ayari.
- Continuidade ao apoio das iniciativas de outras associações com apoio, orientação e acompanhamento de construção de viveiros nas comunidades.
- Primeira reprodução induzida pela Oicai, no Alto Içana.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS

- Manutenção dos sistemas agroflorestais, adubação, coroamento das mudas;
- Primeira colheita de cupuaçu, beneficiando a comunidade escolar;
- Produção de pimenta e processamento de jiquitaia (pimenta em pó).

MELIPONICULTURA

- Distribuição de colméias a interessados na atividade.

AVICULTURA

- Estabelecimento da genética da linhagem “Frango Feliz” introduzida no ano anterior, e constatada sua adaptação ao ambiente no sistema de criação semi-extensivo.



Adelson Lopes da Silva/ISA

Renata Minematsu, do ISA, durante coleta de peixes em Jandu.

- Manutenção da infra-estrutura e dos animais. Construção de pinteiro
- Usada como instrumento de aprendizagem para matemática, medições, cálculos e gráficos.

GESTÃO AMBIENTAL

- Controle de erosão;
- Coleta seletiva de pilha;
- Coleta de lixo.
- Trilhas de ciência.

PROJETO KOPHE KOYAANALE (CASA DE PEIXE) - OIBI

- Dois encontros de formação de agentes indígenas de manejo ambiental;
- Acompanhamento dos agentes em 17 comunidades após encontros;
- Início da coleção ictiológica a ser depositada no Museu de Zoologia/USP.

Indicadores

PISCICULTURA

- Domínio do conhecimento e aplicação, pela equipe indígena.
- Quantidade de famílias participantes.
- Quantidade de viveiros familiares em funcionamento.

MANEJO AGROFLORESTAL E ATIVIDADES INTEGRADAS

- Crescimento das plantas nos sistemas agroflorestais;
- Produção das frutas pelos sistemas agroflorestais;

AVICULTURA

- Aves adaptadas.
- Melhoria da qualidade da merenda escolar.

Avaliação

- Boa atuação dos monitores do projeto dentro e fora da sala de aula.
- As mudanças na equipe indígena não provocaram tanto impacto como nos anos anteriores.
- Viveiros de piscicultura foram concluídos e outros estão em fase de construção. A área de atuação do projeto estendeu-se para o Rio Ayari.
- A meliponicultura praticamente chegou ao fim de um ciclo.
- A avicultura mostrou-se uma atividade que requer acompanhamento e manejo frequente, sendo incapaz de se desenvolver sozinha.
- Na gestão ambiental algumas práticas continuam motivadas pelos professores.

Perspectivas

- Gestão realizada pela equipe indígena com apoio reduzido da assessoria.
- Técnicas de criação dominadas pela equipe indígena.
- Produção de manuais na língua Baniwa e Coripaco.
- Transferência de conhecimento às outras associações indígenas da bacia.
- Intercâmbios com outras iniciativas semelhantes.
- Experiências com alimentação alternativa.
- Implantação de um conselho gestor ambiental da escola.
- Novos financiamentos para a continuidade dos projetos.

Melhores momentos

- Boa atuação dos monitores do projeto como professores e técnicos;
- Primeira reprodução induzida do jundiá preto bem sucedida.
- Participação de encontro internacional sobre aquíicultura em Manaus, com troca de experiências interinstitucionais.
- Elaboração de projeto da escola com todas as áreas integradas.

RIO IÇANA Paisagens Baniwa do Içana

O que é

O objetivo é formar uma equipe de pesquisadores Baniwa que, em diálogo e cooperação com pesquisadores não-indígenas, reúnam e testem ferramentas apropriadas para o registro e organização de conhecimentos sobre as paisagens florestais que existem na Bacia do Rio Içana. Estas ações estão centradas em comunidades do Médio Içana (Juivitera, Arapaço, Tarumã, Bela Vista, Tukumã-rupitá, Jandu Cachoeira, Mauá Cachoeira) e na área de uso da Escola Indígena Baniwa e Coripaco (EIBC/Pamáali). A equipe também subsidia ações de gestão ambiental e manejo de recursos pesqueiros e florestais empreendidas em parceria com a Oibi.

Equipe

• Adeilson Lopes da Silva; Geraldo Andrello; Laise Lopes Diniz; Renata Alves; Renata Eiko Minematsu.

► Colaboradores

• Agnaldo Braga dos Santos (pesquisador indígena de Bela Vista); Armindo Feliciano Miguel Brazão (diretor da Oibi, coordenador contra-parte indígena do projeto); Armindo Gomes de Souza (pesquisador indígena de Mauá Cachoeira); Arnaldo Carneiro Filho; Daniel Lopes da Silva (pesquisador indígena de Tarumã); Glenn H. Shepard Jr.; Josivaldo Rivas Paiva (pesquisador indígena de Juivitera); Juliana Stropp Carneiro; Laurentino Valêncio Pereira (pesquisador indígena de Arapaço); Marcia Barbosa Abraão; Plínio Pedro da Silva (pesquisador indígena de Tukumã-rupitá); Samuel Antonio da Silva (pesquisador indígena de Jandu Cachoeira).

Parcerias e fontes de financiamento

• CABC; EIBC-Pamáali; Foirn; Fundação Gordon & Betty Moore; Inpa; Oibi

O que foi feito

- Realização de três encontros de formação, sistematização e planejamento contando com a participação de velhos sabedores Baniwa, alunos e professores da EIBC-Pamáali;
- Manutenção de uma rede de trilhas georreferenciadas que somam cerca de 50 km, onde são feitos registros da distribuição de paisagens florestais e monitoramento de seus atributos socioambientais;
- Formação e manutenção de uma coleção de biodiversidade na EIBC-Pamáali;
- Implantação de um herbário vivo de dois hectares na EIBC-Pamáali;
- Assessoria à etapa III do Magistério Indígena II onde os métodos de pesquisa com paisagens foram utilizados como tema gerador para a formação de 78 professores da Bacia do Içana;
- Orientação de monografias na EIBC-Pamáali tratando dos temas associados às paisagens florestais e manejo ambiental e assessoria na concepção do Programa de Escolarização por meio da Pesquisa da EIBC-Pamáali.

Indicadores

- Número de professores e pesquisadores indígenas envolvidos em pesquisas interculturais e em atividades de monitoramento da biodiversidade e sustentabilidade da ocupação da bacia.
- Avaliação do projeto durante as assembleias da Oibi e CABC e ampliação da escala de intervenção na bacia.
- Ampliação da disponibilidade e facilidade de acesso a conteúdos dos saberes tradicionais relacionados às florestas.
- Uso de informações geradas como subsídio à prática de gestão territorial da bacia.



Adeilson Lopes da Silva/ISA

ISA e Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco – CABC elegem ações prioritárias de pesquisa, desenvolvimento e gestão ambiental da bacia do Içana para os próximos 20 anos.

- Valor da biodiversidade e dos serviços ambientais sendo considerados nas tomadas de decisão dos projetos e ações das organizações indígenas do Içana.

Avaliação

- A equipe constituída em 2005 se manteve entrosada e a iniciativa foi bem avaliada pelas comunidades e lideranças.
- Os encontros realizados são considerados bons eventos de formação para alunos e professores da Bacia do Içana.
- Plano de Gestão Ambiental entrou no planejamento estratégico da EIBC-Pamáali.
- Monografias indígenas sendo elaboradas a partir dos resultados das pesquisas sobre paisagens.
- Estabelecimento de cooperação com a doutoranda Juliana Stropp Carneiro, da Universidade de Utrecht, para implantação de um herbário vivo no Médio Içana que servirá como componente didático da Escola Pamáali.

Perspectivas

- Elaboração de publicações com os resultados da primeira fase do projeto;
- Avançar no uso de imagens de satélites de média/alta resolução para ser operado pelos Baniwa a partir das escolas indígenas;
- Disponibilização das informações georreferenciadas para que a Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco (CABC) tenha elementos suficientes para o Plano Diretor Regional da Bacia do Rio Içana;
- Descrição de uma nova espécie de abelha das orquídeas (*euglossine*) coletada pela equipe de pesquisadores indígenas;
- Apoiar a consolidação do Plano de Gestão Ambiental para a área da EIBC-Pamáali;
- Elaborar planos de manejo de recursos florestais de importância para a economia Baniwa;
- Aprofundar o entendimento do papel das paisagens na economia e bem-estar das comunidades Baniwa e de suas interfaces com o aquecimento global e as mudanças climáticas.

Melhores momentos

- Coleta de uma espécie de abelha *euglossine* desconhecida pela ciência;
- Apresentação e compartilhamento dos métodos e resultados da pesquisa para 78 professores do Magistério Indígena II em Tunuí Cachoeira;
- A equipe de pesquisadores de paisagens incorporada formalmente como alunos da escola EIBC na turma de alunos pesquisadores nas comunidades.

RIO TIQUIÉ Educação/Aeitu (Escola Utapinopona Tuyuka)

O que é

A escola e sua associação são as principais instâncias de organização política intercomunitária para os Tuyuka do Alto Tiquié. Ocupa um espaço sócio-político que ultrapassa o âmbito de uma escola, o que tende a se ampliar com a implantação e consolidação do ensino médio. Vem funcionando como um espaço de definições cruciais para os Tuyuka: sobre as políticas e estratégias de transmissão de conhecimentos entre as gerações (envolve as formas de registro, quais as formas mais adequadas, em quais condições); melhoria da qualidade de vida nas comunidades envolvidas (água potável, melhoria das moradias, produção alternativa); manejo ambiental, ordenamento territorial, alimentação e saúde. A população total das comunidades envolvidas é de 239 pessoas, e os alunos são 120.

Equipe

• Aloisio Cabalzar, Melissa Santana de Oliveira; Pieter van der Veld, Márcia Barbosa Abraão, Higino Tenório; agentes indígenas de manejo ambiental; professores.

► Colaboradores

• Flora Dias Cabalzar; Walmir Cardoso.

Parcerias e fontes de financiamento

• Aeitu; Atriart; Foirn; MEC/FNDE; MEC/Secad e RFN.

O que foi feito

- O foco das atividades em parceria com a Escola Tuyuka foi no Ensino Médio;
- Aprofundamento da discussão da proposta político-pedagógica do Ensino Médio Indígena Tuyuka e apoio à elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Ensino Médio;
- Assessoria interdisciplinar para o desenvolvimento das linhas de pesquisa (Nirōmakañe- Temas importantes) do Ensino Médio Tuyuka;
- Acompanhamento da Linha de Pesquisa-Numia Payare - Conhecimentos femininos sobre alimentação e saúde;
- Acompanhamento das atividades de pesquisa do Calendário ecológico Tuyuka - referentes ao manejo tradicional do mundo;
- Assessoria ecológica à Linha de Pesquisa - Makurukure Bauatire - Paisagens florestais Tuyuka.
- Assessoria à Linha de Pesquisa- Pade Bauane Añuro Niretire - Atividades agrícolas alternativas;
- Assessoria de comunicação no aprimoramento da produção de meios de divulgação.

Indicadores

- Formatura da 2ª turma do Ensino Fundamental e seu ingresso na 2ª turma do Ensino Médio Tuyuka;
- Duas oficinas de Arte Culinária Tuyuka realizadas, com participação de mulheres de outras comunidades como: Tukano do Alto Tiquié, Tuyuka do Tiquié Colombiano e mulheres do Pirá-Paraná;
- Desenvolvimento de atividades voltadas ao calendário ecológico e manejo tradicional.
- Módulos temáticos na área de manejo agro-florestal, piscicultura, meliponicultura.
- Módulos temáticos na área de Paisagens Tuyuka;
- Oficina de Mídias;

Mulheres do Alto Tiquié realizam encontros de conhecimentos femininos sobre alimentação e saúde.

- Divulgação das experiências de pesquisa da Escola Tuyuka em Encontro de Pesquisadores Indígenas promovido pela RCA- Rede de Cooperação Amazônica no Amapá;
- Divulgação das experiências de pesquisa da Escola Tuyuka em Encontro da CANOA- Cooperação e Aliança no Noroeste Amazônico, em São Gabriel da Cachoeira;
- Finalização da primeira versão completa do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Médio Indígena Tuyuka e entrega ao Conselho Estadual de Educação Indígena.
- Assessorias dos Tuyuka às outras escolas: por meio da atuação do Assessor Pedagógico Indígena (API) do Alto Tiquié ainda em formação e da participação de professores em encontros de outras escolas, e no curso do Magistério Indígena II.
- Publicação pelo MEC das monografias de final de curso dos alunos da 1ª turma de Ensino Fundamental.

Avaliação

A Escola Tuyuka continua se consolidando como exemplo de escola autônoma e antecipando questões em relação à educação escolar indígena. A experiência de Ensino Médio vem se fortalecendo mesmo sem receber reconhecimento e apoio do governo do Estado do Amazonas, órgão responsável pelas escolas de ensino médio. A finalização de uma primeira versão do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Médio é um instrumento valioso na negociação do reconhecimento do governo estadual, e iniciará em 2008 com a realização de um seminário de Ensino Médio Indígena na Foirn. De um modo geral as atividades de pesquisa tanto de Ensino Fundamental como de Ensino Médio vêm sendo aprimoradas em temáticas variadas. Com a aprovação do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) sobre gestão de conhecimentos, vida cerimonial e benzimentos, será injetado novo ânimo nas pesquisas voltadas à prática e aprimoramento das técnicas de registros de conhecimentos mais internos, com a aquisição e treinamento de alunos e professores na utilização de equipamentos de captação e edição de áudio e vídeo; oficinas de edição de material impresso; oficinas de ensino/aprendizado de cantos e danças cerimoniais e confecção de artefatos rituais por homens e mulheres.



Melissa Santana de Oliveira/ISA

Alguns pontos deixaram a desejar em 2007. Avaliamos que é preciso persistir articular melhor os professores, retomando os encontros de auto- formação que tiveram início em 2006 mas não tiveram continuidade em 2007. Falta maior animação e organização na sistematização de pesquisa e produção de fascículos nas próprias escolas, o que deve ser melhorado com a realização de oficina de edição e produção de livros.

Perspectivas

- Realização de uma série de atividades e oficinas como parte do Projeto Gestão de conhecimentos Tuyuka, vida cerimonial e benzimentos;
- Viagem aos locais de origem dos Tuyuka nos rios Uaupés e Papuri;
- II Oficina de Arquitetura Tuyuka;
- Oficina de edição e produção musical;
- Oficina de edição e produção de livros;
- Aprofundamento da pesquisa Paisagens Tuyuka ampliando-a para paisagens de beira do rio;
- Continuidade das atividades de manejo agroflorestal, piscicultura, meliponicultura e criação de galinhas;
- Continuidade dos encontros de auto- formação dos professores Tuyuka;
- Continuidade da elaboração de informativo dos professores Tuyuka;
- Procurar informar melhor a secretaria estadual de educação sobre a proposta de Ensino Médio Tuyuka incentivando dessa forma o reconhecimento do curso e a contratação de professores.

Melhores momentos

- Formatura da 2ª Turma de Ensino Fundamental;
- Oficinas de Arte Culinária Tuyuka;
- I Oficina de Multimeios;
- Contemplação com o Prêmio Culturas Indígenas, 2006, pelo projeto de valorização da língua Tuyuka, MEC;
- Entrega de 1ª versão do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Médio ao CEEI/AM.

Rio Tiquié Educação/Aeity (Escola Yupuri-Tukano)

O que é

A Escola Yupuri-Tukano abrange quatorze comunidades – sete contam com salas de extensão –, e vem se consolidando como um espaço privilegiado de articulação das comunidades para o desenvolvimento de atividades voltadas para a valorização dos conhecimentos tradicionais, manejo ambiental e auto-sustentabilidade. A população total das comunidades é de aproximadamente 600 pessoas, de acordo com levantamento realizado pelos professores neste ano e, destas, 200 são alunos da escola.

Equipe

- Aloisio Cabalzar, Melissa Santana de Oliveira, Pieter van der Veld (equipe permanente); Vicente V. B. Azevedo (coordenador AEITY), professores, alunos, agentes indígenas de manejo ambiental.
- ▶ Colaboradores
- Walmir Cardoso, Fernando Oliveira.

Parcerias e fontes de financiamento

- AEITY, Acimet, Foin, ISA, Fundação Rainforest da Noruega (RFN).

O que foi feito

- Participação em reuniões de organização e definição da política escolar da AEITY
- Assessoria político-pedagógica aos diversos ciclos, desde alfabetização até 4º ciclo.
- Apoio às salas de extensão com viagens de articulação e acompanhamento, no sentido de possibilitar um Projeto Político-Pedagógico consistente e unificado entre as diversas salas de extensão, apesar das diferenças sócio-político-geográficas.
- Apoio à organização, digitalização, pré-edição e revisão de materiais didáticos e de leitura em Tukano produzidos no âmbito da escola, especialmente da coletânea de Mitos de Origem das constelações Tukano e ciclo do calendário ecológico Tukano
- Apoio aos membros da associação em suas relações com os órgãos públicos como Semed, Seduc.
- Assessoria pedagógica-antropológica à III Oficina de Astronomia Tukano, com o físico Walmir Cardoso.

- Acompanhamento da pesquisa sobre calendário ecológico-astronômico com alunos das turmas de 3º e 4º ciclo da sede Escola Yupuri e participação em atividades dos agentes de manejo ambiental;
- Atualização do Projeto Político-Pedagógico da escola a partir de discussões com professores e comunidades e entrega da nova versão do projeto à Semed;
- Acompanhamento da formação do atual coordenador da Escola Tukano Yupuri como Assessor Pedagógico Indígena do Médio e Baixo Tiquié.

Indicadores

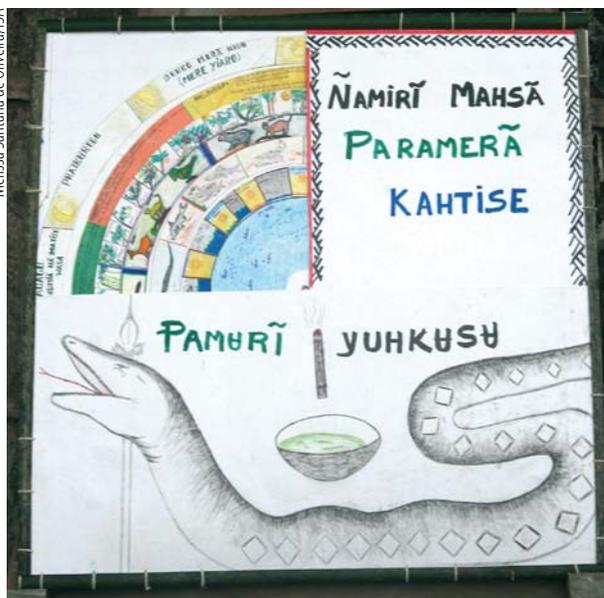
- Ex-alunos de Pari-Cachoeira continuam freqüentando a Escola Tukano Yupuri;
- Publicação do livro I da Escola Tukano Yupuri – Mariye Añuse Kihti - Nossas belas histórias;
- Recurso PDDE na conta da AEITY;
- Projeto Político-Pedagógico discutido, atualizado e entregue à Semed;
- Experiência da Escola Yupuri reconhecida externamente – divulgação de experiências em Encontro da Canoa - Cooperação e Articulação no Noroeste Amazônico; e no Seminário de Pesquisadores Indígenas no Amapá, promovido pela RCA- Rede de Cooperação Amazônica.
- I Oficina de Cerâmica da Escola Tukano Yupuri realizada
- Primeira Turma de Ensino Fundamental com atividades finalizadas e formatura marcada.

Avaliação

A Escola Tukano Yupuri tem avançado em sua política pedagógica através: da maior articulação entre sua sede e salas de extensão; maior integração entre os professores; grande envolvimento de crianças, pais e velhos conhecedores nas pesquisas (principalmente calendário ecológico-astronômico-econômico); contribuição de seus membros nos debates sobre educação escolar indígena no Rio Tiquié em outras escolas; e divulgação de resultados em São Gabriel e fora;

Ainda falta: agilizar processo de produção; circulação e uso da literatura (via fascículos, cartazes, publicações de livros e novos meios) na língua Tukano e também nas línguas minoritárias (desano e yuhupda); aprimorar métodos de sistematização das pesquisas relacionadas ao calendário ecológico-astronômico-econômico; estabelecer maior articulação entre as pesquisas realizadas na escola e as pesquisas realizadas pelos agentes de manejo ambiental; aumentar o leque de temáticas de pesquisas realizadas; articular ainda mais as salas de extensão; aprimorar métodos de alfabetização nas salas de extensão e de pesquisa nas outras duas salas de extensão: Pirarara e Boca de Estrada; continuar prática de reuniões de professores com discussões sobre metodologia; fortalecer as discussões sobre o Ensino Médio Indígena; apoiar animação das mulheres em realizar uma série de discussões sobre a cerâmica e outros conhecimentos femininos.

Melissa Santana de Oliveira/ISA



Calendário astronômico, ecológico e sócio-econômico tukano elaborado durante as pesquisas realizadas na Escola Tukano Yupuri, Médio Rio Tiquié.

Perspectivas

- Publicação de revista com resultados da pesquisa sobre calendário ecológico-astronômico-econômico realizada pelos agentes de manejo e alunos;
- Aprofundar as pesquisas na escola e com os agentes de manejo, do manejo ambiental, trabalhando calendário ecológico-astronômico- econômico, monitoramento da pesca;
- Desenvolver pesquisas em outras temáticas como danças cerimoniais, confecção de cerâmica e pintura corporal;
- Continuar a produção de material didático como livros, fascículos e material audiovisual;
- Aprimorar a formação e articulação dos professores da Escola Tukano Yupuri;
- Aprimorar discussão do Ensino Médio da Escola Tukano Yupuri.

Melhores momentos

- Aprofundamento do debate sobre calendário ecológico e astronômico com participação de agentes de manejo, alunos e conhecedores;
- Sistematização dos dados da pesquisa de calendário ecológico e astronômico por agentes de manejo e alunos;
- Publicação do livro *Mariye kihti añuse*, com apoio do MEC.

Rio Tiquié **Manejo Sustentável de Recursos Naturais**

O que é

Trata-se do desenvolvimento de modelos sustentáveis de aproveitamento de recursos naturais do Rio Tiquié, aliando conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos adaptados, por meio de parceria direta com associações indígenas. Incluem tanto o manejo ambiental quanto atividades de produção alternativas como piscicultura, meliponicultura, manejo agroflorestal. Visa construir e implementar experiências de gestão territorial e aumentar a segurança alimentar de comunidades e escolas indígenas, com atividades complementares de treinamento técnico e capacitação administrativa das organizações indígenas, com foco nos agentes de manejo, professores das escolas indígenas, diretores das associações locais. O manejo sustentável e educação indígena são faces da mesma moeda.

Equipe

- Aloisio Cabalzar, Pieter van der Veld, Flávio C. T. Lima; agentes indígenas de manejo ambiental (Aeitu; Aeity; Acimet; Atriart).
- ▶ Colaboradores
- Fernando de Oliveira.

Parcerias e fontes de financiamento

- Aeitu; Aeity; Acimet; Atriart; Foirn; Fundação Gordon & Betty Moore; Instituto Iraquara e PDPI.

O que foi feito

- Pesquisa sobre produção da pesca no Alto e Médio Tiquié em conjunto com os agentes de manejo (feita por grupo de 16 agentes de manejo e cerca de 40 voluntários de três organizações indígenas e 14 comunidades);
- Encontros nas comunidades com os voluntários e Aima's (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) envolvidos nessa pesquisa;
- Coleta diária de informações sobre calendário ecológico-econômico-astronômico nas mesmas comunidades;
- Pesquisa das paisagens florestais segundo os Tuyuka do Alto Tiquié;
- Treinamento dos agentes de manejo de três organizações indígenas e alunos do Ensino Médio da Escola Tuyuka;
- Assessoria permanente às associações indígenas parceiras Atriart e Aeity em gestão administrativa dos projetos do PDPI (Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas). Isso é feito por meio do trabalho conjunto com as diretorias das associações e participação em reuniões e assembléias;
- Colaboração na continuidade dos trabalhos da Estação Caruru (piscicultura).
- Oficina de introdução às atividades agrícolas na Escola Tuyuka Utapinoona sobre noções básicas de alimentação, taxionomia, matemática, etno-matemática e técnicas de pesquisa;
- Oficina de piscicultura na Escola Tuyuka Utapinoona sobre reprodução, manejo dos alevinos e matérias relacionadas (especialmente matemática);
- Primeiras reproduções de aracu na mini-unidade de reprodução da Escola Tuyuka Utapinoona;

- Acompanhamento da pesquisa / monitoramento do grau de atividade das abelhas do meliponário da Escola Tuyuka Utapinoona;
- Treinamentos intensivos dos agentes de manejo em técnicas de medição, incluindo matemática prática, como anotar e registrar etc;
- Apoio técnico à Escola Tukano Yupuri na construção de infra-estrutura ligada às atividades agrícolas alternativas, que consistiu na construção de um açude para engorda, aumento do meliponário principal e os quatro mini-meliponários nas comunidades/salas de extensão, e aumento e diversificação do pomar agroflorestal escolar (em fase de implantação);
- Encontro do Pannel das Pesquisas e atividades de Manejo Ambiental no Rio Tiquié com os Aima's e lideranças das associações envolvidas nessa pesquisa;
- Levantamento da população de sorva na comunidade Duhtura no igarapé Castanha.

Indicadores

- Agentes de manejo treinados, incluindo os técnicos da Estação Caruru e alunos do Ensino Médio da Escola Tuyuka;
- Recursos naturais com plano de manejo formulado pelas associações;
- Oficinas sobre manejo sustentável;
- Publicações de apoio ou com base nessas iniciativas;
- Quantidade de açudes de engorda de peixe/área alagada de produção;
- Quantidade de larvas e alevinos produzida na Estação Caruru;
- Quantidade de larvas e alevinos produzida nas escolas Indígenas Utapinoona e Yupuri;
- Quantidade de mudas produzidas nos viveiros escolares;
- Peixes produzidos nos açudes (biomassa e quantidade);
- Sistemas agroflorestais implantados e a biodiversidade desses sistemas;
- Apostilas de material didático;
- Quantidade de meliponários implantados e quantidade das colméias nesses meliponários;
- Quantidade de colméias reproduzidas pelos alunos/coordenadores agrícolas das escolas indígenas;
- Indicadores de sustentabilidade da pesca
- Resultados das pesquisas desenvolvidas pelos agentes de manejo em conjunto com assessores;
- Resultados do monitoramento das pescarias realizadas por pessoas de outras comunidades;



Pieter van der Veld, do ISA, com agentes indígenas de manejo.

Gustavo Tosello/Pinheiro/ISA

Avaliação

MANEJO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS E EDUCAÇÃO INDÍGENA

► Escola Tuyuka ʔtapinopona

A Produção Agrícola Alternativa (Pade Bauane Añuro Niretire) é uma ótima medida para ensinar aos alunos as mais diversas matérias escolares. Como um meio para melhorar a merenda escolar ainda tem pouco efeito. A meliponicultura e a piscicultura são as atividades mais desenvolvidas. A primeira reprodução dos peixes foi um grande sucesso. A segunda foi feita sem acompanhamento da assessoria, mostrando a independência dos alunos.

► Escola Tukano Yupuri

A execução do cronograma das atividades do projeto está atrasada. Será preciso negociar uma prorrogação do projeto com o PDPI. A ênfase ainda está na construção da infra-estrutura agrícola, menos na execução das atividades produtivas.

Preocupante é que as atividades agrícolas alternativas ainda não estão bem integradas no currículo da escola, no sentido de haver uma rotina agrícola executada pelos alunos. No momento, as atividades são executadas pelos coordenadores agrícolas, que de vez em quando solicitam ajuda dos alunos. A maior parte do trabalho é executado pelos “auxiliares”, pessoas pagas pelo PDPI como prestadores de serviço. Normalmente esses auxiliares são alunos que trabalham nas semanas entre os períodos letivos.

MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E PESQUISA DA PESCA

Iniciou-se a digitalização dos dados da pesquisa sobre produção da pesca. Em breve será possível fazer as primeiras análises.

MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E GESTÃO DOS PROJETOS PELAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS PARCEIRAS

► Atriart

Na parte de execução do projeto, teve reprodução dos peixes e distribuição dos alevinos. Quanto à avicultura, prevista no projeto apoiado pelo PDPI (Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas), três galinheiros estão inacabados e a Atriart não possui mais recursos para terminar a tarefa. A última prestação de contas para o PDPI foi enviada sem notas fiscais e recibos. Isso foi parcialmente corrigido mas ainda pode causar problemas para a nova diretoria da Atriart. O novo projeto começará em janeiro/2008.

► Aeity

A execução do projeto foi muito lenta neste ano. A gestão administrativa do projeto teve problemas (não por causa deles) que causou o bloqueio dos recursos financeiros. Isso foi resolvido logo.

Perspectivas

- Formação continuada e coordenada dos agentes de manejo;
- Estabelecer um conjunto de pesquisas básicas (sobre pesca, paisagens florestais; calendário ecológico-econômico-astronômico, história de origem e ocupação) a ser executado nos vários contextos socioambientais da Bacia do Rio Tiquié;
- Criar maneiras de dar forma e visibilidade a essas pesquisas e atividades desenvolvidas no Rio Tiquié (publicações, exposições, seminários etc.);
- Sistematizar dados das pesquisas já em andamento;
- Criar uma infra-estrutura de trabalho para os agentes de manejo e pesquisadores indígenas;
- Dar continuidade aos trabalhos referentes à implantação da infra-estrutura das atividades agrícolas alternativas na Escola Tukano e suas salas de extensão;
- Primeira reprodução de alevinos na Escola Tukano;
- Produzir duas apostilas educativas sobre as atividades agrícolas alternativas da Escola Tukano;
- Dar continuidade ao treinamento em agricultura alternativa no quinto ciclo da Escola ʔtapinopona Tuyuka e integrar as atividades agrícolas alternativas nessa escola;
- Resultados das pesquisas desenvolvidas pelos agentes de manejo em conjunto com assessores.

Melhores momentos

- Visita de representantes da RCA (Rede de Cooperação Alternativa) ao Tiquié.
- Publicação do segundo informativo da Escola Indígena Tukano Yupuri.
- Pesquisa das abelhas indígenas sem-ferrão na Escola Indígena ʔtapinopona.
- Primeiras reproduções dos peixes na Escola Indígena ʔtapinopona

RIO UAUPÉS Educação/Asekk (Escola Khumuno Wu'ú – Wanano)

Escola Enu Irine Idakine Tariana

O que é

Parceria entre a Foirn e o ISA, o projeto é desenvolvido junto às comunidades Kotiria (Wanano) e Tariana do Alto Rio Uaupés, afluente do Rio Negro, no sentido de contribuir para a reestruturação do sistema da educação escolar indígena nessa região. Visa principalmente a valorização da língua e cultura dos povos Kotiria e Tariana numa articulação com os conhecimentos científicos acadêmicos sobre outros povos indígenas e não-indígenas, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com a melhoria da qualidade de vida de suas comunidades.

Equipe

• Geraldo Andrello, Lucia Alberta Andrade e Marta Azevedo.

Parcerias e fontes de financiamento

• Asekk, Escola Enu Irine Idakine Tariana, Fundação Gordon & Betty Moore, MEC/FNDE, MEC/Secad, RFN; Seduc, Semed.

O que foi feito

- Melhoria da infra-estrutura da Escola Khumuno Wu'ú com a construção de uma nova maloca-escola;
- Implantação do Ensino Médio Kotiria em Koama Phoaye (Caruru-Cachoeira), como sala de extensão da Escola São Miguel de Iauaretê, com o apoio da Seduc;
- Realização do 4º Encontro binacional de troca de experiências em educação diferenciada do Alto Rio Uaupés com a participação de professores e lideranças Kotiria, Kubeu, Tariana, Desano e Piratapua, em Vila Fátima – Colômbia, outubro;
- Períodos letivos e turmas – Em 2007 a Escola Khumuno Wu'ú congregou escolas de seis comunidades Wanano (Kotiria): Bo'tea Wairo (Arara-Cachoeira), Khã Nukkō (Ilha de Inambu), Koama Phoaye (Caruru-Cachoeira), Me'ne Koanã Yoãka (Taracua), Sã'a Má Wahpa (Poraquê Ponta) e Ñahpima (Jutica). Nestas comunidades trabalham 13 professores, sendo 8 em Koama Phoaye, e destes somente dois são de outra etnia (um Tukano e um Tariana);
- A pesquisa começou a fazer parte do cotidiano das atividades da Escola Tariana;
- Na Escola Khumuno Wu'ú os alunos, junto com os professores, pais, mães e anciões, realizaram diversas pesquisas sobre manejo agroflorestal e as danças tradicionais (tipos de danças, instrumentos musicais, enfeites, cantos, benzimentos etc).
- Realização de assembléias: duas da Escola Kotiria com a participação de pais, mães, alunos, professores, coordenação, lideranças, assessoria e Asekk com o objetivo de planejar, avaliar e propor melhoria nas atividades da Escola Khumuno Wu'ú e mudança da diretoria da Asekk. As discussões centraram-se principalmente no Ensino Médio Kotiria, nos projetos de sustentabilidade e troca da diretoria da Asekk – abril e novembro;
- Assessorias e oficinas de formação continuada: realização de uma oficina de manejo agroflorestal com a assessoria do ISA (Lucia Alberta) e assessoria externa (Maira Landulpho) às comunidades Kotiria com salas de extensão da Escola Khumuno Wu'ú – 01/05 a 05/05; oficina de lingüística com Kristine Stenzel – 09/2007.
- Início do projeto de registro cultural de Kristine Stenzel nas comunidades Kotiria;

- Acompanhamento pedagógico às pesquisas realizadas pelos alunos das duas escolas;
- Continuidade às pesquisas sobre manejo agroflorestal Kotiria;
- Elaboração de uma apostila de manejo agroflorestal no decorrer da segunda oficina;
- Participação de representantes das duas associações em eventos na sede do município de São Gabriel da Cachoeira para apresentarem as experiências de suas escolas;
- Organização, digitalização, pré-edição e revisão de materiais didáticos em Kotiria;
- Foi realizada uma oficina de cartografia na Escola Tariana, com o objetivo de identificar os lugares sagrados tariano. Desta oficina participaram povos de outras etnias como os Tukano e Kotiria;
- Realização da oficina de arquitetura de maloca na Escola Tariana no mês de junho com a assessoria do arquiteto Almir de Oliveira.

Indicadores

- Aumento constante da participação das comunidades e professores Kotiria e Tariana;
- Envolvimento dos alunos, professores e demais membros das comunidades nas atividades realizadas pelas duas escolas;



fotos: Lucia Alberta Andrade/ISA

Oficina de manejo agroflorestal com alunos, pais mães e anciões das comunidades Kotiria na Escola Khumuno Wu'ú, alto rio Uaupés.



Habitantes das comunidades Kotiria montando mapas para um livro da Escola Khumuno Wu'ú.

- Articulação com a Semed, Seduc e o MEC;
- Quantidade de materiais didáticos experimentais feitos pelos Kotiria e Tariana;
- Comunidades comprometidas e animadas com a continuidade da escola diferenciada;
- A Semed e Seduc atendendo as solicitações da Asekk;
- As associações das duas escolas com credibilidade e respeito junto aos órgãos governamentais como o MEC, PDPI, Seduc, Semed etc;
- Participação de representantes das duas escolas em de ensino;
- Melhoria da qualidade da educação nas comunidades Kotiria e Tariana;
- Influência nas políticas de educação escolar indígena da região do Alto Rio Uaupés.

Avaliação

Para a Escola Khumuno Wu'u, 2007 foi de continuidade de seus objetivos e ampliação dos trabalhos em mais duas comunidades que estavam sem escolas.

Com relação aos Indicadores: a) continuou aumentando gradativamente a participação de professores e comunidades nas oficinas, assembléias e encontros; b) elaboração de uma apostila de manejo agroflorestal; aprovação no edital da Capema/MEC de um projeto para a publicação do livro de história e geografia Kotiria; c) aprovação de um grande projeto no PDPI para o registro das cerimônias tradicionais Kotiria; d) apoio da Seduc para a implantação do Ensino Médio Kotiria, como sala de extensão da Escola São Miguel, com garantia de autonomia para os Kotiria organizarem o curso segundo seus objetivos.

As lideranças Kotiria continuam vendo a escola como uma das soluções para os problemas de esvaziamento de suas comunidades e melhoria futura de suas condições de vida.

A Semed marcou presença nos dois semestres na Escola Kotiria; no primeiro semestre com a ida de um técnico e no segundo com a ida da Secretária de Educação Municipal. Com isso os Kotiria puderem apresentar suas demandas pessoalmente à Semed.

Para a Escola Tariana, 2007 também foi um ano de implementação de seus objetivos. As atividades realizadas na escola estimularam a melhoria dos trabalhos dos professores e a confiança dos líderes, pais e mães dos alunos.

Perspectivas

- Cobrar a avaliação e aprovação do Projeto Político- Pedagógico da Escola Kotiria no Conselho Municipal de Educação (CME);
- Continuar as pesquisas na escola, com ênfase nas cerimônias tradicionais para o projeto aprovado no PDPI;
- Continuidade do projeto de registro cultural em parceria com Kristine Stenzel;
- Consolidar a parceria do ISA com a Fundação Ford para pensar em mecanismos de proteção dos conhecimentos tradicionais kotiria;
- Publicação dos materiais didáticos já elaborados;
- Mapeamento dos demais lugares sagrados dos Tariana com a realização de uma viagem até Uapui-Cachoeira no Rio Aiari;
- Aprovação do Projeto Kotiria ya bahsa no PDPI com o objetivo de registrar as cerimônias Kotiria;
- Realização do 5º Encontro binacional de troca de experiência em educação diferenciada do Alto Rio Uaupés;
- Conseguir financiamento para apoiar o acompanhamento pedagógico das Escolas Kotiria e Tariana.

Melhores momentos

- Aprovação do projeto de registro das cerimônias Kotiria no PDPI;
- Implantação do projeto de registro cultural nas comunidades Kotiria;
- Realização do 4º Encontro binacional de troca de experiência em educação diferenciada do Alto Rio Uaupés (Brasil-Colômbia) em Vila Fátima – Colômbia com a participação de lideranças e professores Tariana, Kotiria, Desano, Kubeu e Piratapuaia;
- Implantação do 5º ciclo (Ensino Médio) com a participação de todos os membros das comunidades Kotiria com o apoio da Seduc;
- Realização da segunda oficina de manejo agroflorestal nas comunidades Kotiria e elaboração de uma apostila;
- Oficina de cartografia na Escola Tariana, que resultou na elaboração de diversos mapas com os lugares sagrados dos Tariana e Tukano e Oficina de arquitetura, todas com o apoio do Iphan em parceria com ISA.

O que é

Parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o ISA e a Foirn visando a implementação do registro dos bens culturais de natureza imaterial junto a grupos indígenas do Alto Rio Negro, no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3551/2000. Trata-se de uma linha de trabalho experimental proposta pelo Iphan ao ISA e à Foirn, para desenvolver experiências de registro de bens culturais imateriais. As ações realizadas consistem na continuidade da documentação cultural prevista do Plano de Salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê, registrada como patrimônio imaterial em 2006.

Equipe

- Geraldo Andreello, Ana Gita de Oliveira (Iphan), André Martini, Andreza Andrade, Lúcia Alberta Andrade, Renata Alves.
- ▶ Colaboradores
- Vincent Carelli (Vídeo nas Aldeias); Almir Oliveira (arquiteto); Paulo Maia (pesquisador associado, Museu Nacional)

Parcerias e fontes de financiamento

- Iphan; Horizont3000 e Vídeo nas Aldeias.

O que foi feito

- Revisão Dossiê de registro da Cachoeira de Iauaretê, a ser publicado pelo Iphan em 2008;
- Execução integral do Plano de Salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê por meio de convênio assinado com o Iphan, incluindo as seguintes atividades:
 - a) Foi dada continuidade na redação de um novo volume da série Narradores Indígenas do Rio Negro. Será uma narrativa dos Tariano Koivathe, clã que esteve à frente no processo de registro da cachoeira;
 - b) Foram realizadas duas oficinas de cartografia na Escola Tariano, em maio e outubro de 2007, com a participação de Lúcia Alberta, Renata Alves e André Martini. Estiveram presentes vários clãs Tariano e Tukano e foram gerados vários mapas dos lugares míticos dos rios Papuri e Alto Uaupés. Toda a toponímia da Cachoeira de Iauaretê, levantada durante a documentação para o registro, foi revista e ampliada;
 - c) Foi realizada uma oficina de maquetes de maloca na Escola Tariano, ministrada pelo arquiteto Almir Oliveira, em parceria com a Superintendência do Iphan de Manaus;
 - d) Foi realizada nova visita de três índios de Iauaretê ao Museu do Índio de Manaus, mantido por irmãs salesianas, para identificação de peças a serem repatriadas para Iauaretê. Foram identificadas, dimensionadas, fotografadas e catalogadas 108 peças que fazem parte do conjunto de adornos cerimoniais dos povos do Uaupés. A visita foi totalmente filmada e as peças armazenadas em caixas especiais. O Iphan está assinando com a direção do Museu um termo de devolução das peças, que deverão ser entregues no primeiro semestre de 2008.
- Assessoria para elaboração do plano de trabalho do Pontão de Cultura da Foirn, que foi contemplada em função do registro da Cachoeira de Iauaretê.
- Participação em eventos: o coordenador adjunto do PRN, Geraldo Andreello, participou da banca examinadora da dissertação de mestrado de Almir Oliveira no Programa de Pós-Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia da Ufam, versando sobre as oficinas de maquetes entre os Tuyuka e Tariano, em novembro de 2007; Geraldo Andreello apresentou o registro da Cachoeira de Iauaretê e ações de salvaguarda decorrentes no seminário Encontros com o autor, organizado pelo Departamento de Antropologia do Museu Amazônico/Ufam, novembro/2007.

Indicadores

- Oficinas culturais realizadas;
- Eventos culturais e materiais gerados;
- Aprimoramento da Escola Tariano.

Avaliação

O processo iniciado em 2004, continuou tendo grande repercussão até 2007. As atividades previstas no plano de salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê foram executadas integralmente, envolvendo inúmeras pessoas de Iauaretê. O dossiê de registro foi totalmente revisto e ganhou uma nova edição fotográfica e novos mapas. A publicação está prevista para maio de 2008 e deverá resultar em um extenso volume com informações históricas e etnográficas da região, além de uma descrição detalhada dos debates locais em torno do registro. Haverá grande distribuição desse livro na região, que deverá ter encartado o DVD Cachoeira das Onças. Para o início de 2008 ficou marcada uma primeira oficina de capacitação em vídeo em Iauaretê, a ser realizada pela Associação Vídeo nas Aldeias. Após essa oficina, os Tariano deverão ainda realizar uma viagem até a Cachoeira de Uaupui, no Rio Aiari, seu lugar de origem. Mas o grande destaque do ano foi a elaboração do plano de trabalho de um Pontão de Cultura a ser implantado na Foirn. Desse plano constam a aquisição de equipamentos para instalação de estúdio de som e vídeo no novo prédio da Foirn em São Gabriel da Cachoeira, bem como um birô gráfico e um telecentro. Estão igualmente previstas várias oficinas de treinamento para o uso desses equipamentos. A Foirn deverá indicar um coordenador geral do Pontão, bem como três coordenadores sub-regionais, para os rios Içana, Tiquié e Uaupés. Essa equipe ficará responsável por organizar reunião e realizar viagens pela área, com o intuito de mapear pessoas e/ou grupo interessados em desenvolver processos de documentação cultural tal como o que foi realizado em Iauaretê.

Perspectivas

- Publicação do Dossiê relativo ao caso em forma de livro;
- Implementação do Pontão de Cultura da Foirn;
- Repatriação de objetos cerimoniais do Museu do Índio de Manaus;
- Interlocução com a Foirn para indicação de novos casos para estudo e documentação.

O que é

Trata-se do desenvolvimento e multiplicação de modelos sustentáveis de aproveitamento de recursos aquáticos e agroflorestais, aliando conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos. As atividades envolvem assessores do ISA e técnicos indígenas que vêm sendo treinados desde 1999, além de interfaces com as atividades de educação, pesquisa, documentação e mapeamento.

Atualmente esta linha de ação propõe desempenhar iniciativas integradas que enfrentem e amenizem alguns dos problemas mais graves existentes na região atualmente, a saber: a falta de peixes nos rios, a dependência exagerada de produtos industrializados e assessoria externa no desenvolvimento de iniciativas de produção de alimentos e renda, bem como a desvalorização dos conhecimentos tradicionais por parte dos jovens.

Para isso, pretende continuar oferecendo formas alternativas de acesso à alimentação e circuitos de troca com a criação de peixes e aves; também formar agentes locais que disseminem os conhecimentos concentrados na estação de piscicultura para as comunidades do entorno; e pretende, ainda, criar condições de reunir o conhecimento tradicional em meios de comunicação atrativos, que se transformem em referência na educação escolar dos jovens do distrito, contribuindo para sua formação e criando novas atividades às quais eles possam se dedicar.

Equipe

- Geraldo Andrello; Mauro Cornacchioni Lopes
- ▶ Colaboradores
- André Martini (Unicamp, antropólogo), Fernando de Freitas Vicente, Marta Azevedo, Renata Eiko Minematsu.

Parcerias e fontes de financiamento

- Cepta/Ibama; Coidi; Foinr; Fundação Gordon & Betty Moore; Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI).

O que foi feito

PISCICULTURA

- Pela primeira vez os técnicos indígenas de lauretê conduziram uma temporada completa de reprodução de peixes na estação de piscicultura sem o auxílio de assessores técnicos externos. Os métodos de reprodução menos invasivos foram preferidos, como, por exemplo, a coleta de gametas durante as piracemas para a incubação em laboratório; a produção foi três vezes maior que no ano anterior, e cerca de 40 piscicultores familiares foram atendidos com a distribuição de alevinos.
- Valorização do manejo de peixes que se reproduzem espontaneamente, mesmo em cativeiro, principalmente diversas espécies de Acarás; assim espera-se diminuir a dependência de insumos, tecnologia e assessoria externa, minimizando a dependência de recursos; além disso, este tipo de piscicultura apresenta um menor impacto com relação ao sistema de trabalho local (pois não precisa de cuidados com reprodução artificial), ao meio ambiente (não precisa de pesca de matrizes em piracemas) e na relação com os animais, pois não envolve técnicas de controle reprodutivo nem procedimentos laboratoriais que causem mutilação e morte de matrizes. Foram distribuídos cerca de 500 alevinos de Acará criados na própria estação de piscicultura para os piscicultores familiares – o que configurou, pela primeira vez, duas distribuições de alevinos no mesmo ano.
- A estação de piscicultura de lauretê começou a experimentar uma aproximação com a associação indígena local (Coidi) e com outras instituições da comunidade como a Escola Estadual São Miguel, depois de anos

de afastamento em virtude de problemas de administração de recursos e da ênfase no desenvolvimento de técnicas de reprodução artificial de peixes; aproximadamente 15 alunos secundaristas da escola estadual tiveram aulas de manejo de piscicultura na Estação lauretê. Além disso, a equipe indígena abriu um escritório no centro do povoado, ao lado da sede da Coidi, para atender pessoas interessadas em participar do projeto, tirando dúvidas e mantendo contato freqüente com os representantes indígenas da associação.

- Graças ao maior contato com a comunidade, foi possível construir uma agenda mínima para início de um debate público sobre a situação da pesca nos rios Uaupés e Papuri, em especial procurando incorporar sugestões técnicas de especialistas brancos e dos conhecedores tradicionais da região. Nesse sentido, foi feita uma proposta que transformará o projeto de piscicultura em um projeto de manejo de pesca, no qual a produção de peixes será apenas um dos componentes. A iniciativa será acompanhada de formação de agentes locais que fomentem atividades nas comunidades do distrito de lauretê e na reunião/disseminação de conhecimentos tradicionais e condutas sociais relativas à pesca e a relação com os animais na região. Isso será feito por meio de oficinas e cursos que envolvam conhecedores da região, técnicos indígenas de piscicultura e alunos das escolas indígenas.

- O objetivo central desta mudança é valorizar o discurso local na relação com os animais, buscando dar visibilidade às regras tradicionais de pesca em detrimento da substituição desta relação por técnicas de reprodução artificial de peixes. Regras locais são ainda seguidas, e, principalmente, defendidas pelos especialistas rituais da região, os benzedores; no entanto, atualmente, não existe um canal de comunicação e incentivo que incorpore esta narrativa como parte de projetos de desenvolvimento sustentável. Com a incorporação do manejo de pesca como prioridade para a região, o que envolve a participação das lideranças indígenas, professores e alunos das escolas e conhecedores tradicionais, espera-se construir canais oficiais que valorizem o discurso local, tanto para a própria comunidade como na interação das lideranças e órgãos públicos.

ATIVIDADES INTEGRADAS

- Valorização da produção de alimentos e adubos locais para o manejo de peixes em cativeiro. Foi aumentada a área de plantação de mandioca brava na estação de piscicultura, sendo que todas as mulheres dos técnicos indígenas tomaram alguma área de plantação sob seus cuidados. A criação de galinhas também foi bastante aumentada, em especial com a doação de uma incubadora elétrica para 150 ovos por parte da Funai para a Coidi, cujo funcionamento está a cargo dos técnicos da estação de piscicultura.
- A manutenção da estação de piscicultura também reflete uma mudança relacionada com a tentativa de diminuir a dependência de recursos externos: no ano de 2007, quase todas as atividades de melhoria e ampliação das instalações da estação (reforma do teto do laboratório, finalização do sétimo viveiro-berçário, limpeza da área gramada) foram feitas através de wayuris envolvendo os piscicultores familiares e alunos da Escola São Miguel. Nestes eventos, os técnicos também faziam o levantamento dos interessados em construir novas unidades e informavam suas atividades para a comunidade, melhorando a comunicação entre os participantes do projeto de piscicultura.

AValiação ANTROPOLÓGICA

Estabelecidas a capacidade técnica e social para a coordenação indígena das atividades de criação de peixes na Estação de Piscicultura de lauretê, a tendência é que os conhecimentos indígenas iniciem a adaptação dos métodos técnicos aos seus próprios paradigmas – o que era dificultado pelo desenvolvimento de novas tecnologias, técnicas e o treinamento então em curso. Esta mudança também gerou um sistema de trabalho mais adequa-

do ao sistema social local, o que diminuiu consideravelmente os conflitos internos ao projeto e aumentou a participação social de organizações indígenas e pessoas interessadas na piscicultura.

Os anos de relativo isolamento da Estação de Piscicultura de Iauaretê, em virtude de problemas políticos na administração de recursos e do foco no desenvolvimento de estrutura física, implementação técnica e formação de técnicos indígenas, colocaram a atividade em uma posição complicada, na qual apenas um pequeno grupo de participantes realmente conhecia o funcionamento do projeto; nem a Coordenadoria regional, nem o Conselho de líderes de Iauaretê participavam do estabelecimento de prioridades e atividades de piscicultura. No entanto, focalizando o problema central da pesca, e reconhecendo o limite da Estação de Piscicultura em resolver o problema, as lideranças indígenas parecem agora se interessar por debater mais a questão da pesca nos rios do que apenas esperar a produção de um projeto de piscicultura.

Aproveitando sua formação técnica, bem como a infra-estrutura garantida pelo projeto de piscicultura, os técnicos indígenas formados pelo ISA e Foirn pretendem tomar a dianteira neste debate: articulações com lideranças indígenas, escolas da região, e com conhecedores tradicionais são os próximos passos para que o manejo passe de uma atividade produtiva à iniciativa mais ampla da discussão e controle da relação das populações locais com seu meio ambiente.

Tal direção parece ser extremamente oportuna, uma vez que a pesquisa antropológica vinculada ao projeto de piscicultura em Iauaretê, desde 2006, chegou à conclusão que a reprodução artificial de peixes para alimentação humana enfrenta graves problemas relacionados ao estatuto particular dos animais na cultura das populações indígenas da região: destaca-se, por exemplo a evitação do consumo dos peixes criados pela família indígena – o que compromete o objetivo central da piscicultura indígena, que é garantir a segurança alimentar da população. Tais problemas parecem demandar do projeto de manejo de recursos naturais um patamar onde o foco central de suas ações seja regular a relação entre homens e meio ambiente, utilizando principalmente os conhecimentos tradicionais – mas também técnicos –, reunidos através de pesquisas (realizadas por agentes locais e assessores) e de atividades educacionais como oficinas, mini-cursos e palestras, enquanto as atividades de produção passam a uma dimensão secundária, vinculadas às necessidades emergenciais.

Indicadores

PISCICULTURA

- Participação e mobilização social nas atividades (reuniões, wayuris, oficinas)
- Número de famílias e comunidades atendidas pelo projeto (assessoria técnica + recebimento de produção)
- Capacidade de articulação entre atividades de piscicultura, agricultura tradicional e atividades sociais e educacionais;
- Número de alevinos produzidos;
- Qualidade da participação da equipe técnica indígena;
- Articulação com as lideranças indígenas, comunidades e famílias no raio de ação do projeto, em especial no desenvolvimento de uma agenda conjunta de prioridades;
- Capacidade de responder às prioridades da comunidade e das lideranças indígenas;
- Elaboração de atividades que visem à formação de novos agentes locais disseminadores de conhecimentos de manejo de peixes e pesca.

MANEJO AGROFLORESTAL

- Produção de parte dos alimentos e insumos para alimentação da equipe técnica e dos animais criados dentro da Estação de Piscicultura;
- Capacidade de articulação entre atividades de agricultura aplicada à produção animal, agricultura tradicional e atividades sociais e educacionais;

ASSESSORIA ANTROPOLÓGICA

- Efetividade da gestão administrativa e financeira pela associação indígena;
- Efetividade do controle social das comunidades;
- Efetividade da articulação social entre atividades produtivas, assessoria técnica indígena, escolas e outras instituições públicas e demandas das lideranças, comunidades e famílias envolvidas no processo;
- Testar a capacidade de articulação entre conhecimentos técnicos voltados para a produção e conhecimentos tradicionais, em especial os que envolvem relação com os animais e meio ambiente.
- Produzir formas alternativas de combinação entre conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais, que auxiliem as atividades de manejo ambiental e a dinâmica social na região do Rio Uaupés.

Avaliação

Apesar de existirem dificuldades no processo de conversão da Estação de Piscicultura em uma iniciativa ampla de manejo de pesca no distrito de Iauaretê, o ano de 2007 apresentou resultados animadores. A capacidade administrativa, logística e técnica da equipe indígena de piscicultura parece consolidada, fato que permitiu a condução exclusiva das atividades. Os rearranjos no sistema de trabalho e nos métodos de criação dos peixes deixam aberto espaço para emergência de novas iniciativas no que tange à produção de peixes em cativeiro, propostas e controladas pela população local.

No entanto, a principal realização foi verificar a disposição de lideranças e técnicos indígenas para debater o problema da pesca em Iauaretê, considerado estratégico porque refere-se à questão da alimentação, da interação entre diferentes setores sociais do povoado e diferentes modelos de conhecimento, envolvendo desde práticas xamânicas até técnicas ocidentais de manejo de estoques pesqueiros.

Dado este panorama, a iniciativa dos técnicos indígenas em acolherem um projeto de manejo de pesca e pesquisa de conhecimentos aplicados à área e a disposição das lideranças indígenas em incluir o assunto em sua pauta, parecem evidenciar que existe espaço público para a implementação de atividades que visem enfrentar diretamente o problema da dificuldade de pesca nos rios.

Perspectivas

- Integração de atividades de produção de alimentos, de formação de agentes locais de manejo e de reunião de conhecimentos tradicionais com participação de diversos setores da comunidade de Iauaretê e das comunidades mais próximas (técnicos indígenas, xamãs, lideranças representativas, professores e alunos de escolas, assessores externos);
- Formação de agentes indígenas de manejo ambiental na região do Uaupés;
- Construção de um plano piloto de manejo de pesca participativo, envolvendo conhecimentos técnicos e tradicionais, com indicação de limitações de locais, métodos e épocas de captura de peixes.
- Garantir apoio governamental de suporte para o plano de manejo de pesca regional (proposta bolsa-piracema).
- Desenvolvimento de técnicas e unidades de piscicultura mais adaptadas ao contexto socioambiental regional, apostando em técnicas menos invasivas e de menor dependência externa, em especial criação de peixes, que não demandem controle reprodutivo (desova espontânea)
- Aumento da quantidade de viveiros e de piscicultores familiares em Iauaretê e outras comunidades da bacia;
- Implantação de piscicultura em nível comunitário em alguns bairros de Iauaretê;
- Realizar visita de reconhecimento para iniciar assessoria em pesca e manejo tradicional em Koama Phoaye (Caruru-cachoeira) – Alto Uaupés, com

ênfase à integração destas atividades com as da Escola Wanano Khununo Wu"u;

- Iniciar experimentação com alimentação alternativa (frutos e farináceos) na manutenção de peixes e aves na Estação lauretê.

Melhores momentos

- Construção de um projeto de manejo de pesca para o PDPI, durante 15 dias de reuniões entre assessores do ISA, técnicos indígenas e lideranças locais.
- Apresentação da proposta para o distrito de lauretê, feita pelos técnicos indígenas, durante a 1ª reunião de desenvolvimento sustentável de lauretê (Coidi), com a presença de representantes da Secretaria de Estado da Produção Rural, do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Idam) e do ISA.
- Participação de alunos da Escola São Miguel em atividades internas de manejo de peixes na Estação de Piscicultura durante todo o ano, o que foi considerado como carga didática pela Secretaria Estadual de Educação.
- Aumento de 1/3 de famílias beneficiadas pela produção de peixes na estação lauretê.

Vale do Ribeira

O que é

Programa regional que tem como unidade de atuação a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Canaúia-Paranaguá. Trata-se da mais importante área de Mata Atlântica remanescente no Brasil, tendo sido reconhecida em 1992 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade. O Vale do Ribeira – que abrange as regiões sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná –, no atual contexto das Mudanças Climáticas, ganha ainda mais importância por conservar com suas florestas, rica biodiversidade e sociodiversidade um importante manancial de água para a região mais populosa do país.

O objetivo do programa é auxiliar na construção de políticas públicas com interfaces em recursos hídricos, naturais e comunidades tradicionais. Para tanto, faz um monitoramento socioambiental participativo e interativo, atualiza e disponibiliza as informações produzidas, capacita atores locais e planeja ações e projetos visando a formação de uma agenda positiva voltada ao desenvolvimento sustentável da região.

O Instituto Socioambiental (ISA), por meio do Programa Vale do Ribeira (PVR), participa de Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação estaduais e federais: Mosaico da Juréia, Parque Estadual Intervales, Mosaico do Jacupiranga, Área de Proteção Ambiental Cananéia, Iguape, Perube (APA-CIP). Participa do Comitê da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, do Conselho do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica, da Coordenação da Campanha contra a construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape e da Coordenação da Campanha Cílios do Ribeira.

O PVR desenvolve projetos-piloto de fortalecimento institucional, diagnóstico e planejamento socioambiental e geração de renda em quatorze comunidades remanescentes de quilombos, havendo demanda para a ampliação do número de comunidades parceiras.

Parcerias e fontes de financiamento

▶ Parceiros locais

• Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Bombas; Associação Quilombo Cangume; Associação Quilombo Galvão; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Morro Seco; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Poça; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu.

▶ Parcerias institucionais locais, regionais, nacionais e internacionais

• AIN Ajuda da Igreja da Noruega: apoio financeiro; AIN/OD Ajuda da Igreja da Noruega/Operação Dia do Trabalho dos estudantes secundaristas da Noruega: apoio financeiro; Associação Quilombo Ivaporunduva/Seppir/Petrobrás: apoio financeiro; Asstraf Associação Sindical dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Cerro Azul/PR: parceria local; Eacone Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Quilombolas e Negras do Vale do Ribeira: parceria na implementação das atividades; Banco de Alimentos da Prefeitura de Campinas: parceria na implementação de atividades; Banco do Brasil S/A: parceria por meio de doação de equipamentos para telecentros; Cenp Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas/Secretaria de Educação de São Paulo: parceria na implementação de atividades; Conab Companhia Nacional de Abastecimento: parceria na comercialização de bananas; Diocese de Registro: parceria nas atividades do projeto da Campanha de Recuperação da Mata Ciliar; Diretorias regionais de ensino de Miracatu, Registro e Apiaí: parceria na implementação das atividades; Esalq/USP Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”/Universidade de São Paulo/Departamento de Economia, Administração e Sociologia: cooperação técnica – projeto artesanato; Fapesp

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo: apoio financeiro; Fehidro/CBH-RB Fundo Estadual dos Recursos Hídricos/Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul: apoio financeiro; FF/SMA/SP Fundação Florestal/Secretaria do Meio Ambiente/SP: parceria na implementação de atividades; Fundação Banco do Brasil: apoio financeiro; Grupo Raízes da Cultura Quilombola: parceria local; Icco Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento: apoio financeiro; Icco/PSA Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento/Departamento para Cooperação de Pessoal: apoio financeiro; IF/SMA/SP Instituto Florestal/Secretaria do Meio Ambiente/SP: apoio na implementação das atividades; IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: cooperação técnica; Iniciativa Verde-Banco Real: apoio financeiro projeto “Rio Pedro Cubas”; Instituto Ambiental Vidáguia: parceria na implementação das atividades; Ital Instituto de Tecnologia dos Alimentos: parceria na implementação de atividades; Itesp Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”: parceria na implementação de atividades; MinC Ministério da Cultura: apoio financeiro; MMA/FNMA Ministério do Meio Ambiente/ Fundo Nacional do Meio Ambiente: apoio financeiro; MMA/PDA Ministério do Meio Ambiente/Subprograma de Projetos Demonstrativos: apoio financeiro; MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário: apoio financeiro projeto Artesanato; Programa Gesac - Governo Eletrônico/Serviço de Atendimento ao Cidadão/Ministério das Comunicações: fornecedor das antenas e provedor do Telecentro; Moab Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira: parceria local; Petrobras: apoio financeiro; Prefeitura da Estância Turística de Eldorado: parceria local; Prefeitura Municipal de Ilha Comprida: parceria local; Prefeitura Municipal de Apiaí: parceria local; Proter Programa da Terra: parceria local; SEDH Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República: apoio financeiro; Seppir Secretaria Especial de Políticas Públicas e Igualdade Racial: cooperação técnica; UNESP/Registro - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: cooperação técnica; Universidade Metodista: cooperação técnica – parceria na implementação de atividades da pousada de Ivaporunduva.

Equipe

• Nilto Ignácio Tatto (coordenador); Carolina Born Toffoli (geógrafa, técnica em geoprocessamento); Fábio Zanirato (engenheiro agrônomo, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental, até junho); Karin Ingrid Rettl (administradora, assessora de comercialização); Kátia Pacheco (engenheira agrônoma, técnica de pesquisa e desenvolvimento socioambiental, até novembro); Luciana Bedeschi (advogada, assessora jurídica); Marcos Miguel Gamberini (engenheiro agrônomo, coordenador técnico de projetos, até dezembro); Maurício de Carvalho Nogueira (biólogo, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Náutica Pupo Pereira de Moraes (auxiliar de serviços gerais); Patrícia Ribeiro Cursi (estudante de engenharia agrônoma e estagiária do projeto artesanato, até julho); Rafael Navas (engenheiro agrônomo, estagiário – Agenda Socioambiental Quilombola, até setembro); Raquel Pasinato (bióloga, técnica de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Reinaldo Gomes Ribeiro (técnico agropecuário, auxiliar de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Renata Moreira Barroso (engenheira florestal, técnica de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Silvani Cristina Alves (assessora administrativa).

▶ Colaboradores

• Ana Maria Estevão (doutora em Serviço Social e voluntária, até dezembro); Clodoaldo Armando Gazzetta (biólogo, Instituto Ambiental Vidáguia); Ednei Bueno (técnico da Secretaria da Agricultura do Paraná/Rede Nacional de Turismo na Agricultura Familiar Redetraf); Fabio Graf Pedroso (engenheiro agrônomo e mestrando em agroecologia, UFSCar – Universidade Federal de São Carlos); Felipe Leal (fotógrafo); Marcelo Alexandre Garcia (técnico da Ceagesp Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo/Banco de Alimentos de Campinas);



Maria Elisa de P.E. Garavello (doutora em Ciências Sociais, Esalq/USP); Martha Negrão (engenheira florestal, Itesp); Sydney Santana e Silva (engenheiro agrônomo, Itesp); Tatiana Serra (promotora do Ministério Público Estadual); Wilson da Silva Moraes (doutor em Fitopatologia, APTA/Unesp – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios/Unesp).

O que foi feito

O Programa Vale do Ribeira desenvolveu projetos e ações nos seguintes temas:

- Conservação e Uso dos Recursos Naturais
- Desenvolvimento Sustentável
- Educação e Cultura
- Defesa dos territórios quilombolas

► Parcerias

No Vale do Ribeira há uma série de organizações locais e movimentos sociais que trabalham no desenvolvimento de projetos e atuam em temáticas locais e regionais na luta pela observância dos direitos adquiridos relacionados às questões ambientais, sociais, culturais e fundiárias. O ISA vem trabalhando conjuntamente com algumas destas instituições (ver lista abaixo) com o objetivo de alcançar sinergia nos esforços, ganhar em eficiência na alocação de recursos físicos, humanos e financeiros e em eficácia na apresentação dos resultados.

Nesse sentido, avalia-se que as parcerias foram reforçadas positivamente em 2007, melhorando as relações regionais do Programa e aumentando o espectro de ações na região.

Uma dificuldade considerável está relacionada à carência que as associações quilombolas apresentam em relação à falta de infra-estrutura e recursos humanos com disponibilidade e algum grau de escolaridade para atuarem na administração físico-financeira dos projetos em parceria com

o ISA e outras instituições. Nesse sentido o Programa Vale do Ribeira tem como uma das prioridades para 2008 o fortalecimento da capacitação das associações quilombolas.

Outro ponto de dificuldade que o PVR está superando são as sobreposições de atividades e projetos de diferentes instituições atuantes no Vale do Ribeira. O ISA vem incentivando e apoiando a instalação de parcerias com o objetivo de fortalecer as organizações, potencializar as oportunidades e melhorar a eficiência e eficácia das ações e projetos propostos.

Indicadores

- 12 áreas de repovoamento de palmito juçara implantadas;
- Cinco viveiros de mudas de juçara e nativas, estruturados em três comunidades quilombolas;
- 14 comunidades com sua Agenda Socioambiental elaborada e 14 mapas dos territórios quilombolas;
- Dois grupos de artesanato realizando vendas para lojas de comércio justo e solidário de São Paulo;
- Três estudantes quilombolas concluíram a universidade em 2007;
- Renovação de contrato de fornecimento de banana orgânica a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) pelo terceiro ano consecutivo;
- Aumento do número de produtores de banana que optaram pelo manejo orgânico;
- Organização da Pousada de Ivaporunduva;
- Aprovação e registro do Estatuto Social Da Comunidade Remanescente de Quilombo da Reserva Extrativista do Mandira, município de Cananéia.
- Participação em Comitês e Conselhos Regionais:
 - Conselho do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica;
 - Conselho do Parque Estadual (PE) Intervales;
 - Conselho do Mosaico Juréia;

Organizações governamentais e organizações locais parceiras do PVR

Nível	Instituição	Tipo de parceria	Projeto/ações
Governo Federal	MDA	Financiador de projeto	Capacitação e projeto artesanato
	PDA-MMA	Financiador de projeto	Repovoamento da juçara
	FNMA-MMA	Financiador de projeto	Agenda Socioambiental
	MINC	Financiador de projeto	Cineclube
	SEDH	Financiador de projeto	Balcão de Direitos
	IPHAN	Parceria técnica	Inventário Cultural
Estatais	Fundação Banco do Brasil	Financiador de projeto	Projeto Apicultura
	Petrobrás	Financiador de projeto	Projeto Ivaporunduva / Inventário Cultural
	Banco do Brasil	Doação de computadores	Telecentros
Governo Estadual	ITESP	Parceria Técnica	Artesanato, apicultura
	FF	Parceria técnica	Repovoamento da juçara
	APTA	Parceria técnica	Pesquisa para controle alternativo de fungos e brocas da palha da bananeira, utilizada para artesanato.
	FEHIDRO	Financiador de projeto	Campanha Cílios do Ribeira
Universidades	Esalq	Parceria técnica	Pesquisa para controle alternativo de fungos e brocas da palha da bananeira, utilizada para artesanato.
	Unesp-Registro	Parceria técnica	Sementes florestais
Prefeituras municipais	Todas	Apoio político	Campanha Cílios do Ribeira
	Eldorado	Parceria técnica	Cineclube
Organizações locais	Moab	Parceria técnica	Campanha contra barragens
	Eaacone	Parceria técnica	Assessoria jurídica
	Idesc	Parceria técnica	Articulações de redes e fóruns
	Proter	Parceria técnica	Rede projetos PDA

- Conselho do Mosaico Jacupiranga;
- Conselho da Área de Proteção Ambiental Cananéia, Iguape, Peruíbe (APA-CIP);
- Comitê de Bacias CBH-RB;
- Comitê Federal de Bacias.

► Produtos

- Livro Banana Orgânica no Quilombo de Ivaporunduva;
- Publicação Agenda Socioambiental Quilombola;
- Cartilha “Cidadania Quilombola” (em fase de conclusão);
- Vídeo sobre a Agenda Socioambiental Quilombola (em fase de conclusão);
- Vídeo sobre a Campanha Cílios do Ribeira (em fase de conclusão);
- Cartilha sobre recuperação das Matas Ciliares (em fase de conclusão).

► Campanhas

- Contra a construção de barragens;
- Recuperação das Matas Ciliares do Rio Ribeira de Iguape - Cílios do Ribeira.

Avaliação

O Vale do Ribeira tem sua importância socioambiental reconhecida há algum tempo, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) lhe concedeu o título de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica por tratar-se da principal área remanescente desta floresta no planeta.

Diante da preocupação com as mudanças climáticas, a importância do Vale do Ribeira se amplia tanto pela biodiversidade e sócio-diversidade que abriga – e que podem contribuir na construção de caminhos para o desenvolvimento sustentável –, quanto por seu potencial hídrico, próximo da maior região metropolitana da América do Sul.

Neste cenário, avalia-se que o trabalho realizado com as comunidades quilombolas ganha maior relevância e cria novas perspectivas de desenvolvimento, bem como um aumento da demanda por ações do ISA nas comunidades. Questões como a valoração e remuneração dos serviços ambientais prestados pelas comunidades tradicionais ao conservarem a biodiversidade, os recursos hídricos locais e suas florestas crescem em importância no cenário regional e nacional. O serviço de produção de sementes e mudas florestais para o reflorestamento e o seqüestro de carbono, a recuperação de áreas degradadas nos territórios quilombolas e entorno, colocam novos desafios neste e nos novos projetos.

Houve avanço importante na área de políticas públicas. O PVR empreendeu esforços que contribuíram para a formulação da Lei nº 12.810/08 que institui o Mosaico das Unidades de Conservação do Jacupiranga, no Vale do Ribeira. A elaboração da lei envolveu um importante processo participativo, uma vez que desde a criação, em 1969, o parque sobrepõe a áreas habitadas por comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e bairros rurais. O PVR participou do GT que elaborou a proposta, e na Assembléia Legislativa participou de um amplo processo para correções na proposta da lei, para que as comunidades quilombolas e outras comunidades rurais envolvidas tivessem resguardados os direitos aos seus territórios. O PVR encaminhou sugestões para a regulamentação da Lei da Mata Atlântica que ainda está em curso e sugestões para a alteração da Lei de Sementes Florestais também em curso.

Perspectivas

O Programa Vale do Ribeira continuará em 2008 com a implantação, consolidação e acompanhamento das atividades descritas neste relatório, e para isto conta com projetos já aprovados, projetos encaminhados e outras fontes de apoio que poderão ser acessadas.

A equipe será reestruturada para dar respostas às demandas e prioridades apontadas pelas comunidades durante o processo da elaboração da Agenda Socioambiental Quilombola.

Em 2008 serão implantadas as primeiras áreas de recuperação de matas ciliares, resultado da mobilização da Campanha Cílios do Ribeira.

O PVR irá ampliar sua participação no campo das políticas públicas regionais, atuando em fóruns locais na elaboração de planos de manejo das Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis (RDS) do Mosaico da Juréia; do Mosaico do Jacupiranga; em fóruns estaduais, no grupo de trabalho da Resolução 16 da SMA/SP sobre o manejo do palmito juçara que irá reformular a regulamentação do manejo dos frutos da palmeira juçara (polpa e sementes). Até hoje, apenas o manejo do palmito está documentado na resolução 16 da SMA/SP. Isto tem um efeito direto no desenvolvimento da cadeia produtiva da juçara, que pensa a sustentabilidade da palmeira na Mata Atlântica.

Há grande expectativa na implementação da Agenda Socioambiental Quilombola, que aponta as principais demandas das comunidades. O PVR definirá em quais comunidades e como poderá direcionar as ações contribuindo na resolução dos problemas apontados.

Em 2008 serão realizados seminários e atividades específicas para discussão de temáticas e formulação de propostas, como por exemplo, para as regulamentações da Lei da Mata Atlântica; incidindo principalmente no manejo das roças de subsistência dos quilombolas; identificação da Reserva Legal e Áreas de Proteção Permanentes (APPs) nos territórios quilombolas.

Melhores momentos

- Seminários de fechamento da Agenda Socioambiental Quilombola;
- Participação em feiras e venda de artesanato;
- Seminário “Da Roça a Arte”: Perspectivas de Políticas Públicas para o Artesanato de Fibra de Bananeira;
- Venda da banana orgânica do Quilombo de Ivaporunduva para a prefeitura de Suzano e Conab;
- Publicação do Livro “Banana Orgânica no Quilombo de Ivaporunduva”;
- Lançamento da Campanha “Cílios do Ribeira”;
- Início da produção de mudas de juçara nos viveiros;
- Assessoria aos quilombolas na sua inserção no Mosaico de Unidades de Conservação que substituirá o Parque Estadual do Jacupiranga;
- Inauguração da Sala de Cinema em Eldorado por meio de parceria com a Prefeitura;
- Audiências Públicas sobre a barragem de Tijuco Alto.



CONSERVAÇÃO E USO DOS RECURSOS NATURAIS Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

O que é

Monitoramento socioambiental participativo e interativo, atualização e disponibilização das informações produzidas, capacitação dos atores locais e apoio ao desenvolvimento de ações e projetos visando a formação de agenda positiva para o desenvolvimento sustentável na região e a elaboração de políticas públicas relativas à gestão dos recursos naturais e dos direitos de comunidades tradicionais aí residentes.

Equipe

• Carolina Born Toffoli; Luciana Bedeschi; Marcos Miguel Gamberini; Maurício de Carvalho Nogueira; Nilto Ignácio Tatto; Silvani Cristina Alves.

Parcerias e fontes de financiamento

• Asstraf/PR; Cenp; Diretorias Regionais de Ensino dos municípios de Miracatu, Registro e Apiaí; Eacone; Fehidro/CBH-Ribeira; Instituto Ambiental Vidágua; Moab; Prefeitura da Estância Turística de Eldorado/SP; Prefeitura Municipal de Ilha Comprida.

O que foi feito

- Representação do ISA no Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-Ribeira) e na Câmara Técnica de Planejamento do CBH-Ribeira;
- Representação no Conselho Gestor do Parque Estadual de Jacupiranga;
- Representação no Conselho do Parque Intervalles;
- Representação na Área de Preservação Ambiental Federal de Cananéia, Iguape e Peruíbe (APA-CIP);
- Representação no Comitê Gestor do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica;
- Retomada da Campanha contra a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tijuco Alto, de forma articulada com a sociedade civil organizada do Vale do Ribeira, em especial o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab);
- Atualização do site da Campanha contra construção das barragens no Rio Ribeira;
- Análise do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da UHE Tijuco Alto;
- Acompanhamento e participação nas audiências públicas convocadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para discussão do EIA/RIMA da UHE Tijuco Alto;
- Início das atividades da Campanha de Recuperação das Matas Ciliares do Vale do Ribeira, com formalização de Comitê de Acompanhamento e realização de seminários regionais para discussão das estratégias da campanha;
- Apoio e realização de eventos sobre a Campanha contra barragens no Ribeira em Campinas, Iguape, Cananéia, Cerro Azul, Eldorado, Registro e Curitiba;
- Acompanhamento do processo de discussão e participação nas audiências públicas para criação do Mosaico da Juréia;
- Acompanhamento e participação no Grupo de Trabalho para a criação do Mosaico do Jacupiranga;
- Apresentação do “Projeto Ribeira Sustentável: articulação e mobilização para a conservação e recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira” para a Ajuda da Igreja da Noruega (AIN);
- Implantação de sala de cinema na cidade de Eldorado – SP - em parceria

com a Prefeitura do município de Eldorado, apresentado ao Edital Pontos de Difusão Digital/Ministério da Cultura (MinC) e aprovado.

Indicadores

- Consolidação da coordenação da Campanha contra construção das barragens no Ribeira;
- Consolidação do Comitê de Acompanhamento da Campanha de Recuperação das Matas Ciliares do Rio Ribeira de Iguape.

Avaliação

As ações realizadas neste projeto permitem que o ISA aprofunde sua inserção na região do Vale do Ribeira indo além da questão quilombola, unindo esforços com outras instituições que buscam o desenvolvimento sustentável da região.

Perspectivas

A tendência é que o PVR, apesar da pequena equipe, intensifique sua participação em busca do desenvolvimento sustentável e conservação ambiental regional. O ano de 2008 deverá ser de acirramento da luta contra as barragens o que coloca novo desafio ao PVR: ser um dos protagonistas da luta contra as barragens e ao mesmo tempo, dialogar com atores regionais e locais favoráveis à barragem mas simpáticos à campanha de recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira.

Melhores momentos

- Passeata na BR-116 contra Tijuco Alto;
- Audiências Públicas sobre Tijuco Alto.



Audiência pública da UHE Tijuco Alto.

Raul Silva Telles do Vale/ISA

CONSERVAÇÃO E USO DOS RECURSOS NATURAIS **Campanha Cílios do Ribeira**

Ribeira Sustentável: Articulação e Mobilização Social para a Conservação e Recuperação das Matas Ciliares do Vale do Ribeira



O que é

O projeto parte de parceria entre o Instituto Socioambiental, o Instituto Ambiental Vidáguia (Vidáguia) e a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras e Quilombolas do Vale do Ribeira (Eaacone) para o desenvolvimento de ações estratégicas e permanentes para a recuperação e conservação ambiental das Áreas de Preservação Permanente (APP's) da bacia hidrográfica, em especial as matas ciliares do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, para preservar os recursos hídricos da bacia, essenciais para a qualidade de vida de toda a população do Vale do Ribeira.

Preende contribuir para a manutenção e sustentabilidade dos recursos hídricos do Vale do Ribeira, por meio de um processo de articulação e mobilização social (poder público, privado e sociedade civil organizada) para a implementação e desenvolvimento de uma campanha regional permanente voltada para a conservação e recuperação das matas ciliares do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes.

Equipe e colaboradores da Campanha

• **Coordenação:** Nilto Tatto (ISA), Clodoaldo Gazzetta (Instituto Ambiental Vidáguia); **Laboratório de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto:** Carolina Born Toffoli (ISA); Cícero Augusto (ISA); Marcos Rosa (Vidáguia); **Imprensa e website:** Alex Piaz (ISA); Bruno Weis (ISA); Eduardo Massaaki Utima (ISA); Maria Inês Zanchetta (ISA); Katarini Miguel (Vidáguia)

► Colaboradores

• Adriana Araújo dos Santos (ISA); Antenor Bispo de Moraes (ISA); Carolina Born Toffoli (ISA); Cícero Cardoso Augusto (ISA); Cláudio Aparecido Tavares (ISA); Cristiane Akemi Matsuzaki (ISA); Fernanda Ribeiro De Franco (Vidáguia); Ivy Wiens (Vidáguia); João Vicente Cófani Nunes (Vidáguia); Jonas Costa Rangel (Vidáguia); Karin Ingrid Rettl (ISA); Lázara Maria Gomes Gazzetta (Vidáguia); Marcos Miguel Gamberini (ISA); Marcos Rogério Diniz (Vidáguia); Maurício de Carvalho (ISA); Náutica Pupo Pereira de Moraes (ISA); Ocimar Bim (Vidáguia); Raquel Pasinato (ISA); Renata Moreira Barroso (ISA); Rosimeire Rurico Sacó (ISA); Silvani Cristina Alves (ISA); Vera Feitosa (ISA).

Parcerias e fontes de financiamento

• Fehidro/CBH-RB/SMA; FNMA/MMA

► Parcerias

• **Conselho Consultivo Provisório da Campanha Cílios do Ribeira:** Amainan Brasil; Amamel Associação de Monitores Ambientais de Eldorado; Amavales Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira e Baixada Santista; Associação de Moradores Vila Bestel/PR; Associação Vidas Verdes Ambiental; Asstraf/PR Associação Sindical dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Cerro Azul/PR; Cativar Cooperativa de Assessoria Técnica Integral do Vale do Ribeira; Cedeia Centro Experimental de Educação Ambiental Petrópolis; DAEE/RB Departamento de Águas e Energia Elétrica; DEPRN Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais; Diretoria de Ensino Região de Miracatu, Registro e Apiaí; Eaacone Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Quilombolas e Negras do Vale do Ribeira; Idesc Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto de Pesca do Estado de São Paulo; Itesp Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"; ISA Instituto Socioambiental; MDA/SAF/Redetraf Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar/Rede de Turismo na Agricultura Familiar;

Ministério Público do Estado de São Paulo; Moab Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira; Prefeituras da Ilha Comprida, Apiaí e Eldorado; Proter Programa da Terra; Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo/Instituto de Economia Agrícola(IEA)/Agenda Ecoturismo; Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo; Sema/IAP/PR Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/Instituto Ambiental do Paraná; Sindi/Seab Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins; Sintravale Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul; Unesp Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; Instituto Ambiental Vidáguia.

O que foi feito

- Reunião de trabalho para constituir um Conselho Gestor Provisório, representado pelo poder público, setor privado e sociedade civil organizada para discutir e formatar a proposta de campanha;
- Mobilização e articulação de parcerias com os diversos segmentos sociais para a implementação e desenvolvimento da campanha;
- Definição de uma agenda de ações estratégicas para a concretização da Campanha de Conservação e Recuperação das Matas Ciliares do Vale do Ribeira;
- Realização de cinco seminários regionais, nos municípios paulistas de Registro; Ilha Comprida; Apiaí; Miracatu e no município paranaense de Cerro Azul, contemplando a participação dos 33 (trinta e três) municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape;
- Refinamento do mapeamento que mostra a evolução histórica e a situação das Matas Ciliares no Vale do Ribeira;
- Realização de seis reuniões do Conselho Gestor Provisório;
- Expedição educativa e de levantamento de informações sobre a situação das APPs, em especial das matas ciliares com projeção Cerro Azul a Iporanga;
- Cartilha para o concurso de escolha do nome da Campanha (que acabou sendo Cílios do Ribeira);
- Construção do Site – www.ciliosdoribeira.org.br;
- Produção do primeiro Boletim Informativo da campanha;
- Elaboração dos mapas/diagnósticos com seleção inicial dos rios prioritários a partir do conhecimento dos grupos locais;
- Produção de vídeo-documentário da campanha;
- Realização de trabalho de campo-piloto em Ilha Comprida e Eldorado;
- Lançamento da Campanha Cílios do Ribeira e do site da campanha (www.ciliosdoribeira.org.br)

Indicadores

- Criação do Conselho Gestor Provisório;
- Oficinas de planejamento participativo nas sub-regiões;
- Integração entre os projetos Ribeira Sustentável – Articulação e Mobilização Social para Conservação e Recuperação das Matas Ciliares do Vale do Ribeira (ISA/Fehidro/CBH-RB), e Plano Estratégico de Recuperação das Matas Ciliares da Bacia Hidrográfica Federal do Rio Ribeira de Iguape (Instituto Ambiental Vidáguia/FNMA);
- Apoio para a elaboração e aprovação do projeto do Instituto Ambiental Vidáguia junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para a implementação de ações da campanha;





Felipe Leal/ISA

Lançamento da Campanha.

- Realização dos trabalhos de planejamento para o reflorestamento nos municípios de Ilha Comprida e Eldorado.

Avaliação

A campanha teve um bom início e boa receptividade por parte de todos os envolvidos. A estratégia do Conselho Gestor Provisório foi muito positiva e a sinergia de somar esforços com os antigos e novos projetos fortaleceram ainda mais a proposta.

O lançamento, em 10 de agosto de 2007, reuniu 281 representantes dos diversos segmentos do Vale, em um seminário regional que com o objetivo foi promover ampla articulação regional para definir e propor ações e estratégias para a implementação da campanha.

Perspectivas

Continuidade da Campanha com recursos do projeto Fehidro-2007 e formação da rede de agentes socioambientais da campanha com recursos do Projeto MDA-SAF. Continuidade do apoio institucional dado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Melhores momentos

Os quatro seminários realizados em 2007 nos municípios do Vale do Ribeira para articulação da campanha de recuperação das matas ciliares e o lançamento da campanha Cílios do Ribeira para recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira.

CONSERVAÇÃO E USO DOS RECURSOS NATURAIS **Projeto Agenda Socioambiental**

Quilombola do Vale do Ribeira

O que é

Trata-se da construção de uma Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira de forma participativa com as comunidades, de modo que cada uma delas elabore e sistematize um planejamento estratégico de uso sustentável para seu território, pontuando seus principais sonhos, problemas e potencialidades.

Equipe

- Carolina Born Toffoli; Katia Pacheco; Marcos Gamberini; Nilto Tatto; Rafael Navas
- ▶ Colaboradores
- Eaacone; IF/SMA-SP; Itesp

Parcerias e fontes de financiamento

• AIN/OD; Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Batalha e Boa Esperança; Associação Quilombo Bombas; Associação Quilombo Cangume; Associação Quilombo Galvão; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Morro Seco; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu; Icco; Icco/PSa; MDA; MMA/FNMA.

O que foi feito

- Diagnóstico participativo das comunidades quilombolas;
- Banco de dados sobre as comunidades;
- Oficinas de validação participativa dos dados levantados;
- Oficinas de mapeamento participativo do uso e ocupação dos territórios quilombolas;
- Oficinas Temáticas;
- Elaboração dos mapas de uso de quatorze comunidades quilombolas;
- Seminário Final;
- Publicação em fase de conclusão, a ser lançada no primeiro semestre de 2008.

Indicadores

- Elaboração do Banco de Dados, análise das informações e validação junto às comunidades;
- Elaboração dos mapas de uso e ocupação do solo das 14 comunidades e validação das informações junto a elas;
- Expressiva participação de integrantes das 14 comunidades nas reuniões para realização do mapeamento em cada uma delas;
- Envolvimento de integrantes das comunidades como agentes locais em todas as etapas da construção da Agenda.

Avaliação

Através do processo de elaboração da Agenda Socioambiental Quilombola foram extraídas as principais demandas das comunidades. Estas estão relacionadas a grandes temáticas: atividades produtivas; comunicação, eletricidade, transporte e moradia; meio ambiente e fundiário; manejo e extrativismo; saúde; saneamento básico; cultura e lazer. Deste processo já foi extraído um grupo de trabalho para elaboração de uma proposta para as roças de subsistência dos quilombolas. Este GT é formado pelos órgãos governamentais competentes, organizações da sociedade civil e representantes das comunidades quilombolas. Nesse sentido, a Agenda representa um instrumento político para as comunidades quilombolas, que podem encaminhar suas prioridades aos órgãos governamentais e construir um processo de conquista dos seus direitos territoriais e de cidadania. Nesse processo, um efeito direto foi a ampla participação dos jovens quilombolas, que foram os agentes locais responsáveis pela execução das atividades em suas comunidades. Esta participação desencadeou a formação de novas lideranças jovens entre os quilombolas.

Perspectivas

A implantação da Agenda Socioambiental significa a continuidade da articulação interna das comunidades e destas com os diferentes parceiros e atores com responsabilidades e capacidade de efetivar ações que contribuam para encaminhar os temas tratados. Há também a expectativa de que as comunidades, com o apoio do ISA, elaborem projetos orientados para a viabilização das metas estabelecidas na Agenda.

Melhores momentos

- Oficinas e mapeamento nas 14 comunidades;
- Dois seminários gerais para consolidação da agenda;
- Pesquisa e oficina específica sobre recursos florestais para artesanato quilombola.



Seminário final de consolidação da Agenda.

Marcos Gamberini/ISA

Educação e Cultura

O que é

Trata-se de uma ação de apoio ao desenvolvimento educacional nas comunidades quilombolas que é realizado em três frentes:

- Apoio aos jovens quilombolas que ingressaram no curso superior;
- Implantação de telecentros nas comunidades quilombolas;
- Facilitação de um processo de discussão sobre o desenvolvimento de um modelo de “escola diferenciada” nas comunidades quilombolas;

Equipe

- Ana Maria Estevão (voluntária); Luciana Bedeschi; Nilto Tatto; Raquel Pasinato
- ▶ Apoio institucional
- Equipe da área de Informática do ISA na instalação dos telecentros, manutenção e capacitação para o uso.
- ▶ Colaborador
- André Moraes

Parcerias e fontes de financiamento

• AIN/OD; Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Batatal e Boa Esperança; Associação Quilombo Bombas; Associação Quilombo Cangueme; Associação Quilombo Galvão; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Morro Seco; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu; Banco do Brasil; Diretoria Regional de Ensino de Registro; Programa Gesac/Ministério das Comunicações.

O que foi feito

- Programa de apoio aos jovens quilombolas universitários e seu comitê gestor em funcionamento no Vale do Ribeira com envolvimento de dez jovens quilombolas contemplados com as bolsas de iniciação científica. Os estudantes trabalharam seus projetos de Conclusão de Curso (TCC) e fizeram estágios com atividades voltadas à sua comunidade. Um grupo de jovens trabalhou o tema Tráfico de Seres Humanos (TSH) nas comunidades envolvidas e cinco palestras foram realizadas nas escolas da região. Os estudantes também participaram de três oficinas temáticas sobre recursos florestais para artesanato quilombola e para a conclusão da Agenda Socioambiental Quilombola.
- Levantamento dos grupos de danças e cantadores em dezessete comunidades da região: Durante as duas oficinas de fechamento da Agenda Quilombola o tema Cultura foi amplamente discutido por um grupo de quilombolas e o levantamento inicial das principais manifestações culturais e demandas de preservação da cultura quilombola (danças, músicas, festas, artesanato) foram incorporados na Agenda.
- Campanha Tráfico de Seres Humanos (TSH) – O material de trabalho foi elaborado e distribuído nas escolas do município de Eldorado/SP. Um grupo de universitários quilombolas dedicou-se a difundir as informações sobre o tema nas escolas rurais dos quilombos de André Lopes, Ivaporunduva e Poça por meio de palestras. Participação do ISA e quilombolas em evento organizado pela Secretaria da Justiça de São Paulo na cidade de Registro para tratar de estratégias para combate ao TSH no Vale do Ribeira.
- Novo Telecentro foi implementado no quilombo de Pedro Cubas e seis jovens foram capacitados para sua gestão. Realizadas visitas de assessoria, manutenção e acompanhamento dos telecentros de Ivaporunduva e Pedro Cubas.

- Conservação das sementes tradicionais: Participação de representantes quilombolas em mesa de debates sobre sementes tradicionais durante o evento Terra Madre, em Brasília, de 04 a 07 de outubro. Em 2008 está prevista a realização da feira de Sementes, com troca de sementes e a premiação de agricultores que conservem o maior número de espécies e variedades.
- Cineclube de Eldorado – projeto executado pelo ISA em parceria com a Prefeitura de Eldorado. O cineclube é itinerante e destina-se a construir espaços de recreação, informação e formação para as comunidades locais.

Indicadores

- Jovens quilombolas atendidos pela bolsa;
- Projetos desenvolvidos pelos bolsistas;
- Manifestações culturais levantadas;
- Iniciativas para a conservação das sementes tradicionais;
- Sessões do Cineclube.

Avaliação

As ações relacionadas aos projetos orientados para cultura e educação são um desafio para a equipe do PVR. São atividades transversais aos outros temas demandando esforço adicional da equipe e articulação com atores locais para a continuidade dos processos. A colaboração destes parceiros foi importante para alcançar as metas estabelecidas.

Perspectivas

Em 2008 continua o desafio de manter e aperfeiçoar estas atividades. Os aspectos culturais serão reforçados com a execução do Projeto de “Inventário de Referências Culturais Quilombolas”, aprovado pela Petrobras, com previsão de início em julho de 2008.

O apoio aos estudantes quilombolas será ampliado no acompanhamento acadêmico dos seus trabalhos de conclusão de cursos e estágios realizados no ISA.

Está previsto para agosto de 2008 a realização de um seminário regional que tem o objetivo de divulgar informações preventivas sobre o Tráfico de Seres Humanos para a população do Vale do Ribeira.

Melhores momentos

- Inauguração do Cineclube;
- Reuniões com os estudantes quilombolas;
- Inauguração do telecentro de Pedro Cubas.

Projeto Cidadania Quilombola - balcão de direitos

O que é

O projeto Cidadania Quilombola proporciona às comunidades quilombolas assistência jurídica e busca os meios necessários para que os grupos consolidem informações e mecanismos que garantam seus direitos fundamentais e a implementação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, garantindo sua permanência nos territórios de forma sustentável e em equilíbrio com a legislação ambiental vigente.

Equipe

- Luciana Bedeschi; Marcos Gamberini; Nilto Tatto
- ▶ Colaboradores
- André Moraes (Eaacone); Bruno Dias Weis (ISA); Carolina Born Toffoli (ISA); Carolina Honora (Fundação Florestal); Clayton Lino (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica); Equipe de Quilombos do Incra; Itesp; Josenei Gabriel Cará (Parque Jacupiranga); Karin Ingrid Rettl (ISA); Marcos Miguel Gamberini (ISA); Maria Inês Zanchetta (ISA); Maria Sueli Berlanga (Moab, Eaacone); Maurício de Carvalho (ISA); Náutica Pupo Pereira de Moraes (ISA); Ocimar Bin (Pq. Jacupiranga); Raquel Pasinato (ISA); Renata Barroso (ISA); Roberto Rainha (Rede Social Justiça e Direitos Humanos); Silvani Cristina Alves (ISA); Tatiana Serra (Promotoria Regional do Meio Ambiente – Vale do Ribeira).

Parcerias e fontes de financiamento

- Coordenação Estadual Quilombola; Eaacone; Moab; SEDH/PR

O que foi feito

- Acompanhamento de discussões no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sobre regularização fundiária com a Coordenação Estadual Quilombola;
- Articulação com o Conselho Estadual do Direitos da Pessoa Humana para elaborar recomendação pela não-licença à UHE Tijuco Alto, apresentada em Audiência Pública do processo de licenciamento junto ao Ibama;
- Participação nas audiências públicas convocadas pelo Ibama sobre a Licença Prévia requerida pela Companhia Brasileira de Alumínio para construção da UHE de Tijuco Alto e participação em todas as reuniões subseqüentes sobre a Campanha contra as barragens no Vale do Ribeira;
- Reuniões nas Comunidades do Bairro Maria Rosa, Pilões, Sapatu, Nhunguara, Mandira e André Lopes para esclarecer pontos controversos sobre direitos dos associados e terras das comunidades;
- Acompanhamento da revisão da legislação aplicável à regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos junto às entidades nacionais e a Fundação Cultural Palmares;
- Participação em audiência pública no Ministério Público do Estado de São Paulo sobre regras de licenciamento ambiental;
- Participação em audiência pública com comunidades quilombolas sobre aprovação do projeto de lei reconhecendo o Rio Ribeira de Iguape como patrimônio cultural do Vale do Ribeira (vetada posteriormente pelo Governo do Estado). Realização de consulta ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) sobre o Patrimônio Cultural das comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira e seus aspectos jurídicos com o levantamento de informações sobre áreas protegidas, áreas tombadas, e territórios quilombolas para elaboração de pedido administrativo de inventário e atribuição de valor para o tombamento;
- Reunião na Assembléia Legislativa de São Paulo para esclarecimento e levantamento do projeto de lei do Mosaico de Unidades de Conservação do Parque Estadual de Jacupiranga e elaboração de propostas de emendas para aprovação do projeto de lei nº 638/2007;

- Estudo de proposta/subsídios para solicitação de licenças de roças para as comunidades participantes do projeto Balcão de Cidadania e Agenda 21 Socioambiental Quilombola;
- Consolidação de minuta de estatuto social genérico atendendo direitos possessórios das comunidades quilombolas, com a consulta às lideranças, Eaacone e Coordenação Geral do Programa Vale do Ribeira;
- Participação da reunião da coordenação do Eaacone para elaboração conjunta do encontro anual e colocação de proposta de painel sobre documentação coletiva para regularização dos territórios pelo Balcão de Cidadania;
- Fortalecimento e assessoria jurídica às associações.

Indicadores

- Significativa participação das lideranças em encontros e reuniões;
- Elaboração de emenda conjunta para corrigir proposta de lei sobre criação do Mosaico Jacupiranga;
- Registro de Estatuto Social da Associação Remanescente de Quilombo da Reserva Extrativista do Mandira;

Avaliação

O projeto foi iniciado em junho de 2007 e algumas ações previstas estão em fase de execução. Em avaliação parcial, destaca-se a importância do projeto no diálogo com as demais ações do programa e o avanço em relação à defesa dos direitos socioambientais das comunidades envolvidas.

Perspectivas

- Lançamento até final de junho de 2008 da Cartilha Cidadania Quilombola em seminário aberto às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira;
- Realizar Projeto Capacitação em Legislação ambiental para discutir a lei ambiental e aprofundar e esclarecer questões controversas no uso e manutenção do território e dos recursos naturais;
- Organizar seminário sobre os conceitos e possibilidades na nova Lei da Mata Atlântica e perspectivas para sua regulamentação;
- Acompanhar a concessão de título definitivo para as comunidades quilombolas, fundamental para a segurança da posse da terra e para o licenciamento de várias atividades que elas já realizam. A partir da titulação é que as comunidades poderão averbar a Reserva Legal – prevista no Código Florestal, requisito indispensável ao licenciamento das roças;
- Trabalhar pela implementação da Defensoria Pública no Vale do Ribeira. A Defensoria do Estado de São Paulo, em fase de implementação, inseriu o Vale do Ribeira na Defensoria Pública Regional de Santos, que conta ainda com poucos defensores;
- Promover posição coletiva contrária às propostas que visem sustar a aplicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do ADCT;
- Continuar a promover a capacitação em gestão às associações quilombolas;
- Apoiar as comunidades quilombolas na elaboração e encaminhamento de uma proposta de licenciamento para roças de subsistência, considerando as regulamentações da lei da Mata Atlântica; as diferentes posições de pesquisadores sobre o modelo da roça de corte e queima e as necessidades de segurança alimentar dos quilombolas;
- Avançar na Capacitação no Sistema Nacional de Sementes e Mudanças.

Melhores momentos

- Envolvimento e protagonismo na etapa final de aprovação do Mosaico do Jacupiranga, Lei Estadual nº 12.810/2008.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Projeto Artesanato

O que é

O projeto tem como objetivo promover alternativas de desenvolvimento, sustentabilidade sócio-econômica, cultural e educacional que possibilitem a permanência da população jovem dos quilombos em suas comunidades, reduzindo o risco de exclusão e marginalização desses jovens ao migrarem para outras regiões. Para tanto, o artesanato de palha de banana e o artesanato tradicional quilombola podem se tornar uma alternativa de geração de renda.

Equipe

- Karin Ingrid Rettl; Raquel Pasinato.
- ▶ Colaboradores
- Felipe Leal; Gabriela Serrana (Itesp); Maria Elisa de P. E. Garavello (Esalq/USP)

Parcerias e fontes de financiamento

- AIN/OD; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Porto Velho; Banco do Brasil; Esalq/USP - Departamento de Economia, Administração e Sociologia; Fapesp; Fundação Banco do Brasil; Grupo Raízes da Cultura Quilombola; Icco; Icco/PSA; Itesp; MMA/PDA; MDA

O que foi feito

Foram realizadas seis oficinas de capacitação e aprimoramento do artesanato da fibra da bananeira; oficinas de gestão da atividade artesanal; oficinas de padronização; visitas a lojas especializadas em artesanato, confecção de materiais (catálogo digital) e etiquetas para divulgação, envolvendo jovens quilombolas de nove comunidades. Está em fase final de edição o livro de divulgação e valorização cultural do Artesanato Tradicional Quilombola, resultado de oficinas e pesquisas participativas envolvendo jovens de 14 comunidades.

Parte das comunidades quilombolas e sua juventude já estão organizadas e capacitadas para a produção e comercialização do artesanato. O próximo

passo é trabalhar as comunidades que ainda não estão bem estruturadas e organizadas em associações locais.

Indicadores

- Rendimentos econômicos obtidos pela comunidade com a comercialização do artesanato no quilombo de Ivaporunduva;
- Número de artesãos envolvidos na produção de artesanato de palha de bananeira;
- Melhoria na qualidade, diversificação e aumento da comercialização do artesanato da palha da bananeira das comunidades;
- Melhoria da organização do grupo de artesanato de Ivaporunduva;
- Número de comunidades envolvidas;
- Realização de vendas para 3 lojas em São Paulo.

Avaliação

Houve avanços em relação aos rendimentos econômicos obtidos pelos artesãos de Ivaporunduva e da organização do grupo no controle da qualidade dos produtos, do custo de produção, na metodologia de gestão do Fundo de Reserva do grupo e no desenvolvimento de uma metodologia de planejamento.

Os resultados alcançados em Ivaporunduva contribuíram para estimular outras comunidades da região a desenvolver o artesanato de palha de bananeira como fonte alternativa de renda, especialmente para mulheres e jovens.

Atualmente o programa trabalha com dez comunidades quilombolas que se encontram em diferentes níveis de organização.



Raquel Pasinato/ISA

Oficina de aperfeiçoamento em tear no Quilombo de André Lopes.



fotos: Cláudio Tavares/ISA

Alguns dos produtos desenvolvidos no projeto.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL **Projeto Conservação recuperação e uso sustentável da palmeira juçara em comunidades quilombolas Vale do Ribeira**

O que é

Visa a implementação do Programa Regional de Repovoamento do palmito juçara nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, com a participação efetiva de representantes comunitários na implantação e monitoramento das atividades de repovoamento realizadas em mutirões, implantação de módulos de sistemas agroflorestais, reforma e construção de viveiros de mudas comunitários, e distribuição das mudas. O projeto também busca fomentar espaços de discussão sobre o uso múltiplo do palmito juçara para geração de renda nas comunidades, conscientizando de forma a diminuir sua exploração clandestina na Mata Atlântica.

Equipe

• **Marcos Miguel Gamberini** (engenheiro, agrônomo-coordenador técnico de projetos); **Reinaldo Gomes Ribeiro** (técnico agropecuário e gestor ambiental); **Renata Moreira Barroso** (engenheira florestal, técnica de pesquisa desenvolvimento socioambiental)

► Colaboradores

• Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Batatal; Associação Quilombo Cangume; Associação Quilombo Galvão; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Morro Seco; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas de Baixo; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu

Parcerias e fontes de financiamento

• AIN/OD; Eacone; Itesp; IF/SMA/SP; FF/SMA/SP; PDA/MMA; Rede de Sementes Florestais Rio-São Paulo; Martha Negrão (Itesp); Wagner Portílio (FF/SMA/SP)

O que foi feito

- Planejamento da gestão dos viveiros de mudas de Nhunguara 1, Nhunguara 2, Ivaporunduva, Cangume e André Lopes e da relação com as associações das comunidades, distribuição das mudas para as comunidades e moradores interessados;
- Planejamento das atividades relacionadas à agrofloresta (curso, dias de campo e mutirões). Término da construção dos viveiros de Cangume e Nhunguara 1, construção do viveiro de mudas de André Lopes, e término da reforma do viveiro de Ivaporunduva realizado por mutirões, dos quais participaram famílias, agentes multiplicadores e representantes do Conselho Gestor de cada comunidade;
- Curso de produção de mudas de juçara, durante dois dias, no viveiro da comunidade de Nhunguara 1, com a participação de representantes do Conselho Gestor, estagiários dos viveiros comunitários e agentes agroflorestais;
- Coleta e compra de 5 toneladas de sementes de juçara de matrizes das comunidades quilombolas para as atividades de repovoamento. Participaram 26 moradores de sete comunidades quilombolas (São Pedro, Sapatu, Ivaporunduva, André Lopes, Nhunguara, e Mandira);
- Repovoamentos por semeadura a lanço em 12 comunidades quilombolas. Ao todo 132 pessoas participaram dos mutirões;

• Início da produção de mudas de juçara nos cinco viveiros das comunidades quilombolas de Nhunguara 1, Nhunguara 2, Cangume, Ivaporunduva e André Lopes. O trabalho foi realizado pelos estagiários dos viveiros de mudas, famílias, agentes florestais e representantes das comunidades.

Indicadores

- Representantes comunitários participando do Conselho Gestor do Programa de Repovoamento;
- Quantidade de famílias beneficiadas pela venda de sementes;
- Renda gerada nas comunidades com venda das sementes de juçara;
- Quantidade de pessoas que participam dos mutirões de repovoamento;
- Mutirões de repovoamento realizados;
- Número de reuniões do conselho gestor realizadas;
- Viveiros que estão sendo construídos.

Avaliação

Em 2007 consolidou-se o Programa de Repovoamento do Palmito Juçara nas comunidades quilombolas, sendo realizadas diversas atividades em São Pedro, Mandira, Morro Seco, Batatal, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, André Lopes, Nhunguara 1 e 2, Ivaporunduva, Porto Velho, Galvão, Bombas e Cangume.

Para o repovoamento foram adquiridas sete toneladas de sementes de juçara das quais cinco toneladas foram compradas das próprias comunidades que possuem matrizes em seus quintais. Os repovoamentos foram realizados por mutirões de semeadura a lanço em 12, das 15 comunidades quilombolas que participam do projeto (São Pedro, Mandira, Batatal, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, André Lopes, Nhunguara 1 e 2, Ivaporunduva, Porto Velho e Galvão).

Esta atividade foi responsável por complementar a renda de 26 famílias produtoras de sementes, que em média venderam 190,96 Kg e conseguiram em média R\$ 572,88 na safra 2007. Estas famílias quase não têm alternativas de geração de renda.

No primeiro semestre as reformas dos viveiros de Ivaporunduva e Nhunguara 2 foram concluídas e foram construídos os viveiros de Cangume, André Lopes e Nhunguara 1. Em abril realizou-se o primeiro módulo do curso de produção de mudas de juçara no viveiro de Nhunguara 1 e, a partir daí, iniciou-se a produção de mudas de juçara nos viveiros comunitários. As mudas começaram a ser distribuídas no fim do ano pelo viveiro da comunidade de André Lopes. No início de 2008, serão distribuídas nas comunidades restantes.

Na frutificação da juçara uma atividade importante não prevista no projeto foi realizada: a experiência de despoldo do fruto da juçara e a discussão em torno disso por meio de reuniões, seminários e palestras sobre serviços ambientais no Vale do Ribeira. Além disso, as discussões se ampliaram agregando temas como ecologia, manejo e usos alternativos da palmeira juçara como forma de geração de renda, e despertaram o interesse e a troca de experiências sobre a juçara no Vale do Ribeira. As atividades, em geral, contaram com a efetiva participação dos representantes comunitários, geraram renda para as comunidades com a venda de sementes, e colaboraram principalmente para a implementação do Programa Regional de Repovoamento do Palmito Juçara no Vale do Ribeira.

Perspectivas

- Produção e distribuição de mudas de juçara em quatro viveiros comunitários;
- Compra de 7000 Kg de sementes de produtores comunitários;
- Despolpar as sementes como experiência de uso múltiplo da juçara;
- Repovoamento de juçara em áreas de 12 comunidades quilombolas;
- Cursos e visitas em sistemas agroflorestais;
- Enriquecimento dos módulos de agrofloresta;
- Criar um site do palmito juçara;
- Realizar um seminário sobre a juçara na Mata Atlântica;
- Realizar um seminário sobre valoração de serviços ambientais;
- Registro das áreas de repovoamento e dos viveiros junto ao Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DPRN).



Coleta de sementes.

Renata Barroso/ISA



Viveiro de mudas.

Felipe Leal/ISA



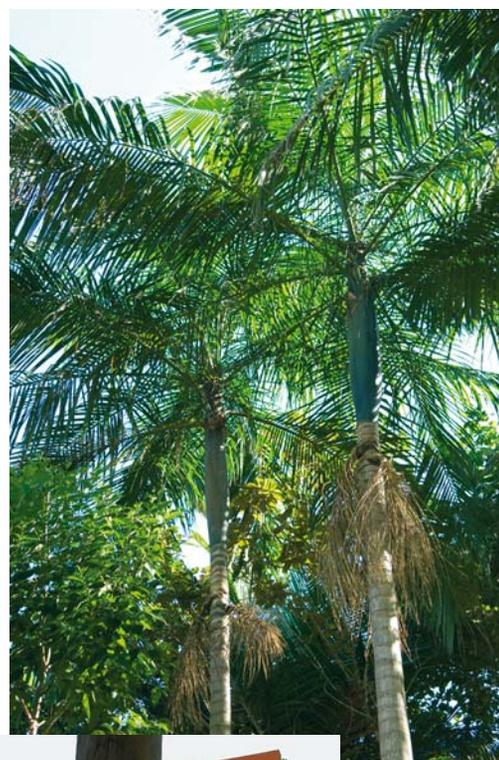
Transporte das sementes.

Renata Barroso/ISA



Replântio.

Felipe Leal/ISA



Felipe Leal/ISA



Claudio Tavares/ISA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Projeto Desenvolvimento Sustentável do Quilombo de Ivaporunduva

O que é

Em parceria com a Associação Quilombo de Ivaporunduva, o projeto busca apoiar ações e iniciativas voltadas ao desenvolvimento sócio-econômico, à conservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida das famílias locais. A ênfase atual é buscar mecanismos de geração de renda por meio da comercialização e processamento de banana orgânica, produção de artesanato, repovoamento do palmito juçara e ecoturismo, para que, a médio prazo, estes produtos possam ser comercializados observando as normas legais e ambientais.

Equipe

• Fábio Zanirato; Karin Ingrid Rettl; Marcos Gamberini; Nilto Ignácio Tatto; Raquel Pasinato; Reinaldo Ribeiro

► Colaboradores

• Alexandro Marinho da Silva; Benedito Pedroso; Carlos Ribeiro; Erica Helena da Silva Pedroso; Felipe Leal; Jeniffer Rocha; José Rodrigues da Silva; Marcelo Alexandre Garcia; Olavo Pedroso Filho; Paulo Sílvio Pupo; Sydnei Santana e Silva

Parcerias e fontes de financiamento

• AIN/OD; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo São Pedro; Banco de Alimentos da Prefeitura de Campinas; Conab; FF/SMA/SP; Icco; Icco/Psa; Itai; Itesp; MMA/PDA; Petrobrás; Seppir; Universidade Metodista

O que foi feito

O quilombo de Ivaporunduva tem várias atividades de geração de renda apoiadas pelo ISA:

- Renovação do certificado de produção orgânica de banana de 40 produtores;
- Adubação orgânica dos bananais da comunidade;
- Apoio à gestão técnica e administrativa do manejo agroecológico e comercialização da banana orgânica do quilombo de Ivaporunduva;
- Pelo terceiro ano consecutivo foi renovado o contrato de comercialização da banana orgânica certificada para o Banco de Alimentos de Campinas. Trata-se de parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, Ceasa-Campinas e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Governo Federal;
- Assessoria na elaboração de projetos e relatórios financeiros e de atividades para os parceiros da comunidade;
- Publicação do Livro: Banana orgânica no quilombo de Ivaporunduva;
- Finalização das adequações na estrutura física da fábrica de doce de banana e compra de equipamentos;
- Apoio na compra de equipamentos e móveis para organização da pousada do quilombo.

Indicadores

- Rendimentos econômicos obtidos pela comunidade com a comercialização da banana orgânica; do artesanato da fibra da bananeira e o turismo em Ivaporunduva;
- Número de produtores envolvidos no processo de certificação da banana.

Avaliação

- Houve um aumento no número de produtores certificados;
- Avançaram as relações comerciais entre Ivaporunduva e a comunidade do quilombo de São Pedro, que buscam formalizar uma parceria para futura comercialização de banana;
- São Pedro recebeu a primeira visita do Instituto Biodinâmico (IBD) e deu entrada no processo de certificação;
- A pousada de Ivaporunduva recebeu eventos promovidos por instituições locais e aumentaram os rendimentos da venda de artesanato.

Perspectivas

- Início do processo de retirada dos bananais das Áreas de Proteção Permanente (APPs);
- Estabelecimento de contratos de comercialização de longo prazo para a banana orgânica certificada;
- Finalizar a unidade de processamento de doce de banana e capacitação da comunidade para a gestão técnica e administrativa da atividade;
- Iniciar a produção e comercialização dos derivados de banana;
- Finalizar a estruturação do centro de visitantes, capacitação da comunidade e potencialização da atividade turística do quilombo;
- Estruturação da Atividade Artesanal como fonte efetiva de renda.

Melhores momentos

- Vistoria do IBD e renovação da certificação orgânica de bananais do quilombo;
- Fechamento do contrato com a Conab;
- Venda de artesanato para lojas de Comércio Justo.



Grupo de artesãos de Ivaporunduva em visita técnica à loja de Comercio Justo em São Paulo.

Xingu

O que é

O Programa Xingu visa contribuir com o ordenamento socioambiental da Bacia do Rio Xingu, considerando a expressiva diversidade socioambiental que a caracteriza e a importância do corredor de áreas protegidas de 28 milhões de hectares, que inclui Terras Indígenas e Unidades de Conservação ao longo do Rio Xingu. Desenvolve um conjunto de projetos voltados à proteção e sustentabilidade dos 24 povos indígenas e das populações ribeirinhas que habitam a região, a viabilização da agricultura familiar, adequação ambiental da produção agropecuária e proteção dos recursos hídricos.

Parcerias e fontes de financiamento

• 83 MM Multimídia: cooperação técnica; AIK Associação Indígena Kisêdjê: parceria local; Aimci Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng: parceria local; Aliança da Terra: parceria local; ANA Agência Nacional de Águas: cooperação técnica; Associação Agroecológica Estrela da Paz do Assentamento Brasil Novo: parceria local; Associação Iakiô Panará: parceria local; Associação Tapawia Kaiabi: parceria local; Associação Yarikayu Yudja: parceria local; Atix Associação Terra Indígena Xingu: parceria local; Casa Centro de Apoio Sócio-ambiental: apoio financeiro; CE Comunidade Européia: apoio financeiro; Conselho de Educação do Médio e Baixo Xingu: parceria local; CPT Comissão Pastoral da Terra: parceria local; Direc Diretoria de Ecossistemas Brasília/Regionais Altamira e Santarém/Projeto Plantar Assessoria e Planejamento/Programa Assistência Técnica e Ambiental: cooperação técnica; DSEI Distrito Sanitário Especial do Xingu: parceria local; ED Defesa do Meio Ambiente/Fundação Gordon & Betty Moore: apoio financeiro; Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: cooperação técnica; Empaer Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A: parceria local; Escola Municipal Família Agrícola de Querência: parceria local; Fazendas Dois Americanos/Estrela D'Alva do Município de Querência: parceria local; Formad Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento: parceria local; Funai/AER Xingu: parceria local; Fundação Blue Moon: apoio financeiro; Fundação Doen: apoio financeiro; Fundação Packard: apoio financeiro; FVPP Fundação Viver, Produzir e Preservar: parceria no Consórcio Estradas Verdes; Gapa Grupo Agroflorestal de Proteção Ambiental: parceria local; Grendene: apoio financeiro; GTA Grupo de Trabalho da Amazônia: parceria local; Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente: parceria local; Icatu Hartford: apoio financeiro; Icco Organização Intereclesiástica para o Desenvolvimento: apoio financeiro; ICMBio Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade: parceria local; ICV Instituto Centro de Vida: parceria local; IFSP Instituto Florestal de São Paulo: cooperação técnica; Incra Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: apoio financeiro; Instituto HSBC Solidariedade: apoio financeiro; Ipam Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia: parceria no consórcio estradas verdes e governança florestal; Laet Laboratório Agroecológico da Transamazônica: parceria local; MDA/SAF Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar: apoio financeiro; MEC/FNDE/CGAEI Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas: apoio financeiro; MinC/FNC Ministério da Cultura/Fundo Nacional de Cultura: apoio financeiro; Ministério Público do Estado de Mato Grosso: cooperação técnica; MMA/FNMA Ministério do Meio Ambiente/Fundo Nacional do Meio Ambiente: apoio financeiro; MMA/Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável – Programa de Apoio ao Agroextrativismo: apoio financeiro; NBS: cooperação técnica; Norad Agência Norueguesa para Cooperação Internacional: apoio financeiro; Ongara Organização Não-governamental Roncador-Araguaia: parceria local; PDA/Padeq Projetos Demonstrativos/Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas: apoio financeiro; Prefeitura de Canarana/Secretaria de Meio Ambiente:

parceria local; Prefeitura de Gaúcha do Norte: parceria local; Prefeitura de Querência/Secretaria de Agricultura de Querência: parceria local; Prefeitura de São José do Xingu: parceria local; Projeto Vídeo nas Aldeias: cooperação técnica; RFN Fundação Rainforest da Noruega: apoio financeiro; Saga Sociedade Amigos do Garapu: parceria local; Sema Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso: parceria local; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Boa: parceria local; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde: parceria local; Sindicato Rural de Canarana: parceria local; Sindicato Rural de São José do Xingu: parceria local; TDH Terra dos Homens-Holanda: apoio financeiro; TNC Conservação da Natureza: apoio financeiro; Unemat Universidade do Estado de Mato Grosso: cooperação técnica; União Européia: apoio financeiro; Unifesp Universidade Federal de São Paulo/Departamento de Medicina Preventiva: cooperação técnica; Usaid Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional: apoio financeiro.

Equipe

• André Villas-Bôas (indigenista, coordenador); Paulo Junqueira (psicólogo, coordenador adjunto); Rodrigo Junqueira (engenheiro agrônomo, coordenador adjunto); Adriana C. G. de Figueiredo (advogada, assistente da coordenação, a partir de dezembro); Ana Carolina Pinto Rezende (engenheira agrônoma, analista em sensoriamento remoto); Angelise Nadal Pimenta (psicóloga, técnica em Desenvolvimento e Pesquisa Socioambiental); Arminda Jardim (bacharel em língua portuguesa, assistente da coordenação até novembro); Cassiano Marmet (biólogo, auxiliar técnico em Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental); Cristina Velasquez (engenheira florestal, assessora técnica em pesquisa e desenvolvimento socioambiental no projeto Terra do Meio e PPDS); Eduardo Malta Campos Filho (biólogo, assessor técnico em Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental); Erica Iegli (auxiliar de serviços gerais); Francisco Fortes (economista, técnico em Desenvolvimento e Pesquisa Socioambiental); Kátia Ono (ecóloga, assessora técnica do Projeto Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis); Luciana Akeme Sawasaki Manzano Deluci (educadora, assessora da Campanha 'Y Ikatu Xingu); Marcelo Salazar (engenheiro de produção química, analista de Desenvolvimento e Pesquisa Socioambiental); Marcos Fróes Nachtergaele (engenheiro florestal, assessor técnico em Desenvolvimento e Pesquisa Socioambiental do Projeto Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis); Marcus Vinicius Chamon Schmidt (engenheiro florestal, coordenador do Projeto Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis); Osvaldo Luis de Sousa (engenheiro agrônomo, assessor da campanha 'Y Ikatu Xingu); Oswaldo Braga de Souza (jornalista, assessor de comunicação); Paula Mendonça de Menezes (pedagoga, assessora técnica do Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu); Renata Barros Marcondes de Faria (bióloga, assessora técnica em Desenvolvimento e Pesquisa Socioambiental do Projeto Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis); Rosana Gasparini (geógrafa, assessora técnica do Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu); Rosely Alvim Sanches (bióloga, assessora técnica do Projeto Fronteiras do Xingu e da Campanha 'Y Ikatu Xingu); Sadi Elsenbach (motorista); Sara Cristóforo (analista de Desenvolvimento e Pesquisa Socioambiental do Projeto Apoio a Parceiros Locais)

► Colaboradores

• André Ricardo (chefe de cozinha); Antonilson O. Rodrigues (técnico em meliponicultura); Boris César (Ibama/Direc); Bruna Franchetto (linguista, Museu Nacional); Cristiano Tierno (educador, UFSCar Universidade Federal de São Carlos); Daniel Stefanello (biólogo, Universidade Federal de Viçosa); David Rogers (antropólogo, Museu Nacional); Douglas Rodrigues (médico, Unifesp); Edgar de Souza Vismara (engenheiro florestal, Quirino de Amorim Consultoria Econômica Ltda); Elizabeth Ewart (antropóloga); Gersem Baniwa (antropólogo)



go); **Jerônimo Villas-Bôas** (ecólogo); **João Paulo Rocha de Miranda**; **Lauro Rodrigues** (engenheiro agrônomo); **Lea Tomas** (antropóloga, UnB Universidade de Brasília); **Lucas Nogueira** (profissional da Comunicação); **Marcela Coelho** (antropóloga, UnB Universidade de Brasília); **Marcelo Hercowitz** (economista); **Mariane Silva Rosa** (mestre em Química, Quirino de Amorim Consultoria Econômica Ltda); **Maurício Torres** (pesquisador, USP/Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas); **Pablo Quirino Ribeiro de Amorim** (economista, Quirino de Amorim Consultoria Econômica Ltda); **Regis Bueno** (engenheiro agrimensor); **Rocio Chacchi Ruiz** (bióloga); **Rogério Mazzeo** (engenheiro florestal, Quirino de Amorim Consultoria Econômica Ltda); **Sofia Mendonça** (médica, Unifesp); **Stephan Schwartzman** (antropólogo, ED); **Sustanis Horn Kunz** (bióloga, Universidade Federal de Viçosa); **Valéria Vasconcelos** (educadora, Unesp Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”); **Wemerson Ballester** (engenheiro agrônomo, Unifesp)

► **Pesquisadores associados**

• **Adriano Portela** (biólogo, Ipam); **Amintas Nazareth Rossete** (geólogo, coordenador do Núcleo de Análise Ambiental do campus Nova Xavantina da Unemat); **Daniel Nepstad** (ecólogo, Ipam); **Eloísa Ramos** (bióloga, Unemat); **Fabiana Penreiro** (engenheira agrônoma, mestre em Ciências Florestais); **Geraldo Mosimann Silva** (agrônomo, Universidade da Flórida); **Gina Cardinot** (bióloga, Ipam); **Heber Queiroz** (biólogo, Unemat); **Luís Schiesari** (biólogo, EACH/USP Escola de Artes, Ciências e Humanidades/Universidade de São Paulo); **Natália Macedo Ivanauskas** (engenheira agrônoma, IFSP); **Oswaldo de Carvalho Jr.** (biólogo, Ipam); **Simone Athayde** (bióloga, Universidade da Flórida); **Suzi Lima** (linguista); **Vania Neu** (bióloga, Esalq/USP Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiróz”/Universidade de São Paulo)

Linhas de Ação

- Manejo sustentável de recursos naturais e apoio ao desenvolvimento de alternativas econômicas para as populações indígenas, caboclas e agricultura familiar;
- Apoio à qualificação das escolas indígenas e das iniciativas educacionais comunitárias no baixo e médio Xingu do Parque Indígena do Xingu (PIX) e TI Panará;
- Capacitação em gestão e fortalecimento institucional das associações indígenas e das populações extrativistas;
- Apoio às Iniciativas Indígenas de revitalização e registro de manifestações culturais;
- Proteção e fiscalização dos limites do Parque Indígena Xingu;
- Diagnóstico socioambiental, conservação e recuperação da região dos formadores do rio Xingu;
- Campanha “Y Ikatu Xingu: Proteção dos recursos hídricos e recuperação das matas ciliares e cabeceiras de rios;
- Consolidação e gestão integrada do Mosaico de UCs da Terra do Meio e do corredor de áreas protegidas da bacia do rio Xingu.

O relatório está organizado nos temas:

1. Coordenação;
2. Parque Indígena Xingu e Terra Indígena Panará;
3. Terra do Meio;
4. Adequação socioambiental da bacia do Rio Xingu.

Coordenação do Programa Xingu

O que é

A coordenação é responsável pelo planejamento estratégico do Programa Xingu, e pela articulação política com os diversos atores envolvidos direta e indiretamente com os projetos do ISA na região da Bacia do Xingu. Esses atores são os parceiros indígenas locais, suas lideranças e associações; populações ribeirinhas; pequenos, médios e grandes agricultores; agências de financiamento; instituições do Estado brasileiro; lideranças indígenas da Amazônia e autoridades locais e regionais. É a coordenação que acompanha a elaboração e a execução dos projetos e a negociação dos financiamentos, monitorando a implantação dos projetos e a gestão dos recursos, a produção dos relatórios narrativos pelas equipes e a articulação de suas atividades, buscando sinergia entre as linhas de ação que compõem o programa.

Equipe

• André Villas-Bôas; Eduardo Malta; Marcus Vinicius Chamon Schmidt; Paulo Junqueira; Rodrigo Gravina Junqueira e Rosely Sanches.

Parcerias e fontes de financiamento

• CE; ED; Fundação Blue Moon; RFN; Usaid

O que foi feito

- Coordenação de estudo sobre o potencial de produção de biodiesel de espécies florestais oleaginosas da região das cabeceiras do Xingu;
- Coordenação de estudo de viabilidade de compensação florestal do passivo de desmatamento das propriedades rurais no Mato Grosso;
- Coordenação do Consórcio Governança Florestal nas cabeceiras do Xingu, integrado pelo ICV, Ipam, Formad e Sindicato de Lucas de Rio Verde, apoiado pela Comunidade Européia;
- Coordenou esforços para que ocorresse a integração da Campanha 'Y Ikatu Xingu ao Programa Xingu;
- Participou da articulação em torno da construção da proposta de "Carbono Socioambiental no Xingu", voltada para iniciativas de seqüestro de carbono com vistas à restauração florestal;
- Coordenação da análise e articulações regionais para o estabelecimento de parâmetros para o Zoneamento Ecológico-Econômico da Bacia do Rio Suyá Miçu, em articulação com o desenvolvimento do Zoneamento Estadual;
- Estruturação de projeto-piloto de pagamento de serviços ambientais para o corredor de Terras Indígenas que envolve o Parque do Xingu, TI Panará e TIs Kaiapó;
- Estruturação de escritório em Canarana;
- Articulação com prefeitura e Câmara de Vereadores de Canarana no sentido de formalizar área para criação de viveiro de mudas municipal visando a recuperação de áreas degradadas;
- Atualização de infra-estrutura de transporte, comunicação e alojamento do Programa Xingu na cidade de Canarana e nas bases de apoio dentro do Parque Indígena do Xingu (PIX);
- Mobilização indígena para participar da Campanha 'Y Ikatu Xingu;
- Articulação e participação nas reuniões de planejamento e avaliação das atividades do Programa Xingu;
- Acompanhamento das atividades de articulação política voltadas à garantia de políticas públicas para escolas indígenas do PIX e Panará;
- Assessoria e participação nas assembleias da Atix, Associação Iakiô e Associação Yarikayu;
- Articulação dos projetos do Parque Indígena do Xingu, TI Panará e Terra do Meio em um programa voltado à sustentabilidade da Bacia do Rio Xingu;

- Acompanhamento do processo de resgate do território de ocupação tradicional dos Ikpeng e Kisêdjê;
- Articulação da participação do PPDS para assessoria jurídica aos Kaiabi no acompanhamento dos processos de reconhecimento territorial;
- Articulação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Fundação Nacional do Índio (Funai) visando à participação nas expedições de reconhecimento de direitos territoriais das etnias do Parque e das Reservas Extrativistas (Resex) da Terra do Meio;
- Acompanhamento de representante da RFN e jornalistas noruegueses ao Parque Indígena Xingu em visitas à cadeia de produção de biodiesel;
- Acompanhamento de expedição de profissionais de mídia de diferentes instituições parceiras à região da Campanha 'Y Ikatu Xingu, visando contribuir com o detalhamento de estratégias de comunicação da campanha;
- Coordenação do processo de recrutamento, contratação e integração de cinco novos assessores para a equipe do programa;
- Coordenação do processo de interlocução da equipe do programa com antropólogos e linguistas especialistas nas etnias Panara, Ikpeng, Yudja, Kaiabi e Kisêdjê;
- Participação da reunião de avaliação e planejamento do processo de fiscalização no Parque Indígena do Xingu com índios, Ibama e Funai;
- Participação no segundo encontro de gestores de associações indígenas do PIX;
- Reunião com a ATIX e com as lideranças e comunidades das etnias Kisêdjê, Moygu, Panará e Yudjá para apresentação do planejamento e novas estratégias do Programa Xingu;
- Elaboração de relatórios e projetos para Fundação Rainforest da Noruega (RFN), Terre Des Hommes (TDH), Usaid, ED, Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), The Natural Conservancy (TNC), Embaixada do Canadá, MEC, Petrobras, Programa Agroextrativismo, Fundo HSBC, Comunidade Européia, Fundação Gordon & Betty Moore, Bolsa de Valores, Fundo Viva o Amanhã da Avon, Unesco e Fundação Doen;
- Monitoramento do processo de reconhecimento do Mosaico de Unidades de Conservação (UCs) da Terra Meio e articulação com os parceiros locais (Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVP) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), em torno de uma agenda positiva voltada ao fortalecimento das associações das reservas extrativistas (Resex);
- Participação do Conselho Político da Rede de Cooperação Alternativa (RCA) e participação do encontro anual e do intercâmbio da RCA.

Indicadores

- Capacidade de articulação e interlocução com as lideranças do PIX e Panará;
- Capacidade de articulação e interlocução com os diferentes atores regionais no âmbito da Campanha 'Y Ikatu Xingu;
- Capacidade de formular projetos, sistematizar relatórios de atividades e aproveitar oportunidades de financiamento;
- Capacidade de promover sinergia entre as diferentes equipes técnicas do programa;
- Capacidade de atualização estratégica das ações do programa;
- Avanço no processo de regularização do Mosaico da Terra do Meio.

Avaliação

Consolidou-se o processo de integração da Campanha 'Y Ikatu Xingu ao Programa Xingu, tendo como eixo a estruturação de um conjunto articulado de ações voltadas à sustentabilidade socioambiental da Bacia do Rio Xingu. A presença do ISA na Terra do Meio avançou com a contratação de um técnico exclusivo para desenvolver as demandas da região, com novas perspectivas de financiamento e com a inserção do ISA nos comitês de gestão das Resex.



Com o deslocamento do coordenador adjunto do Programa Xingu junto à Campanha 'Y Ikatu, para a cidade de Canarana, ampliaram-se as condições de gestão das iniciativas do ISA na região, tornando possível consolidar um escritório de apoio regional, melhorando a interlocução política com a retaguarda aos projetos desenvolvidos dentro do PIX. A estruturação do consórcio Governança Florestal nas cabeceiras do Xingu ajudou a aproximar e integrar as atividades das principais organizações parceiras da campanha. Novas possibilidades de financiamento começaram a ser desenhadas, tanto para o Programa quanto para os parceiros locais, no âmbito do mercado voluntário de carbono. Por outro lado, novas medidas governamentais de combate ao desmatamento e novas demandas territoriais dos índios do PIX provocaram tensões nas relações e dificultaram a interlocução do ISA com municípios e setores agropecuários na região.

Perspectivas

- Ampliar as condições de trabalho do programa junto às Resex do Riozinho do Anfriso, Iriri e Médio Xingu;
- Promover a elaboração de proposta de formação de gestores indígenas, a partir de um currículo síntese do acúmulo das diferentes atividades desenvolvidas pelo Programa Xingu;
- Reestruturar o setor de geoprocessamento do Programa Xingu de forma a adequá-lo às novas demandas;
- Consolidar proposta-piloto voltada ao mercado de carbono visando apoiar projetos de restauração florestal no âmbito da Campanha 'Y Ikatu Xingu, quanto em relação ao pagamento de serviços ambientais das Terras Indígenas;
- Avançar na adequação socioambiental da produção agropecuária da região das cabeceiras do Xingu, a partir da qualificação dos municípios da região na gestão florestal.
- Assessorar a discussão sobre a perspectiva política futura da Associação Terra Indígena Xingu (Atix) dentro do PIX em face da estruturação e atuação das associações étnicas;
- Realizar avaliação do Programa Xingu em parceria com a RFN.

Parque Indígena do Xingu e Terra Indígena Panará

O que é

O programa Xingu atua em parceria com as associações e comunidades do Parque Indígena Xingu e Terra Indígena Panará na formulação e implantação de um conjunto articulado de projetos procurando: aumentar a capacidade de interlocução e o protagonismo político dos índios com a sociedade envolvente; ampliar a autonomia econômica das comunidades e a capacidade de gestão de suas organizações; promover seu fortalecimento cultural e a capacitação para a gestão dos recursos naturais tradicionais; assim como a proteção e fiscalização das suas fronteiras.

Equipe

• Ana Carolina Pinto Rezende; André Villas-Bôas; Angelise Nadal Pimenta; Arminda Jardim (até novembro); Francisco Fortes da Costa Junior; Kátia Yukari Ono; Marcos Fróes Nachtergaele; Marcus V. C. Schmidt; Paula Mendonça; Paulo Junqueira; Renata Marcondes de Faria; Rosana Gasparini; Rosely Alvim Sanches e Sara Cristóforo.

► Colaboradores

• André Ricardo; Antonilson O. Rodrigues; Bruna Franchetto; Cristina Farquetti; Douglas Rodrigues; Elizabeth Ewart; Geraldo Mosimann Silva; Gerssem Baniwa; Jerônimo Villas-Bôas; João Paulo Rocha de Miranda; Lauro Rodrigues; Lucas Nogueira; Marcela Coelho; Natália Ivanauskas; Osvaldo Luis de Sousa; Pablo Amorim; Simone Athayde; Stephan Schwartzman; Suzi Lima e Wemerson Ballester.

Parcerias e fontes de financiamento

• 83 MM Multimídia; ED/Fundação Gordon & Betty Moore; FNMA/MMA; Funai/AER Xingu; IFSP; Ipam; MEC; MMA/Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável/Diretoria de Agroextrativismo; Norad; Projeto Vídeo nas Aldeias; RFN; TDH; Unifesp; Usaid

► Parceiros locais

• AIK; Associação Iakiô Panará; Associação Moygu Comunidade Ikpeng; Associação Tapawia Kaiabi; Associação Yarikayu; Atix; Conselho de Educação do Médio e Baixo Xingu; Dsei Xingu

O que foi feito

Povo KISÉDJÊ

MANEJO DE RECURSOS NATURAIS

• Oficina de plantio e aumento de recursos para produção artesanal na aldeia Roptotxi;



Plantio de mudas na aldeia Ngohjwêre, em outubro de 2007.

- Coleta e beneficiamento de sementes frutíferas tradicionais nas antigas aldeias e sítios Kisédjê;
- Oficina de elaboração de projetos, criação de proposta comunitária de restauração de mata ciliar: Ngô Ndêt Hwisy Kre: Recuperando a Mata Ciliar da Represa da Fazenda Comunitária Ronkô;
- Coleta de sementes, re-plantio e elaboração do relatório técnico e financeiro para o Projeto Hwini: Produção de frutas indígenas do Povo Kisédjê;
- Acompanhamento do plantio de muricis e pequis nas aldeias Beira Rio, Roptotxi e Ngôjhwêrê;
- Acompanhamento dos roçados e ações de conservação das variedades agrícolas nas aldeias Ngôjhwêrê, Roptotxi, Horehusikhô e Ngosoko;
- Elaboração de relatório diagnóstico dos sistemas de criação de aves da aldeia Ngôjhwêrê;
- Distribuição de mudas de castanhas-do-pará selecionadas, adquiridas em Manaus, com o apoio da Força Aérea Brasileira para o transporte;
- Acompanhamento técnico e administrativo à apicultura.

QUALIFICAÇÃO DAS ESCOLAS INDÍGENAS

- Orientação pedagógica nas aldeias Ngôjhwêrê, Roptotxi e Ngosôkô para apoio no planejamento e execução de aulas;
- Expedição ao território tradicional na Bacia do Rio Suiá-Miçú, entre a aldeia Ngôjhwêrê e o rio Suiazinho, envolvendo a identificação de locais históricos e as formas recentes de ocupação como fazendas e assentamentos rurais;
- Assessoria à gestão da Escola Central Kisédjê abordando aspectos relacionados à gestão escolar: organização de documentação, alterações da composição do Conselho Escolar e contratação dos profissionais da escola;
- Acompanhamento à diretoria da escola na relação com a Secretaria Municipal de Educação de Querência.

APOIO AS INICIATIVAS DE REGISTRO E REVITALIZAÇÃO CULTURAL

- Apoio à Associação Indígena Kisédjê na realização de registro em vídeo de duas festas na aldeia Ngôjhwêrê.

APOIO E CAPACITAÇÃO AOS GESTORES DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KISÉDJÊ

- Duas oficinas de elaboração de projeto de manejo dos recursos naturais fomentando a cultura material Kisédjê;
- Supervisão da elaboração de relatórios financeiros das contas correntes da associação;
- Assessoria para relacionamento com escritório de contabilidade e agência bancária;
- Assessoria na organização da documentação para produção do balanço contábil anual;
- Reformulação do estatuto da Associação para adequação ao novo Código Civil;
- Reuniões para construção do organograma de atividades;
- Assessoria para planejamento da execução e prestação de contas do projeto de recuperação de áreas degradadas da TI Wawi financiado pelo Fundo Soja.

Povo IKPENG

QUALIFICAÇÃO DAS ESCOLAS INDÍGENAS

- Oficina Temática Ikpeng - Teve como tema a Campanha 'Y Ikatu Xingu para discutir questões ambientais do entorno do PIX. Depois da apresentação da Campanha, houve debate sobre estratégias de recuperação, incluindo experiências práticas de sistemas agroflorestais em áreas degradadas da aldeia;
- Apoio ao Movimento Jovem Ikpeng, protagonizado pelos jovens para discutir questões referentes à segurança alimentar, fiscalização e manejo de recursos naturais. Foram realizadas reuniões que resultaram



no planejamento do I Encontro de Jovens do Xingu a ser realizado em 2008;

- Orientação pedagógica para professores iniciantes - A pesquisa sobre o universo das crianças Ikpeng, apurou o olhar dos professores para a reorganização dos alunos, considerando os grupos de afinidades que se formam no dia-a-dia. A orientação buscou aprofundar situações e conteúdos apropriados para o ensino e aprendizagem de cada grupo;
- Oficina Pedagógica à Escola Indígena Estadual Central Ikpeng - Teve como objetivo estabelecer um marco referencial para a escola na construção de seu Projeto Político-Pedagógico. Envolveu visitas às casas e uma reunião com a comunidade.

MANEJO DE RECURSOS NATURAIS

- Acompanhamento e apoio na execução, gestão e finalização do projeto "Resgate dos recursos tradicionais do povo Ikpeng na região do rio Jatobá", financiado pela Secretaria de Agroextrativismo do Ministério do Meio Ambiente, na Aldeia Moygu Ikpeng;
- Expedição de coleta de recursos tradicionais na região do Rio Jatobá e oficina de plantio considerando práticas de agroflorestação;
- Apoio ao plantio das roças realizadas pelo MJJ (Movimento dos Jovens Ikpeng);
- Oficina para o monitoramento do sistema agroflorestal implantado em 2004 e preparação da área para o replantio de árvores frutíferas e cultivo de plantas para a recuperação de terras;
- Oficina da culinária do Jatobá e produção de sementes florestais com o MJJ e comunidade em geral;
- Oficina para implantação de novos sistemas agroflorestais (SAFs) em parceria com equipe da Campanha 'Y Ikatu Xingu.



Marcus V.C. Schmitz/ISA

Oficina de culinária: os Ikpeng redescobrem receitas tradicionais feitas com jatobá.



Kawire Ikpeng

Movimento Jovem Ikpeng realiza monitoramento de plantio na aldeia Moygu.

APOIO E CAPACITAÇÃO AOS GESTORES DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA COMUNIDADE IKPENG

- Introdução de controles financeiros eletrônicos;
- Desenvolvimento de controles para comercialização do mel;
- Assessoria na organização da documentação para produção do balanço contábil anual;
- Reunião para revisão do funcionamento do projeto Mel do Pavuru administrado pela AIMCI;
- Monitoramento da execução e prestação de contas do projeto de resgate de produtos naturais tradicionais do povo Ikpeng financiado pelo Ministério do Meio Ambiente;
- Oficina para elaboração do projeto do Movimento Jovem Ikpeng (MJJ), visando a realização do I Encontro de Jovens do PIX pela AIMCI.

POVO YUDJA

APOIO ÀS INICIATIVAS DE REGISTRO E REVITALIZAÇÃO CULTURAL

- Apoio à realização e registro da festa Taratararu, desenvolvida no contexto da parceria com a Associação Yarikau, fechou-se um ciclo de atividades que tiveram início em 2004, com uma expedição ao local onde os anciões coletavam as taquaras, na região do Metuktire. A partir daí, foram realizadas oficinas para confecção de instrumentos musicais, registros de canções tocadas em flautas e festas;
- Registro em DAT das músicas da festa Kiriwai.

QUALIFICAÇÃO DAS ESCOLAS INDÍGENAS

- Orientação pedagógica aos professores das escolas das aldeias Paquissamba, Pequiza e Tuba Tuba, visando aprofundar as estratégias de planejamento de aulas dos professores que estão iniciando sua prática pedagógica, com ênfase na metodologia para alfabetização e enriquecimento do repertório de conteúdos escolares conforme as etapas e categorias de idades dos alunos;
- Assessoria para regularização da Escola Central Kamadu, que atende às escolas das demais aldeias Yudja, envolvendo reuniões com a comunidade e acompanhamento do processo jurídico junto à assessoria pedagógica da Seduc-MT, em Marcelândia;
- Oficina Pedagógica revisitou os objetivos das escolas definidos pela comunidade, levantou as habilidades dos alunos a serem desenvolvidas no ensino fundamental e a organização curricular dos conteúdos interculturais.

MANEJO DE RECURSOS NATURAIS

- Monitoramento e manejo dos plantios de tintin, flecha, arco, bananas, gengibre, cúrcuma e castanha nas aldeias Tuba Tuba e Paquissamba;
- Oficina para implantação de novos sistemas agroflorestais (SAFs) para plantio de cultivares agrícolas tradicionais nas roças Yudja e sementes de árvores de interesse, como madeiras, condimentos, cosméticos e frutíferas em diferentes combinações de espécies, arquitetura e cobertura de solo;
- Monitoramento e manejo dos plantios de frutíferas em todas as aldeias Yudja;
- Reunião sobre a escassez de terras férteis para o estabelecimento de roças durante a assembléia da Associação Yarikau, na aldeia TubaTuba;
- Oficina Mandioca e Batata - desdobramentos do trabalho de descrição de variedades e do banco de tipos do Paquissamba;
- Elaboração de relatório-diagnóstico dos sistemas de criação de aves da aldeia Tuba Tuba.

DESENVOLVIMENTO DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

- Iniciado o processo de coleta e venda de sementes florestais para os projetos de restauração florestal da Campanha 'Y Ikatu Xingu, com três oficinas voltadas à identificação de populações, do calendário das espécies e dos seus principais dispersores e polinizadores e gestão da atividade;
- Acompanhamento técnico e administrativo da apicultura.

APOIO E CAPACITAÇÃO A ASSOCIAÇÃO YARIKAYU YUDJA

- Assessoria para relacionamento com escritório de contabilidade e agência bancária;



Acervo ISA

Músicas Yudja são registradas durante a festa Taratararu.

Na aldeia Yudja Tuba-tuba...



Mawate Juruna

Beneficiamento de sementes da fruta-do-pacu por crianças Yudja.



Acervo ISA

Mais uma etapa de acompanhamento pedagógico com os Yudja, na aldeia Paquissamba.



Mawate Juruna

Plantio de castanhas em outubro de 2007.

- Desenvolvimento de controles para comercialização do mel e de sementes florestais;
- Assessoria na organização da documentação para produção do balanço contábil anual;
- Orientações sobre registros de atas de assembléias ordinárias;
- Oficinas para organização dos arquivos da associação e da Escola Yudja, planejamento das atividades de 2007 e plano de pagamentos das dívidas;
- Oficina sobre gestão da produção e comercialização de sementes florestais;
- Oficina para prestação de contas do projeto Resgate de Recursos Naturais Tradicionais do Povo Yudja financiado pelo Ministério do Meio Ambiente e monitoramento do encerramento do convênio.

Povo PANARÁ

QUALIFICAÇÃO DAS ESCOLAS E DAS INICIATIVAS COMUNITÁRIAS

- Oficina temática de continuidade ao estudo do território tradicional Panará, com ênfase na arquitetura da casa tradicional e organização social da aldeia;
- Oficina pedagógica para aprofundamento dos conhecimentos de professores iniciantes em alfabetização com ênfase na escrita da língua indígena;
- Orientação pedagógica - acompanhamento do registro da história de vida de cada velho e das aldeias antigas realizado pelos alunos.

MANEJO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO DE ALTERNATIVAS

ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS

- Finalização do inventário sobre o potencial da copaíba na TI Panará e expedição de coleta de semente de mogno;
- Oficina para aprofundar treinamento de escalada dos agentes indígenas para coleta de sementes florestais;



Marcos Froese/ISA

Chadawa Juruna fazendo revisão no meliponário.



Paula Mendonça/ISA

Oficina temática sobre território com os Panará.

- Assessoria técnica na coleta, beneficiamento e comercialização de sementes de mogno e óleo de copaíba;
- Levantamento das roças abertas em 2007, com informações sobre a área, tipo de solo e vegetação, variedades plantadas e as pessoas que se beneficiarão delas;
- Monitoramento do plantio em um consórcio agroflorestal em sete hectares e adequação dos tratamentos silviculturais no plantio de castanha e pequi realizado em 2005.

APOIO ÀS INICIATIVAS DE REGISTRO E REVITALIZAÇÃO CULTURAL

- Projeto Sakiori - Voltado ao registro e revitalização em áudio do repertório de músicas Panará, em parceria com a Associação Iakiô. Todos os CDs gravados em 2006, quando da visita de Marlui Miranda a aldeia foram ouvidos e as músicas nomeadas. As atividades incluíram jovens e anciões.



fotos: Paulo Junqueira/ISA

APOIO E CAPACITAÇÃO AOS GESTORES DA ASSOCIAÇÃO IAKIÔ PANARÁ

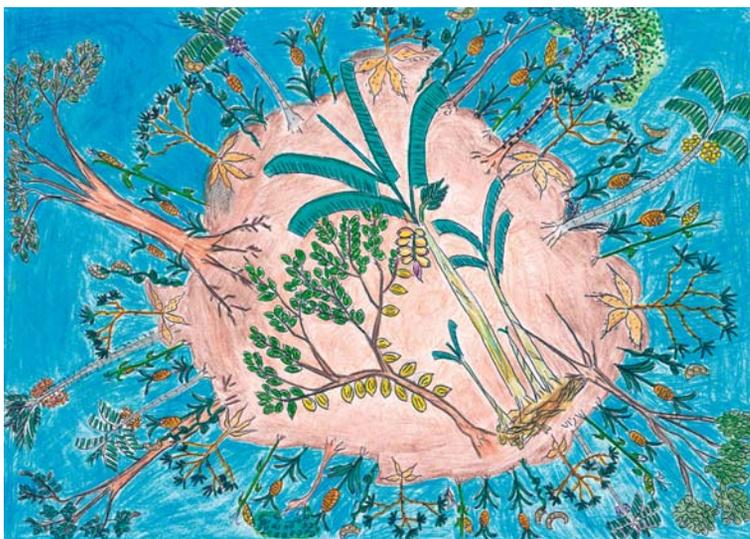
- Supervisão da elaboração de relatórios financeiros das contas;
- Preparação de informações financeiras para prestação de contas nas assembleias;
- Assessoria para relacionamento com escritório de contabilidade e agência bancária;
- Orientações sobre orçamentos e compras;
- Assessoria na organização da documentação para produção do balanço contábil anual.
- Assessoria para realização e orientações sobre registros de atas de assembleias ordinárias;
- Assessoria para negociações com comerciantes e obtenção de comprovantes fiscais;
- Oficina para reorganização dos procedimentos de aquisição e pagamentos da merenda escolar;
- Reuniões com a comunidade Panará para análise do papel da associação, da hierarquia de decisões e dos grupos de trabalho, compreendendo avaliação do desempenho dos trabalhadores;
- Reunião com a comunidade Panará para análise e encaminhamento de problemas relacionados ao uso de bebidas na comunidade;
- Oficinas para planejamento e reorganização dos trabalhos do Projeto de Fiscalização da Iakiô, com elaboração de relatórios de atividades e prestação de contas para a Defesa do Meio Ambiente (ED);
- Oficina de elaboração do Projeto de Manejo de Recursos Florestais da Terra Indígena Panará enviado para o Fundo Dema – Manejo Sustentável na Amazônia.

POVO KAIABI

MANEJO DE RECURSOS NATURAIS

- Monitoramento do plantio experimental de Pinawa'oo e arumã na aldeia Tuiararé Kaiabi;
- Realização de oficinas para elaboração do Projeto Tucum na aldeia Tuiararé Kaiabi;
- Apoio técnico às oficinas de elaboração do Projeto da Aldeia Capivara Kaiabi: "Awasi Rerojewya - Recuperação de terras degradadas com as árvores donas da capoeira e resgate cultural de sementes de milho do povo Kaiabi" aprovado pelo PDPI em novembro;
- Monitoramento dos sistemas agroflorestais implantados nas aldeias Tuiararé, Kwaruja e Barranco Alto Kaiabi;
- Acompanhamento da colheita, plantio e distribuição de sementes de amendoim, multiplicadas com apoio do "Projeto Monowi - Conservação das Sementes Agrícolas do Povo Kaiabi", financiado pelo do Programa Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) da Aldeia Kwaruja Kaiabi;
- Reunião para elaboração do "Projeto Maniok - Recuperação das variedades, técnicas de processamento e culinária tradicional da mandioca", na aldeia Três Irmãos Kaiabi;
- Acompanhamento para o monitoramento e manejo das áreas experimentais de plantio de recursos em sistemas agroflorestais nas aldeias Kwaruja, Tuiararé, Barranco Alto;
- Oficina para o monitoramento sistemas agroflorestais e elaboração do projeto "Casa das Frutas", a ser encaminhado para a Secretaria de Agroextrativismo do MMA na aldeia Barranco Alto Kaiabi;
- Participação de duas lideranças e de um assessor técnico do projeto no Seminário de Gestão Territorial em Terras Indígenas, promovido pelo Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), em Brasília;

Projeto Sakiori: Pãti Panará ouve a música e a nomeia (acima) para o registro pelo professor Perankô.



Croqui de Sistemas Agroflorestais.



Roça experimental de amendoim Kayabi.



Colheita de folha de mandioca foi uma das atividades da oficina de culinária na aldeia Kwaruja.

- Acompanhamento técnico nas aldeias que possuem criação de abelhas nativas (Maraká Kaiabi, Sobradinho Kaiabi, Tuba Tuba Yudja, Kururu Kaiabi, Muitará Kaiabi e Três Patos Kaiabi);
- Formação de meliponicultores em técnicas de captura, divisão e manejo de colônias de seis espécies de abelhas;
- Elaboração de relatório técnico sobre o diagnóstico dos sistemas de criação de aves da aldeia Moitará;
- Distribuição de mudas de castanha-do-pará selecionadas, adquiridas em Manaus;
- Elaboração de relatório-diagnóstico dos sistemas de criação de aves da aldeia Moitará.

QUALIFICAÇÃO DAS ESCOLAS INDÍGENAS

- Realizada uma expedição em 13 comunidades Kaiabi, com o objetivo de elaborar um diagnóstico da situação de suas escolas;
- Orientação pedagógica na aldeia Três Irmãos. Desde 2006 essa comunidade tem se preocupado em garantir o aprendizado feminino sobre a produção de mingau, para preservar a diversidade e riqueza nutricional. As atividades realizadas deram continuidade a esse processo que está resultando em um livro de receitas. Foi elaborado um projeto para fazer um banco da diversidade de mandioca usada pelos Kaiabi;
- Orientação pedagógica na aldeia Capivara - acompanhamento das aulas dos professores, leitura dos registros de seus diários de classe e reunião com a comunidade e cacique da aldeia;
- Orientação pedagógica na aldeia Tuiararé, para planejamento das atividades de fortalecimento cultural, associado ao resgate da confecção de cerâmica pelas mulheres, a serem desenvolvidas pela escola da aldeia.

CULTURA

- Apoio ao projeto Kaiabi Araa, de resgate de cestaria e tecelagem Kaiabi e finalização do vídeo Kaiabi Araa, sobre o projeto;
- Apoio ao processo de registro da história Kaiabi relacionada à gênese da roça, desenvolvida na aldeia Kwarujá em várias visitas, com a participação de toda a aldeia;
- Oficina da Culinária Kaiabi na aldeia Kwaruja e edição de um vídeo com 4 receitas da culinária tradicional Kaiabi;
- Transcrição da narrativa de um mito do povo Kaiabi e ilustração desse mito pelos alunos.

AÇÕES DE FORMAÇÃO E ARTICULAÇÃO ENVOLVENDO TODAS AS ETNIAS

QUALIFICAÇÃO DAS ESCOLAS INDÍGENAS FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

- I Encontro do Núcleo de Estudos em Educação. O novo espaço de formação continuada e articulação proposto aos professores indígenas teve como tema inaugural a política, controle social e gestão da escola, com palestras, análises e elaboração de propostas para intervenção no plano local, municipal, estadual e nacional;
- Apoio ao Conselho de Educação do Médio e Baixo Xingu: foram realizadas duas reuniões com todo o Conselho para planejamento e avaliação da gestão político-pedagógica das escolas do médio e baixo Xingu;
- Participação do encontro da rede de entidades apoiadas pela Terre Des Hommes (TDH) em Alter do Chão, com o tema "Fortalecimento da Metodologia de Formulação de Projetos através do estabelecimento de uma Mesa sobre os Direitos da Criança e do Adolescente", para discussão das estratégias de trabalho para monitoramento das ações de defesa de direitos relativos à Convenção dos Direitos da Criança (CDC) e sobre a necessidade de contextualizar a situação da criança indígena no relatório da convenção;
- Participação do encontro anual da Rede de Cooperação Alternativa (RCA) sobre "Experiências Indígenas de Pesquisa e Registro de Conhecimentos Tradicionais";
- Participação do intercâmbio RCA na TI Médio Rio Negro. O intercâmbio, que contou com a participação de entidades, indígenas e indigenistas, teve como tema central a gestão dos territórios indígenas;
- Participação nas plenárias do Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso (CEEI/MT);
- Visitas ao Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa em Educação (Inep), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério de Educação (MEC);
- Visitas da equipe de educação do Parque às atividades desenvolvidas no entorno do PIX vinculadas à Campanha 'Y Ikatu Xingu, buscando ampliar a integração das ações do Programa Xingu;
- 5º Seminário Municipal de Educação/2007 "Educação: Fazer, Crescer e Mudar", em Querência ministrando um mini-curso de Educação Ambiental.

APOIO E CAPACITAÇÃO AOS GESTORES DA ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA XINGU (ATIX)

- Supervisão da elaboração de relatórios financeiros das contas bancárias da Atix;
- Produção de relatórios financeiros consolidados 2006/2007 e dos dados comparativos sobre a situação financeira da Atix de 2005/2006/2007;
- Preparação de informações financeiras para prestação de contas nas assembleias;
- Supervisão da auditoria externa da Atix;
- Reformulação dos estatutos Atix para adequação ao novo Código Civil;
- Assessoria para realização da assembleia e elaboração da ata;
- Oficina para revisão do fluxograma da produção e comercialização do mel do PIX pela Casa Central do Mel (CCM), no Diauarum;
- Monitoramento da prestação de contas e relatórios de atividades do projeto Fortalecimento Institucional da Atix financiado pela Fundação Rainforest da Noruega (RFN);
- Assessoria para elaboração do planejamento quinquenal da Atix para a RFN.

APICULTURA

- Apoio ao processo de autonomia na gestão do projeto de apicultura pela Atix, financiado pelo PDPI, e que abrange 28 aldeias no PIX envolvendo cinco etnias do PIX e Panará;
- Auxílio à equipe administrativa da Atix do projeto de apicultura, na solução de demandas de materiais das comunidades do PIX;
- Apoio à manutenção da certificação orgânica do mel dos índios do Xingu;
- Elaboração de relatório-diagnóstico da situação da apicultura no Parque do Xingu;
- Assessoria na reformulação dos controles de produção, vendas e estoque para consolidação das informações sobre composição do capital de giro do projeto Mel do PIX;
- Reuniões para elaboração do projeto Mel do PIX com a Atix.

PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- Ampliação dos pontos de monitoramento da qualidade da água na Bacia do Rio Suiá-Miçu e definição dos locais de instalação das estações hidrometeorológicas com técnicos da ANA e Embrapa;
- Assessoria no planejamento e execução de expedições por terra no limite sul da TI Panará, área invadida no passado pelos índios Terena para extração de palmito e na região dos rios Pitxatxa e Ipiranga e expedição fluvial no Rio Iriri;
- Assessoria e apoio material para as expedições realizadas pelas comunidades do PIX;
- Assessoria no planejamento das ações de fiscalização e acompanhamento da transição da equipe de agentes indígenas de fiscalização Panará;
- Reunião de avaliação e planejamento das atividades com lideranças, chefes de postos indígenas de vigilância e agentes de fiscalização;
- Apoio às comunidades na elaboração das propostas de fiscalização;
- Interlocução e participação de reunião com Funai e Ibama para discutir com os índios demandas de fiscalização.

FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

- Oficina para análise e reformulação dos procedimentos do sistema de transporte do Diauarum com membros da Funai, Unifesp e Atix;
- Capacitação de membros da Funai, Unifesp, Atix, Yarikayu, Tapawia e Al-MCI em manutenção de computadores, sistemas Windows e Linux;
- Encontro das associações do PIX e TI Panará para tratar do tema direitos de imagem e direitos autorais.

Indicadores

- Capacidade de articulação da equipe com os diversos agentes indígenas e lideranças sobre o processo educativo, mantendo-os comprometidos com a proposta;
- Envolvimento e participação das comunidades nas atividades propostas;
- Capacidade dos professores de planejar, registrar as aulas e avaliar os alunos;
- Quantidade e qualidade dos projetos elaborados, aprovados e em execução pelas associações;
- Cumprimento dos cronogramas de execução e prestações de contas dos projetos aprovadas pelos financiadores;
- Planejamento, avaliações e relatórios de execução de projetos realizados pelas associações;
- Retomada, pelos mais jovens, de atividades tradicionais relacionadas a músicas e cultura material;
- Retomada pelos povos do calendário de festas e manifestações culturais tradicionais;
- Capacidade dos povos de organizarem espaços tradicionais de transmissão de conhecimentos e de criação de novos espaços, por meio das associações e escolas para a transmissão de práticas tradicionais;
- Interesse e mobilização da comunidade nas atividades de pesquisa e resgate dos recursos tradicionais através da elaboração de projetos comunitários;
- Maior participação das mulheres e dos jovens em geral, nas atividades de manejo de recursos naturais, em oficinas e práticas de campo;
- Quantidade de colônias de abelhas sem ferrão instaladas e de mel colhido;
- Três escaladores do Xingu das etnias Ikpeng, Yudja e Kaiabi e dois Panará aptos a colher sementes utilizando-se de equipamentos de alpinismo para escalada em árvores.

Avaliação

A estratégia do projeto vem sendo redefinida junto às comunidades e equipe do Programa Xingu aprofundando a relação com as etnias. No contexto das ações voltadas ao manejo de recursos naturais, consolidou-se a transição de um projeto formativo de agentes indígenas de manejo até então em curso, para um conjunto de ações que vem procurando envolver os demais atores comunitários. O resultado mais visível é o aumento de projetos pensados e agora desenvolvidos pelas comunidades para atender a demandas específicas de cada povo. As experiências com plantios agroflorestais têm ainda proporcionado condições para discutir conceitos de recuperação e conservação de variedades agrícolas, recuperação de terras e valorização da culinária tradicional.

As queimadas alcançaram níveis preocupantes em algumas regiões do Parque, trazendo conseqüências negativas para a conservação dos recursos florestais e agrícolas. No projeto de qualificação das escolas foi possível perceber avanços na participação da comunidade nas decisões relativas ao funcionamento e conteúdo da escola, favorecendo a apropriação do espaço da escola, como um lugar de uso comum da comunidade. Essas decisões puderam subsidiar a elaboração de projetos político-pedagógicos específicos de cada povo. Como resultado inicial, percebe-se o aumento da segurança dos professores, por situar melhor sua atuação em relação aos projetos comunitários, o que não dispensa a necessidade de qualificação nos repertórios de conteúdos e em metodologias para o ensino. O fortalecimento das associações étnicas tem se mostrado cada vez mais importante neste contexto. Tais associações vêm se firmando como executoras de projetos para suas comunidades, mesmo sem o envolvimento de financiadores. Destacam-se:

- a Associação Kisédjê (AIK) criada há dois anos, com seis projetos em execução em 2007, com um financiamento neste ano e outro assegurado para 2008;

- a AIMCI com dois projetos executados em 2006/2007 e um novo financiamento assegurado em 2008;
- a Atix com cinco projetos financiados em 2006/2007 e seis previstos para 2008, sendo três a serem executados integralmente por ela e o restante desenvolvido em parceria com as comunidades.

Outro aspecto a destacar é a continuidade das parcerias institucionais que indicam confiança e satisfação quanto aos resultados obtidos, como é o caso do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), do Museu de Basel, na Suíça e do Fundo Dema.

O Encontro das Associações e a Assembléia da Atix tem se constituído como fóruns importantes de fortalecimento dos vínculos institucionais e de reflexão sobre a questão indígena, a gestão do PIX e sua inserção na Campanha 'Y Ikatu Xingu. As associações estão empenhadas em garantir a sustentabilidade desse território tão rico e ameaçado de perder a diversidade social e biológica que compreende.

Perspectivas

- Aprofundar o diálogo com os índios sobre a disponibilidade de terras férteis para produção de alimentos, as estratégias de manutenção da agrobiodiversidade, a recuperação de solos através de sistemas agroflorestais e controle das queimadas;
- Ampliar processo de conscientização e o desenvolvimento de ações voltadas ao controle do fogo pelas comunidades;
- Elaborar proposta de formação de gestores indígenas voltada à proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais de forma a envolver lideranças, gestores de associações, agentes de fiscalização, diretores das escolas e demais atores indígenas que atuam no PIX;
- Avançar nas atividades relacionadas ao projeto de sementes florestais junto às etnias Panará, Yudja e ampliar para as etnias Kaiabi e Ikpeng;
- Promover autonomia na produção de cera alveolada em pelo menos três comunidades;
- Ampliar as ações do projeto de meliponicultura, envolvendo aumento de aldeias participantes, aumento de colônias manejadas no PIX e TI Panará, ampliação da formação de meliponicultores indígenas, aumento da qualidade do mel de abelhas sem ferrão produzido nas aldeias;
- Investir na reorganização da Escola Central Diauarum em torno de um projeto de escola para o povo Kaiabi;
- Aprofundar o sentido da escola para cada povo, com a elaboração de projetos político-pedagógicos específicos;
- Estabelecer estratégia de trabalho voltada aos jovens Panará;
- Investir no fortalecimento do Conselho de Educação do Médio e Baixo Xingu e da interlocução do ISA com os órgãos governamentais e grupos de representação responsáveis pela educação indígena;
- Dar continuidade ao Núcleo de Estudos em Educação;
- Aprofundar o relacionamento com o Projeto de Educação do Rio Negro;
- Estabelecer um conjunto de ações voltadas a disseminar experiências e conceitos presentes na Campanha 'Y Ikatu Xingu, dentro do PIX;
- Intensificar as ações de capacitação para dinamização da economia interna por meio da gestão de pequenos negócios como a comercialização de sementes, mel e artesanato;
- Formulação de diretrizes para a construção de salvaguardas sobre conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e direitos autorais e de imagem dos povos indígenas;
- Fortalecimento das associações e dos vínculos interétnicos por meio dos encontros das Associações;
- Apoiar as iniciativas de resgate, revitalização e registro de manifestações culturais das associações e comunidades do Médio e Baixo Xingu e TI Panará.

Melhores momentos

- Reunião da escola com a comunidade Ikpeng que permitiu a identificação dos processos educacionais desse povo e o papel da escola;
- Expedição ao Território Kísédjê, com ampla participação da comunidade, resultou na identificação de mais de 130 locais históricos na Bacia do Rio Suiá- Miçu;
- Oficina Pedagógica Yudja que identificou as habilidades e conteúdos curriculares específicos da escola deste povo;
- Pesquisa da escola sobre o Território Panará, que resultou em registros detalhados das aldeias da região do Rio Peixoto de Azevedo, da história de vida de cada velho e da trajetória histórica deste povo até a reconquista e demarcação da TI Panará;
- Registro de músicas de flautas e de guerra na aldeia Tuba Tuba Yudja;
- Oficina da Campanha 'Y Ikatu Xingu, na aldeia Moygu Ikpeng e oficinas de plantio agroflorestais nas aldeias Moygu Ikpeng, Paquissamba Yudja, em parceria com a Campanha 'Y Ikatu Xingu;
- Primeiro encontro do Núcleo de Estudos em Educação.

Terra do Meio

O que é

Conjunto articulado de ações voltadas a promover a implantação das Unidades de Conservação (UCs) já criadas que compõe o mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio, localizado no Médio Rio Xingu, no Pará. As atividades são realizadas em parceria com a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), Defesa do Meio Ambiente (ED), Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam) e outras organizações. O objetivo é assegurar o direito de ocupação e a sustentabilidade das populações extrativistas e indígenas que lá residem, além da conservação da biodiversidade da região.

A criação das diferentes UCs pelo governo e a formação geográfica do mosaico estabeleceu sua conexão com dois grandes blocos de Terras Indígenas (TIs) já demarcadas. Localizados a sul e a norte da Bacia do Rio Xingu, constituem-se assim em um enorme corredor de áreas protegidas com mais de 27 milhões de hectares, que abriga 19 povos indígenas e populações extrativistas, assegurando um rico fluxo biológico entre o Cerrado, as florestas de transição e a floresta amazônica. O ISA está empenhado em promover a relevância ecológica e a proteção da sócio-diversidade e da biodiversidade existentes neste corredor, colaborando com a definição de parâmetros de gestão integrada do Mosaico da Terra do Meio e do Corredor de Áreas Protegidas da Bacia do Rio Xingu (TIs e UCs), em colaboração com os governos federal e estadual, articulando essas iniciativas com as demais ações que desenvolvem na região das cabeceiras do Rio Xingu.

Equipe

• Ana Carolina Pinto Rezende; André Villas-Bôas; Cristina Velásquez e Marcelo Salazar.

► Retaguarda institucional

• Adriana Figueiredo; Adriana Ramos; Oswaldo Braga de Souza; Paulo Junqueira, Raul Telles do Valle; Rosimeire Rurico Sacó; Laboratório de Geoprocessamento; Programa Política e Direito Socioambiental.

► Colaboradores

• Ana Cíntia Valéria Vasconcelos; Ana Paula Souza; Antônia Mello; Boris César; Cristiano Tierno; Daniel M. P. de Castro; Daniel Penteadó; Lino Viveiros; Dr. Marco Antônio Delfino; Marcos Rocha; Maurício Torres; Maximiliano Roncoleta; Padre Andoni; Patrícia Greco Campos; Regis Bueno; Roberto Scarpari; Rocio Chacchi Ruiz Stephan Schwartzmann; Tarcísio Feitosa e Walber Feijó.

Parcerias e fontes de financiamento

• ED; Fundação Gordon & Betty Moore; FVPP; Ibama; ICMBio (Nacional e Altamira); Ipam; Laet; MPF; RFN.

O que foi feito

• Participação da reunião de formação dos conselhos deliberativos da Resex do Riozinho do Anfrísio e Resex do Rio Iriri, sendo o ISA eleito conselheiro das duas Unidades;

• Apoio para a FVPP na articulação do projeto Balcão da Cidadania, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) do Ministério da Justiça;

• Divulgação da análise dos dados de uso e ocupação do solo na área do Mosaico da Terra do Meio no período de 2006-2007, dando seqüência à análise de evolução da ocupação, que vem sendo feita pelo ISA desde o ano de 2002;

• Articulação para a criação ou implantação da Resex do Médio Xingu divulgando informações, na participação de eventos e na organização de reuniões;

- Apoio à ação civil pública do MPF para a criação da Resex do Médio Xingu com o fornecimento dos dados, informações e mapas sobre a região;
- Elaboração de mapas para o Ministério Público Federal (MPF) de Altamira, FVPP, Ibama e demais parceiros com as informações atualizadas sobre novas áreas desmatadas e áreas criadas;
- Elaboração de projetos em consórcio para a Terra do Meio junto a fontes financiadoras da RFN e Fundação Moore;
- Organização e realização do Seminário Perspectivas sobre a Terra do Meio, em parceria com FVPP e ED na cidade de Altamira, Pará, que reuniu cerca de 50 participantes. O resultado foi a revisão do plano de ações elaborado em 2006/2007 e a elaboração de um novo plano de ações para a região;
- Acompanhamento de audiências públicas do consórcio Belo Monte em Altamira e divulgação de informações;
- Contratação de consultoria para apoiar ordenamento fundiário na Resex do Rio Iriri;
- Divulgação de aproximadamente 10 Notícias Socioambientais no site do ISA em 2007 sobre a região, com cobertura dos principais acontecimentos e divulgação;
- Apoio ao ICMBio na elaboração do plano de uso das Resex do Riozinho do Anfrísio e Resex do Rio Iriri;
- Elaboração e divulgação de estudo sobre demarcação das Unidades de Conservação da Terra do Meio;
- Execução de projeto de apoio a produção e comercialização de produtos florestais não-madeireiros;
- Realização de estudo do potencial de produção de óleo de copaíba na Resex do Riozinho do Anfrísio em dezembro de 2007;
- Estudos preliminares de mercado para Castanha do Brasil sobre seringa, óleo de copaíba, cumaru, entre outros produtos;



Extração de Copaíba, dezembro de 2007, na Resex Riozinho do Anfrísio, como parte da estruturação da comercialização de produtos florestais não-madeireiros



fotos: Marcelo Salazar/ISA

Criação do Conselho das Reservas Extrativistas, em Altamira, julho de 2007.

- Oficina sobre comercialização de produtos florestais não-madeireiros na Resex Riozinho do Anfrísio em setembro de 2007;
- Acompanhamento de pessoas das comunidades em reuniões com compradores de castanha e seringa de Belém e Altamira;
- Apoio ao fortalecimento das associações comunitárias com treinamentos em gestão, acompanhamento de reuniões, plano de uso do barco comunitário, doação de dois rádios comunicadores e dois motores rabeta (5,5 HP);
- Acompanhamento de pessoas das comunidades ao 2º Encontro dos Povos das Florestas em Brasília e no 1º Encontro de Extrativismo e Populações Tradicionais em Belém e em reuniões na cidade de Altamira;
- Realização de encontros de alfabetização na Resex Riozinho do Anfrísio durante duas expedições de campo realizadas em setembro de 2007 e janeiro de 2008 e elaboração de uma proposta preliminar de alfabetização para as reservas extrativistas, em parceria com o ICMBio;
- Elaboração de Estudo “Considerações sobre a criação e gestão do Mosaico da Terra do Meio”;
- Estruturação de uma equipe de trabalho em campo em parceria com a Fundação Viver Produzir Preservar (FVPP) e Defesa do Meio Ambiente (ED);
- Estruturação de uma base de trabalho em Altamira, anexa à sede da FVPP.

Indicadores

- Conselhos deliberativos criados e em funcionamento;
- Rede Terra do Meio ativa;
- Unidades de Conservação (UCs) e associações de moradores criadas;
- Realização de reunião técnica sobre o processo de regularização fundiária nas Unidades de Conservação de uso sustentável;
- Equipamentos doados para as comunidades.

Avaliação

A criação das Unidades de Conservação da Terra do Meio pelo governo federal representou um inestimável ganho socioambiental para a Bacia do Xingu e um retorno gratificante em relação ao investimento que o ISA e seus parceiros locais fizeram nos últimos cinco anos na região, faltando somente a Resex do Médio Xingu. Em 2007 foram iniciadas ações de consolidação de tais UCs, principalmente das reservas extrativistas. Foi um ano de articulação e de algumas ações de campo nesse sentido. Foram desenvolvidos estudos complementares de produção na Resex Riozinho do Anfrísio, elaboração de proposta preliminar para a educação nas comunidades do Iriri e Anfrísio e estudos de ordenamento territorial na região da Resex do Rio Iriri, além de apoio às atividades do ICMBio para a formação dos conselhos deliberativos e plano de uso das Resex. Um conjunto de ações foi também desenvolvido para a criação da última Resex prevista na região, a do Médio Xingu.

A relação do ISA com organizações locais melhorou bastante refletindo-se na ampliação da captação de recursos e execução compartilhada de projetos, sobretudo com a FVPP, principal organização do Movimento de Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX). A relação com o governo evoluiu, resultando no desenvolvimento de trabalhos em conjunto com o recém-criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ibama, Ministério Público Federal (MPF) e diálogo com diversas outras organizações locais, estaduais e federais através da “Rede da Terra do Meio”, entre outros espaços de interlocução. A eleição do ISA para compor os conselhos deliberativos das Resex do Riozinho do Anfrísio e Resex do Rio Iriri foi também um importante marco para o estreitamento da relação com diversos atores locais e órgãos governamentais.

Perspectivas

O desafio iniciado em 2007 é continuar com o processo de implementação dessas unidades, apoiando projetos de geração de renda, saúde, educação e outras ações que visem melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nas Resex. Além disso, fazem-se necessárias outras ações para as unidades que compõem a Terra do Meio, tais como, ordenamento fundiário, demarcação física e o delineamento do modelo de gestão integrada desse imenso corredor, considerando as diferentes unidades que o compõem.

Ações futuras

- Dar prosseguimento às discussões sobre o modelo de gestão do Mosaico de UCs da Terra do Meio e do corredor de biodiversidade do Xingu;
- Dar continuidade à articulação da Rede de Ação pela Conservação da Terra do Meio;
- Captar recursos para continuar operando na região e fortalecer os parceiros locais;
- Acompanhar implementação da demarcação física das UCs da Terra do Meio, apoiando ações quando necessário;
- Aumentar a interação junto às outras instituições que atuam na região de fronteira agrícola em São Félix do Xingu;
- Promover o desenvolvimento das alternativas econômicas nas Resex por meio da busca de relações de mercado mais justas para produtos já comercializados, bem como a inserção de novos produtos no mercado;
- Levantamentos dos recursos extrativistas potenciais como subsídio para desenvolvimento de um plano de desenvolvimento sustentável para a Resex Riozinho do Anfrísio, Resex do Rio Iriri e do Médio Xingu, está última à espera de ser criada;
- Monitoramento do processo de homologação das TIs Xypaia e Cachoeira Seca;
- Atuar ativamente no conselho deliberativo das Resex Riozinho do Anfrísio e Resex do Rio Iriri;
- Melhorar a infra-estrutura local com a construção da associação de moradores, escola e posto de saúde, além de manutenção de barcos da comunidade e doações de equipamentos.

Melhores momentos

- Formação dos conselhos deliberativos das Resex Riozinho do Anfrísio e Resex do Rio Iriri;
- Apoio ao Ministério Público nas ações para a desintrustação de áreas ocupadas ilegalmente dentro das Unidades de Conservação da Terra do Meio;
- Fortalecimento da ação conjunta com a FVPP, ICMBio em Altamira, aprofundando atuação do ISA in loco;
- Reunião na Resex do Riozinho do Anfrísio definindo ações de produção e comercialização junto à comunidade.



Adequação socioambiental da Bacia do Rio Xingu

O que é

Trata-se de um conjunto articulado de ações que visam manter atualizado o diagnóstico socioambiental da região das cabeceiras do Xingu, identificar áreas críticas e realizar uma interlocução permanente e qualificada junto aos diferentes atores regionais, sobre parâmetros de gestão, conservação e recuperação dos recursos naturais da região. Tem como ação prioritária a Campanha 'Y Ikatu Xingu, uma coalizão ativa de interesses para a proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes da Bacia do Xingu no Mato Grosso. Suas ações desenvolvem-se no sentido de mobilizar e articular diferentes atores na esfera municipal, estadual, nacional e internacional para garantir a integridade dos recursos hídricos e alertar sobre os impactos ambientais do uso e ocupação desse território.

Equipe

- Ana Carolina Pinto Rezende; André Junqueira Villas-Bôas; Cassiano Marquet; Cristina Velásquez; Eduardo Malta Campos Filho; Erica Ieggli; Luciana Akeme Sawasaki Manzano Deluci; Osvaldo Luis de Sousa; Osvaldo Braga de Souza; Paulo Junqueira; Rodrigo Gravina P. Junqueira e Rosely Alvim Sanches.
- ▶ Pesquisadores associados
- Adriano Portela; Amintas Nazareth Rossete; Daniel Nepstad; Gina Cardinot; Heber Queiróz; Natália Macedo Ivanauskas e Osvaldo de Carvalho Jr.
- ▶ Retaguarda institucional
- Equipes de manejo e educação do Parque Indígena do Xingu; Programa Política e Direito Socioambiental; Secretaria Executiva

Parcerias e fontes de financiamento

- Casa; CE; Fundação Blue Moon; Fundação Doen; Fundação Packard; Grendene; Icatu Hartford; Incra; Instituto HSBC Solidariedade; MDA/SAF; MMA/FNMA; PDA/Padeq; RFN; Usaid
- ▶ Parcerias institucionais
- Aliança da Terra; ANA; Associação Agroecológica Estrela da Paz do Assentamento Brasil Novo (Querência); Associação Indígena Kisedje; Atix; Embra; Empaer; Escola Municipal Família Agrícola de Querência; Formad; Gapa; ICV; Ipam; NBS; Ongara; Prefeitura de Gaúcha do Norte; Prefeitura de São José do Xingu; Prefeitura Municipal de Canarana; Saga; Sindicato Rural de Canarana; Sindicato Rural de São José do Xingu; STR de Lucas do Rio Verde; Unemat

O que foi feito

DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DOS PROJETOS-PILOTO DE RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E MATAS CILIARES

- Articulação e apoio técnico e material para o cercamento, plantio de espécies florestais e a implantação de sistemas agroflorestais em mais áreas de matas ciliares, em 25 projetos envolvendo 254 famílias de agricultores familiares e dez médias e grandes propriedades, somando 547 hectares em processo de recuperação. Deste total, 209 hectares estão sendo recompostos em terras de grandes produtores e, em alguns casos, com técnicas inovadoras, como o plantio mecanizado de sementes florestais;
- Cinco toneladas de sementes foram coletadas para atender os projetos em andamento da campanha. O desafio de ampliar essa quantidade com qualidade tornou necessária uma articulação técnica para coleta, armazenamento e comercialização das sementes. Em novembro, índios, agricultores familiares, técnicos e estudantes reuniram-se na Escola Municipal Família Agrícola de Querência para discutir a implantação de uma "rede de sementes";

- Coordenação e execução de projeto voltado a mobilização, apoio técnico e material para a restauração florestal em São José do Xingu, que pretende recuperar 140 hectares de matas ciliares. A iniciativa já permitiu a compra de cerca de uma tonelada de sementes de 25 espécies nativas, do povo Yudjá, e de dez agricultores familiares. As dez áreas de mata ciliar em propriedades com mais de 5 mil hectares, em um assentamento e dentro da cidade foram cercadas. Também foi instalado um viveiro municipal que produziu 25 mil mudas;
- Articulação, concepção e divulgação do Fundo Xingu de Pequenos Projetos, criado com recursos da empresa de seguros Icatu Hartford, que encerrou seu primeiro edital com 12 iniciativas aprovadas. O investimento de R\$ 88,5 mil foi distribuído entre grupos de agricultores, cooperativas e associações, indígenas e não-indígenas, para ações de recuperação de nascentes e matas ciliares com custos de até R\$ 10 mil em municípios do leste e oeste da Bacia do Xingu no Mato Grosso;
- Assessoria no planejamento e execução das atividades do Projeto Embra Xingu, que realizou uma série de atividades, como dias de campo, plantios em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e coleta de dados em campo, entre outras. A iniciativa é importante dentro da estratégia da campanha de priorizar os grandes produtores como público-alvo. O projeto é desenvolvido por uma instituição que tem credibilidade no segmento e traz componentes de transferência de tecnologia e disseminação de práticas sustentáveis, temas de interesse na região;

FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

- Realização de duas oficinas de formação de agentes socioambientais na Bacia do Xingu no Mato Grosso, com participação de agricultores, educadores e técnicos e 42 lideranças de 8 municípios do nordeste da região;
- Acompanhamento das iniciativas de educação ambiental, implantação de viveiros, agroflorestas e áreas de recuperação estão entre as atividades "entremódulos" desenvolvidas pelos formandos;
- Apoio na realização e coordenação dos módulos do curso para Agentes Extensionistas Rurais (Ater) em Matupá e Porto Alegre do Norte, contribuindo com palestras, oficinas e aulas práticas;
- Assessoria e participação no I Simpósio de Apicultura da Bacia do Xingu, quando foram apresentadas experiências para geração de renda de agricultores familiares de quatro municípios da bacia. A campanha participou ainda de dias de campo e lançamentos de projetos em diversos municípios da região.

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

- Articulação da Campanha da Cidadania Yázigi -'Y Ikatu Xingu. Durante a mobilização, que termina em junho de 2008, as escolas da rede de idiomas desenvolverão atividades pedagógicas e de mobilização para alertar e conscientizar alunos, professores e comunidade sobre a questão do aquecimento global, do desmatamento e do problema da degradação das cabeceiras do Rio Xingu. As ações também servirão para arrecadar recursos para o plantio de árvores em nascentes e matas de beira de rio na região. A parceria está sendo importante para divulgar a campanha e o problema da degradação das nascentes do Xingu nacionalmente;
- Realização de uma "expedição-oficina" que reuniu profissionais de comunicação, técnicos e atores locais para conhecer iniciativas da mobilização e discutir um plano de comunicação para a campanha. O grupo visitou uma aldeia indígena, escolas, propriedades e assentamentos. Foi elaborado um plano de comunicação para mobilização que definiu públicos-alvo, uma série de produtos e atividades prioritários;
- Produção de materiais de comunicação da campanha envolvendo banners, camisetas, placas indicativas para projetos e instituições, além de publicações como a revista da campanha, a cartilha "Plante as Árvores do Xingu" e o livro "Formação de Agentes Socioambientais no Xingu";

- Divulgação em campanha de publicidade veiculada na mídia impressa entre os clientes da empresa Icatu Hartford Seguros.

ARTICULAÇÃO COM COMUNIDADES INDÍGENAS

- Articulação da participação dos Yudja no projeto em São José do Xingu;
- Durante expedição dos índios Kisédjê para registrar e mapear locais de relevância histórica e ricos em recursos naturais, eles foram recebidos por agricultores familiares no Projeto de Assentamento Brasil Novo, em Querência. Lá conheceram as experiências de recuperação de matas ciliares e geração de renda desenvolvidas pela campanha;
- Também foi realizada uma oficina temática sobre a mobilização na aldeia Moygu, do povo Ikpeng, no Parque Indígena do Xingu (PIX). Foram abordadas as principais iniciativas da campanha e discutidos os principais impactos do desmatamento e das queimadas dentro e fora do PIX. Também foram realizados exercícios práticos de técnicas agroflorestais que vêm sendo usadas nos projetos da mobilização.

DIAGNÓSTICO E MONITORAMENTO SOCIOAMBIENTAL DOS FORMADORES DO RIO XINGU

- Ampliação dos pontos de monitoramento da qualidade de água na Bacia do Rio Suiá-Miçu e definição dos locais de instalação das estações hidrometeorológicas junto aos técnicos da ANA e Embrapa;
- Monitoramento das unidades-piloto de transição agroecológica e de integração lavoura-pecuária-floresta em parceria com a Embrapa;
- Monitoramento dos projetos-piloto de recuperação de matas ciliares em fazendas da sub-bacia do Rio das Pacas e em assentamentos rurais do Jaraguá e Serrinha (Água Boa), Coutinho União e Brasil Novo (Querência);
- Elaboração e discussão da proposta preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bacia do Rio Suiá-Miçu, no município de Querência;
- Levantamento dos ativos e passivos florestais das propriedades rurais da sub-bacia do Rio Pacas (Bacia do Rio Suiá-Miçu) para formulação de propostas de regularização e compensação florestal;
- Articulação por meio de reuniões com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso sobre oportunidades para compensação, e realização de uma oficina com técnicos da Sema, ISA, Ipam, TNC, ICV;
- Negociação com Ministério Público do Estado de Mato Grosso para identificação de oportunidades alternativas para políticas e legislação voltadas a compensação de reservas legais;
- Elaboração de material informativo sobre a regularização ambiental em propriedades rurais junto ao Ministério Público Estadual do Mato Grosso;
- Realização de estudos para criação de Unidade de Conservação na Bacia do Suiá-Miçu como oportunidade para compensações de Reserva Legal na região;
- Elaboração do limite da bacia e das sub-bacias hidrográficas do Rio Suiá-Miçu, com base na rede hidrográfica e altimetria (pontos e curvas de nível) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Mapeamento das drenagens da Bacia Hidrográfica do Rio Suiá-Miçu (lagos, barragens, drenagem simples e dupla);
- Mapeamento do uso e ocupação em 2007 da Bacia Hidrográfica do Rio Suiá-Miçu;
- Caracterização e identificação das áreas de alagados (veredas) da Bacia do Rio Suiá-Miçu com vistas a discussão de políticas de proteção especial para estas áreas.

Indicadores

- Aumento da área sob planejamento para conservação e uso sustentável de recursos naturais na região das nascentes do Rio Xingu;
- Maior número de parceiros mobilizados e envolvidos nos processos de conservação, recuperação e gestão ambiental da região das nascentes do Rio Xingu;
- Número de projetos aprovados e/ou negociados que contribuem para proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes;
- Melhoria da qualidade das águas e das matas da Bacia do Rio Xingu.



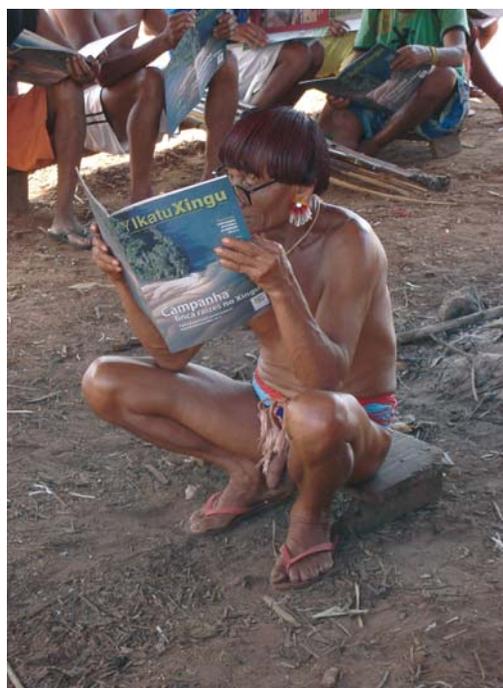
Luciana Aleme S. M. Delucá/ISA

Dia de campo do projeto da Embrapa mostrou as possibilidades da integração lavoura pecuária, que pode ajudar a diminuir o ritmo do desmatamento.



Oswaldo Braga de Souza/ISA

Participantes da formação de agentes socioambientais visitam Fazenda Bang Bang, que está recuperando suas matas ciliares.



Acervo ISA

Comunidade Ikpeng da aldeia Moygu em oficina sobre a campanha 'Y Ikatu Xingu.

Avaliação

O ano de 2007 foi marcado por um grande crescimento no número de projetos da campanha merecendo destaque a disseminação das iniciativas agroflorestais nos assentamentos de reforma agrária e a segunda formação de agentes socioambientais. As experiências de restauração em grandes propriedades e algumas das atividades desenvolvidas pelo projeto da Embrapa fecharam uma primeira etapa do acúmulo de experiências e articulações com o setor – com erros e acertos que servirão para aprofundar a discussão e essa linha de atuação da campanha.

Os encontros e contatos ocorridos no âmbito do consórcio de organizações do projeto Governança Florestal aprofundou a troca de informações e os debates sobre a realidade regional, as linhas de atuação da campanha, além da articulação com organizações locais. Aumentaram a densidade do cordão de projetos existentes na bacia e o nível de comunicação entre esses projetos e as organizações executoras.

O ISA fortaleceu sua articulação com uma série de pequenas organizações parceiras que já faziam parte dos projetos de implantação de sistemas agroflorestais e geração de renda. Além disso, por meio do Fundo Xingu para Pequenos Projetos, ampliou seus contatos com organizações da região e vai acompanhar as atividades desenvolvidas com recursos do fundo. Entre algumas das dificuldades encontradas, está a baixa capacidade de aglutinação nos assentamentos com os quais a campanha trabalha, a estrutura precária das organizações e na formação de algumas lideranças. A parceria com prefeituras também vem contabilizando ganhos. Nos municípios de Canarana, Querência e São José do Xingu, a campanha tem recebido apoio institucional, por exemplo, em alguns projetos de viveiros municipais, em plantios comunitários e na articulação com a comunidade escolar. Também há disposição em algumas dessas prefeituras para o debate de ações de gestão territorial.

O diagnóstico socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Suiá-Miçu foi concluído e produziu ricas discussões entre os parceiros do Programa Xingu com relação ao ordenamento territorial (na forma de zoneamento) da bacia e a necessidade de estabelecer políticas e medidas de conservação de áreas alagadas. A legislação ambiental atual é insuficiente para a proteção das áreas alagadas que compreendem as veredas, pois se tratam de ambientes especiais na produção hídrica e reprodução de peixes. A discussão sobre o zoneamento do município de Querência gerou resistência dos produtores motivada pela indefinição e rejeição dos percentuais de Reserva Legal estabelecidos pela lei (80% no município). Os embates se devem ao fato de a região apresentar características extremamente favoráveis à cultura mecanizada e, portanto, ao plantio da soja, em detrimento da conservação de grandes áreas de floresta. Os produtores rurais não reconhecem as florestas estacionais e as consideram ambientes de cerrado. Negam até mesmo os estudos científicos realizados na região.

Ainda há certo grau de desinformação entre várias lideranças regionais e grandes produtores sobre o trabalho do ISA e os objetivos da Campanha 'Y Ikatu Xingu. Isso às vezes cria ruídos nas articulações que temos feito e coloca o desafio de reforçar contatos e nossa presença nos espaços públicos locais. Por outro lado, iniciativas como o Projeto Embrapa Xingu e a busca constante de diálogo com organizações como a Associação dos Produtores de Soja do Mato Grosso (Aprosoja) também abre perspectivas para parcerias e novos fóruns de discussão.

No consórcio do projeto Governança Florestal, ainda com dificuldades por conta das agendas internas sobrecarregadas dos parceiros, começa a haver um grau maior de articulação entre as organizações integrantes, com maior troca de informações, encontros e debates sobre a gestão do projeto e o desenvolvimento de suas ações.



Projeto de irrigação em fazenda na Bacia do rio Suyá.

Perspectivas

- Consolidar e disseminar estratégias de recuperação em larga escala;
- Criar instrumentos econômicos e financeiros para dar escala aos projetos de restauração florestal;
- Animação da Rede de Sementes do Xingu, com a implantação de dez núcleos regionais ao longo da bacia;
- Desenvolver mecanismos e estudos sobre a valorização das florestas;
- Dar continuidade ao processo de formação de agentes socioambientais;
- Realização da Feira de Iniciativas Socioambientais (II Encontro de Canarana);
- Implantar Plano de Comunicação e conquistar presença efetiva nos espaços de comunicação regionais;
- Discussão e implantação parcial de um banco de dados qualificados, com sistema de informações geográfica que seja funcional e ágil, sobre os passivos ambientais da região e os projetos da campanha;
- Acompanhar a Comissão do Zoneamento Sócio-econômico e Ecológico do Estado e o processo de mobilização da sociedade;
- Promover a discussão e no âmbito da legislação ambiental do Estado, formas de proteção dos alagados do Rio Suiá-Miçu;
- Concluir a elaboração do manual de regularização ambiental de imóveis rurais junto ao Ministério Público Estadual e Sema.

Melhores momentos

- Implantação de métodos inovadores de restauração florestal como o plantio mecanizado de sementes florestais e adubação verde, diminuindo os custos financeiros;
- Propostas encaminhadas para a proteção especial de áreas alagadas/veredas da Bacia do Suiá-Miçu;
- Processo de formação dos agentes socioambientais – lançamento da publicação;
- “Oficina-expedição de comunicação”;
- Campanha da Cidadania Yázigi – ‘Y Ikatu Xingu;
- Oficina ‘Y Ikatu Xingu na aldeia Ikpeng do Moygu (PIX);
- Formação da Rede de Sementes do Xingu.

TEMA

Povos Indígenas no Brasil

O que é

O Instituto Socioambiental (ISA) é referência nacional na produção, análise e difusão de informação qualificada sobre Povos Indígenas no Brasil, por meio de seu site e publicações impressas. Seu trabalho baseia-se em uma ampla rede de colaboradores que vem sendo articulada e mantida desde os anos de 1970, além de se relacionar com os programas regionais, de políticas públicas e direito socioambiental do ISA que participam com trocas de informações nas publicações e nos textos do site.

Este trabalho supre uma grande lacuna ao disponibilizar à sociedade brasileira e internacional (o site tem versão em inglês) um conjunto sistematizado de informações sobre povos indígenas que pode ser acessada a partir da homepage do ISA (www.socioambiental.org). Informações gerais sobre a situação atual dos índios no Brasil, onde estão, quantos são, quem são, que línguas falam, artes, direitos, organizações, projetos e parcerias e demarcação das terras indígenas são algumas das seções do site. Além da situação atual dos povos, a página traz verbetes detalhados sobre cada etnia. O livro da série Povos Indígenas no Brasil, publicado desde o início dos anos 1980, é outra importante fonte periódica de informações qualificadas produzida pela equipe, que tem ainda forte atuação no acompanhamento das políticas públicas voltadas para as populações indígenas (veja neste relatório Programa Monitoramento de Áreas Protegidas).

Parcerias e fontes de financiamento

• Cafod Agência Católica para o Desenvolvimento: apoio financeiro; Norad Agência Norueguesa para Cooperação Internacional: apoio financeiro.

Equipe

• Fany Pantaleoni Ricardo (antropóloga, coordenadora); Alicia Rolla (geógrafa, analista de Geoprocessamento); Gabriella Contoli (produtora web, a partir de novembro); Helena Ladeira Azanha (estagiária de jornalismo, até dezembro); Julia Trujillo Miras Costa (estagiária de ciências sociais, a partir de novembro); Luis Roberto de Paula (antropólogo, analista de pesquisa socioambiental); Rogério Duarte do Pateo (antropólogo, analista de pesquisa socioambiental)

► Voluntários

• Julio Cezar Melatti (antropólogo, Universidade de Brasília - UnB); Renato Sztutman (antropólogo); Valeria Macedo (antropóloga)

O que foi feito

SITE POVOS INDÍGENAS

Em 2007, o site Povos Indígenas no Brasil, que disponibiliza informações sobre os povos e a temática indígena completou 10 anos.

A primeira versão deste conteúdo foi publicada em 1997. Em 2002, passou por uma profunda reformulação, resultando no site que atualmente está no ar. Em 2007 iniciamos uma nova reestruturação, para torná-lo ainda mais dinâmico. Para tanto, boa parte dos conteúdos presentes nas diversas seções que bem como a navegação estão sendo repensados para proporcionar uma melhor interação do público com os diversos itens que compõem sua estrutura.

As seguintes tarefas foram iniciadas e continuam como ações rotineiras e diárias da equipe que trabalha no tema:

• Reuniões de trabalho com discussões, apresentações de propostas e criação de mapa mental para orientação da navegação;

- Trabalho de pesquisa, releitura, avaliação e atualização dos textos atuais do site;
- Verificação de links para evitar falhas na navegação;
- Contato com os autores dos verbetes para atualização de seus currículos e e-mails;
- Organização de todas as imagens do site com data, autor e local;
- Discussão dos novos conteúdos com a rearticulação interna dos textos já publicados no site, estabelecendo eixos temáticos mais precisos;
- Levantamento de materiais audiovisuais para possível uso no novo site;
- A situação jurídico-administrativa das Terras Indígenas (TIs) passou a ter atualização dinâmica por meio de sua conexão com o conteúdo do Banco de Terras Indígenas no site. O objetivo tem sido fomentar os cálculos do conjunto das TIs, e de cada uma em particular, para assim gerar informações precisas e claras que possam ser aproveitadas com eficiência;
- O quadro que apresenta o reconhecimento das TIs pelo atual Presidente da República e de seus antecessores tem sido atualizado sempre que uma nova terra é reconhecida, possibilitando a avaliação desses governos em relação aos direitos indígenas;
- O Quadro das Organizações Indígenas no Brasil, passou a ser atualizado dinamicamente, sendo vinculado ao Cadastro Institucional do ISA;
- Atualização permanente de informações sobre índios isolados, grupos indígenas que vivem na floresta sem contato formal com a Funai;
- Respostas aos inúmeros e-mails que nos chegam por meio do site, solicitando informações sobre povos indígenas.



Enciclopédia
 Povos INDÍGENAS
 NO BRASIL

Quem são Onde estão Quantos são Quadro geral

localize-se: Povos indígenas no Brasil > Quem, onde, quantos > Enciclopédia > KATUKINA DO RIO BIÁ (AM)

Katukina do Rio Biá (AM)

Outros nomes:
 Tükuna (autodenominação), Pida dyapa

Localização:
 Rio Biá, afluente do Jutai, no estado do Amazonas

Quantos são:
 450 (em 2007)

Língua:
 da família Katukina



Acabamento de uma peça de cerâmica, trabalho exclusivamente feminino, na aldeia Boca do Biá. Foto: Jeremy Deturche, 2007.

ENCICLOPÉDIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

A autoria dos verbetes sobre cada povo é preferencialmente de pesquisadores com notório conhecimento sobre os respectivos grupos. Dada a pouca disponibilidade de muitos pesquisadores que seriam os mais habilitados para redigir os verbetes, investimos cada vez mais na edição dos mesmos a partir de conteúdos preexistentes sobre esses grupos, como teses, livros, artigos, relatórios e outros tipos de documentos. A equipe reúne esse material e edita no formato de verbete (destacando itens como "nome", "língua", "localização", população, "histórico da ocupação e do contato", "organização social", "cosmologia", "rituais", "atividades produtivas", "cultura material", "situação atual", "notas sobre as fontes" e "fontes de informação"). Depois de feita essa versão, encaminhamos para o(s) autor(es) para que faça(m) os acréscimos e correções que julgar(em) necessárias. No projeto gráfico do verbete, cada item corresponde a uma página, de modo que cada verbete pode ser assinado por diferentes autores.

Esse processo de edição, apesar de mais trabalhoso, tem resultado em verbetes de boa qualidade, pois temos a oportunidade de reunir o melhor conteúdo produzido sobre aquele grupo em uma linguagem adequada ao público heterogêneo do site.

Essa tarefa não costuma ser fácil, mesmo quando o verbete tem um autor especializado. Os pesquisadores normalmente estão envolvidos com inúmeras atividades e, por esse motivo, nossa equipe realiza vários contatos até finalmente chegar à realização das etapas necessárias para a formulação final do verbete. Entre esses levantamentos estão: atualização do censo, número de aldeias, de TIs, etc. Um exemplo deste processo foi a elaboração, há um ano, do verbete sobre os Xavante. O texto original, que a autora enviou em inglês, foi traduzido para o português e a partir daí foi iniciado um diálogo muito enriquecedor entre a equipe e a pesquisadora Laura Graham da Universidade de Iowa (EUA), para adequar o texto ao formato da Enciclopédia. Essa demora é fruto tanto de um cuidado meticuloso que a pesquisadora está tendo em publicar informações precisas e qualificadas sobre os Xavante, como também pelas suas inúmeras viagens a campo e outros compromissos, que fazem com que o diálogo tenha que ser suspenso, muitas vezes, por meses.

Entre outras ações relacionadas à Enciclopédia estão:

- A revisão dos verbetes já publicados nos últimos 10 anos, com o objetivo de corrigir problemas e identificar seções fora do padrão, chamando atenção para alterações necessárias e inclusão de conteúdos complementares. Até o momento foram revisados 143 verbetes;
- 12 verbetes foram produzidos em 2007. Destes, sete ainda não estão disponíveis no site por não termos recebido a autorização final dos pesquisadores responsáveis, ou por falta de fotos e alguns

outros detalhes. Por enquanto o total das etnias no Brasil é de 227, já temos disponibilizado no site 171 verbetes;

- Identificamos possíveis autores para seis novos verbetes e fizemos o levantamento da bibliografia para trabalharmos neste ano. Continuaremos a pesquisa para identificar novos autores e bibliografias.

BANCO DE NOTÍCIAS

O Banco de Notícias completou seis anos e tem atualmente mais de 40 mil notícias sobre os índios, suas terras, saúde, educação, projetos de desenvolvimento sustentável, demarcação, conflitos com madeireiros, garimpeiros, posseiros, organizações e legislação, mineração, hidrelétricas, hidrovias, estradas, desmatamento, queimadas, Projeto Calha Norte, Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) entre outros temas.

O Banco de Notícias é alimentado cotidianamente com notícias pesquisadas na internet em mais de 60 fontes distintas (jornais, revistas, órgãos governamentais e não-governamentais de todo país) e por meio das leituras de relatórios, documentos e mensagens que nos chegam pelo correio eletrônico e telefone. As notícias capturadas são agrupadas, lidas e classificadas por capítulo, retranca, terra e povo indígena, temas e palavras-chave. As notícias que trazem informações sobre TIs são relacionadas com as

Caracterização Socioambiental das Terras Indígenas no Brasil Voltar à Pesquisa

Yanomami (AM RR)

Notícias

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27

04/07/2008 - MPF pede abertura de processo contra ex-reitor da UnB
04/07/2008 - UnB: denunciados ex-reitor e ex-diretor de editora
03/07/2008 - Yanomami e Yekuana não querem repasse de verba para saúde via municípios
02/07/2008 - Entidades discutem destinação de verbas da saúde indígena
02/07/2008 - Lideranças dos Yanomami reclamam da situação de saúde e são contra portaria
02/07/2008 - Conselho yanomami prepara debate sobre assistência à saúde
26/06/2008 - Funasa debate saúde indígena neste sábado
20/06/2008 - Yanomami denunciam a falta de medicamentos
18/06/2008 - CASA DO ÍNDIO - Hutukara denuncia falta de remédios
08/06/2008 - Amazônia em pé de guerra
17/05/2008 - Anchieta Júnior visita terra indígena yanomami
17/05/2008 - YANOMAMI - Moradores de Iracema reclamam que índios promovem algazarra
09/05/2008 - Anomalia étnico-ideológica
07/05/2008 - Lealdade e disciplina
06/05/2008 - Segurança nacional em debate
05/05/2008 - Amazônia: Mais um Protesto
03/05/2008 - Ianomamis x Raposa Serra do Sol
01/05/2008 - Funasa inicia amanhã campanha de vacinação indígena
28/04/2008 - Ianomâmit Quem?
26/04/2008 - Funasa lança campanha de vacinação em área indígenas
22/04/2008 - Começa campanha de vacinação nas aldeias

Caracterização geral

Pressões e ameaças

Grandes projetos

Obras de Infra-estrutura

Presença de agentes

Programas e projetos

Recursos Naturais Utilizados

Equipamentos disponíveis

Caracterização Ambiental

Sobreposição

Organizações Indígenas

Equipamentos Disponíveis

Notícias



Localização

áreas que estão no Banco de TIs e publicadas na Caracterização das Terras Indígenas, no site do ISA, por meio da qual é possível ler os documentos na íntegra. Essas notícias são utilizadas para a edição da série do livro Povos Indígenas no Brasil.

CADASTRO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL

A atualização do cadastro é permanente, e à medida que são obtidas informações sobre novas organizações indígenas, procura-se levantar o máximo de dados a respeito para registrá-la no banco e disponibilizá-la no site do ISA.

Indicadores

- Capacidade de pesquisar, coletar, editar, sistematizar e processar o maior número possível de notícias veiculadas pela mídia impressa e virtual em todo o país;
- Atendimento ao público e capacidade de responder às demandas externas por informação;
- Capacidade de articular as diferentes áreas e atividades do ISA para a produção de informações para o site e publicações impressas;
- Quantidade de retornos, sugestões e consultas dirigidas ao ISA por intermédio do site;
- Divulgação do endereço do site Povos Indígenas no Brasil em revistas especializadas, livros, teses, artigos e principalmente nos sistemas de busca na internet;
- A Enciclopédia dos Povos Indígenas é citada frequentemente por todos que buscam informações sobre etnias específicas, e é quase sempre a primeira referência de busca no Google;
- O livro Povos Indígenas no Brasil é considerado obra de referência obrigatória a todos que buscam informações sobre índios.

Avaliação

O site Povos Indígenas no Brasil articula o rigor da pesquisa científica e a abordagem didática em um mesmo espaço virtual de acesso, no qual o público leitor pode obter informações sobre inúmeros aspectos da vida e experiência social contemporânea dos índios no Brasil. O meio virtual possibilita uma reciclagem de conteúdo que acompanha a dinâmica das culturas abordadas e da questão indígena no Brasil.

O site tornou-se uma referência obrigatória em todos os guias de Internet que catalogam tematicamente os recursos mais preciosos disponíveis na rede mundial de computadores. Quando o assunto é povos indígenas no Brasil, o site está sempre entre os primeiros da lista. Muitas de suas páginas são reproduzidas em diversos outros sites do terceiro setor ou da imprensa brasileira, que se apóiam nele como fonte rápida e confiável para saber o que se passa no indigenismo brasileiro atual.

Não é sem razão, portanto, que o site do ISA tenha recebido no ano de 2007, 1.673.170 de visitantes, sendo grande parte para a seção dos Povos Indígenas: são pesquisadores e estudantes, secundaristas e universitários.

ENCICLOPÉDIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL NO SITE DO ISA

Este projeto foi idealizado pelo ISA, desde sua fundação: a elaboração de uma Enciclopédia dos Povos Indígenas, em livros impressos, que reunisse as informações mais relevantes sobre as mais de 200 etnias existentes no Brasil contemporâneo.

Diante das desigualdades de conhecimentos e informações sobre as etnias decidimos iniciar o projeto, disponibilizando os verbetes na internet por meio da qual é possível acompanhar questões que envolvem essa diversidade: começando pela questão da etnicidade, que resulta num quadro dinâmico da sociodiversidade contemporânea no Brasil. Particularmente, a história dos povos indígenas inclui processos de fusão e divisão; conseqüentemente, estabelecer os critérios do que diferencia um "povo" de uma "comunidade" ou de um "subgrupo" é algo arbitrário e nem sempre

consensual. Há critérios sociológicos (identificados pelos pesquisadores), nativos (apontados pelos próprios grupos) e eminentemente políticos (visando o reconhecimento de direitos ou a obtenção de benefícios) para a identificação de um grupo étnico, que nem sempre são coincidentes e cujas fronteiras são intercambiáveis. Assim, contabilizar e classificar o conjunto de povos indígenas acarreta imprecisão e não se configura de forma permanente. Daí a adequação da rede virtual, que mantém aberta a possibilidade de atualizações de acordo com as reivindicações e esclarecimentos feitos por nossos colaboradores indígenas e não-indígenas.

Ressaltar a contemporaneidade da sociodiversidade nativa no Brasil é outro mérito de uma publicação virtual. É menor o perigo de incorrer na folclorização dos índios, já que não nos restringimos a relatar as especificidades culturais desses grupos – o que é fundamental para expor a pluralidade de modos de vida e visões de mundo, freqüentemente eclipsada pelo rótulo genérico de "índio" – como se estivessem fora do tempo, procurando estar sempre atualizando informações relativas ao processo de intercâmbio com diferentes segmentos da sociedade não-indígena e seus desdobramentos, bem como sua inserção no movimento indígena e na articulação com outros povos.

No contexto atual, é possível que o processo mais emblemático do dinamismo do quadro étnico no Brasil seja aquele relativo às chamadas "identidades emergentes" (ou "índios ressurgidos", ou "índios resistentes"). Nos últimos anos, aumenta o número de populações que passam a reivindicar pública e oficialmente a condição de indígenas no Brasil. Trata-se de famílias que, miscigenadas e territorialmente espoliadas, deslocadas e concentradas ao longo do tempo, reencontram, no presente, contextos políticos e históricos favoráveis à retomada de identidades coletivas indígenas (um povo, um nome). A questão é complexa e está imbricada com a concentração fundiária no País e a precariedade dos serviços públicos de promoção do bem-estar social. Nesse quadro, a reivindicação da identidade indígena traz consigo a conquista de direitos territoriais e de assistência diferenciada nos serviços de saúde e educação, bem como financiamentos para projetos econômicos.

A Enciclopédia tem tido um retorno bastante positivo por um espectro variado de leitores, entre os quais etnólogos, jornalistas, estudantes com diferentes graduações e um público heterogêneo de atuantes ou simpatizantes da causa indígena. Recebemos muitos e-mails parabenizando o trabalho, complementando ou solicitando informações, assim como numerosas visitas a essa seção do website.

Perspectivas

SITE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Durante os trabalhos de elaboração do novo site, a equipe ocupou-se também da elaboração de novas ferramentas de interação com o usuário e a identificação de conteúdos multimídia a serem agregados ao site, tornando-o, dessa forma, mais dinâmico e atrativo, permitindo a disponibilização de documentos de terceiros (artigos, vídeos, áudio etc) e a inserção de comentários críticos elaborados pela equipe de edição e usuários do site sobre os principais acontecimentos ligados ao mundo indigenista.

Entre as inovações planejadas, pretendemos integrar o conteúdo da Enciclopédia dos Povos Indígenas às informações disponibilizadas na Caracterização das TIs de uma forma mais dinâmica e inteligente da que é feita atualmente, aproveitando recursos da web geográfica para a disponibilização de mapas com a localização das terras, entre outros recursos.

Pretendemos, num futuro próximo, discutir com comunidades indígenas ligadas aos programas do ISA, maneiras interessantes para que essas comunidades possam participar diretamente da produção e disponibilização de conteúdos sobre seus povos. Para isso, serão necessárias reuniões com representantes dessas comunidades, a fim de explicá-los o que é o site do PIB e qual sua finalidade, a fim de que cheguemos juntos à elaboração de maneiras simples para a participação indígena.



Por fim, conseguimos viabilizar junto aos nossos financiadores a digitalização de uma parte importante do acervo documental sobre os povos indígenas no Brasil disponível nas dependências do ISA. Por meio desse trabalho, milhares de documentos, como decretos, portarias, relatórios publicados pela Funai aprovando os estudos de novas Terras Indígenas, etc, serão disponibilizados na íntegra, devidamente relacionados às demais informações sobre os povos e as terras indígenas, que estarão disponíveis no site, acabando com o longo processo de solicitação, busca e cópia de informações documentais que ocorre hoje no atendimento aos usuários da instituição.

ENCICLOPÉDIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM LIVRO

Pretendemos elaborar um projeto impresso da Enciclopédia, no segundo semestre de 2008, para buscar recursos do Ministério da Cultura por meio da Lei Rouanet no intuito de publicá-la. Organizaremos alguns seminários com os antropólogos da casa e convidados para discutir formato e conteúdo do livro.

O desafio da publicação será agregar, de modo sintético, conteúdo satisfatório sobre todos os povos, uma vez que há diferentes graus de informação qualificada disponível sobre os diferentes grupos. Assim, alguns são mais ricos em dados etnológicos, outros em informação sobre a situação atual, e alguns carecem de conteúdo em todos os aspectos. Além de nivelar, na medida do possível, a qualidade dos verbetes, outro diferencial da publicação será a criação de recortes temáticos para a Enciclopédia, para além do critério de povo, tais como “xamanismo”, “troncos lingüísticos”, “regiões etnográficas”, “roças”, “caça”, “pesca”, “cultura material” etc.

Melhores momentos

- Publicação dos verbetes: Arara do Beiradão, Katukina, Pitaguari, nova versão Taurepang.

